



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIA GABRIELA VIEIRA DE SOUZA

**FERMENTO DA MASSA:
Formação da militância da Ação Católica Rural nos primeiros anos de fundação (1965-
1968)**

RECIFE

2023

MARIA GABRIELA VIEIRA DE SOUZA

FERMENTO DA MASSA:

Formação da militância da Ação Católica Rural nos primeiros anos de fundação (1965-1968)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Bartira Ferraz Barbosa.

Coorientador (a): Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Abreu e Lima.

RECIFE

2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S729f	<p>Souza, Maria Gabriela Vieira de. Fermento da massa : formação da militância da Ação Católica Rural nos primeiros anos de fundação (1965-1968) / Maria Gabriela Vieira de Souza. – 2023. 219 f. : il. ; 30 cm.</p> <p>Orientadora : Bartira Ferraz Barbosa. Coorientadora : Maria do Socorro Abreu e Lima Lima. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2023.</p> <p>Inclui referências.</p> <p>1. História. 2. Movimentos sociais. 3. Ditadura militar - Brasil. 4. Igreja e problemas sociais - Igreja Católica. 5. Igreja Católica progressista. 6. Trabalhadores rurais. 7. Brasil - História - 1964-1985. I. Barbosa, Bartira Ferraz (Orientadora). II. Lima, Maria do Socorro Abreu e (Coorientadora). III. Título.</p> <p>981 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2023-102)</p>
-------	--

MARIA GABRIELA VIEIRA DE SOUZA

FERMENTO DA MASSA:

Formação da militância da ação católica rural nos primeiros anos de fundação (1965-1968)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Aprovado em: 15/03/2023

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Maria do Socorro Abreu e Lima (Coorientadora).

Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto. (Membro Externo)

Universidade Estadual da Paraíba

Profº. Dr. José Marcelo Marques Ferreira Filho. (Membro Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

O trabalho acadêmico por muitas vezes pode ser considerado individual e solitário, porém muito pouco deste poderia ser construído sem o apoio e suporte de muitos que tenho o privilégio da convivência e amizade.

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha mãe Valéria e minha avó, Zita. Com a constante ajuda e companhia nos tempos difíceis da pandemia, é preciso valorizar todos os dias aqueles que demonstram o carinho, o afeto e o cuidado no momento que expomos nossas fragilidades.

Esta dissertação e o seu processo de escrita que se alongou muito mais do previsto inicialmente só foi concluída porque contei e conto com a minha família. Agradeço às minhas tias Mônica, Verônica e Ana, pelo incentivo, pelas conversas e pelos conselhos. Tenho de agradecer também aos meus primos, meus alívios cômicos de todos os dias, meus irmãos de coração que fazem a vida mais leve. Foi nesta família que encontrei minha maior fonte de inspiração para a dedicação aos estudos e a teimosia de acreditar na minha profissão.

Tenho profundo orgulho dos dois historiadores da minha família de coração e de sangue: Tio Júnior e Jairo, com quem compartilho a formação acadêmica, mas também uma visão de mundo crítica, realista, mas sem perder no horizonte a luta diária por um mundo onde a justiça social prevaleça.

Também tenho de agradecer às minhas amigas. O curso de História na UFPE me nutriu de novos conhecimentos, formação política e experiências na caminhada que só fizeram sentido porque compartilhei com elas a jornada. Anny, Patrícia, Rosely e Vittoria são as mulheres com quem amadureci, que me compreendem e que levo para a vida segundo a lei natural dos encontros. A cumplicidade é base da nossa relação e é em cada uma delas que descubro o conforto da boa e simples amizade. Como todas devem ser. Obrigada por tudo.

Devo agradecer também a minha professora Socorro Abreu e Lima. Na posição de coorientadora, mas sempre sendo muito mais que isso, ela me acolheu e se mostrou uma das pessoas mais generosas que pude conviver na academia. Além dos questionamentos metodológicos, gramáticos e teóricos, ela mostrou-se carinhosa, delicada e incentivadora. Sem ela este trabalho não seria concluído. Reservo a ela todos os acertos deste trabalho. Desde que a conheci, no Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais de Pernambuco, ainda aos dezoito anos, tenho-a como exemplo de luta para dias melhores e da importância de acreditar na sociedade que queremos.

Agradeço imensamente aos professores, membros da Banca Avaliadora, Francisco Fagundes Paiva Neto e José Marcelo Marques Ferreira Filho pela disponibilidade de leitura e seriedade. Seus comentários e preciosas sugestões deram condições para uma releitura do texto e condução atenta da escrita desde o processo de Qualificação no ano passado.

Também gostaria de prestar os agradecimentos à professora Bartira Ferraz pelo acolhimento no processo de desenvolvimento da dissertação na posição inesperada de orientadora.

Ao CNPq pelo fornecimento da bolsa como auxílio à realização da pesquisa e pelo reconhecimento do trabalho intelectual e acadêmico.

RESUMO

Apresenta-se, nesta dissertação, a tentativa de resgatar o processo de conscientização e visão alternativa da sociedade empreendida por uma organização católica fundada num período inóspito para os movimentos sociais no Brasil. Forja-se um panorama da difusão de temas que buscavam politizar o cotidiano dos camponeses à luz do evangelho no catolicismo progressista. A iniciativa deste setor da Igreja Católica está vinculada às mudanças que a instituição passava até a formação do Concílio Vaticano II no debate internacional, assim como no contexto nacional, onde lutas sociais cresciam no país e muitos padres e católicos desenvolveram trabalhos relacionados à Educação Popular. A ACR surge no momento de interrupção das atividades dos movimentos sociais na democracia e de renovação da renovação da Igreja frente a uma abordagem concreta da Doutrina social nesta. O conjunto documental debruçado, utilizando-se inclusive de depoimentos consultados, gera um entendimento da atuação da organização que se dispôs a repensar as estruturas de poder na sociedade rural e a consolidação de uma fé desinteressada na questão social, para então convertê-la em catalisadora da transformação da realidade dos camponeses. As experiências destes sujeitos, a linguagem utilizada no veículo das informações difundidas e o levantamento de debates da exploração do homem do campo através ACR são alguns dos objetos deste estudo a partir da associação a uma compreensão histórica de grupos que se movimentavam num contexto de repressão política visando suas formas de resistência com os recursos disponíveis no momento.

Palavras-chave: movimentos sociais; ditadura militar; igreja católica progressista; trabalhadores rurais.

ABSTRACT

This research presents an attempt to rescue the process of awareness and alternative vision of society undertaken by a Catholic organization founded in an inhospitable period for social movements in Brazil. An overview of the diffusion of themes that sought to politicize the peasants' daily life in the light of the gospel in progressive Catholicism is forged. The initiative of this sector of the Catholic Church is linked to the changes that the institution was going through until the formation of the Second Vatican Council in the international debate, as well as in the national context, where social struggles were growing in the country and many priests and Catholics developed works related to Popular Education. The ACR arises at a time of interruption in the activities of social movements in democracy and the renewal of the renewal of the Church in the face of a concrete approach to the social Doctrine in the Church. The set of documents covered, including the testimonies consulted, generates an understanding of the performance of the organization that was willing to rethink the structures of power in rural society and the consolidation of a disinterested faith in the social question, to then convert it into a catalyst of the transformation of the reality of the peasants. The experiences of these subjects, the language used in the vehicle of disseminated information and the survey of debates on the exploitation of rural people through ACR are some of the objects of this study from the association with a historical understanding of groups that moved in a context of political repression targeting their forms of resistance with the resources available at the time.

Keywords: social movements; military dictatorship; progressive catholic church; rural workers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** — Cartilha de comemoração aos 13 anos da ACR, intitulada “Um grito no Nordeste: a A.C.R no Brasil (1965-1978). 156
- Figura 2** — Cartilha do encontro em 1967, intitulada “Servidores no Mundo Rural”. 160
- Figura 3** — Livreto utilizado com fins de formação de militantes e agentes pastorais a partir de uma revisão sobre como o movimento apresenta-se três anos depois. 162
- Figura 4** — Cartilha apresentada no II Encontro Regional da ACR, intitulada “4º Adjunto do Nordeste, 1967.”. 174
- Figura 5** — “Grito do Nordeste”, Boletim nº7. Intitulada: O Nordeste se faz: Jesus e a Igreja são o fermento do mundo com todos os Homens. 198
- Figura 6** — Capa do boletim nº 7 do “Grito do Nordeste”, intitulado: Nós somos o povo de Deus em Marcha, nós somos o fermento do mundo. 200
- Figura 7** — Mapa de Pernambuco incluído no boletim nº 7 do “Grito no Nordeste”. 203
- Figura 8** — Mapa do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe incluídos no boletim nº 7 do “Grito no Nordeste”. 203

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACO	Ação Católica Operária
ACB	Ação Católica Brasileira
ACR	Ação Católica Rural / Animação Cristã no Meio Rural
ADEP	Ação Democrática Popular
AI-5	Ato Institucional n.º 5
AP	Ação Popular
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
EP	Educação Popular
ESG	Escola Superior de Guerra
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FETAGS	Federações de Trabalhadores na Agricultura
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
CNV	Comissão Nacional Da Verdade
CONSULTEC	Consultora de Planejamento
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IC	Igreja Católica
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
JAC	Juventude Agrária Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MESP	Ministro da Educação e Saúde Pública
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento Educação de Base
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil

PCR	Partido Comunista Revolucionário
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
Pe	Padre
SAR	Serviço de Assistência Rural
SORPE	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SRTs	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UDN	União Democrática Nacional
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O GOLPE DE 1964 E A SOCIEDADE CIVIL	27
2.1	O projeto popular: as reformas e a sociedade civil	30
2.2	Um projeto modernizante-conservador: antipopular	51
2.3	Nordeste: lutas e conflitos sociais no campo.....	69
3	A IGREJA CATÓLICA E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: ENTENDIMENTOS POLÍTICO-SOCIAIS ATÉ O CONCÍLIO VATICANO II (1962)	86
3.1	O surgimento e consolidação do interesse pela questão social no mundo	86
3.2	A formação da consciência progressista na Igreja brasileira	93
4	CONTEXTOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS APÓS O GOLPE, FORMAÇÃO POLÍTICA E A AÇÃO CATÓLICA RURAL.....	120
4.1	Educação popular	131
4.2	A Ação Católica Rural (ACR)	147
4.3	Um <i>Grito no Nordeste</i>	176
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
	REFERÊNCIAS	211

1 INTRODUÇÃO

Interpretar a realidade de opressão e exploração de trabalhadores em qualquer espectro da sociedade tem muitas ambiguidades históricas que se desenvolvem nas abordagens teóricas que possibilitam determinadas aproximações diante de certos objetos de estudo. Compreender as transformações sociais que acompanham estas relações quando elas se colocam como consequências de um processo histórico ou transformadoras destas realidades podem elucidar as dinâmicas entre os sujeitos por vezes eclipsados na História.

Estas considerações iniciais repousam na famosa citação de Walter Benjamin sobre o olhar para a História a “contrapelo”¹. As opções que o autor reconhece para o materialista que se dedica a esta tarefa é de estabelecer suas prioridades perante os processos históricos. Para Benjamin, identificar nos oprimidos aspectos da contradição de uma sociedade capitalista torna-se uma opção política, mas também metodológica.

Política por encontrar na História o espaço dos subalternos e “esquecidos” quando se julgam pela história tradicional como condenados às dificuldades da dominação por uma classe antagonista se, na verdade, podem desempenhar o papel de sujeitos históricos que concorrem nos projetos de sociedade de classes dominantes. Metodológica por proporcionar uma atualização marxista do conflito das classes fora da análise puramente econômica que permite observar nas contradições da sociedade capitalista as manifestações coletivas culturais inerentes ao processo econômico. Estas abordagens também permitem que se abram as oportunidades historiográficas para o estudo de noções de classe, formação ideológica de determinados grupos subalternizados. Estas novas demandas na historiografia certamente estiveram nas intenções de muitos historiadores marxistas desde o século passado.

Portanto, incorporando estas relações de classe (que também são relações econômicas) no contexto histórico revisam-se as antigas ausências de discussões de deflagração de processos políticos que são também movidos a partir das dinâmicas e experiências coletivas das chamadas classes subalternas. O próprio debate do conceito de classe foi reabilitado por E. P. Thompson quando incorpora atribuições da tendência da

¹Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. [...] Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 1987, p. 225).

conjuntura econômica² para as noções de princípios morais que cercam determinados grupos de análise. De certa forma, esta proposta contempla a Classe como categoria cotidianizada das experiências históricas associadas às especificidades locais e econômicas considerando suas identidades coletivas sob suas condições reais de existência. Segundo o autor:

“Classe é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação e reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento.”³.

Podemos dizer que os estudos sobre a acumulação destas experiências foram fundamentais para que se compreendesse como uma historiografia do trabalho e da formação de uma consciência coletiva dos trabalhadores fosse de grande relevância para a percepção das transformações socioeconômicas. O trabalho então surge como categoria definidora destas relações por conceber que a partir das dinâmicas surgidas dele com as instituições capitalistas se originam as classes sociais diferenciadas.

A formação de uma consciência geral de pertencimento provém das demandas da classe, de forma orgânica, na emergência da oposição recorrente e justificada em relação às classes dominantes. Sendo a luta de classes sustentada pela exploração do trabalhador⁴, é imprescindível que as experiências históricas que geram formas de reação materializadas na organização destes trabalhadores ganhem seu lugar nas análises sobre o movimento operário, na formação dos sindicatos, nos movimentos sociais e nos partidos políticos. A consciência de classe, portanto, sua relação com a realidade socioeconômica na confirmação do senso de

²Segundo o autor, as tentativas de resolver problemas sociológicos mais amplos através de uma história quantitativa -- representada até então na atenção dada aos reflexos econômicos de certos eventos históricos (o autor recorre às conclusões purgadas de todo o conteúdo social dos eventos da Revolução Industrial) -- não detém sucesso por ignorarem as mudanças em longo prazo no modo de vida do povo. (THOMPSON, 1966 apud SILVA; NEGRO, 2012, p. 196-197).

³Ibid., p. 169.

⁴Adotamos esta expressão por recorrer a Marx e Engels na formulação teórica do conceito de luta de classes que permitem o desenvolvimento histórico na busca de superação de seus paradigmas econômicos e políticos. Para Marx a manifestação da dialética está na origem histórica do capital, no processo analisado na Inglaterra após a Reforma Protestante associada ao funcionamento do sistema industrial inglês pautado na expansão da produção e do mercado, constituindo-se na dissociação entre trabalhadores e meios de produção. A possibilidade da força de trabalho ser vista como mercadoria é essencial para que se compreenda que estas relações só podem ser consumadas a partir do momento em que esta força de trabalho se identifique como tal, ou seja, que se ofereça, que se venda como mercadoria por ser possuidor da capacidade de trabalho própria (MARX, 2019. p. 198).

diferença e do conflito entre o “Nós” e “Eles”⁵ certamente contribui para que estas experiências sejam de grande determinação histórica na construção da consciência do trabalhador nas tensões das relações de classe.

Neste trabalho, procuraremos identificar como a construção de movimentos sociais pode surgir de esferas bastante distintas na sociedade, em especial quando trazem o caráter religioso em suas reflexões como foi o caso da Ação Católica Rural. Fundada em 1965, a organização reinterpreta as escrituras do evangelho em contato com trabalhadores do campo com área de atuação em todo o nordeste brasileiro. Foi a partir dos documentos das reuniões com as bases, com os sindicatos, que remontamos um roteiro político de atuação em frentes progressistas no meio rural pós-golpe de 1964⁶. Nosso objetivo parte de um período nebuloso da história brasileira: pouco depois da deposição do governo Goulart, quando organizações de classe foram desmobilizadas, instituições que se propuseram a discutir a realidade conjuntural também merece ser compreendidas como formação fundamental da atuação política dos anos seguintes da ditadura militar.

Com grande parte da documentação utilizada no próprio acervo da ACR acondicionada no Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais de Pernambuco, devemos chamar atenção para a problemática que envolve o estudo do passado das experiências de militantes em plena ditadura militar (1964-1985). Entre as várias tendências sociais e políticas dos movimentos⁷ que se apresentam através de sua história quando são preservadas, as práticas sociais organizadas na política sindical ou nas formações independentes constituem a memória de movimentos hoje, para que se relate a importância da narrativa na ampliação de nossos espaços de cidadania⁸. Os arquivos como espaços de pesquisa revelam uma realidade muito mais complexa destas lutas sociais, o que contribui

⁵Segundo o autor, uma rede de auxílio, laços de confiança mútuos também endossados por uma convicção moral que não estavam registrados nas histórias dos cartórios contribuiu para a criação de um espaço social que também podia ser independente. O século da industrialização conseguiu definir que “eles” estariam representados pelo Estado, pela Lei e pelas Autoridades (HOBSBAWM, 2015, p. 320).

⁶Remetemo-nos ao Golpe como a conspiração de setores da sociedade civil com apoio para execução militar também financiado por instituições do governo estadunidense, como A Agência Central de Inteligência que resulta na deposição do presidente João Goulart (1961-1964), do Partido Trabalhista Brasileiro.

⁷A perspectiva de um projeto de sociedade alternativo daquele dos anos 60, 70 e 80 através do próprio exercício político, mesmo que restrito, também não deve nos distanciar apesar do avanço do neoliberalismo hoje. “E se hoje, com o avanço do neoliberalismo, para muitos essa possibilidade de transformações parece um projeto mais utópico, se o questionamento da centralidade do trabalho está colocado na ordem do dia (Antunes, 1997), a possibilidade de resistência à exploração do capital e construção de alternativas continua como uma questão significativa.” (MOMESSO; ABREU E LIMA, 2011, p. 91-100).

⁸FRENCH, Jonh D. Os trabalhos arquivísticos voltados ao mundo dos trabalhadores: avanços e desafios na América Latina desde 1992. In: MARQUES, A. J.; STAMPA, I. T. (orgs.). **O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos**. 2. ed. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010. p. 98.

para o debate sobre a educação popular, direitos humanos além da comunicação entre os próprios militantes.

As formas de atuação, portanto, devem ser muito mais valorizadas por trazerem a memória de sujeitos coletivos submetidos num governo repressivo, violento no contexto do regime militar. Os debates que surgiram destes personagens envolvidos com a questão social na forma de militantes davam voz às inquietudes na relação com o Estado, e com os agentes patronais. A capacidade da expressão da oposição e de denúncia deve ser revisitada nas propostas de formação política e suas formas de mobilização. A História Social tem a capacidade de, a partir de novas perguntas, também revelar suas próprias fontes ou recriá-las⁹, o que nos permite diante deste conjunto documental desenvolver um trabalho que no caminhar das lutas por direitos, pela mudança profunda na sociedade também ampliou o diálogo com outros setores da sociais, articulando-se perante um caráter de reivindicações que eram sobrepostas a problemas antigos que criaram condições para o fortalecimento das estruturas de poder cruéis aos camponeses. Desta forma, tal campo de pesquisa torna-se elementar para a formação de uma história além da oficial disseminada durante, por exemplo, o regime autoritário na ditadura militar no Brasil.

Os estudos sobre as classes trabalhadoras revelam o que nem mesmo as ditaduras controlam: “Os trabalhadores da cidade e do campo, ao longo do tempo, têm dado inúmeras mostras de criatividade, combatividade e capacidade de organização para enfrentar o patronato e os desafios que as diferentes conjunturas lhes colocam.”¹⁰.

Tais estudos vão a confronto com o que é historicamente produzido pela classe dominante especialmente quando tomamos como recorte temporal os anos que se desenvolve a conspiração golpista de 1964, além da arquitetura do Golpe. Vemos nos veículos tradicionais a sustentação do regime numa realidade que justificava a tortura, a repressão. Compreendemos a História como um campo de batalha para dois projetos de sociedade concorrentes cujo modelo conservador, potente economicamente, se esforçava para eclipsar as vastas organizações dos movimentos sociais no Brasil.

As diversas circunstâncias históricas que levam a determinados apagamentos podem ser localizadas especialmente no regime militar. O golpe de classe, arquitetado por multinacionais aliadas às forças conservadoras da sociedade brasileira se encarregou por muito tempo (antes mesmo do dia 31 de março) de construir a tal ação ideológica nas várias

⁹HOBSBAWM (1978). A religião e a ascensão do socialismo. op. cit., 2015, p. 65.

¹⁰MOMESSO, L. A.; ABREU E LIMA, M. do S. Uma experiência de preservação de Acervos em Pernambuco - o Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais. **Estudos Universitários**: Revista de Cultura, Recife, v. 27, n. 8, p. 91-100, ago. 2011. p. 92.

organizações da sociedade civil que representavam estes interesses na tradução da forma de “militância” adequada, nas formações políticas ajustadas a contrariar as possíveis mudanças radicais para tais grupos ocasionadas pelo governo Goulart através das reformas de base¹¹. A política de desestabilização rumo ao sequestro do Estado ocasiona também a reconhecida desmoralização da classe trabalhadora que, inquietas e cada vez mais organizadas também se apresenta na barganha política na crise do populismo.

O regime, enquanto consolidado o golpe, progride com a força militar na execução de prisões, na própria depreciação do exercício democrático dos trabalhadores quanto à orientação política utilizando da violência constante. As condições criadas para este cenário estão fundamentadas no papel político da movimentação de empresas americanas sediadas em solo brasileiro convocadas para a discussão do desempenho das companhias privadas no combate ao “comunismo”¹². A introdução dessa força empresarial paralela no sistema político recebe apoio de novas fontes que sentenciam na colaboração do escudo militar após o golpe. E uma vez estabilizados sob a sustentação da “revolução”, renovam-se os interesses sobre o controle da opinião pública, na doutrina de segurança nacional e na defesa dos interesses ditos da nação. Logo, os generais também interferem e investem nestas estratégias de planejamento político-educacional à sua conveniência:

“Durante sua vigência, autoridades governamentais procuraram por meio da repressão e da censura, mas também através de políticas educacionais e culturais - enquadrar uma determinada imagem da nação que, calcada em valores cívicos e religiosos, enfatizava noções como unidade nacional, a harmonia social e o caráter pacífico do povo brasileiro. Como o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Buscavam-se as "raízes" daquela situação presente em fatos processos e personagens passados, que se reatualizavam em filmes publicações, escolares ou nas comemorações. Programas educativos, selos, no ensino de História, Geografia, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB), entre outros veículos e suportes. Neste panorama, a lembranças dissidentes - sobretudo aquelas que remetiam a conflitos e desigualdades - eram negligenciadas c/ou rechaçadas e ou reprimidas, limitando-se, na maior parte das vezes, ao âmbito do privado ou da clandestinidade.”¹³.

Com a sociedade brasileira repleta de tensões de classe, podemos dizer que o quadro político foi impregnado dos elementos de obscurantismo de várias atitudes ligadas à polícia política. Entretanto, a construção do regime soube criar certo clima que amparava ideologicamente ¹⁴ a repressão no que também se desenvolvia para encobri-lo¹⁵.

¹¹DREIFUSS, R. A. **1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. Vozes, 1981. p. 106.

¹²Ibid., p. 172.

¹³SCHIMIDT, Benito Bisso. **Quando novos personagens entraram no arquivo**: o Centro de Documentação Social (CDS) do Núcleo de Pesquisa em História (NPH) da UFRGS. 2010. p. 203.

¹⁴A propaganda do regime com ênfase no fortalecimento do caráter nacional na comunicação social na ditadura. O general Otávio Costa (convocado por Médici ainda em 1969 para chefiar a Assessoria Especial de Relações

Entendemos como fundamental para a História que esta não se consolide somente como espaço na disputa na memória social e na perpetuação do que uma sociedade é exposta em termos de ideologia da classe dominante, como ocorreu na ditadura. Ela se apresenta também como relevante para o historiador no exame do próprio desenvolvimento histórico, manifestada na polarização política, nas lutas sociais, na assimetria econômica da sociedade.

Oriundos, portanto, de reações definidas pela situação de classe, os movimentos populares de trabalhadores no Brasil competem nas reivindicações econômicas e políticas com a realidade de atraso social que conviveu com as condições antidemocráticas na ditadura militar ao ponto de que hoje refletimos sobre sua relevância histórica.

As condições em que movimentos políticos diversos aparecem no Brasil na década de 1960, e até antes dela, faz parte de um conjunto de fatores históricos que culminaram numa liberdade democrática a qual experimentava também nas décadas anteriores, que possibilitou a pluralidade destes movimentos populares.¹⁶ Quando debatemos o poder dessa grande movimentação na sociedade civil, também é necessário revisitar os problemas que desencadeavam estes avanços em busca na melhoria da qualidade de vida. Em boa parte deste período encontraremos fatores na conjuntura social no Brasil fundamental para a mobilização e para o espírito de insatisfação e demanda por cidadania. Entre estes podemos citar para o recorte dos movimentos do campo, a concentração fundiária no país e as condições de trabalho das categorias que aderiram a esta movimentação democrática no meio rural naquele momento.

São movimentos que se formam a partir das contradições do sistema econômico na complexa estrutura agrária brasileira. Trata-se de problemas socioeconômicos que perpassam o âmbito do êxodo rural, das condições em que se realiza a economia rural e também das relações trabalhistas amplamente definidas ao longo dos anos. Lygia Sigaud, quando apresenta enquanto temática central os sistemas de moradia dos ex-trabalhadores da zona canavieira pernambucana na década de 1970, também aborda os percalços da expulsão destes trabalhadores e formas de restrição das condições e garantias de sobrevivência destes trabalhadores.¹⁷ Desta forma, para a autora, é fundamental retomar a década anterior e suas

Públicas) esteve encarregado do projeto pedagógico na formação de uma propaganda política que estivesse em seu conteúdo o otimismo, a solidariedade no seu teor ético-moral. FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão (DELGADO; FERREIRA, 2014).

¹⁵DELGADO; FERREIRA, 2014 (Col.

¹⁶ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Revisitando o campo**: Lutas, organização, contradições - Pernambuco - 1962-1987. 2003. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. p. 54

¹⁷A autora enxerga neste fenômeno as raízes de relações trabalhistas escancaradas nos movimentos que levam a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) quando aparecem as denominações modernas do

movimentações políticas entre os embates dos proprietários de terras e trabalhadores rurais como exercício fundamental pra definir e formalizar a desvalorização do trabalhador. Para esta autora, a relação da modernização excludente da agroindústria nas décadas após o Golpe (quando o país esteve sob tutela dos militares) possui consequências para a classe dos trabalhadores rurais, desmobilizada e impedida de exigir ou lutar por melhorias para seu grupo social, pois não poderia contar com a regulação do Estado a seu favor, como aconteceu anteriormente.

Se desde a década de 1960 observamos um processo de expropriação de trabalhadores residentes de fazendas, engenhos etc., devemos olhar conscientemente para as reações a estes processos e seus efeitos na sociedade¹⁸. Para esta autora as consequências transparecidas na desvalorização do trabalho, do êxodo rural, na constante demanda pela terra “resultado dos processos de expropriação e de marginalização dos trabalhadores e pequenos agricultores camponeses, em consequência das formas adotadas da modernização da agricultura”¹⁹ também estão representadas na apresentação de novos campos de conflito social no período. Todos estes fatores incluindo o golpe, os conflitos sociais, e o avanço do capitalismo no meio rural certamente têm ecos nas décadas seguintes e forte influência sobre as demandas dos movimentos sociais no campo.

A forma como os trabalhadores se envolvem no meio em que interagem com outros elementos da sociedade, tal qual a família²⁰, o trabalho e a religião são componentes essenciais que contribuem para a formação do sujeito político e atuante perante as contradições existentes no mundo capitalista, na realidade de exploração e de opressões de classe. A historiografia que se compromete com estes embates amplia os debates sobre as condições da população por estarem mais atentos às determinações sociais e históricas redutoras da realidade.

Expandindo tais debates, entre os objetivos deste trabalho definimos discorrer sobre o cenário político no mundo rural, especificamente no Nordeste brasileiro, nos primeiros anos

trabalhador “clandestino”, formalizados após o ETR para denominar e definir que aqueles que não tinham a carteira de trabalho assinada e também não tinham, por consequência, direitos (SIGAUD, 1979).

¹⁸WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário**: estudos rurais no Brasil – Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2011. p. 45

¹⁹Ibid.

²⁰Não apenas ao abordamos o fator familiar como contribuinte da ação política decorrente da identificação das relações que provém dela, também é essencial reforçar o estudo de gênero neste aspecto, assim como numa forma independente do círculo privado da unidade da família. O estudo do sujeito feminino político pode ser expandido no campo de lutas das abordagens de classe. A constituição de uma sociedade de classes é fundamental para o estabelecimento dos papéis de gênero, da interiorização do papel feminino acompanhado da desvalorização do seu trabalho como fator central assim como o grau de exploração do trabalho feminino em paralelo ao processo de subvalorização da força de trabalho geral. As implicações específicas de cunho socioeconômicas merecem atenção especial da historiografia (SAFFIOTI, 2013).

marcados pela ditadura militar sob o foco de uma instituição católica com um programa de libertação e de fomentação de consciência política na combinação das noções cotidianas da precarização da sobrevivência, vitimada pela violência constante com o teor teológico agregado da organização que buscava na reflexão pastoral, entre leigos e clérigos, na narrativa bíblica de que os pobres sejam sujeitos conscientes de sua potência social contra tais opressões.

As formas como estas metodologias de politização são desenvolvidas representam uma realidade muito mais diversa que complementa o arco político dos camponeses na História. A efervescência política que o Brasil viveu nos anos 1960 tem fontes de lutas bastante diversas em que nelas a presença camponesa deve ser percebida como os sujeitos que reagem às transformações que estão passando.

A presença política no campo, remontada muito antes do golpe, é muito mais antiga, entretanto, os termos em que esta presença se desenvolveu são distintos. Neste caso, o Partido Comunista Brasileiro²¹ é muito mais bem sucedido. Apesar do peso tradicional das estruturas agrárias brasileiras que por vezes poderia diminuir a adesão dos trabalhadores, o partido soube mesmo na ilegalidade espalhar seus projetos de sociedade por outras organizações tal qual a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) cujas reivindicações abrangeram questões sobre as condições de trabalho, predominantemente²². A realidade que confrontava estes movimentos também cadenciou as suas prioridades em várias frentes de luta de acordo com as possibilidades disponíveis, mas também com as necessidades emergentes. Desta forma:

“Quanto aos movimentos sociais no campo, esse caráter mais político se colocava até porque as contradições eram muito mais acirradas e radicalizadas, por parte mesmo dos proprietários. Reivindicações meramente econômicas eram consideradas, por estes, como questionamento ao seu poder secular e, nessa medida, essas lutas rapidamente assumiam um caráter também de reconhecimento de direitos e de construção da idéia de cidadania, inserindo-se no movimento mais geral de conquistas democráticas.”²³.

O partido se consolida como um referencial político mesmo que os espaços para a militância tivessem de ser adequados. Foi fundamental na organização de trabalhadores e na mobilização destes sobre os direitos trabalhistas, na possibilidade de organização em

²¹Fundado em 1922, de acordo com os princípios da III Internacional, o partido hoje com 99 anos teve entre 1945 e 1964 seu período de atuação mais enfática nos meandros da política brasileira. Mesmo na ilegalidade durante boa parte de sua existência, teve muito a contribuir para o movimento sindical no Brasil se projetando clandestinamente e através de seus militantes em campos da sociedade civil introduzindo nestas bases sociais suas orientações ideológicas.

²²ABREU E LIMA, 2003, p. 31.

²³Ibid., p. 30

sindicatos e na implantação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963)²⁴. Na construção analítica da sociedade o trabalhador rural enquanto classe, em sua forma de valorização do trabalho com potencial de transformar a realidade fundiária e de tomar o poder se desprende também das iniciativas governamentais de formação de sindicatos despolitizados que surgem bem antes do governo Goulart. Portanto, o partido também precisou conviver com as desmobilizações que existia no próprio sistema de estrutura sindical patronal. A mobilização de trabalhadores recebia atenção de setores da sociedade que variavam dos “coronéis aos comunistas”, reformulando a disputa e os meios de embates entre as classes, além de dinamizar as relações entre trabalhadores defensores da classe patronal. Ainda assim, isso significou que temas como a sindicalização, reforma agrária entraram na agenda nacional.²⁵

O interesse da Igreja Católica sobre estas mobilizações torna-se muito mais complexo visto que não se deve somente ao avanço do PCB, mas das Ligas Camponesas no Nordeste. Elas foram fundamentais na identificação do problema da terra, na mobilização das massas camponesas e na denúncia das relações trabalhistas exploradoras que submetiam o camponês a, por exemplo, o “foro” e o “cambão”²⁶. O projeto que moveu e originou as ligas, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, para a desapropriação do Engenho Galileia encontrou no deputado estadual Francisco Julião, do Partido Socialista, um líder na inicial assistência jurídica, mas também política pela subsequente tentativa de remodelar profundamente a concentração agrária no país.

Na disputa pela representação destas massas assim como pela hegemonia na organização camponesa a Igreja promove a sindicalização rural de acordo com seus termos de atuação política, ou seja, mais assistencialista, com certeza se distanciando das intenções revolucionárias do PCB. Em Pernambuco, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco –

²⁴O Estatuto do Trabalhador Rural – ETR (lei nº 4.214 de março/ 1963) teve objetivo de reconhecer os trabalhadores do campo sob uma legislação trabalhista vinculada à CLT que contemplava sua atividade profissional assim como os limites da sua execução política em termos de organização sindical em sua forma de atuação regulamentada a partir de então. Devemos problematizar, ainda que tenha enorme importância de respaldo legal como instrumento de reivindicação para as Ligas Camponesas, que o estatuto tenha restringido também a expansão dos sindicatos a um por cidade, angariando um monopólio representativo da categoria e os problemas de sustento e independência do sindicato. Devemos ter em mente que o ETR não é um fim, mas um meio, ou seja, não tem conclusões em si próprias por depender de fatores mais gerais para sua aplicação já que o estatuto e sua legislação eram respeitados relativamente dependendo da pressão dos trabalhadores, por isso, sua importância na história do movimento camponês (ABREU E LIMA, 2003, p. 213-214).

²⁵WELCH, C. A. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Lutas & Resistências**, v. 1, p. 60-75, 2006. p. 62.

²⁶As relações de trabalho típicas englobavam o Foro e Cambão. Estas limitavam a liberdade do trabalhador com o objetivo de fixá-los na propriedade renovando constantemente as dívidas em decorrência destas práticas e dependência em relação ao patrão. O “cambão” consistia no pagamento em dias de trabalho que locatários de terra deveriam exercer em determinados dias da semana nas terras do proprietário. O “foro”, por sua vez, remetia a outras obrigações no que tange o pagamento para usufruir da terra e da habitação. Ambas as condições foram estritamente rejeitadas pelas ligas neste tipo de contrato.

SORPE, tinha em seus objetivos a manutenção e cumprimento das leis trabalhistas, fiscalização da aplicação destas, funcionando como amortecedor das tensões sociais. Estas disputas características do período formam a estrutura do sindicalismo rural no Brasil, mas também significaram um ponto político que a Igreja Católica interfere muito mais além do caráter confessional:

“A Igreja, com o propósito tácito de impedir a expansão de ideologias comunistas no campo ou, textualmente, “idéias arrojadas e revolucionárias” que viessem a alterar a “índole conformista e rotineira dos trabalhadores rurais” distanciando-os da Igreja e de Cristo. À Igreja já havia sido demasiado o golpe da perda das massas operárias europeias, segundo a declaração do próprio Pio XI: “O maior escândalo do século XIX foi ter a Igreja perdido a massa operária”²⁷.

Existia uma preocupação na instituição católica que não era somente da Igreja Católica brasileira, como notamos a preocupação com a desatualização da mesma e como se via ameaçada no contexto de filosofias radicais no Brasil. A possibilidade de perda de espaço entre os rurais obriga a instituição então a se deslocar para este espaço de atuação.

Esta atuação também se estendeu a outras lacunas da presença da Igreja não somente nos sindicatos, com certeza contribuindo para o amadurecimento político da instituição nesta esfera progressista. Entretanto, é bastante conhecido que muitas vezes a Igreja se encontrava comprometida com segmentos da classe dominante e na defesa de interesses menos radicais na condução das massas se expondo ao papel de neutralizadora das forças políticas da esquerda que existiam dentro do debate político brasileiro. A Igreja Católica nos anos 1960 na América latina certamente não se apresenta inteiramente como voltada ao pensamento à esquerda dentro das lutas sociais que alastravam pelo país, especialmente no Nordeste, mas também surgem a partir dela reflexões bastante sensíveis com as desigualdades socioeconômicas no continente, como veremos especificamente no caso da Ação Católica Rural, fundada em 1965.

Inicialmente, em seu contexto mais conservador, a instituição se aproxima destas lutas aderindo ou construindo movimentos de acordo com a efervescência de ideias e espaços de sociabilidade que não contribuía, ou se distanciavam do parecer religioso. Esta movimentação na sociedade civil também obrigou a Igreja a entrar nestes espaços mesmo que agindo a sua conveniência também produzindo formas organizativas menos sensíveis aos pilares conservadores da ideologia católica. Quando Antônio Gramsci (1891-1937) aponta para a reação católica contra a “apostasia” das massas no início do século XX, na criação da Ação Católica como resposta ao recuo de uma concepção de mundo puramente religiosa tal

²⁷BESERRA, Bernadete de Lourdes Ramos. **Movimentos sociais no campo do Ceará (1950-1990)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015. p. 41-42.

qual a importância desta reação para a criação de um sindicalismo católico,²⁸ devemos compreender o papel da Igreja na sua determinação na busca pela influência política, pela manutenção da organização dos setores populares nos espaços possíveis de atividade.

Para além das origens e das motivações da contribuição da Igreja Católica para o sindicalismo rural brasileiro, podemos dizer que havia um descontentamento e desconforto da instituição no período com as mazelas sociais na realidade brasileira, na sua forma de interpretação destas soluções pelo problema socioeconômico ainda que afetadas pelo anticomunismo da época. Entretanto, foi fundamental para que, perante as iniciativas de aproximação com as camadas populares através de serviços públicos do Estado prestadas em colaboração ou realizadas pela Igreja também entrassem em evidência setores comprometidos com a doutrina social e a transformação da sociedade.

Segundo Mainwaring, a Igreja durante o século XX em uma crescente participação e abertura para o social quando a sociedade também se constituía de forma mais polarizada também é afetada internamente pelos conflitos e mudanças políticas da época, de forma que estes a envolvem nos debates que estamos apresentando e compõem um cenário de movimentações em potência e número pouco revisitadas na História nacional. Para o autor, o acréscimo metodológico que significa incluir as formas de abertura da Igreja católica na sociedade civil é determinante para o estabelecimento da visão de complexidade sobre a pluralidade das lutas sociais no país:

“Negligenciar as organizações católicas de base também pode dificultar a compreensão de uma das fontes mais importantes de influência política na Igreja. O catolicismo caminhou na direção de uma instituição mais orientada para o leigo, particularmente em vários países latino-americanos, onde os grupos chamados de comunidades cristãs, ou de comunidades eclesiais de base, proliferaram e se tornaram politicamente ativos. Não podemos compreender o papel político da Igreja em sociedades como as de El Salvador, Nicarágua e Brasil sem analisar a forma como as comunidades de base apoiaram a luta dos camponeses e trabalhadores para transformar as suas sociedades.”²⁹

O Movimento de Educação de Base, por exemplo, fundado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em parceria com o Ministério da Educação, tinha objetivo de atuação pedagógica sob a influência do método Paulo Freire utilizando um modelo educacional que visava à transformação social através da conscientização sobre os problemas sociais enfrentados no dia a dia. Devemos nos ater a presença de uma profunda crítica à pobreza, à condição da miséria e ao subdesenvolvimento nestas iniciativas da instituição. Como afirma a carta *Mater et Magistra*, esta doutrina social da Igreja ao se colocar

²⁸GRAMSCI, Antônio. **Americanismo e fordismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 152-153. (Cadernos do cárcere, v. 4)

²⁹MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 29

em ação na construção de movimentos de leigos perante as desigualdades socioeconômicas existentes é fundamental para uma educação social, aplicada na prática ao invés de ser apenas enunciada cuja passagem da teoria para questões concretas também é originária no “materialismo que impregna a sociedade moderna”³⁰.

São documentos como estes que questionam o estado de subdesenvolvimento nas estruturas econômicas que provocam a desigualdade que deslocam nosso olhar para o crescimento de uma vertente progressista de dentro da Igreja já que em breve esta provocaria uma atividade de fiéis e clérigos bastante a criar alternativas de atuação e de reflexão pastoral. A concepção desta doutrina social é ainda mais relevante se pensarmos que além das constatações destas mazelas do sistema capitalistas, nos deparamos com o clero, especialmente latino-americano, militando em organizações católicas populares. Estas bases foram essenciais na formação política dos ativistas a que cada organização se direcionava, mas também na emergência do quadro clerical mais comprometido com estas arestas sociais.

O que entendemos como Cristianismo da libertação caminha no Brasil com certas expectativas de clérigos menos conservadores e mais sensíveis sobre as reflexões teológicas transgressoras. Alguns destes como D. Helder Câmara, além de coletivos de juventudes católicas estiveram ativos para que esta transformação na Igreja fosse possível. É inegável como setores conservadores conseguiram manter sua relevância, chegando a apoiar o golpe de 1964, mas o que surge da base desta Igreja torna-se relevante também.

Neste ponto, o Concílio do Vaticano II é de importância para oficializar uma aproximação com as massas populares, o que já acontecia no Brasil. O que significa que o movimento não foi necessariamente iniciado na Europa. O que acontece é que neste texto que os debates se expandiram do ponto de vista das hierarquias na construção de organizações iniciadas ou paralelas à Igreja. O concílio foi capaz de externar a posição da instituição em relação às questões políticas e sociais.

Podemos dizer que a Ação Católica Rural, fundada mesmo num período de mudança das condições políticas, representa certa continuidade tanto do ponto de vista da doutrina religiosa quando na ambientação das lutas do campo que de fato nunca foi favorável ao trabalhador, mas desta vez consideramos que estavam bastante limitados depois do golpe. A organização surge de elementos de lutas sociais sempre presentes no nordeste brasileiro, entretanto, sob as condições de repressão, de desmobilização dos sindicatos rurais e das forças

³⁰JOÃO XXIII, Papa. Carta Encíclica. **Mater et Magistra** (Sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã), 1961. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html

políticas que nela atuavam. Desta forma, torna-se essencial para o cenário político uma instituição católica que conseguiu se manter ativa e denunciante na sua atuação. Através das reuniões entre a equipe executiva, nas dioceses abertas aos trabalhadores existiam espaços de reflexão sobre o cotidiano, sobre o que se associa no mundo de exploração com justiça social.

A religião é de fato um fenômeno que também é influenciado por fatores econômicos e influencia comportamentos sociais. Para os trabalhadores rurais que participavam da ACR a crítica constante ao modelo econômico, à estrutura agrária excludente e as condições de trabalho degradantes era parte de um modelo de Igreja que se aproximava da realidade local. Além de possuir a função de informar e elucidar sobre leis trabalhistas e assuntos da economia, a instituição procurava repensar todas estas questões e como elas teriam efeitos práticos na vida dos camponeses.

Desta forma a ACR torna-se fundamental na constituição dos movimentos sociais no campo pós-1964. Sejam na politização constante dos trabalhadores, ou nos fortalecimentos das identificações de classe que expandem a consciência das estruturas econômicas as quais os trabalhadores, lavradores estão sujeitos e na desmistificação da pobreza, da seca e de outras mazelas como partes inerentes da vida camponesa.

O reconhecimento destas experiências semelhantes em que algumas delas estavam ligadas ao mundo do trabalho estreitam as noções de consciência de classe como noção de oposição e unidade. Este último fator também viria da experiência religiosa presente obviamente na organização, mas também nos militantes. Estes são aspectos relevantes que afloram a densidade política da situação já que além das justificativas moldadas na justiça social, elas também estavam pautadas na legitimação que a própria Igreja trazia na sua formação, nas motivações e nos fins.

Respeitando estas considerações, prezamos pela divisão do trabalho em três capítulos que tentaram abranger todas as questões que formaram as bases para o desenvolvimento de uma pedagogia evangelizadora em organizações ligadas à Igreja Católica como foi o caso da ACR.

Neste primeiro capítulo introduzimos a temática pesquisada, trazendo uma discussão sobre os diferentes interesses, as lutas e as classes sociais em disputa com o objetivo de apresentar uma justificativa que esclareça os rumos desta dissertação. Tentou-se expor, desta forma, que há relevância no período trabalhado perante o estudo de camadas da sociedade que tiveram força de associação com os trabalhadores rurais e que suas contribuições para as conclusões acerca deste momento importantíssimo da História brasileira não podem ser subestimadas.

No segundo capítulo *O golpe de 1964 e a sociedade civil* tentou-se estabelecer uma leitura estrutural dos projetos de sociedade que circulavam no plural cenário político que se fazia presente no Brasil. A partir desta premissa da observação sobre a polarização da sociedade, tentou-se ilustrar os principais agentes de mudança que relacionaram o processo estrutural da movimentação política que se sustentou na combinação de interesses do setor privado com as demandas populares, até que esta disputa se revela irreconciliável nos objetivos das classes antagônicas. As contribuições de Dreifuss conseguem elementarmente analisar as ações políticas que os grupos econômicos dominantes desencadearam para neutralizar e desmobilizar as classes populares que tentavam por em prática suas visões de justiça social a partir de medidas politicamente eficazes na atuação do poder executivo.

Tão plurais quanto eram as frentes progressistas e conservadoras em nichos de atuação, quanto elas aparecem neste capítulo, percebemos a diversidade de campanhas para as ideologias conflitantes que conviveram, de certa forma, democraticamente até 1964. As proposições, portanto, estão em todas essas formas de arregimentação da opinião pública e das forças de mobilização em favor da adesão aos objetivos conectados às respectivas classes. Entre os meios sindicais, intelectuais e estudantis fomentou-se todo tipo de movimento que tentasse debater e contribuir com os rumos da política brasileira. Para uma leitura particularmente relevante do cenário nordestino contamos com a tese de doutorado da professora Maria do Socorro Abreu e Lima, que exatamente neste período anterior ao golpe conseguiu sistematizar em entrevistas e variada documentação as leituras que os movimentos do Nordeste faziam da sua participação na democracia brasileira.

O terceiro capítulo *A Igreja Católica e a questão social no Brasil: entendimentos político-sociais até o Concílio Vaticano II* têm por objetivo observar a instituição católica como uma organização de disputas em que suas orientações de comportamento são definidas por um posicionamento bastante particular de leitura de mundo de alguns sacerdotes e de concepções da função social da religião. Por questão social tentamos compreender a preocupação sobre o distanciamento das massas em relação à Igreja e as motivações que levam ao enfraquecimento deste vínculo. Após a constatação desta diagnose, as diretrizes tendem a ajustar-se nas medidas incorporadas da atuação direta em contato com a base da instituição, ou seja, seus fiéis e devotos. Para contemplar melhor tais apontamentos utilizamos especialmente Scott Mainwaring e Michael Löwy. Estes estudiosos conseguiram demandar a força política da Igreja Católica no Brasil, historicizando as tendências e referências do clero em contato com o rebanho na constante atualização de seus interesses e concepções missionárias.

Esta segunda parte tem o objetivo de conceber a Igreja como um produto da sociedade que ela circula. Tentou-se dessa forma preservar as características políticas e sociais dos períodos em que as principais mudanças se revelaram e agregar as consequências teológicas encontradas no interior de uma instituição que constantemente se transforma. Além disso, prezou-se pela continuidade da trajetória de valorização e ampliação do pensamento progressista na Igreja, tendo consciência de que este não teve a expressividade reconhecida devido às forças conservadoras que estavam presentes, por serem fundamentais para a justificativa essencial na fundação da organização que é nosso objeto de pesquisa.

Construída de forma que combine esta pesquisa desenvolvida através do acervo da Ação Católica Rural com as considerações sobre o processo pedagógico fundamental para que a organização se encontrasse como agente mobilizador de trabalhadores rurais, na primeira parte do capítulo intitulado *Movimentos Sociais após o golpe, Formação política e a Ação Católica Rural* procurou-se firmar a conjuntura nacional após o golpe de 1964 e a situação desanimadora das organizações progressistas que tanto avançaram em termos de expansão de movimentos sociais que buscavam cidadania, mas que foram interrompidos com a tomada dos militares em 1964. A segunda seção envolveu a teorização sobre as formas de pedagogia que exercitam e materializam os interesses das bases ideológicas concorrentes, de tal forma que o processo de conscientização política nem sempre pode ser considerado espontâneo, pois obedece, neste caso, a uma tendência de concepção de mundo político-religiosa. Por fim observou-se nas atas de reunião, nas assembleias e nos jornais da organização suas vontades, suas estratégias e suas expectativas quanto ao processo de transformação social tão endossado.

A dinâmica que envolve a atuação da ACR não deve ser apenas abordada de forma singularizada ou isolada, deve-se prezar por, no senso de formação politizada para seus militantes, o produto de um período renovador para a organização, sendo necessário compreender seus limites, mas ao mesmo tempo, seus esforços para a realização de um trabalho de base no contexto referido.

Esta pesquisa tenta compreender e divulgar o rico e profundo processo de politização de trabalhadores rurais dialogando com as estruturas de poder político, religioso e econômico que apareceram na década de 60 no Brasil. Busca-se contribuir, ao menos de forma modesta diante da dimensão do acervo trabalhado e dos enfrentamentos reais destes personagens, com a memória e valorização da luta dos camponeses no Nordeste brasileiro.

2 O GOLPE DE 1964 E A SOCIEDADE CIVIL

Existe grande debate na historiografia sobre a importância dada à eventos históricos de impacto significativo e sobre a supervalorização destes na generalização dos sintomas da mudança social. A simplificação dos eventos e de uma história centrada somente no empilhamento quantitativo destas datas e fatos relevantes da história política consegue reduzir a análise histórica por expurgar a capacidade de racionalização da estrutura e dos sujeitos históricos³¹. Ainda assim, uma das alternativas sobre a análise dos processos históricos é a de identificar nos eventos que saltam à História sua relação com os recursos políticos e sociais disponíveis pelos grupos que disputavam o poder e pela perspectiva de uma história disputada e não somente unilateral e inevitável. Através destes espectros podemos compreender o golpe de 1964, um dos eventos principais da República brasileira, em sua complexidade pela histórica disputa de projetos políticos e econômicos para a então democracia liberal brasileira, assim como também definida pela constante movimentação da sociedade civil que se organizava sob distintas orientações políticas.

Compartilhamos do retrato do cenário político desenhado no aspecto de uma revisão historiográfica que identifica nas constantes narrativas de episódios relevantes que acusavam na prática da predestinação ao golpe uma lacuna na compreensão dos espaços de poder que a burguesia transitava, da radicalização política e das demandas históricas das esquerdas nos fins da década de 1950 e início da década de 1960. Segundo o autor:

“Se no início de 1964 havia incertezas e o futuro próximo era imprevisível, anos mais tarde o mesmo período foi interpretado como uma "morte anunciada". A própria experiência liberal-democrática inaugurada com a Constituição de 1946 passou a ser contada como se o seu fim já estivesse predeterminado, como se estivesse condenada desde o início. Havia um futuro sombrio que aguardava a sociedade brasileira em 1964. A história desse período passou a ser narrada como se avançasse para um fim determinado e, claro, desastroso. A esta maneira de narrar a história chamamos de teleologia. Os personagens que viveram naqueles anos não poderiam saber o seu futuro. Mas os historiadores sabem. E como conhecem o final de um processo histórico, há o risco de relatarem os acontecimentos como se houvesse um destino predeterminado.”³².

Nesta perspectiva podemos tomar como referência os processos de aliança e rompimentos políticos que marcam o governo Goulart os termos da análise histórica

³¹BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 179.

³²FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964)**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. v. 3, cap. 13 (Série: O Brasil republicando). p. 403.

utilizadas por Carlos Fico³³, que aponta as prerrogativas que antecedem o golpe são, na verdade, definidos como processos distintos de Desestabilização e Conspiração³⁴. Estas questões além de esclarecerem a conjuntura e o momento político fragmentado em que o país se encontrava, também permitem tomar criticamente a extensão precisa da influência cujas forças politicamente conservadoras exerciam sobre as classes subalternas brasileiras (que ganhavam protagonismo político). Isso significa que o processo de desestabilização, organizado pela burguesia (representada pela classe empresarial), não foi exatamente bem-sucedido em sua campanha, pois somente em 1963 esses grupos envolvidos com os militares evoluem do estado suficiente da atuação de grupos anticomunistas (como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática) para a ação golpista definitiva:

Conforme a crise política foi se acirrando, sobretudo a partir de 1963, essas entidades foram sendo superadas por efetivos planos de derrubada de Goulart, para os quais era indispensável a participação mais efetiva dos militares. É nesse sentido que me parece ser possível distinguir a campanha de desestabilização fundada, sobretudo, em propaganda e doutrinação anticomunista e anti-Goulart da conspiração propriamente dita, que, tendo em vista a deposição do presidente, dependia de medidas de força e, sobretudo, dos militares.³⁵

Ainda que Fico estabeleça algumas críticas a René Armand Dreifuss sobre a distinção entre os dois momentos (ausentes ou não precisamente claros na obra do autor) que antecederam o golpe³⁶, é ao cientista político uruguaio já falecido que recorreremos constantemente para que se trabalhe na história democrática brasileira a organização de classe que definiu a ação política do grupo empresarial-industrial que disputou com o projeto popular o Estado brasileiro. Constituir o golpe como uma ação de classe, mesmo que trabalhando o período seguindo uma análise crítica ao conceito de história teleológica, permite identificar, durante o agravamento da crise social e política durante a década de 1960, que foi uma classe empresarial que criou condições para o golpe. Portanto, o espaço de luta de classes elevado ao nível internacional, mas representados no Brasil pela entrada do capital transnacional na atuação de uma classe burguesa renovada, expande-se. Pois é em contribuição ao estudo do autor que a capacidade estratégica-política desta classe (dentro ou fora do aparelho de Estado brasileiro) tentam moldar o estado aos seus interesses.

³³FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. [S. l.]: Editora FGV, 2014.

³⁴LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra**. Editora Unesp, 2020

³⁵FICO, op. cit., p. 36.

³⁶Id. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan./abr. 2017. p. 12.

O autor apresenta como antes de 1964 entidades classistas, mesmo no aspecto militar, também eram financiadas por organizações americanas que, num contexto de guerra fria, se esforçaram para neutralizar os setores populares e os conflitos sociais em reflexos das desigualdades socioeconômicas. Na verdade, é do mesmo autor que buscaremos as conclusões de: como desde a legitimação da sociedade capitalista, no governo Dutra, e da intervenção do estado na economia desencorajada e condenada, a atividade de grupos industriais de empresas multinacionais torna-se determinante no processo de concentração industrial e de terra. Isso é relevante por ser considerável que a maior parte dos investimentos feitos no Brasil viesse de corporações estadunidenses, o que representa que o capital monopolista transnacional determinou a forma de expansão capitalista no país³⁷. Ainda usufruindo de uma liberdade de moldar o estado e seu projeto econômico desde o governo Dutra e consolidado no Governo Kubitschek, este grupo expande sua influência política e econômica por estarem amparados por um executivo que os permitia conduzir tal poder paralelo.

No momento em que este vínculo não foi incentivado também ficou claro a mudança de comportamento desta classe. Por isso, também tomaremos do autor o próprio termo designado ao evento histórico. O estudo acerca da atuação dos civis no golpe permite que ao identificar nestes elementos da sociedade a importante relação entre militares e os empresários americanos e brasileiros. Desta forma, podemos nos utilizar das variações que se refiram a participação de tais sujeitos fundamentais para a definição da desestabilização e conspiração em relação ao governo Goulart:

“Tentou-se descrever a ampla rede de apoio que o complexo IPES/IBAD³⁸ conseguiu dentro das Forças Armadas e de militares da reserva. Alguns dos oficiais mais influentes eram Ipesianos e Ibadianos, e desempenharam um papel significativo na preparação e na consumação do movimento civil-militar que depôs João Goulart. Além disso, tentou-se descrever a participação de civis e oficiais do complexo IPES-IBAD no movimento civil-militar que retirou o Presidente João Goulart do poder e marcou o fim do regime populista. [...] E este é o último ponto que se tentou enfatizar, isto é, que o ocorrido em 31 de março de 1964 não foi um mero golpe militar. Foi, conforme mencionado anteriormente, um movimento civil-militar. Discutiu-se e tentou-se mostrar nos capítulos anteriores, bem como neste capítulo, o que o próprio General Cordeiro de Farias reconheceu que o movimento vitorioso de 1964 foi altamente político e civil em sua formação e execução”³⁹.

Com os interesses empresariais-militares e suas redes de relacionamento estabelecidas de origens diferentes antes do golpe, estes elementos civis e das forças armadas convergem numa posição político-ideológico semelhante no alinhamento aos Estados Unidos. Logo, com tantos objetivos em jogo na ascensão de Jango à presidência todas as suas ações,

³⁷MARINI, Ruy Mauro **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013

³⁸IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

³⁹DREIFUSS, op. cit., p. 396-397.

enquanto chefe do executivo, podem ser maximizadas pela definição da geopolítica internacional. Ou seja, com dois setores poderosos da sociedade assumindo posição positiva ao bloco capitalista, o governo iniciado em 1961 assume para o grupo de oposição a desconfiança prévia e confirmada nos próximos anos.

Estava estabelecido, portanto, que na eminência de um golpe de estado confrontavam-se dois projetos políticos e econômicos no Brasil. Estes projetos conseguiram incorporar uma coesão de todos os elementos que emergiam em favor de cada um. Se de uma perspectiva popular isso presumiu uma adesão significativa de setores da esquerda protagonizada pelos trabalhadores, estudantes e setores da Igreja progressista, do lado de uma proposta neoliberal colocou-se uma parcela empresarial e militar, assim como setores da Igreja católica conservadora que estavam dispostos a articular-se em razão de suas disputas de poder. Das situações de classe, estes sujeitos e grupos dialogaram com o núcleo institucional do país para a adoção de suas demandas de forma direta ou através da pressão exercida diante dos recursos disponíveis.

Ainda assim, os aspectos culturais e sociais desta trajetória aos eventos de 1964 não podem ser negligenciados pelos estudos econômicos e políticos restringidos no círculo da classe dominante que também definem o período, pois marcam as manipulações da opinião pública, ou de sociabilidade e capacidade de organização da classe trabalhadora. Todas estas questões remetem a um período particular que não corresponde somente aos poucos anos anteriores ao golpe, mas, na verdade, a uma dinâmica de classe muito mais antiga e formada ainda na década de 1950 (sobre alguns temas até mesmo antes) que projetaram ao mesmo tempo nos espaços acessíveis de atuação. Isso foi representado na crescente participação da sociedade civil na industrialização brasileira e no contexto político mundial do pós-guerra.

Logo, esta dinâmica pra um projeto que prezou pela valorização do trabalho e do trabalhador, também atribuiu significado para a contraproposta diante do cenário político. Ou seja, quando a classe trabalhadora se colocou em evidência, também ocorreu do grupo empresarial-militar mobilizar determinados setores da sociedade em seu favor. Por esta razão, cabe esclarecer sobre como se produziu este enredo, quais os interesses destes grupos e como se relacionaram diante das mudanças políticas institucionais no país até 1964 sem desapegar da trajetória política do presidente deposto na ocasião exatamente por dar perspectiva da relação política desses grupos com os sujeitos que se apegavam ao Estado.

2.1 O projeto popular: as reformas e a sociedade civil

Como aqui estamos dispostos a abordar o Golpe de 1964 tal qual um evento histórico que acentuou os limites das tensões sociais marcadas pelas disputas de classe, e, portanto, um golpe contra a classe trabalhadora, é necessário contextualizar estes conflitos sociais no país para também não os isolar em suas demandas históricas individuais. Estas considerações iniciais permitem investigar como o estabelecimento de uma ideologia nacional-reformista abraçada por estes setores insurgentes da população, assim como também formalizadas e legitimadas pelo governo Goulart fazem parte de um processo histórico que envolve a própria carreira política do ex-presidente tanto quanto do amadurecimento da representação popular nos termos da organização de greves, da formação nos sindicatos e dos debates do movimento estudantil.

Isso representa que na premissa de não bloquearmos a interação direta do estado político brasileiro com a classe trabalhadora, estaremos também condicionando o momento político democrático à prática política na sociedade civil. Nestes aspectos, relacionamos a crise política que levou ao Golpe às próprias tensões sociais presentes no cenário social brasileiro. Ou seja, do movimento de conspirações que a classe empresarial formou para a deposição de Goulart por ameaçar a sua hegemonia econômica no país, um processo que sozinho garante todo o estudo do sistema político brasileiro, também se agrega os conflitos sociais do período:

“Em meio ao tensionamento das posições políticas na sociedade, a intensificação do processo de politização dos trabalhadores, vinculado à crescente insatisfação deles, face às relações capitalistas de trabalho e ao monopólio da terra, também pode ser entendida como um diferencial desta crise política. A multiplicação do número de sindicatos e greves gerou certo desconforto entre os integrantes do bloco no poder, contribuindo diretamente para um tensionamento das contradições sociais.”⁴⁰.

Neste sentido, nosso entendimento é de que acompanhando todos estes fatores da mobilização política popular, nas transformações do sistema político e do comportamento das forças conservadoras do bloco economicamente potente, podem trazer conclusões mais complexas sobre esse tecido social, o que justifica nossa possibilidade de abordagem sobre a relação entre estes núcleos de movimentação política. Pois, em uma sociedade altamente politizada, com o presidente João Goulart tão próximo de propostas sociais expressadas nas Reformas de Base e aliado a seu reduto histórico com as bases populares, incentivando-as em sua expressão de organização paralela ao governo, tais elementos da direita também souberam articular-se para barrar este avanço das classes trabalhadoras. E é nesta polaridade que

⁴⁰ RIBEIRO, David. O congresso nacional e o golpe de 1962: elaboração, execução e legitimação. *In*: TOLEDO, Caio Navarro (org.). **1964**: o golpe contra a democracia e as reformas. Florianópolis: Editora em Debate/UFSC, 2014. cap. 2, p. 51.

convém destacar que o aumento destes conflitos são diretamente proporcionais às articulações da classe dominante para que se fomente a rejeição a este projeto de governo do petebista, seja no seu espaço civil, no legislativo, ou nos quartéis dispostos à sabotagem e às crises de governabilidade que marcaram os últimos meses do governo de Jango, como afirma Ribeiro:

“Por mais que o golpe de 1964 também tenha sido o resultado do crescimento dos conflitos entre diferentes classes sociais, é necessário enfatizar que a luta de classes só se converte em Golpe de Estado quando a mediação histórica é expressa por meio de um processo paulatino de crise institucional.” (RIBEIRO, 2014, p. 51)⁴¹.

Com base nestes direcionamentos, é válido identificar como aspectos da sociedade que já estavam estabelecidos conseguem reagir às mudanças sociais latentes da década de 1950. O que torna esta década tão importante é que foi neste período que não necessariamente grandes inflexões ocorreram na estrutura econômica e socioeconômica das camadas populares, mas estas estavam cada vez mais próximas de uma ação política mais uniforme, unificadas e ambiciosas em termos de propostas a serem atingidas. Logo, são estas classes que trabalharam com as camadas resistentes ao seu projeto político e estabeleceram outro parâmetro de participação política na sociedade.

Apesar do anticomunismo influenciar a história política brasileira no cerceamento da própria atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ou na aversão às ideias simpáticas à revolução cubana em 1959, aqueles sintomas presentes na difusão conspiradora de uma “guerra interna” ganham certo fôlego na teoria de que o inimigo nacional se trata do sindicato, do camponês e do estudante⁴². A própria trajetória política de Goulart demonstra uma relação conturbada com a política interna expressada pelos adversários políticos da União Democrática Nacional (UDN), partido de orientação conservadora fundado em 1945.

Na última presidência de Getúlio Vargas, em sua volta através do voto popular em 1951, até pouco antes de seu suicídio em 1954, do seu mesmo partido (Partido Trabalhista Brasileiro) atuava como ministro do trabalho o então jovem político João Goulart. Com um projeto econômico nacionalista, aquele presidente conviveu com uma oposição partidária relativamente forte endossada também por uma força reacionária militar anticomunista, característica da década de 1950. Tais soluções econômicas têm consequências na criação de estatais para gerenciamento da extração de petróleo⁴³. Elas barganharam com a austeridade de

⁴¹Ibid., p. 51.

⁴²SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. [S. l]: Paz e Terra, 1988.

⁴³A campanha “O petróleo é nosso” ajuda a definir o debate do caso do movimento que conseguiu mobilizar setores da sociedade que participavam desta proposta em comum. Setores de influência cultural ou do mundo do trabalho compreenderam e abraçaram as causas que levam à criação de um sistema que proporciona o monopólio estatal do petróleo antes mesmo da fundação da Petrobrás, em 1954. Surgem na sociedade a partir

um programa antinflacionário antipopular. São baseadas nestas ambiguidades pouco coerentes que o PTB sobreviveu como partido da situação. Definido por Penna, da seguinte forma é dito:

“O principal apoio político do presidente [Getúlio Vargas] provinha do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), fundado sob a égide de Vargas em 1945. Seguiu as linhas dos partidos socialistas democráticos europeus, e chegou a ser o principal partido de esquerda, mas era marcado pelo personalismo e seu matiz ideológico variava de um estado para outro.”⁴⁴.

A polarização política também possui reflexos na casa ministerial do trabalho, ou seja, o próprio ministro demitido em 1954 por Vargas e devido à pressão de grupos antipopulares após a medida de aumento do salário mínimo em 100% já havia tomado conhecimento sobre a aversão a um projeto nacionalista. O aumento vinha com o apelo ao apoio popular em proporção até maior de que o sugerido por Goulart, apesar de tomar conhecimento sobre a crise econômica e dos reflexos no custo de vida. Além de facilitar a comunicação entre ministro, sindicato e trabalhadores, Jango, em termos políticos, se desgastou pela forte campanha oposicionista para sua demissão⁴⁵, que soube através da campanha udenista no congresso, articular que as medidas do ministro do trabalho como exemplo de agitador de conflitos sociais, estimulador de greves e, obviamente, simpático às ideias comunistas.

Logo, quando o sistema eleitoral brasileiro, que permitia aos eleitores a votação em separado dos cargos de presidente e vice, frustra os planos udenistas após a renúncia de Jânio Quadros em seu brevíssimo governo, as consequências são a ascensão de Goulart ao executivo (não sem antes forçar um movimento pela legalidade) e o fato de que os conflitos sociais alastrados no campo civil tornam-se o centro do debate público na administração petebista disposta a colher soluções para estes grupos partindo das demandas sociais.

Desta forma, a própria trajetória política de Goulart, ministro de Vargas e duas vezes vice-presidente no governo Kubitschek e Jânio Quadros, incomodava opositores do histórico movimento de valorização dos trabalhadores em termos salariais e na constituição de direitos políticos que decalcava a jornada pública de Jango⁴⁶. Enquanto isso, o Brasil da transição dos

da defesa de uma economia nacional vinculada a uma concepção emancipadora situando no processo de fusão do ideal de soberania nacional sobre seus recursos e possibilidade de explorá-los (PENNA, 2003).

⁴⁴Ibid.

⁴⁵GOMES, Ângela Maria de Castro. **Ministério do Trabalho**: uma história vivida e contada. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007, p. 56.

⁴⁶DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Movimentos sociais e políticas reformistas no governo Goulart. *In*: TOLEDO, Caio Navarro (org.). **1964**: o golpe contra a democracia e as reformas. Florianópolis: Editora em Debate/UFSC, 2014. p. 11.

anos 1950 para os anos 1960 já não contornava a crise e as tensões sociais pautadas em fatores estruturais e conjunturas⁴⁷.

A perspectiva do desenvolvimentismo do governo pessedista de Juscelino produzem um otimismo raso por neles não constarem a postura nacionalista bastante popular no governo Vargas, além de representar uma proposta econômica que implicou no endividamento do Estado. Os setores mais atentos da sociedade formaram o coro para a necessidade de reformas estruturais da constituição nos âmbitos da reformulação de leis de acesso à terra. Ou seja, da reforma agrária, sobre a amplificação do acesso à direitos políticos, e reformulação da perspectiva econômica no que tange a liberdade de empresas privadas em termos de produção e lucro.

Existe uma abertura interpretativa do Brasil que permitiu uma perspectiva do pensamento intelectual: uma análise do país, no continente com condições históricas semelhantes, sob como a exploração colonial tem características nas transformações sociais, políticas e econômicas brasileiras. Sejam elas em seus espaços de elaboração teóricas voltadas para o problema sociológico ou econômico. Boa parte aconteceu durante a década de 1950 e 60, onde intelectuais brasileiros, no auge do debate sobre o desenvolvimentismo, trouxeram novos dilemas sobre os terrenos dos problemas estruturais do país.

Desta forma, não foram poucos os intelectuais que se dispuseram a observar o problema brasileiro do ponto de vista de seus objetos sociológicos, políticos, históricos e econômicos⁴⁸. Dispuseram-se a elaborar uma vasta obra que corresponde ao período que

⁴⁷Ibid, p. 10.

⁴⁸Dentre as iniciativas de intelectuais de compreender a conjuntura brasileira, fortalecendo em seus estudos a perspectiva de transformação social, é imprescindível destacar a relevância da análise histórica de Caio Prado Jr. (1907-1990). O historiador marxista e militante do Partido Comunista Brasileiro, sendo inclusive eleito deputado pela mesma legenda, representou sob seu ponto de vista político o esforço para compreender o desenvolvimento histórico brasileiro de forma que tal interpretação permitiu a identificação do problema estrutural das instituições sociais brasileiras, assim como a formulação de uma pesquisa que problematizou os aspectos da organização econômica e do desenvolvimento social. A principal questão em sua premissa na historiografia é que existe um elemento constituinte na formação da sociedade brasileira que se expressa na luta de classes. Tal elemento se reporta à condição colonial brasileira do século antecessor ao historiador. Logo, os componentes sociais da conjuntura brasileira em seu estado mais recente para o historiador exatamente sensível às tensões sociais das décadas de 1950-60, caracterizam-se concomitantemente pela situação histórica. Ou seja, de que o desenvolvimento ou a revolução também estivessem atrelados à superação da estrutura colonial. Estes pontos interessantes na análise histórica marxista do autor compelem uma abordagem da pesquisa e do problema deslocada para a questão agrária brasileira. Precisamente em *A Revolução Brasileira*, publicada originalmente em 1966, mesmo que após o golpe empresarial-militar, os temas sobre o subdesenvolvimento e posição marginal da economia brasileira são anexados ao problema original elevado pela concentração fundiária no país marcado pelas raízes do latifúndio colonial. Esta perspectiva econômica é perseguida também na valorização do trabalho rural acompanhado do reconhecimento da dominação imperialista que perpetua a condição de subordinação brasileira no cenário internacional. O autor afirma: “[...] a eliminação das formas coloniais remanescentes em nossa organização econômica e social é condicionada pela libertação das contingências em que nos coloca o sistema internacional do capitalismo no qual nos entrosamos como parte periférica e dependente” (PRADO JUNIOR, 2014, p. 185).

representou de onde partem estes intelectuais e militantes daquele tempo, como da elaboração de suas pesquisas ao ponto em que chegam às suas conclusões. Isso significa que os aspectos da mudança social, do entendimento de uma sociedade de classes, da existência de um sistema econômico capitalista competitivo (que proporcionou uma industrialização dependente), confrontaram esta parcela da população sobre respostas para formação sócio-histórica brasileira ou sobre uma perspectiva do futuro em antecipação de um projeto econômico atento às especificidades da margem do capitalismo mundial.

Em consequência, juntamente com as mudanças sociais no Brasil também aceleradas no processo de industrialização, as instituições democráticas sentiram também o peso da política de modernização, das expectativas do projeto econômico desenvolvimentista de 1946 a 1964. Os intelectuais brasileiros, portanto, atribuem-se da tarefa de questionar o passado brasileiro em escalas singulares de campos de estudo, delimitando o problema e objeto, como por exemplo, a sociedade brasileira, sua formação, a consciência coletiva e os dilemas da modernização nacional.

Todavia, elegendo os problemas sócio-históricos brasileiros como objeto, é imprescindível que oriunda da temática emergente surjam sensíveis sobre o tema, renovações dos aspectos das ciências sociais, história e economia. Intelectuais estes não somente espectadores da mudança, mas participantes ativos dela seja no envolvimento da militância, ou por intervenção de princípios e valores democráticos da justiça social. Este entendimento particular da sociedade moderna brasileira ocasiona uma profunda reflexão sobre a estrutura econômica estabelecida na sociedade de classes.

Sob o expoente da sociologia destacamos a obra de Florestan Fernandes⁴⁹, intelectual brasileiro que não esteve imune a estas questões sociais, na fundamental análise da formação da sociedade brasileira moderna, que na reprodução do capitalismo replicou e acentuou as desigualdades socioeconômicas. A historicização de sua obra acompanhada da análise sobre as estruturas sociais foram fundamentais para o estabelecimento da versão sobre a base social brasileira e seu pareamento das contradições do sistema capitalista. Tais considerações são centrais nas conclusões sobre o crescimento econômico, sobre os alicerces coloniais da sociedade brasileira e sobre a sua importante influência na caracterização da sociabilidade e cultura nacional.

Segundo Fernandes⁵⁰, recorrendo sobre a sociedade em sua formação de classe edificada sobre preceitos coloniais ou neocoloniais, deveria haver interesse dos sociólogos

⁴⁹FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2008.

⁵⁰Ibid., p. 33.

sobre esta abordagem por responder o problema histórico dos aspectos “estruturais e dinâmicos do regime de classe”. Tal regime associado ao reconhecimento desse sistema de exploração pelos sociólogos da periferia do capitalismo deveria agregar à análise renovada da investigação de uma realidade histórica conservada na dependência política, econômica e sociocultural⁵¹.

A relação de dependência com o crescimento econômico, catalisador da mudança social, na verdade, corresponde no cerco da sociologia para Florestan Fernandes à formação do regime de classes edificada na periferia do mundo capitalista. Estes aspectos apresentados pelo sociólogo em perspectiva investigativa devem se ocupar das condições sócio-históricas por desnaturalizarem uma concepção de mundo subdesenvolvido inflexível, ou inerente à formação histórica brasileira⁵². Ou seja, poderia redimir um olhar investigador reducionista da característica social ao constituir no recorte almejado um dinamismo da dimensão histórica atenta aos níveis estruturais que são exigidos para as transformações da sociedade capitalista.

Tais perspectivas para a ampliação máxima dos fatores estruturais significaria encontrar em toda uma relação da geopolítica mundial seus aspectos essenciais dentro do mosaico social e econômico. Tais condições também se revelam fundamentais para o confronto dos principais fenômenos desencadeadores do desenvolvimento em relação à reprodução das desigualdades socioeconômicas. Estas construções tratam de mudar os ângulos de observação por conceberem as forças dinâmicas do regime de classes, as conexões estruturais da história colocando o capitalismo interno e externo na análise por ser premissa para a manutenção da ordem social e permanência dos regimes de relação de classe. Sobre a ocupação destes papéis históricos e expansão das visões sociodinâmicas, Fernandes (2008)⁵³ afirma:

“No que diz respeito à periferia do mundo capitalista, no entanto impõe-se que se ponha em prática uma verdadeira rotação ótica do estudo sociológico do regime de classes.[...] O que varia é o modo pelo qual o regime de classes "nasce" e se “desenvolve”, com influências dinâmicas externas que afetam tanto a história quanto as estruturas das sociedades de classes dependentes e subdesenvolvidas.[...] Ao estudar o regime de classes em sociedades que se defrontam com o desenvolvimento capitalista induzido e controlado de fora, além disso sujeitas ao impacto negativo das debilidades resultantes de suas posições heteronômicas, os cientistas sociais têm de operar, tanto descritiva quanto interpretativamente, com uma heterogeneização máxima dos fatores propriamente estruturais e dinâmicos da diferenciação social.”⁵⁴.

⁵¹Ibid, loc. cit.

⁵²Ibid.

⁵³Ibid.

⁵⁴Ibid., p. 34-35.

Ultrapassar as barreiras da condição periférica, além da compreensão sociológica também estabeleceu novos padrões para a então saga do desenvolvimento brasileiro. Nestes termos, tem-se o esgotamento do projeto desenvolvimentista de Kubitschek, resultante do alto padrão de industrialização, mas precário avanço social (por ser um projeto conduzido pela classe dominante). Tal cenário contribuiu para que intelectuais da economia repensassem as condições da dependência externa, dos fatores centrais do subdesenvolvimento latino-americano e da forma de organização estatal necessária para a intenção de tais objetivos.

Estas discussões tornam-se importantes não somente por naquele contexto histórico obrigar a formulação de teses que elegiam estrategicamente os rumos do desenvolvimento econômico e social, mas também porque são destes intelectuais, especialmente Celso Furtado, que destacamos a participação fundamental no governo Goulart, que propôs alternativas para o projeto econômico do petebista assumindo a pasta de ministerial do Planejamento.

Furtado, economista oriundo da Comissão Econômica para a América Latina, teve suas bases de orientação para a questão econômica significativamente voltada para o controle da economia nacional pelo Estado. A diagnose foi fundamentada novamente no reconhecimento de uma economia mundial que igualava os países do cone sul na condição de periféricos tais quais perpetuados num ciclo de perspectivas econômicas passadas que fomentou as mesmas desigualdades sociais:

“Os economistas da Cepal tinham como fundamento teórico o “dualismo estrutural,” identificavam a coexistência de estruturas pré-capitalistas e capitalistas na mesma sociedade; acreditavam que o subdesenvolvimento era uma forma de organização dentro do sistema capitalista, não podendo ser considerado uma etapa para o desenvolvimento. Assim, rompiam com a teoria clássica e liberal a respeito do comércio internacional, que procurava evidenciar vantagens comparativas na especialização produtiva dos países que com punham o sistema capitalista. Para Furtado, entretanto, a economia mundial estava organizada como sistema centro-periferia, arranjo que impedia o desenvolvimento da periferia. Por isso, do ponto de vista político, ele e os demais cepalinos eram fortemente favoráveis à direção da economia pelo Estado e recomendavam uma intervenção que redirecionasse o excedente econômico da esfera do consumo para a esfera da atividade produtiva (leia-se indústria de bens de produção).”⁵⁵.

Este reconhecimento permanece importante historicamente por exibir a dimensão das contradições do sistema capitalista que se afastavam da teoria econômica do etapismo desenvolvimentista. Ou seja, identifica na própria existência e no estado do subdesenvolvimento o fator essencial na reprodução do capitalismo, e não de escalada franca ao padrão de desenvolvimento dos países do Centro.

⁵⁵WASSERMAN, Cláudia. **A Teoria da Dependência**: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. [S. l]: Editora FGV, 2017. p. 49.

Isso ocorre, basicamente, num contexto em que as alternativas de industrialização nos moldes da década de 1950 mostravam-se ineficientes por serem guiadas pelo Capital privado e misto, com elementos empresariais nacionais e estrangeiros. O que perpetuou a necessidade de importações, além da baixa participação da população na procura por bens de consumo produzidos em larga escala na indústria. Isso significa que o mercado interno brasileiro (assim como as especificações relativas aos países do continente) não possuía o poder de compra para adquirir os itens industrializados. Ou seja, o projeto de industrialização não responde às necessidades estruturais que, senão observadas a partir de novas soluções, nunca levariam à autonomia ou diversificação da economia ancorada no setor primário-exportador⁵⁶.

O que a escola cepalina recorre, é, portanto, a presença do Estado para remediar a dependência externa através da organização de reformas estruturais nos campos da política, economia e instituições regulamentadoras do processo. Isso significa que o desenvolvimento nacional e a superação do fator do endividamento e das desigualdades socioeconômicas é replanejado e, desta vez, atribui-lhe a necessidade quase que inerente das chamadas reformas de base, para que tais relações de dependência fossem substancialmente resolvidas nas consequências das transformações estruturais conduzidas pelo Estado.

Esta reorientação na concepção estratégica do Estado neste papel ganha seu problema político ao desenvolver diretrizes de real aplicabilidade⁵⁷ no momento que Furtado

⁵⁶Ibid., p. 49.

⁵⁷Em poucos momentos na história brasileira certos avanços sociais estiveram tão próximos de sua efetivação e estabelecimento legal. Uma delas certamente é a Reforma Agrária brasileira. As reformas agrárias são utilizadas como recurso de distribuição de terras por uma nação orientadas sob diversos sentidos políticos e ideológicos. Entretanto, no caso brasileiro, a mesma não chegou a ser introduzida mesmo reconhecendo que tais medidas foram e continuam sendo utilizadas por governos e regimes da esquerda ou direita. Ainda assim, promover a Reforma Agrária também se tornou uma ameaça à estrutura fundiária brasileira estabelecida há anos e preservada pelos seus beneficiados latifundiários, de forma que o Estado nunca enfrentou estes paradigmas. Neste sentido, a proposta da Reforma Agrária Clássica esteve amplamente convertida na discussão pública de uma maneira singular na história brasileira compreendendo as consequências que os profundos adiamentos do debate poderiam causar naquele momento. A característica fundamental da reforma agrária de Furtado é que não exigia uma ruptura política e reorganização do modo de produção como nos exemplos cubanos após a revolução, que permitiu a redistribuição da terra a partir da nacionalização dos latifúndios em posse de empresas privadas após a segunda lei da reforma agrária na ilha em 1962. Ou seja, diferem-se não apenas na doutrina e no processo de redistribuição da terra, mas na existência de seus processos históricos distintos. Entretanto, o caso brasileiro permitiu uma redistribuição fundiária idealizada pelo economista que iria além do direito à terra, mas se pensava na oportunidade de transformar camponeses em produtores que alimentassem a indústria nacional na ausência de uma burguesia industrial com interesses nacionalistas. Tais perspectivas para objetivos econômicos que buscavam o desenvolvimento estão subscritos na noção de que toda terra pertence à Nação e de que exista uma propriedade social da mesma a partir do processo de desapropriação e distribuição delas. Segundo o economista, em texto originalmente publicado em 1969, os problemas agrários deveriam ser conservados como obstáculos primeiros ao desenvolvimento social na reunião de experiências semelhantes na América Latina, especialmente, pois seria a partir dos estudos destas que somente seria possível esclarecer os problemas da relação da propriedade à terra, sobre o domínio nos espaços rurais e implicações das relações de trabalho: “O enfoque estruturalista do processo de desenvolvimento

assume o ministério do Planejamento, uma vez que vai de encontro direto com os interesses da classe empresarial que possuía seus braços burocráticos dentro do Estado, assim como no congresso nacional.

A posição nacionalista diante desta postura econômica para sustentar o desenvolvimento social agrega no contexto das lutas populares um grande debate sobre a animosidade nas massas insurgentes, nos trabalhadores e estudantes organizados.

As reações históricas desiguais entre centro e periferia convergem também na popularidade do projeto de conciliação falho ao fim da década de 1950 com as camadas populares que respondem à sua maneira:

“Mais grave ainda foi a disponibilidade revelada por esse contingente populacional para os movimentos sociais. A radicalização popular e a presença de lutas sociais contundentes em vários países da América Latina expuseram de modo mais acentuado a crise do projeto nacional-desenvolvimentista, que pretendia ser um modelo destinado a diminuir as desigualdades e impedir essas mobilizações. Ao mesmo tempo, a revolução cubana apareceu como um fator de grande impacto popular, social e intelectual e enriqueceu o panorama das alternativas disponíveis para resolver os problemas de geração e distribuição da riqueza nos países do continente.”⁵⁸

Provando que a alternativa cepalina não parecia ter sua influência relevante somente no campo econômico, como também na crescente ânsia popular pela aprovação das reformas econômicas reclamadas no governo Goulart anos depois.

Reflexões como estas que avaliam as desigualdades sociais neste campo econômico chegaram a avançar ainda mais na profundidade de questionamentos destes sistemas que regem a produtividade, distribuição de riqueza, processo de industrialização e abertura de mercados. A Teoria Marxista da Dependência surge ainda na década de 1960 com o deslocamento de suas teses para outro patamar discursivo.

Para os teóricos da economia dialética, o subdesenvolvimento não seria um estágio a ser superado pelo avanço do capitalismo nas estratégias produzidas pelos economistas da Cepal. Na realidade, este estágio socioeconômico que concentra miséria e desigualdade seria um produto natural do desenvolvimento do capitalismo mundial. Para os economistas marxistas, não haveria condições de superação desta realidade econômica uma vez que ela

tenderia a colocar em primeiro plano os problemas agrários, os quais haviam merecido pouca atenção, até recentemente, da parte dos economistas, cujo interesse se concentrara no estudo da industrialização [...] À medida que os obstáculos à industrialização se acumularam e que esta última se mostrou menos eficaz do que se havia esperado, como fator de transformação das estruturas tradicionais, todo um horizonte de novas preocupações se abriu.[...] As grandes reformas agrárias, que constituem os ensaios mais relevantes de uma transformação das estruturas sociais e econômicas da região, também passaram a ser estudadas com particular interesse, e esse estudo permitiu ver mais nitidamente as relações entre os sistemas de produção e a ordenação sociopolítica” (FURTADO, 2021, p. 80).

⁵⁸WASSERMAN, op. cit., p. 49.

seja necessária e imprescindível para a própria sustentação do sistema. Isso ocorre por um ciclo de reprodução do capitalismo, já que o próprio forjou-se na exploração e do monopólio circunscrito no pacto colonial. Tais conclusões ao mesmo tempo em que trazem sentido histórico ao contexto Latino-americano, também repensam as alternativas de alcance do bem-estar social somente atingido através de mudanças estruturais na sociedade.

Os apontamentos de Mauro Marini, que trouxe a análise dialética para o debate, são essenciais para fundamentar a teoria que apresenta o esgotamento das possibilidades de desenvolvimento econômico de países periféricos naquele sistema capitalista da década de 1960. Na perspectiva do pensador e militante exilado após o golpe em 1964, a função histórica dos países subdesenvolvidos no motor econômico mundial é a própria limitadora da possibilidade de transformação desta situação. No caso, tal conjuntura permitiu que os países do centro capitalista acumulassem riquezas e se industrializassem baseados na manutenção de uma economia precária dos países colonizados e que mesmo após suas independências permaneceram alienados a um sistema exportador e sem alguma motivação de industrialização, preservando a concentração de riquezas e terras.

Integrada ao conhecimento teórico marxista da economia, visa-se também na perspectiva deste autor uma preocupação social na introdução de conceitos como a superexploração do trabalho em países periféricos. Pois, quando grande parte das riquezas produzidas ainda é manipulada por grupos empresariais estrangeiros, a elite dominante local precisa retirar ainda mais dos ganhos e trabalho dos grupos explorados. Houve, desta forma, um entendimento estrutural da condição de subdesenvolvimento a nível continental. Publicado originalmente em 1969, *Subdesenvolvimento e Revolução*⁵⁹, expandiu a versão da teoria da dependência como caráter de superação unicamente atrelada ao progresso econômico dentro e em concordância com o sistema capitalista:

“Desta forma, a burguesia industrial latino-americana passa do ideal de um desenvolvimento autônomo para uma integração direta com os capitais imperialistas, dando lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical que a anterior. O mecanismo da associação de capitais é a forma que consagra esta integração, que não apenas desnacionaliza definitivamente a burguesia local, como também, entrelaçada à diminuição relativa do emprego de mão de obra própria do setor secundário latino-americano, consolida a prática abusiva de preços como meio para compensar a redução concomitante do mercado, tendo em vista que os preços se fixam segundo o custo de produção das empresas tecnologicamente mais atrasadas. O desenvolvimento capitalista integrado reforça o divórcio entre a burguesia e as massas populares, intensificando a superexploração a que estas estão submetidas e negando-lhes sua reivindicação mais elementar: o direito ao trabalho.”⁶⁰

⁵⁹MARINI, op. cit.

⁶⁰MARINI, op cit., p. 62

Apesar deste desenvolvimento intelectual ser bastante relevante para as discussões teóricas que se consolidavam e resistiram no continente até mesmo após 1964 para as ciências econômicas e grupos militantes, a sua influência aplicada sob as políticas econômicas do governo Goulart foram escassas. No âmbito da governabilidade prevaleceu a colaboração de classes e o modesto, na visão marxista, projeto econômico “tolerante” e conciliador para com estes grupos dominantes. Ainda assim, a conjuntura e os rumos das decisões políticas que se desenharam no Brasil no início da década de 1960 não foram igualados a nenhum outro momento histórico no país quando somamos as demandas populares potentes neste cenário e as intenções do governo na realização das reformas de base.

O nacionalismo⁶¹ é base da expectativa de emancipação econômica e política de uma classe protagonista nas mobilizações sociais, as quais conduzem em demandas unificadas e particulares de cada classe envolvida. Além de envolver as ações decisivas das políticas nacionais-reformistas do governo empossado por Goulart, o compromisso de filiação do presidente evoca a necessidade das reformas de base em circunstâncias de governabilidade consideravelmente negativas em que o governo convivia com a oposição obstruindo qualquer possibilidade de negociação expressada na “radicalização contínua de suas posições”⁶². Recorrendo a seus aliados políticos históricos, a experiência do governo Goulart é definida em seus termos de sustentação do mandato enquanto foi possível por uma agenda política, econômica e social amplamente boicotada e sabotada pela oposição, além de um apoio popular cativado por este projeto de sociedade:

“Almeida (2010), complementa, sustentando que as restrições estruturais de caráter econômico e político diminuía a possibilidade dos instrumentos de política econômica reverter a deterioração das variáveis macroeconômicas, iniciada no princípio dos anos 1960. O governo consciente de algumas dessas dificuldades tentava ampliar o seu raio de ação, partindo para a radicalização”⁶³

Portanto, são nestas circunstâncias que o presidente em seu reduto popular, conservando seu prestígio remanescente no cargo ministerial, recorre a um grupo intelectual

⁶¹Tomar o aspecto nacionalizante da economia como orientação ideológica de governo toma como referência a percepção de uma relação de dependência econômica, política e tecnológica. Reconhecer seus efeitos diretos e indiretos no subdesenvolvimento da nação com explicações claras nas mazelas sociais permitiu que as soluções fundamentais para o alcance do desenvolvimento, na verdade, se encontram na ação governamental na realização das reformas sociais e econômicas eficazes. O conjunto de propostas que mudava a estrutura do contexto Goulart teve alicerces no planejamento de desenvolvimento de um mercado interno forte. Essa interpretação econômica brasileira em histórico deveria permitir a redução das desigualdades sociais através do ajustamento e planejamento expressado através do Plano Trienal, lançado em 1962, que visava a substituição das importações através de um processo de industrialização. A proposta da Lei de Remessas de Lucro também pode ser considerada um exemplo de readequação por restringir a evasão de lucros de empresas estrangeiras no Brasil em número fixado de 10% (MOREIRA, 2011)

⁶²DELGADO, 2014.

⁶³MOREIRA, loc. cit., p. 175.

que pensava a crise social brasileira sob uma perspectiva de encontrar soluções menos austeras e mais protecionistas. As mobilizações políticas e sociais convivem com as expectativas de mudança no campo econômico de imediato impacto na qualidade de vida, dos temas que afetavam as relações de trabalho e das demandas que confrontavam as estruturas de poder na sociedade brasileira.

O próprio termo referente à expressão “sociedade civil” pode ser remetido à participação política em sua manifestação democrática mais simples. Ou seja, a exteriorização da população de sua habilidade de organização e de condução de um processo político favorável à sua categoria em classe ao seu setor na sociedade. Foi bastante sintomática do período tal questão, exatamente por todas estas características encontrarem-se favoráveis nos campos progressistas, de forma que a polarização da sociedade também é puxada por essas camadas Populares. Desta forma, não existe um caráter mecânico que permite a automatização da organização da classe trabalhadora e na perspectiva de participação popular, mas que foi fundamental uma série de condições favoráveis para tal.

Segundo Mattos⁶⁴, o século XX se mostra como um período de grande atividade política para as camadas populares e a classe trabalhadora, mas, que inerentemente, são acompanhados de uma repressão pelo estado ainda mais forte. Entretanto, a perspectiva do contexto brasileiro na década de 1950 e 60 permitiu que se definisse um longo processo de constituição de uma consciência de classes de muitos trabalhadores envolvidos no debate político em seus sindicatos e organizações classistas.

Esses espaços de lutas sociais na história brasileira não podem ser ignorados ou menosprezados pela sofisticação e aprimoramento da presença da classe dominante na economia nacional, tal qual que este possa definir se historicamente as décadas de 1940 e 50. Na verdade, o caráter da expansão capitalista no Brasil pode envolver abordagem histórica alternativa compreendendo o cenário econômico em que as estruturas de classes podem ser reivindicadas e somadas na análise ao acúmulo das experiências políticas na sociedade civil na evolução do processo de mobilização da classe trabalhadora. Logo, apesar das desigualdades socioeconômicas, de um sistema eleitoral excludente, foi através também da mobilização sindical e da coletividade de suas lutas que o período também pode ser definido através de seus embates de classe e de progressiva organização das camadas populares:

“Quando Jango assume a presidência da república, em 1961 - inicialmente com os limites impostos pelo regime parlamentarista é com esse quadro de crise econômica

⁶⁴MATTOS, Marcelo Badaró. As lutas da classe trabalhadora e o golpe de 1964. *In*: TOLEDO, Caio Navarro (org.). **1964**: o golpe contra a democracia e as reformas. Florianópolis: Editora em Debate/UFSC, 2014. cap. 3, p. 55-80.

que terá que lidar. O diferencial maior daquela conjuntura é que a classe trabalhadora urbana, em seu rápido ritmo de crescimento numérico, encontrava-se agora também mais ativa no que diz respeito à capacidade de intervenção no jogo político. Do ponto de vista eleitoral, a blindagem do sistema político brasileiro à participação social dos subalternos continuava forte, através principalmente da proibição do voto aos analfabetos, mas também da restrição à organização partidária (pois o PCB continuava sem registro eleitoral, apesar de todos os esforços para reverter tal situação que movera desde o governo JK). Mesmo assim, crescia o peso da classe trabalhadora no jogo eleitoral. Em 1945, 15% dos brasileiros eram eleitores, em 1964 esse contingente já alcançava 25% da população.”⁶⁵

Em termos de ação direta, segundo o mesmo autor, o número de mobilizações que desencadearam em greves foi se superando até 1964, que por um lado representou a compilação de demandas específicas econômicas e políticas, mas que também transparecia pouca tradição na unificação de lutas. Apesar disso a busca pela organização e pela base esteve consideravelmente articulada antes do golpe.

Sob uma questão de articulação, a sociedade civil, eclesiástica e militar consegue elevar o nível de participação popular, expandindo esta atuação para além dos campos tradicionais sindicais e partidárias. Além disso, também passa a incluir a classe média. De um grupo que desde os anos 1940 ganha espaço participativo na questão da ação política é bastante relevante historicamente para o período devido a alguns aspectos: primeiro por atribuir sentido sobre essas desigualdades sociais em meio ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil na crescente industrialização e mais de mazelas que acompanhavam tal qual, por exemplo, o êxodo rural. Este processo de reivindicação pode ser encarado da seguinte forma:

“Resolvido de antemão, já que torna-se ‘ocioso (...) perguntar-se sobre a gênese e o significado do conteúdo das reivindicações sociais, porque já sabemos, a priori, que elas são o resultado inelutável da dinâmica global da cidade capitalista e que expressam equipamentos necessários à reprodução da força de trabalho e, portanto, à reprodução do capital (...). Deste ponto de vista, quem sofre as necessidades não tem papel ativo em determiná-las como tal (...). Respostas a essas questões não podem sair de ‘conceitos sem vida’. Têm de ser pesquisadas (...). Tornam-se, praticamente pontos de partida absolutos para os processos de reivindicação urbana das classes populares, às quais são compelidos a responder.”⁶⁶

Parte deste princípio é o processo de arregimentação das massas que se encontram nesta encruzilhada da transformação social. Os movimentos sociais brasileiros no período certamente enxertaram-se num processo também mútuo que alimentava os princípios da formação política e dos impulsos das próprias lideranças e instituições que estas representavam. Neste fato, o papel da construção de movimentos e militância disposta a superar sua condição de socioeconômica progride num debate que também deve ser atribuído às questões internas que compõem os desafios enfrentados por estas mobilizações diante da

⁶⁵Ibid., p. 65-66.

⁶⁶VALLA, Victor Vincent. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 14, p. 7-18, 1998. p. 13.

própria situação da classe trabalhadora. Desta forma, assim como debatemos a importância do pensamento social brasileiro por meio de alguns de seus intelectuais, sua profunda ligação com os movimentos sociais no país não pode ser apenas abordada sob uma visão do contexto geral do período, mas também sob como as organizações representativas e suas mobilizações têm suas contribuições na interpretação alternativa no projeto brasileiro dentro destes espaços.

Tal tema diz respeito à perspectiva de mudança social e de transformação de paradigma das estruturas econômicas e políticas. Compreendendo através do campo educacional, tais reflexões proeminentes sobre a realidade brasileira também esbarram nas circunstâncias favoráveis por fomentar a consciência social e política dos agentes de mudança. Além disso, exploram o caráter coletivo dos sujeitos sociais tanto dentro dos movimentos sociais, como na própria educação básica progredindo o processo que se restaurava no pertencimento político de tais sujeitos. Referindo-se às táticas de formação política, este grande valor educacional presente na prática militante expandiu as concepções naturalizadas da situação brasileira e das classes populares.

Estas premissas garantem que o trabalho político e as questões que garantem as práticas pedagógicas também estejam atrelados aos movimentos sociais e aos partidos políticos de forma intensa especialmente se considerarmos as insatisfações populares e a liberdade política relativa antes do golpe. Portanto, objetiva-se que o panorama geral dos movimentos sociais não se conserva somente numa ação política desorientada, mas definitivamente mostra-se muito mais complexa diante da constituição interna de suas organizações, suas vertentes e diferentes noções dentro do projeto progressista sobre os sujeitos políticos que se trata dos militantes. Neste ponto, nos aproximamos do debate sobre a teoria pedagógica de que o processo educativo também está presente em outros espaços além do ambiente escolar.

Esta relação que dá destaque ao processo de renovação das interpretações da sociedade brasileira inseridas na ótica dos movimentos populares é consideravelmente complexo. Entretanto, permite identificar os aspectos da percepção das contradições sociais que os oprime. Neste caso, os índices socioeconômicos desfavoráveis à parcela da população também serviram de impulso para uma formação política que observasse na transformação da sociedade não apenas condições para a modificação social individualizada na perspectiva funcionalista da educação desempenhada no aspecto tradicionalista do sistema educacional⁶⁷.

⁶⁷EMEDIATO, Carlos A. Educação e Transformação Social. *Análise Social*, v. 14, n. 54, p. 207-217, 1978. p. 210.

As relações educativas que envolvem as mobilizações sociais, por outro lado, oferecem novas compreensões sociais que fomentam o sentido educacional fora da perpetuação dos processos de dominação que também alimentam a lógica econômica competitiva vigente. Ao contrário, um processo educativo pavimentado pelos movimentos sociais também propõe a causa emancipadora e a transformação social que garantem o projeto político próprio, além de conceber um conjunto de experiências e práticas que levam ao reconhecimento de uma realidade opressiva, desigual, mas longe de derrotista pois também visava o desencadeamento de um processo de libertação também através do engajamento nos círculos políticos:

“E não se trata de uma dessas educações tentar tutelar outra, pois não teria sentido, não só porque cada uma tem sua própria história, mas porque, partindo de uma visão emancipadora, cada uma, no seu campo próprio de atuação, de forma autônoma, contribui para com a mesma causa. Cada uma tem uma evolução particular, se transformando ao longo da história, assumindo novos campos de atuação[...]. Ora uma se aproxima mais do estado e outra se afasta, uma se assume mais como educação formal e outra mais como educação não-formal; uma pode estar mais próxima da esfera pastoral, outra da esfera sindical, uma mais ligada aos movimentos sociais e populares e outra atuando mais em governos democráticos e populares. São educações que concebem o Estado e a Sociedade como uma arena (no sentido gramsciano) na qual é preciso marcar posição, garantir conquistas e conquistar novos direitos, trabalhando com as contradições e limites existentes tanto no Estado quanto fora dele. É essa diversidade que configura a grande riqueza da educação popular, da educação social e da educação comunitária.”⁶⁸.

O tema da educação popular repercute no período por definir a construção de um saber libertador e ciente do conflito de interesses que os grupos sociais antagônicos transmitem. O desenvolvimento de uma crítica às bases educacionais da classe dominante, na verdade, faz parte da concretização de um método que sustenta o ensino sobre as bases do desequilíbrio social, como também na possibilidade de converter as práticas pedagógicas internas em mobilizações sociais diretas.

Tal abordagem pelos movimentos sociais pode ser compreendida de forma aprofundada diante da reprodução do método Paulo Freire⁶⁹ de forma consideravelmente

⁶⁸GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária/IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico**. Brasília, v. 18, n. 2, p. 10-32, 2012. p. 12.

⁶⁹O método Paulo Freire, reconhecido em todo o mundo como uma das experiências educacionais mais bem sucedidas na jornada, correspondente à alfabetização de adultos e na observação do universo vocabular do público alvo. É normalmente levado às camadas populares, e a partir da seleção de palavras relacionadas ao contexto da população desenvolve o aprendizado literal da leitura com palavras utilizadas no cotidiano dos estudantes aproximando-os da reflexão sobre suas condições de vida. Neste processo, a sociedade tradicional brasileira é repensada juntamente com as condições de exclusão do povo nas decisões públicas, pela falta de acesso a uma educação acolhedora. A implantação do método ocorre primeiramente em Angicos (RN) e nas periferias de Recife (PE) atingindo resultados positivos em pouco tempo com grupo de alunos quase que exclusivamente oriundos da população rural. O método aplicado em diferentes fases e contextos entre 1958 e 1964 (antes do golpe) chama a atenção do governo federal e ganha financiamento que cria condições para a expansão das experiências antes concentradas nas duas primeiras cidades para ganhar espaço principalmente na

complexa por envolver o problema educacional convencional no que diz respeito ao problema de alfabetização no Brasil, como também a partir do momento está educação é legitimada sob uma orientação pedagógica também progressista. Em tal processo, muitas organizações à esquerda das mobilizações sociais interessaram-se pela abertura que o fator educacional poderia representar no encontro com as bases, com a classe trabalhadora e as respectivas famílias destes sujeitos principalmente porque se relacionava à preocupação social dos movimentos a constituição de direitos políticos, o alto índice de analfabetismo adulto e os empecilhos que tal conjuntura traziam à formação política e constituição da esfera cidadã:

“O sistema proposto pelo educador Paulo Freire, por suas características, permitia a alfabetização em tempo recorde e, principalmente, possibilitava a discussão crítica dos problemas sociais, políticos e econômicos vividos pelos alfabetizandos, satisfazendo simultaneamente às expectativas das organizações estudantis, sindicais e religiosas e líderes políticos. Para os primeiros configurou-se como instrumento de aproximação com as classes trabalhadoras, fossem suas pretensões reformistas ou revolucionárias. Para os segundos, taticamente interessados em ampliar o contingente de eleitores, constituiu-se num método que garantia a alfabetização a curto prazo de um grande número de adultos iletrados, aparecendo como um investimento altamente compensador, já que a manutenção no poder de tais líderes dependia do apoio popular. Esse fato justificaria o total apoio financeiro e institucional concedido por alguns destes líderes, durante o governo de Goulart, aos grupos que vinham atuando em campanhas de alfabetização, mesmo que não houvesse uma convergência de interesses políticos”⁷⁰.

Como demonstra a autora, os interesses de classe na formação social e no avanço da alfabetização brasileira também estavam inseridos nos movimentos dispostos nestas investidas. Entretanto, na ótica progressista, a aplicabilidade do sistema Paulo Freire em sua fidelidade ao método pode não ser tão expansiva, mas certamente influenciou muitos dos movimentos do início da década de 1960 sobre a vanguarda educacional para os temas da conscientização política, alfabetização de adultos e valorização da cultura popular. Este trabalho pedagógico que deu ênfase à possibilidade de transformação social foi bastante popular no período e se espalhou pelo país como podemos destacar iniciativas como “Pé no chão também se aprende a ler”, de Natal-RN e as iniciativas do Centro Popular de Cultura, criado pela UNE⁷¹.

região Nordeste, mas também a nível nacional considerando o cenário favorável ao desenvolvimento destas práticas na presença de muitas mobilizações sociais em todo o país. O tempo de alfabetização variava de 30 a 45 horas e prezava por grupos maiores pelo entendimento da coletividade essencial para o aprendizado. As fundamentações levadas em conta para a didática estavam conservadas nas noções menos individualistas de mundo e por conceber que uma educação participativa leva a uma percepção crítica da realidade apenas possível na troca de saberes desenvolvidos em grupo. A coletividade, a percepção do homem como sujeito criador e o ímpeto pelo reconhecimento das contradições macrossociais fazem parte do próprio pensamento social brasileiro nas décadas de 1950 e 60.

⁷⁰MANFREDI, Silvia Maria. **Política**: educação popular. São Paulo, Editora Símbolo, 1978. p. 158.

⁷¹União Nacional dos Estudantes.

Entretanto, poucos movimentos podem ser destacados como o Movimento de Educação de Base, idealizado pela Igreja Católica no mesmo período. O programa fundado em 1961 valorizou a composição social popular ao levar conteúdo educativo aos lares através da estrutura radiofônica. Os temas tratados, e essencialmente o projeto pedagógico que reconhecia a participação popular também representou a evolução da Igreja católica em seu setor progressista naquele momento. A prática educativa do MEB⁷² voltava-se para a construção crítica da realidade no processo educativo para com as bases. As escolas do rádio atingiam as áreas subdesenvolvidas no país, especialmente os espaços rurais de forma que expandia o alcance do conteúdo e do projeto didático criado pela CNBB⁷³ e financiadas pelo governo Federal considerando grande parte dos trabalhadores rurais analfabeta. O incentivo da alfabetização já existia desde a década de 1950, mas que se diferenciou na campanha de leigos e bispos para aquele teor educacional voltada para a esquerda.

Soma-se ao movimento popular naquelas décadas muitas vertentes de movimentos sociais independentes e partidários que definiram a tomada reformista no início do governo Goulart, mas que segundo Gohn⁷⁴ também corresponderam a um acúmulo de reivindicações desde 1946. A autora associa o surgimento plural dos movimentos à intervenção do estado na economia posteriormente na década de 1950, à realização de grandes obras de integração e utilização do rádio como meio de difusão das ideias reformistas. Esta fase de lutas que vai até 1964 formam o cenário fértil das diversas reivindicações do momento.

Aquele momento propiciou não somente a articulação entre os sindicatos e componentes de lutas políticas já estabelecidas (como as que levaram a Greve Geral de 1953, que mobilizou 300.000 trabalhadores), como também na revelação de novas formas de articulação que superficialmente poderiam denunciar somente pautas domésticas, mas que politizavam estas questões, exemplos: o Movimento Contra a Carestia da Vida, que denunciavam o próprio empobrecimento da população (1954) e os Movimentos de Associações de Moradores no sudeste brasileiro, que se projetavam a pensar os centros urbanos diante dos problemas de infraestrutura causados pelo êxodo rural e outros fluxos de migração (1954-1964).

As organizações que levantavam temas políticos mais amplos também se expandiram numa campanha nacionalista, como os movimentos estudantis que, apesar de suas vertentes internas levaram a União Nacional dos Estudantes ao patamar representativo maior do setor.

⁷²Movimento Educação de Base

⁷³Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

⁷⁴GOHN, Maria da Glória Marcondes. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. [S. l.]: Edições Loyola, 1995.

Apesar de a instituição em si ser muito mais antiga, os grupos que faziam parte da tomada de decisão naquelas décadas colocaram-se a favor de pautas progressistas convergentes com os debates sindicais, partidários e católicos colocados somente naquele período da história brasileira. Portanto, é importante retificar que os pontos relacionados somente à educação também eram maximizados pelos próprios componentes internos da UNE, seus militantes e perfil dos estudantes.

Partes de todas as organizações sindicais ou estudantis contavam com componentes militantes da Igreja Católica. Estes setores progressistas projetaram-se politicamente em favor de uma visão cristã na perspectiva dos subalternos através de diferentes faixas etárias de religiosos e da forma como estes sujeitos integravam-se na sociedade. A Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Agrária Católica (JAC) conseguiram estar presentes em grandes círculos de debates políticos baseados tanto na semelhança das visões reformistas como na orientação própria do catolicismo que pregava uma doutrina de justiça social alcançada por meio da defesa das linhas de atuação.

A luta pela terra, por outro lado, expandiu-se em todo o território nacional de forma que diferentes organizações foram responsáveis pelas articulações que tomavam características próprias de cada origem do movimento levando em consideração a formação agrária da região. Houve focos no interior de São Paulo, em que arrendatários se organizaram contra a expulsão de suas famílias formando mais um exemplo de resistência camponesa e em Goiás, na resistência a expropriação de terras de migrantes que ocuparam a área em 1955, com influência do PCB nas negociações sobre a regulamentação da ocupação⁷⁵. O partido também teve grande participação na orientação política das Ligas Camponesas, movimento a favor da reforma agrária que se espalhou pelo Nordeste na liderança de Francisco Julião (deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro). As ligas foram fundadas ainda em 1955, mas atuaram de forma organizada até 1964. Apesar de seu fim violento em decorrência do Golpe, foram fundamentais na organização de trabalhadores rurais e no diálogo com as forças de poder do estado de Pernambuco quando políticos progressistas ocupavam o executivo.

O segundo aspecto que reforça o desafio histórico ao tratar do acirramento dos conflitos de classe e da insurreição das massas no Brasil diz respeito a sua categoria política no contexto latino-americano excepcional pelo continente marcado pelo autoritarismo das décadas subsequentes em que discorreram pela região golpes sobre basicamente o mesmo

⁷⁵Ibid., p. 97.

pretexto⁷⁶. Desta forma, as expectativas populares dentro do aspecto dos movimentos sociais na história passam a conceber suas reivindicações de forma mais ampla, indo além do isolamento das propostas econômicas para a barganha e expandindo-se para uma perspectiva política, voltada para o âmbito eleitoral. Isso significa o reconhecimento do terreno político como essencial para o trabalhador na defesa de seus interesses seja no campo legislativo, votando nos candidatos conhecidos por essas propostas ou, reconhecendo a importância de direitos adquiridos⁷⁷.

Logo, partindo do princípio de que os trabalhadores ainda naquele segundo governo Vargas construíram um movimento que alterou as bases de reivindicações fortemente estabelecidas além de uma consciência nutrida de que mesmo diante das contradições internas foi definido uma “cultura de direitos”. O contexto político do governo Goulart trouxe uma perspectiva muito mais adiante que o compelido anteriormente. Encara-se neste governo um projeto que acolhe uma noção de enfrentamento dos problemas sociais brasileiros que se esforçou para alterar as estruturas econômicas e políticas. Portanto, o estabelecimento de uma ideologia nacional reformista fundamental na agenda governista e sustentado pelo apoio da esquerda também impulsionou a radicalização destes grupos populares. É na ascensão de Jango à presidência que são também edificadas coalizões de forças desta mesma patente ideológica onde apresentaram-se operários, estudantes, camponeses, militantes da esquerda independentes assim como partidos políticos em couro pelas reformas de base. No campo sindical, por exemplo:

“Embora heterogêneos e nem sempre unidos, os grupos de esquerdas e nacionalistas formaram, no início do governo Goulart, o que Argelina Figueiredo chamou de “coalizão radical pró reformas”. Eram eles: o PCB, as Ligas Camponesas, o bloco parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento sindical representado pelo Comando Geral dos Trabalhadores [...] O CGT (defendia políticas nacionalistas, modernizantes, distributivas e reformistas. As reformas de base preconizadas por João Goulart, a presença do Estado na economia, a defesa das empresas estatais, o controle do capital estrangeiro e da remessa de lucros ao exterior constituíam algumas das reivindicações dos dirigentes da central sindical.”⁷⁸.

O surgimento da CGT⁷⁹, expressão da unificação sindical é um reflexo da polarização política característica do período: “O confronto de classes se acentuava, dia a dia, tanto nos campos como nas cidades. A inquietação social incumbia-se de polarizar a luta, empurrando

⁷⁶VALLA, op. cit., p. 7-18.

⁷⁷FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil**:(1945-1964). [S. l]: Atual, 2006. p. 32-33.

⁷⁸Ibid., p. 87-88.

⁷⁹Comando Geral dos Trabalhadores.

as forças partidárias para seus respectivos leitos políticos”⁸⁰. Sem dúvidas, segundo o mesmo autor, não poderíamos supervalorizar o impacto de organização efetiva da classe proletária na CGT, na verdade ainda segundo o autor é preciso diferenciar sindicato e classe. Entretanto, tal movimento tinha a tendência de acompanhar um conjunto de reivindicações que demonstravam certa disposição de unidade de propostas das categorias. De toda forma, a iniciativa sindical ainda contribuiu bastante para que se vislumbrasse a capacidade até numérica do nível de organização sindical que tinha adesão a tal organização em 25% dos trabalhadores.

Apesar de separados não produzirem o impulso revolucionário esperado, os movimentos (operário, estudantil e camponês) garantiram um forte apoio popular a Goulart no sentido de que estes elementos da esquerda, desde que assumira o cargo do executivo, conseguiram formar sua coalização pró reformas. Apesar do texto sobre as reformas colocá-las constantemente unificadas, leis, decretos emendas constitucionais foram postas em discussão no Congresso Nacional, antro do conservadorismo brasileiro, ao longo de todo o governo do petebista. Neste aspecto, antes de assumir a postura de adoção das reformas “na lei ou na marra”, muitas destas já haviam sido discutidas e parcialmente aprovadas em que, como exemplo, podemos citar a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, além da apresentação da primeira proposta sobre a lei de remessas de lucros conduzida em 1962:

“O fato de a agenda reformista não estar avançando da maneira desejada também foi outra fonte de desgaste para o governo. O projeto de reforma agrária mais próximo dos anseios governistas não prosperou na Câmara dos Deputados, sendo derrotado na Comissão Especial de Reforma Agrária. Mesmo assim, deve ser ressaltado que pelo menos uma parte da agenda reformista avançou consideravelmente, como bem demonstra a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural.”⁸¹

Entretanto, foi diante de um grande público, que cerca de 200.000 pessoas assistiram João Goulart, há duas semanas do golpe, discursar para seu escudo popular sobre a necessidade indispensável das reformas de base para a nação:

“1. Reforma agrária, com emenda do artigo da Constituição que previa a indenização prévia e em dinheiro. 2. Reforma política, com extensão do direito de voto aos analfabetos e praças de pré, segundo a doutrina de que “os alistáveis devem ser elegíveis”. 3. Reforma universitária, assegurando plena liberdade de ensino e abolindo a vitaliciedade de cátedra. 4. Reforma da Constituição para delegação de poderes legislativos ao Presidente da República. 5. Consulta à vontade popular, através de plebiscitos, para o referendun das reformas de base”⁸².

⁸⁰BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964.4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978. p. 57.

⁸¹ALMEIDA, Mario Augusto Morato Pinto de. **A política econômica do governo João Goulart**: restrições estruturais e vetos políticos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2010. p. 131.

⁸²BANDEIRA, op. cit., p. 164.

O projeto de Goulart não poderia ser considerado anticapitalista exatamente por ter como objetivo o desenvolvimento do capitalismo brasileiro sob suas visões particulares dos problemas sociais enfrentados no País⁸³. Tal projeto consistia na retomada do projeto getulista de valorização do mercado interno, inclusive da capacidade produção industrial em que aumentavam também a capacidade do país de suprir suas necessidades distributivas, e como consequência, diminuía o nível de importação e, diretamente, o endividamento do estado. Ou seja, projetar uma autossuficiência de forma que os investimentos também caíssem sobre as áreas de energia, indústria siderúrgica e petróleo. A preocupação social realmente estava presente nas intenções do governo, inclusive ao corrigir os danos da industrialização da década de 50, coordenada na administração do pessedista Juscelino Kubitschek. Causadora de uma concentração de capital por multinacionais e feita sem o planejamento social adequado, a correção do governo Goulart procura retomar o mesmo processo, mas delimitando a presença do capital estrangeiro:

“Goulart procurou, desse modo, recuperar o projeto de Vargas, retomar-lhe o caminho, reorientando o processo de industrialização, para os setores de base, para a produção de bens de capital, com o objetivo de viabilizar um desenvolvimento mais equilibrado e autônomo do capitalismo brasileiro. E suas medidas, de sentido nacionalista, contrariaram os interesses de poderosos cartéis internacionais, particularmente, dos capitais norte-americanos, o que afastava cada vez mais as perspectivas de conciliação com o Governo de Washington.”⁸⁴.

Os conflitos ideológicos que estavam presentes nas demandas dos grupos que se dispuseram a organizar-se politicamente foram forjados por uma crise social que alastrava o país. Tal estrutura que encarnava a pobreza e os baixos índices de desenvolvimento social ganha seus efeitos na polarização da sociedade desencadeada pelo processo democrático. Logo, a quebra da ordem democrática pela perda do controle hegemônico do Estado com intenção forte de estancar esse debate político progride para a opção do modelo político autoritário dos militares.

2.2 Um projeto modernizante-conservador: antipopular

Dos eventos relevantes que levaram ao golpe estiveram à serviço de todos estes fatores longe dos aleatórios fundamentais para que se compreenda o cenário político brasileiro

⁸³MARINI, op. cit.

⁸⁴BANDEIRA, op.cit., p. 118.

na década de 1960. Compreendemos também que na disputa por um projeto popular, também antagonizava um projeto político conservador: necessariamente autoritário para remediar as agitações sociais predominantes na sociedade brasileira, assim como uma postura econômica que defendesse a iniciativa privada como modelo adotado pelo estado, ou seja, que garantissem que um capital estrangeiro e nacional obtivessem liberdades sobre seus projetos de expansão econômica e que legitimassem e protegessem a sua própria reprodução do sistema econômico adequado.

O golpe, portanto, mostra-se como a opção qualificada para aquele contexto. Entretanto, mesmo que não possamos julgar a condução de um projeto antidemocrático verdadeiramente conspirador ainda nos princípios do governo Goulart, é imprescindível que a análise do processo permita identificar as forças a favor do movimento golpista envolvidas no evento em questão, de suas fundamentações ideológicas e de seus financiadores para a execução do projeto.

Entendemos que parcelas da sociedade civil também foram essenciais para o exercício do golpe em 1964 na desestabilização do governo Goulart e das instituições do estado brasileiro. Ainda assim, as forças armadas contribuíram de forma peculiar com atividades golpistas. De certa forma, antes da implantação do regime militar arraigado pela Doutrina de Segurança Nacional⁸⁵ (depois do golpe, estabelecida como política de estado) foram necessários argumentos que legitimaram e justificaram a “defesa” da segurança interna e combate ao inimigo interno representados pelas forças esquerdistas no país. Desta maneira, podemos dizer que a base ideológica, parte da força para manutenção do poder pela ditadura militar durante 21 anos, foi forjada ainda dentro do período democrático no Brasil até 1964.

Apesar da DNS não ter uma aplicabilidade linear no serviço de inteligência militar após o golpe, ela possui uma lógica e racionalidade muito bem definida para tratar de assuntos da sociedade civil no mapeamento e supervisão de assuntos da política interna. Segundo

⁸⁵A Doutrina de Segurança Nacional (DNS) pode ser definida como a base ideológica de um programa que tentava conter o avanço do comunismo em todo o mundo. Amplamente difundido em toda América Latina, a DNS tratava-se da estratégia de alinhar o pensamento militar de segurança com os interesses estadunidenses durante a Guerra Fria. Os princípios fundamentais, que nortearam a identificação de uma ameaça constante a estabilidade da sociedade civil brasileira, partiam do anticomunismo já incorporado pela elite do país, mas que tomaram forma na condução de uma prática de terror psicológico essencial para a condução do golpe no país. Podemos dizer que a doutrina se mostrou bastante eficiente pela reprodução de intervenções militares pelo continente nos golpes na Argentina (1966 e 1976), Chile (1973), Uruguai (1976) e Brasil (1964). Impossível, portanto, desvincular o papel da DSN na redefinição da política externa quando o mundo se definia nas órbitas de americanos e soviéticos. O papel da doutrina nesta conjuntura era de “preservar” a população de toda a subversão que representaria a ameaça a ordem social que ia de encontro aos interesses nacionais (estes, definidos exatamente pelo mesmo grupo). A doutrina se estendeu a espaços da sociedade que encontravam suas aproximações e utilidades no aspecto econômico e político, mas especificamente no exemplo militar ela encontrou o elemento central da militarização da vida social e do próprio estado após o golpe.

Borges⁸⁶, o princípio de intervenção do exército brasileiro na política, objeto das relações de poder na sociedade civil, é muito mais anciã que o golpe de estado do dia 31 de março. Mesmo que por motivações distintas, existe uma sequência de apresentações dos militares nas crises institucionais brasileiras desde a Proclamação da República, em 1889⁸⁷. Segundo o autor, antes dos militares assumirem o papel de chefes de estado, em algumas ocasiões estiveram dispostos na condução das resoluções em períodos de instabilidade política num momento específico cuja intervenção se resume a um processo rápido de retorno aos quartéis não sem antes devolver o poder aos civis. Ou seja, assumiram o papel de mediação nas questões políticas com implicações legais para o estado brasileiro.

Aperfeiçoando o termo que demonstra a constante nas intervenções militares na esfera política, o autor exemplifica na sociedade brasileira a existência de uma “cultura militar”⁸⁸. Ou seja, que é fundamental para o entendimento dos eventos de 1964 a exigência e uma força legitimadora fadada a preservação da ordem social em nome do interesse da unidade nacional, papel evocado pelas chefias militares quando se convocam às intervenções⁸⁹. Desta forma, o aparelho repressivo, as bases ideológicas que fundamentaram a noção de um inimigo nacional comum cabendo ao exército às forças de contenção são oriundas de um processo histórico que une a prestação de serviços deste aspecto por parte das forças armadas às inclinações políticas militares do período. A exposição política pode ser constante, mas é desenvolvida por circunstâncias que demandaram este deslocamento da função de forma muito peculiar em cada ocasião. Ainda assim, diante desta recorrência é necessário destacar:

“No entanto, desde os primórdios das Forças Armadas, os militares recebiam uma formação mais política do que profissional, fazendo com que se politizasse e desenvolvesse, no interior da corporação, a crença de que seriam eles os mais identificados com os interesses nacionais e, portanto, como missão, lhes caberia o direito e até o dever de arbitrar as crises políticas (intervindo) em nome da ordem interna. Essa visão do papel militar estimulou o surgimento do padrão moderador das Forças Armadas brasileiras.”⁹⁰.

⁸⁶BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil republicano: o tempo das ditaduras**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.13-42. (Col. O Brasil Republicano, v.4).

⁸⁷Reconhecendo que houve a quebra de um padrão das intervenções militares no século XX no Brasil, onde os militares enfrentavam uma crise institucional e devolviam o poder aos civis após certas tensões políticas no papel de mediação destes movimentos democráticos. O Golpe demonstrou, na verdade, um encolhimento do fator civil da política por duas décadas. Ainda assim existe um amplo histórico de influência e supervisão das forças armadas no andamento eleitoral e legal da política brasileira quando asseguram seu monopólio legal e constitucional nas intervenções. O autor cita as ocasiões em que os militares em 1930 colocaram Getúlio Vargas ao poder, e em 1955 e 1961 garantiram a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, respectivamente (Ibid.).

⁸⁸Ibid., p. 18.

⁸⁹Ibid., p. 19.

⁹⁰BORGES, op. cit., p. 18.

O purismo destas intervenções ou das intenções delas sobre o estabelecimento da ordem institucional deve estar correlacionado à parcialidade todas as vezes que se apresentava. Estas são derivadas de uma conjuntura geopolítica bem anterior ao golpe quando as forças armadas assumiram posição no bloco hemisferial em favor dos Estados Unidos durante a guerra fria. A estreita aliança com os americanos no acordo de combate à ameaça comunista no território brasileiro é consequência do conflito ideológico internacional dos dois blocos econômicos que visou, através do golpe, a neutralização dos elementos da esquerda na sociedade identificando como inimigos personificados como militantes, certos sindicatos e até membros do próprio governo como agentes que contribuem para a instauração de um caos social. Estabelecido o golpe, quando os guardiões desta ordem assumem o poder, a restrição da ação civil, o constante estado de vigilância, entre outros elementos da repressão característica da ditadura resumem o fato de que naqueles anos as expectativas da Doutrina de Segurança Nacional também se confundiram aos interesses da nação⁹¹.

Faz-se parte, portanto deste estado de Guerra Total. Ou seja, a identificação do estado da inevitabilidade de um confronto tanto do tipo bélico como também ideológico que desemborça em ações de vigilância e prevenção por parte da instituição do exército pautada no estabelecimento de uma estratégia de segurança interna. Estes estão exemplificados na existência de restrições de ação política entre os civis e vilanização das manifestações contrárias ao projeto político que a Doutrina almejava. Os debates sobre o que de fato representava um inimigo do estado e quais instituições sob quaisquer orientações estavam dispostas a definir os interesses nacionais trabalham para que seja possível identificar que o próprio regime, uma vez estabelecido, garantiu que a iminência da ameaça ou das forças subversivas perpetuassem a necessidade da tutela militar. Desta forma:

“A principal razão da figura do inimigo interno é manter a coesão e o espírito de corpo do grupo que mantém o poder. Por outro lado, a existência do inimigo interno e a necessidade da existência de uma guerra permanente servem, também, para manter um estado permanente de crise, que mesmo sobre uma base fictícia é muito efetivo do ponto de vista policial e jurídico. O estado de crise permite impor restrições do ponto de vista das liberdades e dos direitos individuais e criar procedimentos arbitrários. Isso facilita o controle policial da população, autoriza o uso discricionário das forças repressivas e permite, ainda, isolar o inimigo.”⁹².

Ou seja, estamos nos referindo a uma doutrina relativamente antiga, baseada em elementos da própria formação militar em sua interação com a política externa sob os argumentos dos interesses nacionais. De forma que a influência deste corpo teórico tenha

⁹¹BORGES, op. cit., p. 25.

⁹²BORGES, op. cit., p. 30.

moldado muitos dos argumentos e justificativas militares para as conspirações do golpe, no cerne do pensamento do exército, no respaldo acadêmico que envolvia a formação militar no Brasil estava a Escola Superior de Guerra (ESG)⁹³.

A formação ideológica amplamente difundida neste meio militar se desenvolve para um conjunto de preocupações e atenção deste grupo para o problema da ordem social. Aglutinados ou associados a este temor, forma-se também os fatores apolíticos e antagônicos ao que se pode definir a própria Democracia e como a mesma era encarada sob circunstâncias em que se julgava a necessidade de intervenção. O que se vislumbrava seria sua característica potencialmente divisionista da nação. Ou seja, a própria convivência entre oposições em termos políticos tinha a preocupação na formação militar como perturbação da ordem, identificando certas manifestações políticas, predominantemente à esquerda, geralmente como catalisadores da desordem social⁹⁴.

Como avançam Dreifuss e Dulci⁹⁵, a constatação de uma sociedade polarizada sob eixos políticos antagônicos era vista como um grande obstáculo no desenvolvimento nacional

⁹³Criada em 1948, aproveitando-se da aproximação do governo brasileiro com o governo americano após a Segunda Guerra Mundial, a Escola Superior de Guerra tinha o objetivo de, abrigando em sua formação civis e militares, interpretar a conjuntura internacional de acordo com as aspirações de estado moldadas a imagem de uma elite que esteve envolvida com a Escola. As demandas da instituição estavam espelhadas de acordo com as aspirações de estado que encontravam deficientes na formação do governo civil daquela época, encarando-os como obstáculos do desenvolvimento nacional. Desta forma, defende-se um projeto científico de defesa de seus interesses nacionais e daquele grupo que estava envolvido na programação da ESG. A missão social desta classe que estava na Escola evolui para um projeto de segurança nacional exatamente por encará-lo além das disposições de função social das forças armadas nos aspectos de defesa, ordem e proteção de cidadãos, mas por garantir que este tema também abranja suas proposições políticas de influência na sociedade. Isso ocorre diante de um internacionalismo característico deste momento após a eclosão da Guerra Fria. Apesar de construir uma narrativa com base na defesa dos “interesses nacionais”, foi forjada com base no liberalismo e no anti-nacionalismo na assimilação ideológica do conflito exterior definidos também pela parcela da sociedade brasileira que almejava maior influência do controle do estado, além do que já estava disponível a ela. Isso representou um desgaste da posição independente brasileira na política externa e do abandono do projeto nacional-desenvolvimentista. Cabe, portanto, compreender que estes debates já existiam na sociedade civil e acabam também existindo dentro das forças armadas onde os intelectuais da ESG (ou sorbonistas em alusão a escola de alta qualidade francesa) representaram este ideal internacionalista. Durante a ditadura, ao menos três generais a frente do estado brasileiro passaram pela escola em algum momento de sua escalada militar: Castello Branco dirigiu o departamento de estudos da ESG em 1956, Geisel se tornou membro permanente da escola em 1952 e Figueiredo foi designado a cursar a ESG em 1975.

⁹⁴Em artigo publicado pela Revista da Escola Superior de Guerra, em 1984, é ressaltado que o tema do desenvolvimento nacional só poderia ser retomado com o devido suporte econômico e militar necessário ao futuro do estado brasileiro “ameaçado pelos particularismos federalistas e pressões externas”. Em outra oportunidade é dito sobre a contribuição da instituição que “A ESG permitiu, finalmente, que o tema da segurança nacional viesse a ser abordado em nível acadêmico. A discussão nesse nível acabaria contribuindo para o abandono da visão maniqueísta que centrava a fonte da insegurança na ação inspirada pelos comunistas. A Escola difundiu o entendimento de que as formas de agressão insufladas do exterior somente encontram campo propício para vicejar em face de condições materiais adversas e do atraso cultural.” MACEDO, Ubiratan Borges de. *Origens nacionais da doutrina da ESG. Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 2, n. 2, p. 86-90, abr. 1984. p. 88-89.

⁹⁵DREIFUSS, René Armand; DULCI, Otávio Soares. *As Forças Armadas e a política. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. de (orgs.). Sociedade e política no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1984.

que estavam inseridos na doutrina. Os objetivos econômicos expostos na tomada do estado redefinem a função política das intervenções das forças armadas, já que, especialmente em 1964 estes papéis desempenhados não poderiam ser classificados somente pela sua proposição ideológica, mas também por suas pretensões na economia brasileira.

Apesar de compreender que a Doutrina em si não se encontra num projeto pronto e acabado do início ao fim da ditadura militar, ela propõe uma unidade de certos princípios militares bem-sucedidos ao assegurar um controle ostensivo em termos de segurança nacional.

Entretanto, o processo histórico que culmina no golpe foi determinado, na verdade, pela necessidade de assegurar também um estado economicamente capitalista e politicamente autoritário⁹⁶. Em certo grau, portanto, apesar das inclinações políticas que se moldavam no estado brasileiro através do exército nacional e, por consequência, nos ramos da atividade pública, o Estado de vigilância, de coerção e tortura que viríamos a presenciar buscava pela segurança absoluta ao reproduzir no estado estes termos com base na identificação de uma capacidade de mobilização da sociedade civil e de uma oposição organizadas às estruturas conservadoras na sociedade brasileira:

“[...]a natureza do Estado de Segurança Nacional só pode ser avaliada em relação ao processo dinâmico de sua interação com as formas e estruturas dos movimentos de oposição gerados na sociedade civil. Tanto as estruturas do Estado quanto as formas de oposição vão-se permanentemente transformando à mercê das tentativas de cada parte de controlar, conter ou modificar a outra. O relacionamento mútuo é portanto essencialmente dialético. O conceito de dialética será empregado para designar este conflito dinâmico pelo qual cada parte da totalidade vê-se transformada e reconstituída pela outra. O objetivo deste estudo é, portanto, revelar como as estruturas de Estado foram sendo progressivamente erigidas e desenvolveram-se em grande parte por reação às constantes e cambiantes pressões da oposição organizada. Embora os teóricos e planejadores do Estado de Segurança Nacional se houvessem dotado de um programa geral de formação e desenvolvimento do Estado, as estruturas e formas de controle reais adquiriram dinâmica própria.”⁹⁷

Logo, se podemos enxergar todo o dinamismo que a conjuntura exigiu da política brasileira, a mobilização destas forças conservadoras na sociedade civil dialogou com muito mais setores que os representados pelos militares. Partimos do princípio de que o Golpe não se concretizou por meio apenas de uma frente suficiente para que iniciasse a crise política em 1964. O que resultou na deposição de João Goulart foi articulado e conspirado por parcela da sociedade que se envolveu e se beneficiou do golpe. Desta forma, a participação militar é aglutinada a um processo político maior em que muito além das forças armadas, aquela

⁹⁶ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis, Ed. Vozes, 1984, p. 28 apud SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). *Revista de História*, n. 117, p. 187-191, 1984.

⁹⁷Ibid.

ideologia da dualidade política que marcou o pós-guerra, na verdade, percorre uma estratégia econômica e social traçados pelos sujeitos hegemônicos no Estado que durante o governo Goulart sentiram-se minimamente desamparados. Diante deste quadro, o discurso antipopular no país mobilizou uma ação política que alavancou o colapso institucional. A doutrina, como a apresentamos, representou somente parte das articulações necessárias para a consumação do golpe.

Logo, como em todos os momentos históricos, os fatores de classe tornam-se evidentes e a face econômica destas movimentações não foge das inclinações políticas que observamos no quadro de justificativas militares. René Armand Dreifuss, desta vez em “1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe” elabora todo o percurso que a classe dominante percorreu para que o golpe fosse bem sucedido, mas principalmente como uma classe empresarial renovada se aproximava paralelamente ao estado brasileiro encurralando-o para que seus princípios econômicos fossem integralmente adotados. Concomitantemente eles dialogaram de forma bastante eficiente durante o breve período democrático marcado pela forte entrada de capital estrangeiro no país. O autor permanece como parte essencial na historiografia do golpe por compreender que as articulações, que tornaram possível o golpe de estado, só foram possíveis, e até necessárias, na convergência de interesses militares bastante doutrinados na aproximação americana, como também na identificação de, na sociedade civil, uma classe burguesa que se dedicou a readequar o estado a seus interesses⁹⁸.

Para o autor, assim como já apresentamos nas considerações sobre a Doutrina de Segurança Nacional, estas articulações não são repentinas, improvisadas ou ocasionais. Esta classe nunca esteve realmente avulsa aos seus avanços no estado brasileiro, mas quando o “populismo”⁹⁹ torna-se evidentemente frágil e denunciado pela própria classe subalternizada,

⁹⁸DREIFUSS, 1981.

⁹⁹Segundo o autor, a classe dominante se organizou enquanto grupos de pressão ao estado brasileiro de uma forma ainda menos agressiva do que comparado aos últimos anos do governo Goulart. A chamada crise do populismo, “deflagrada” em 1963, mas com o sistema político populista amplamente danificado desde a renúncia de Jânio Quadros foi marcada pela danificação do modelo socioeconômico modernizante-conservador quando ele não conseguiu controlar propriamente a massa popular dentro do modelo executivo que emergiu na chapa presidencial heterogênea com Jânio Quadros como presidente e João Goulart como vice. Essa massa não foi reconciliada com a conjuntura exigida por este grupo empresarial no período que antecedeu ao golpe por serem relações conflituosas em sua essência na distinção de classes, mas também por encontrar relações fragilizadas na formação sindical brasileira, por exemplo, na constituição de um movimento sindical fortalecido no governo de Juscelino Kubitschek quando Goulart foi seu vice. Ou seja, esta classe trabalhadora industrial não se enquadra no modelo sindical vertical que permitiu a manipulação das massas em histórico, e, ao organizarem-se também se caracterizam como fator de desordem pela classe empresarial ainda na ascensão de Jânio Quadros. Aliados a estas estavam outras frentes políticas de orientação popular que colocaram em insegurança o “sistema político imperante” da classe dominante. Desta forma, somente quando estas classes saem do isolamento de suas demandas econômicas para tornarem-se classe política, o populismo perde seu

o ativismo político da classe dominante não pode ser menosprezado ou dado como emergencial frente aos novos acontecimentos da república brasileira na ascensão do breve governo de Goulart. Isso significa que para este processo histórico tal classe foi capaz de se organizar nas esferas de ação que a conjuntura exigia delas, especificamente até o governo de Jânio Quadros.

Este setor empresarial nacional e estrangeiro arma-se de um arcabouço político e ideológico tornando-se figuras centrais na defesa dos interesses das multinacionais e associadas. Alavancados pela filosofia do desenvolvimento nacional através do capital estrangeiro, observamos dentro da própria instituição militar a convergência de interesses com a parcela empresarial para a consumação do cenário político favorável à intervenção exatamente porque estavam unidos de um favorecimento mútuo entre estas duas camadas. Precisamente, muitos representantes das forças armadas também estavam ligados a corporações privadas como acionistas e diretores¹⁰⁰. Desta forma, a “elite orgânica” a que se refere o autor ainda ao final da década de 1950 corrobora para um estágio de consciência empresarial coletiva que consegue responder aos interesses individuais dos tecnopresários, mas que se organiza ao menos que inicialmente sobre os debates de necessidade econômica.

“Mas os escritórios técnicos também serviram de ponte entre a visão individual dos empresários e uma crescente solidariedade de interesses no interior do incipiente bloco multinacional e associado. Assim eles expressavam o segundo estágio da consciência coletiva, no qual a solidariedade de interesses era traduzida pela procura de reformas econômicas comuns através da máquina do Estado e dentro dos limites do regime vigente.”¹⁰¹.

A forma como estas agências econômicas resultaram em pressão política deve-se a mudança de conjuntura de governança do estado brasileiro. A solidariedade existente nestas estruturas associativas se dá por meio da representação deste bloco econômico que atuava

discurso ideológico dominante. O pacto populista denunciado pela massa trabalhadora diante da concessão histórica do estado brasileiro às classes empresariais e à crescente desconfiança da classe dominante com o governo Goulart forma o cenário de instabilidade política associado à própria crise econômica no país.

¹⁰⁰O autor acrescenta que os militares que se associavam às multinacionais também estavam ligados às ideias sociais econômicas difundidas na ESG: “O grupo da ESG compartilhava com os interesses multinacionais e associados tanto a perspectiva quanto o sentido de urgência em transformar o ritmo e a orientação do processo de crescimento em direção à criação de uma sociedade industrial capitalista.”. Não somente um vínculo com militares na perspectiva da participação do capital privado no desenvolvimento econômico nacional, esta aproximação evoluiu quando a conjuntura política para este grupo estava desfavorável no governo Goulart. Tais premissas definem tanto pelo fato deste projeto político-conservador, em que se absorvia o autoritarismo político incorporado pela doutrina de segurança nacional manifestada pela força política militar a qual se apropriava da visão maniqueísta da Guerra Fria, cuja consequência deu-se na exclusão da classe trabalhadora no processo democrático. Mas que se mostrava modernizante e liberal economicamente, pois, neste aspecto seguia uma lógica empresarial bastante clara. Nota-se essa aproximação e vínculo militar-empresarial quando em novembro de 1961, o IPES foi dirigido pelo General Golbery Couto e Silva, membro respeitado da ESG. (DREIFUSS, op. cit., p. 78).

¹⁰¹Ibid., p. 84.

também através de associação de classe¹⁰². Os defensores desta face da modernização conservadora compunham o grupo de aproximação paralela para com o estado. Logo, por si esta classe não poderia em seus meios independentes garantir a adesão de seus projetos socioeconômicos tradicionais a serem introduzidos e aderidos pelo governo anterior ao de Goulart, por exemplo, mas seus interesses empresariais conseguem permanecer relevantes a partir da execução da pressão necessária aos anéis burocráticos da administração pública, de planejamento concretizando-os na aprovação de reformas que os beneficiavam. Na medida em que no governo de Jânio Quadros estes grupos expandem de influência, mas também por abarcar um novo modelo de executivo e gerenciamento do capital estrangeiro dentro dessa elite, continuam existindo exigências cada vez maiores sobre a autonomia desses grupos do mercado dentro do governo. Ou seja, “A proteção corporativa de seus empreendimentos econômicos deu lugar ao ativismo em prol do avanço político de seus interesses econômicos.”¹⁰³.

Portanto, o ativismo político desempenhado por estes grupos torna-se parte complementar necessário à sua questão econômica inerente, e até então bem desempenhado, mas que se concretiza no governo Goulart ao assumir seu caráter ideológico mais explicitamente na administração do petebista. Esta mobilização precisava fazer frente a um governo que se sustentava no apoio popular. No início daquela década sindicatos e organizações populares atraíam a população com suas demandas e as expectativas do empresariado. Por outro lado, não se acomodava a um governo nacional-reformista que

¹⁰²O planejamento que originou as associações de classe envolveu os propósitos de defesa de seus interesses em conjunto, assim como em acessar os espaços burocráticos do estado. A agenda econômica baseada na racionalidade empresarial se concretizou desde a política econômica de desenvolvimento industrial do governo Kubitschek. O plano de metas funcionou como a introdução em grande escala do capital transnacional nos interesses e objetivos governamentais. Estas empresas, assim como todos os profissionais técnicos que as acompanhavam aproximam-se do governo como fundamentais ao desenvolvimento nacional mesmo que “não eram, de modo geral, orientados por considerações sociais, mas sim por racionalidade empresarial, eficiência e lucro privado” (Ibid., p. 76). Proliferaram-se desde a década de 1950 associações de definição de diretrizes econômicas sob a necessidade de planejamento para a eficiência das multinacionais em solo brasileiro. As agências especializadas, organizações tecno-empresariais representaram a convergência dos interesses individuais de executivos e empresários para a noção de solidariedade do bloco multinacional. Estes conseguem transitar nos meios burocráticos do estado assim como no interior de suas redes de empresas privadas. Um dos principais exemplos utilizados é o da consultora de planejamento (CONSULTEC), empresa prestadora de serviços com funcionários ligados aos ramos de mineração, petróleo e energia. A empresa prestou consultoria para vários setores estatais através dos anéis burocráticos referidos nos vínculos do estado com o capital privado. Utilizando primeiramente o termo de “entrincheiramento” burocrático o autor ainda complementa: “A CONSULTEC, que havia sido tão decisiva na articulação paralela de interesses empresariais durante a década de cinquenta, tornar-se-ia, em princípios da década de sessenta, um fator central no esforço de derrubar o regime populista. Muitos de seus membros-chave participariam dos órgãos centrais formuladores de diretrizes políticas e de tomada de decisão dos intelectuais orgânicos empresariais com um duplo papel, o de revolucionários empresariais e o de defensores do capitalismo dentro do aparelho do Estado.” (Ibid., p. 89).

¹⁰³Ibid., p. 84.

conseguiu se estabelecer principalmente inicialmente com uma campanha da classe trabalhadora.

A desestabilização destes canais de comunicação entre estado e classe empresarial construídas no período democrático que antecedeu o golpe revelou uma afirmação política desta classe dominante de coalizão de seus setores militares e empresariais para uma crise política articulada pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Organizados de forma que a difusão do pensamento político do capital privado estivesse garantida, os institutos representaram as ideias que convergiram a este processo de disputa contra a intervenção estatal na economia, sendo a favor da abertura econômica para o capital estrangeiro e da autonomia empresarial nas leis que regem os contratos trabalhistas.

Estas são razões sintomáticas do período por representarem também a necessidade de ocupar o espaço dos movimentos sociais organizados, seja através de sindicatos ou partidos políticos ou quais tipo de ganhos políticos estes poderiam atingir. As atividades desempenhadas pelos institutos foram elementares para a execução do golpe porque em sua dimensão econômica o movimento golpista contou com um amplo financiamento e participação de investimentos em propaganda ideológica para a desestabilização do governo Goulart. Ou seja, um empresariado articulado em âmbito político e social que buscou modificar o engajamento da sociedade brasileira voltando-se para a construção de movimentos mais limitadores de uma consciência social, que, apesar de permissivos à existência dos próprios, mantiveram-se longe de qualquer debate esquerdista.

A referida classe empresarial recorre, portanto, a uma organização para a ação política voltada para manobras ideológicas em que o aliciamento do estado ganha frentes de campanha na derrocada do período democrático com estes enfrentamentos na sociedade civil. Desta forma, o “complexo IPES/IBAD” forjou o golpe de estado na base da instabilidade política nacional por não alcançar suas reformas econômicas dentro dos mios burocráticos rudimentares e oficiais, como vinha acontecendo nos governos anteriores. Recorre-se comprimidos neste mesmo ímpeto ao que ainda não constava na agenda política e econômica dos grupos de pressão: a necessidade do apoio popular.

A corrida por este apoio, que ainda sustentava em muitos aspectos o governo Goulart, se deu numa preparação ideológica e cultural para que se formasse sob a mesma orientação política a arregimentação das massas nas inclinações tecno-empresariais. A estrutura das duas instituições começa a ser idealizada ainda em 1959, com a fundação do

IBAD e dois anos depois com a fundação do IPES, em 1961. Isso significou que a consciência dos interesses comuns da classe passa a ser traduzida como “responsabilidade social”¹⁰⁴.

Logo, multiplicam-se na América Latina instituições deste mesmo calibre e de mesmo corpo executivo que orienta as ações e braços de financiamento de aplicação das formas de ocupar estes espaços:

“O processo brasileiro não foi único. Ao fim da década de cinquenta, por toda a América Latina, havia um substancial desenvolvimento de organizações dedicadas a manter a "liberdade política e econômica" [sic]. Tais entidades eram apoiadas por relativamente novos setores profissionais e empresariais de suas respectivas sociedades. Essas várias organizações, que surgiram principalmente depois de 1955, assemelhavam-se em seu objetivo final e na composição de seus patrocinadores e recrutas, embora os métodos de operação utilizados fossem extremamente variados e, em alguns casos, talvez contraditórios. Apesar disso, ou precisamente em decorrência da riqueza de experiências variadas, era comum a troca de informações, perícia e indivíduos militantes, assim como a concomitância de membros em diferentes organizações nacionais.”¹⁰⁵

No campo de atuação nacional, utilizando-se da estrutura do IPES/IBAD, esses grupos dirigentes da parte da modernização conservadora tentaram lançar-se com um programa de propaganda e difusão do discurso liberal dentro da sociedade civil de forma que padrão ativista do complexo seguiu os mesmos dos oficiais formados pela ESG, dos membros dos escritórios das associações de classe empresariais, além dos óbvios diretores de corporações e tecno-empresários¹⁰⁶.

Enquanto isso, o IBAD trabalhava de forma mais voltada à distribuição de financiamento, ou seja, voltava-se para repassar recursos e fundos principalmente durante as eleições para o legislativo de 1962. Obviamente, a instituição esteve inclinada a repassar recursos captados de empresas financiadoras para a campanha de oposição ao governo. Entretanto, na breve história do IBAD, o que fica mais evidente é a soma de dinheiro deslocada para tais campanhas, seu forte perfil anticomunista e, mais precisamente, como grande parte dos recursos era norte-americana. As suspeitas sobre os braços de publicidade ibadiana estarem deslocando grande montante para a transferência de apoio de jornais e movimentadores da opinião pública ganhou notoriedade pelo confortável manejo de

¹⁰⁴Apesar de não haver um monopólio ideológico nos interesses de todas as forças empresariais ligados ao IPES, o instituto funcionou como guarda-chuva político da consciência comum daquela classe. A ratificação constante das diretrizes políticas vigentes para que se garantissem as propostas de livre iniciativa no campo econômico estavam realmente estabelecidas, mas era necessária a legitimação do projeto na sociedade civil. Se o debate político à esquerda atacava a empresa privada, teria de ser necessária a demonstração de sua função social num ativismo inédito naquelas circunstâncias. Esta resposta à sociedade não corresponde somente no projeto capitalista em alerta. Buscou-se uma interessante justificativa na associação dos princípios anticomunistas aos da encíclica Mater et Magistra, do Papa João XXIII sobre a doutrina cristã e a questão social, atribuindo este aspecto moral da sociedade aos pretextos legalistas (VILLELA, 2014. p. 16).

¹⁰⁵DREIFUSS, op. cit., p. 169

¹⁰⁶Ibid., p. 175.

capital empresarial disposto a interferir no andamento dos trâmites eleitorais plenos. Apesar da interdição do instituto devido ao episódio, ele demonstra a capacidade e os recursos desempenhados por este grupo para que se atenda as demandas da classe em formar uma sociedade e um sistema político a sua imagem e semelhança. A atuação do instituto foi destacada desta forma por Fico:

“A posse de Goulart evidentemente acirrou os ânimos dos ibadianos que, por isso mesmo, investiram muitos recursos, em 1962, no financiamento de candidatos afinados com seus princípios. Foi esse instituto que serviu para repassar os recursos norte-americanos. O IBAD contava com entidades subsidiárias, como a agência de propaganda Incriminadora de Vendas Promotion e a Ação Democrática Popular (ADEP), que atuou fortemente na campanha de 1962. Tomou iniciativas ousadas, como o aluguel do jornal “A Noite” que, de uma hora para outra, deixou de apoiar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - como fazia tradicionalmente para patrocinar candidaturas apoiadas pela ADEP. Sua atuação foi escandalosa e deu origem a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Muitos depoimentos comprometeram a entidade. O presidente Goulart determinou a suspensão do seu funcionamento, enquanto a Justiça procedia a investigações. Por fim, em função de suas atividades ilícitas, o IBAD e a ADEP foram extintos.”¹⁰⁷

O IPES, por outro lado, em seus dez anos de funcionamento conseguiu estabelecer um tipo de atuação que variou da captação de recursos, mas em seu quadro de direção que envolveu militares, intelectuais paulistas e cariocas, e empresários, conseguiu além de financiar projetos de propaganda, penetrar em organizações civis, produzir filmes, prestar consultoria institucional, promover palestras etc. Apesar de possuir esta mesma orientação política que o IBAD, o IPES colocou em prática uma estrutura para a ação política mais ampla, ou seja, uma estratégia que se expõe politicamente em outros campos da sociedade civil.

As referências imediatas do instituto eram de incentivar um pacifismo inerte que tratava dos processos políticos como alheios aos dilemas da classe trabalhadora e das contradições de classe. Isso significou influir que a noção comum do empresariado também se tornaria a noção comum da massa popular. Para isso foi fundamental encontrar-se em acesso aos espaços que esta classe popular promovia seus debates, sua relação de produção e suas concepções políticas. Os grupos de ação ipesianos realmente estavam comprometidos com esta iniciativa se observarmos seus grupos de estudo e ação:

“1. Publicação e Divulgação. Tentativa de caracterizar o IPES como uma instituição que reunia a moderna elite empresarial do Brasil e expressava sua nova mentalidade. O IPES disseminava através da mídia discursos e entrevistas defendendo a empresa privada, a livre iniciativa e a “democracia como a melhor forma de governo e demonstrando os sérios riscos de soluções extremas, tanto da direita, quanto da esquerda”. 2. Educação. O IPES estimulava o desenvolvimento de convicções democráticas e cristãs e a disseminação de noções econômicas e sociais básicas, indispensáveis à continuidade dos princípios democráticos, considerados simbióticos

¹⁰⁷FICO, 2014, p. 34-35.

com os dogmas da empresa privada. 3. Trabalho sindical. O IPES visava a promoção de um verdadeiro sindicalismo democrático e dinâmico, estimulando o desenvolvimento de uma estrutura sindical correspondente. 4. Assistência Social. Nesse campo ele recorria à promoção da assistência social para a solução de tensões e conflitos nas áreas-chave. 5. Atividades econômicas. O IPES buscava promover o neocapitalismo liberal em cada empresa e na totalidade do sistema [...]”¹⁰⁸

O que era veiculado em tantas essas iniciativas tentava remeter a um projeto de sociedade para trabalhadores, cristãos, donas de casa e estudantes fruto de uma democracia que deveria e poderia ser alcançada por essas pessoas. A democracia segundo os princípios ipesianos era cooperativista, adotava que a solução dos problemas brasileiros não viria da intensa movimentação política da classe popular, que já era difícil de ignorar, mas viria na defesa e confiança da nação na capacidade patronal de gerir um ambiente de trabalho e na paz social. Logo, compreendemos que existe um foco especial no Brasileiro médio com toda esta atenção especial a esta parcela da população também encontramos toda uma preparação de linguagem, temática e inclusive estética para garantir que a mensagem fosse precisamente comunicada.

Para o instituto, era importante definir a origem do caos social que estaria chegando ao Brasil caso permanesse a atual administração e não existe uma mudança de concepção de papel social do cidadão que se encontrava organizado em movimentos populares. Cabia ao IPES, portanto, se infiltrar nesses espaços para trazer essa visão preparada estrategicamente para garantir o domínio político e econômico da burguesia nacional ligada ao capital internacional. Sobre estes efeitos diretos aos eventos de 1964, Fico expande o papel ipesiano no golpe da seguinte forma: “Sem a desestabilização (propaganda ideológica, mobilização da classe média etc.) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível”¹⁰⁹.

Neutralizar a oposição, tutelar a organização das classes médias, retomar o controle da opinião pública foram os essenciais deveres do instituto. De dentro dos movimentos estudantis, sindicatos, camponeses e movimentos religiosos leigos, o IPES projetou nesses grupos diretrizes políticas que a ação ideológica também se concretizou em ação social¹¹⁰. Desta maneira, voltamos ao debate da guerra psicológica, agora no campo civil, na veiculação de dogmas do liberalismo, do benefício da iniciativa privada na economia, mas principalmente em seu alicerce anticomunista.

¹⁰⁸DREIFUSS, op. cit., p. 184.

¹⁰⁹FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 24, p. 29-60, 2004. p. 55.

¹¹⁰DREIFUSS, op. cit., p. 231.

Tal posicionamento não surpreende exatamente diante do corpo diretor do instituto, entretanto, não basta identificá-lo simplesmente como tal. O IPES surge extremamente articulado com uma proposta nada aventureira ou amadora. Sua cúpula conseguiu extrair das suas próprias relações econômicas o impulso ativista que determinou a propaganda política e o tipo de movimento de ação que se precisava construir.

Logo, da maneira em que o IPES conseguiu dinamizar-se diante das investidas propagandistas e do resgate do apoio popular, podemos repensar a base pedagógica do instituto e seus efeitos na sociedade. Grande parte dos investimentos de campanha ideológica, por exemplo, estiveram na produção de filmes que tentavam reunir estes ideais políticos nas películas. Concretizava-se, então, uma autopercepção do IPES como representante e defensor deste estilo de vida e projeto de sociedade favorável. Dos temas que orbitavam sobre estas produções fica claro a reprodução do que a classe por trás do instituto considerava adequado ao debate popular:

“De maneira geral, os documentários realizados pelo IPÊS não ratificam apenas o pensamento político do Instituto, mas um conjunto de temas e imagens que buscaram construir uma nova imagem do Brasil. Imagens que se contrapõem a um estado anterior, caracterizado pela ingerência e por soluções inadequadas aos problemas nacionais (normalmente atribuídas como responsabilidade do Estado), ou a um futuro obscuro (dada a aproximação com idéias socialistas/comunistas). Nasce daí seu caráter golpista. Ao caracterizar todos os possíveis focos de oposição aos seus ideais, os filmes os fazem a partir de uma imagem idealizada; construída de forma a se contrapor aos exemplos do período.”¹¹¹

Tais valores são reforçados através dos filmes e colaboram para que as produções cinematográficas carreguem até onde estes eram transmitidos (associações de classe, sindicatos, clubes privados, Igrejas, empresas), segundo Correa¹¹², as características relevantes que o grupo dominante julgava como fundamental ao desenvolvimento nacional. Em 13 filmes/documentários produzidos pelo instituto, observa-se o reflexo da ideologia ipesiana. A presença de ideias esquerdistas na sociedade, muitas delas já difíceis de ignorar, e voltados para a tendência socialista, permite que o IPES deturpe este projeto de sociedade progressista e popular. Estas forças conservadoras acreditavam que o comunismo e seus ideais estariam incutidos no estímulo a uma consciência que levaria ao conflito social, e exatamente neste ponto, a subversão levada a sua consequência política mais elevada seria o resultado. Portanto, se observarmos os movimentos sociais símbolos de denúncias das relações de poder estabelecidas na sociedade brasileira, o instituto se empenhou trabalhando a ideia de um

¹¹¹CORRÊA, Marcos. A propaganda política do golpe de 1964 através dos documentários do IPES. *Fênix. Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, v. 3, n.1, jan./fev./mar., 2006. p. 43

¹¹²Ibid, p. 9.

cenário pacífico e longe do contexto catastrófico que os movimentos populares construíram como imagem do panorama nacional¹¹³.

Desta forma, o IPES permitia-se vincular a alguns contextos de desigualdade social que incomodava a população brasileira para que, ao encontrar certas demandas populares, fomentá-las numa esfera de debate conservadora. Concebendo que algumas das demandas já estavam consolidadas nos movimentos populares fazendo parte do debate político, restava, portanto, conduzir parte destes impulsos populares ao seu campo político. Isso se deu contendo e desarticulando os movimentos que demonstravam maior “radicalização”, ou criando atritos que barrassem a aliança política de trabalhadores, estudantes e camponeses.

“A atuação conjunta das duas entidades, IPES e IBAD, que mantinham algum nível de cooperação, estimulou a proliferação de organizações anticomunistas na conjuntura 1961-1964. Além do suporte ideológico e político, o apoio passava pela ajuda financeira aos grupos menores. Sua atuação fomentou o surgimento de grupos anticomunistas em diversos setores sociais, notadamente entre as mulheres, estudantes e trabalhadores¹¹⁴. Esta característica permitiu a alguns autores chamá-los “Estado Maior” da campanha anti-Goulart, ou holding, de acordo com uma versão mais irônica. Apesar de existirem polêmicas sobre o real papel desempenhado pelo “complexo IPES/IBAD” na deflagração do golpe, não há como negar sua importância no desencadeamento da onda anticomunista que levou à derrubada de Goulart.”¹¹⁵

O anticomunismo no início da década de 1960 tem essa característica de ação mais sofisticada quando observamos a atuação do IPES e da forma como se projetou a ação política para conter estes grupos ligados à esquerda. Em um contexto nacional, para abranger as plurais formas de ativismo e organização de parcelas da sociedade como os estudantes,

¹¹³Ibid., p. 14.

¹¹⁴A organização para grupos de ação nos espaços estudantis, sindicais e militares é bastante conhecida nos termos da ação política ipesiana (DREIFUSS, 1981). Isso ocorre tanto pela ramificação das manifestações do instituto de atenção do aspecto cultural e político da doutrina básica, inclusive de mulheres da classe medi. Entretanto, a prestação de serviços do IPES sobre o aspecto da sindicalização rural é particularmente interessante pelo fato das tensões no campo, especialmente no Nordeste, serem crescentes no período e não contarem exatamente com uma expressão repressão estatal nos focos desses conflitos. A maneira de encontrar no assistencialismo social suas características do complexo IPES/IBAD é a forma de retardar a organização da classe trabalhadora por ela mesma, ou seja, uma organização oriunda de elementos da própria classe. Esta orientação e prestação de serviços serviram como contenção da classe camponesa em detrimento de uma abordagem popular que oferecia um caminho de ativismo que prezava a busca por avanços na melhoria das condições de classe de forma muito limitada. Desta forma, não atingia verdadeiramente os conflitos sociais e estancavam as posições políticas classe. A Igreja católica foi de grande importância na estrutura de formação sindical e no assistencialismo de objetivo de clivagem intelectual como SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco). Segmentos do clero de direita se infiltram no movimento camponês. Na tarefa de desarticulação indireta dos movimentos camponeses paralelos, como as ligas camponesas de Francisco Juliano e foi responsável pela fundação e assistência de ao menos 20 e sindicatos rurais na região, todos, obviamente, sob sua característica de ação política. (Ibid., p. 299-306).

¹¹⁵MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 300-301.

operários e camponeses, podem apontar para um receio da minoria dominante na sociedade de crescimento destes movimentos no país.

Seja em sua perspectiva militar historicamente autoritária, ou na perspectiva do conservadorismo político empresarial, a propagação mundial de um projeto político que poderia proporcionar profundas alterações na ordem social vigente causou inquietações no plano de ação destes dois setores dominantes. Para além de ameaça do ponto de vista militar, tais proporções dadas a certos movimentos populares estavam atreladas às possibilidades expansivas destes movimentos nas classes populares na ocorrência de um processo revolucionário, já que o grupo militar e, como vimos, empresarial, competia com o projeto social nacional com as forças populares. Desta forma, como o que se via era uma tensão social arraigada pela transição do governo Goulart em 1962 e no embrião golpista estavam estas forças políticas que desprezavam a justiça social, houve um movimento que buscou elementos do aspecto da busca do “inimigo interno”, também oriundos da contrariedade que os grupos conservadores encontravam no governo de Jango:

“A hostilidade contra o movimento sindical, sobretudo contra sua participação na política, aumentava nas Forças Armadas. Eram os preconceitos fechados de classe que se desnudavam. As associações rurais e comerciais, as confederações das indústrias, enfim, todas as entidades patronais podiam expressar-se, livremente, inclusive insuflar a guerra civil e a deposição do Governo, sem qualquer constrangimento. Os sindicatos dos trabalhadores, não. O proletariado não tinha o direito de participar da política, pois as classes dominantes julgavam que somente elas deviam influir nas decisões do seu Estado. A democracia não podia ser tão democrática assim. Seria comunismo. A legalidade, subversão. Na verdade, todos os esforços de organização e mobilização da vontade popular assombravam a burguesia. O CGT, as Ligas Camponesas e outras organizações de massa, por mais débeis que fossem, eram como espectros que lhe tiravam o sono. E, de uma forma ou de outra, Goulart se identificava com aquele movimento que parte das Forças Armadas queria reprimir.”¹¹⁶

Quando o plano político se torna tão diversificado com a pluralidade de movimentos populares em demandas cada vez mais ambiciosas, aliado a um executivo que não se empenhou exatamente em contê-las, devemos concluir que a atuação do complexo IPES/IBAD, assim como dos grupos que os orquestravam, não deve somente responder aos seus próprios projetos econômicos frustrados ou não. Mas também, sobre a população brasileira, suas expectativas sobre a ampliação do debate político, direitos trabalhistas, reforma educacional e reforma agrária.

Portanto, estes atores políticos não podem ser eclipsados pela ação da classe dominante, pois com ela a participação política popular na sociedade continuou a crescer no período democrático.

¹¹⁶BANDEIRA, op. cit., p. 120-121.

Outra abordagem sobre o projeto conservador permite a identificação de um programa econômico que se destacou na proposta por estancar os movimentos sociais que cresceram antes do golpe. Não se tratou unicamente do financiamento de organizações à direita do espectro político por setores empresariais, mas de uma percepção mundial do bloco capitalista sobre a necessidade de intervenção na democracia brasileira.

O principal destes esforços foi a Aliança para o Progresso. O programa estadunidense tentou, ao enxertar milhões de dólares na economia brasileira, conter grupos sociais que se organizavam entre trabalhadores e estudantes para demandar mudanças através de reformas sociais e políticas no Brasil. O exemplo da revolução cubana e o estreitamento de suas relações com a União Soviética levam a um deslocamento de forças para a preservação do sistema econômico na América Latina, mas nutrindo a perspectiva de que era realmente necessário empreender melhorias nas condições de vida da população geral. Invariavelmente, estas ações até então pacificadoras levam ao financiamento e sustento de grupos reacionários bastante descontentes com os privilégios políticos e econômicos que poderiam perder nas reformas moderadas que a Aliança poderia querer empreender:

“Com isso, Washington acabou por fortalecer, direta ou indiretamente, tendências reacionárias das elites latino-americanas, colocando-as em posição privilegiada para resistir a pressões reformistas domésticas. Isso porque essas elites sabiam que, no limite, os Estados Unidos interviriam para impedir a vitória de uma nova revolução comunista no hemisfério, ou apoiariam quaisquer grupos domésticos que estivessem dispostos a barrá-la. O que elites locais deveriam fazer, portanto, era jogar sempre com a ameaça do "perigo comunista" (real ou imaginário) para conter possibilidades de mudança. Além disso, a atitude flexível de Washington para com os primeiros golpes militares que ocorreram na região (Argentina e Peru), mantendo a ajuda econômica a esses países apesar do desrespeito às instituições democráticas, teria gerado um efeito demonstração importante para as elites latino-americanas, no sentido de que haveria espaço para que elas resistissem a pressões por reformas socioeconômicas e políticas.”¹¹⁷

No Brasil, a diminuição das desigualdades deveria apaziguar as insatisfações destas classes subalternas, pois, ao melhorar ligeiramente o estado de miséria ao promover a ajuda econômica, a politização deste cenário poderia ser atenuada. Até os primeiros meses do governo Goulart, quando se preservaram as intenções conciliadoras, os repasses ainda estavam modestos, em comparação com os que prevaleceram nos anos seguintes¹¹⁸ principalmente após as aproximações constantes do presidente com as classes trabalhadoras:

“Nesses oito meses iniciais do governo Jango, sob compromisso brasileiro de aplicar um programa de estabilização (o que ocorreu em parte), e buscar o reatamento de

¹¹⁷LOUREIRO, op. cit., p. 64-65.

¹¹⁸Segundo este autor, houve um aumento considerável dos valores designados do programa para o Brasil na troca de comando entre Janio Quadros e João Goulart. No mapeamento produzido na tese referida, de 44 milhões de dólares estipulados entre 1953 e 1960, a ajuda financeira pulou para 210 milhões de dólares ao ano na nova administração (LOUREIRO, op. cit., p. 69).

um acordo com o FMI (o que acabou não se concretizando, apesar de uma missão do Fundo ter visitado o país), Washington liberou US\$ 224 milhões dos US\$ 338 milhões negociados em maio para o governo federal brasileiro. A partir de meados de 1962, porém, a atitude do governo Kennedy tomou-se mais rígida. Vários fatores contribuíram para esse enrijecimento, entre os quais destacam-se o fortalecimento dos laços de Goulart com líderes sindicais de esquerda, inclusive comunistas, durante o processo de pressão sobre o Congresso Nacional para a antecipação do plebiscito que decidiria sobre o retorno ao presidencialismo; a atuação de Jango no contexto da crise dos mísseis de Cuba, quando o Brasil não apoiou resolução na OEA que legitimava uma invasão à ilha em caso de necessidade; e a ameaça de Jango ao embaixador Lincoln Gordon em novembro de 1962 sobre a possibilidade de buscar ajuda soviética caso os Estados Unidos não ajudassem financeiramente o Plano Trienal- então sob formulação de Celso Furtado."¹¹⁹

Quando tais movimentações cidadãs vão ao encontro de um governo aliado de muitas destas causas levantadas, um alerta internacional surge para moldar as principais características destes acenos potencialmente revolucionários. O grande incômodo norte-americano foram as agitações políticas no Nordeste brasileiro. O problema da pobreza no Nordeste, grande sintoma das desigualdades sociais na região, tem completa relação com o acirramento das disputas de classe e de crescimento de cobranças da população explorada perante as expectativas de valorização dos trabalhadores e do comprometimento com a luta por políticas públicas inclusivas para esta parcela. Desta forma, tentava-se deslocar um “apoio” econômico nas frentes conservadoras em todo o país, mas especialmente na região. O perfil dos grupos beneficiados foram todos de ordem conservadora, mas que pleiteavam algumas reformas alternativas para diminuir aspectos que reforçavam as desigualdades sociais e concentração de renda. Num processo de reconhecimento dos estados brasileiros em que se repassou grande porcentagem do valor destinado ao financiamento geral, observamos que os estados mais favorecidos, entre empréstimos e doações em dólares, foram aqueles mais alinhados a políticas anti-goulart. Destaca-se no Nordeste o apoio a políticos no Rio Grande do Norte, que se empenharam em desenvolver projetos que concorressem com os programas educativos progressistas, como o MEB e aplicação do método Paulo Freire, e suporte político ao partido de oposição ao governo federal, a União Democrática Nacional:

“Entre os estados nordestinos mais favorecidos por doações em cruzeiros entre janeiro de 1962 e junho de 1963, destaca-se o Rio Grande do Norte, que ficou em primeiro lugar, representando 24,9% do total dos recursos dessa natureza alocados para unidades da federação. O Rio Grande do Norte era governado à época por Aluísio Alves (UDN), um político conservador, porém defensor de uma abordagem modernizante para o estado, e que vinha despontando no período como uma importante liderança regional (e até mesmo nacional). [...] Defensor de reformas sociais moderadas, sobretudo no sentido de propiciar maior acesso a serviços de saúde e educação a populações instaladas nos rincões mais carentes do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves tornou-se um político extremamente popular, mantendo, ao mesmo tempo, uma postura crítica diante das propostas reformistas do governo

¹¹⁹Ibid., p. 71.

Goulart, por ele caracterizadas como radicais. Não à toa, Alves apoiaria o golpe de 1964 e se filiaria à Arena, tornando-se deputado federal em 1967 pelo partido."¹²⁰

Estes critérios políticos de fomentação de uma base para comportamentos sociais devem ser explorados com maior complexidade quando observamos a região Nordeste. Neste espaço, onde a polarização nacional encontrava seu terreno mais colérico, as disputas de classe e as disparidades sociais criaram articulações políticas das mais diversas em que os grupos sociais antagônicos disputavam a adesão da massa trabalhadora sob apelos conflitantes, mas com objetivos que variavam entre a conciliação e a movimentação combativa. No campo, estes mesmos projetos de sociedade expostos conseguiram dialogar com diversos aspectos das disputas políticas nacionais e internacionais, onde debates como o anticomunismo e a luta por melhor qualidade de vida estavam em voga.

2.3 Nordeste: lutas e conflitos sociais no campo

Assim como no restante do país, o Nordeste brasileiro foi cenário de conflitos sociais particulares da sua formação econômica sob o panorama histórico. Tal perspectiva permite identificar nos conflitos sociais e nas relações de classe que afloram destas tensões especificações a forma de atuação das lideranças, as demandas dos movimentos populares e a conjuntura política geral dos estados. Estas análises sobre a região podem ser compreendidas para este trabalho para que se esclareça a conjuntura dos movimentos sociais antes da tomada militar, mas também por compreender que aquele espaço de lutas escancarava os problemas estruturais do Nordeste.

Para observar diretamente a situação da região pelos objetivos deste estudo, o olhar sobre as movimentações sociais neste espaço levanta questões sobre a proliferação de conflitos pela valorização do trabalho rural e pelo acesso à terra. Como também, pelos direitos políticos e do próprio direito a mobilizar-se e ser reconhecido como sujeito ativo no campo das reivindicações destes trabalhadores. Em tal processo que antecedeu o Golpe de 1964, o Nordeste brasileiro experimentou grandes agitações políticas sindicais e no meio estudantil contendo recorrentemente agentes políticos que tentavam controlar as massas trabalhadoras para somá-las às suas orientações específicas. Dentre estas destacamos a atuação das Ligas camponesas, do Partido Comunista Brasileiro e da Igreja Católica. Nestes termos observamos

¹²⁰LOUREIRO, op. cit., p. 108-109.

como tais experiências no campo trouxeram um peso sobre a atuação da Ação Católica Rural que seria fundada apenas em 1965, mas que na complexidade da trajetória de lutas do campo também se desenvolveu perante a semelhança das preocupações sociais latentes de antes do golpe.

Certamente grande parte dos problemas socioeconômicos observados e contestados na região por tantos movimentos camponeses estão ligados a própria formação econômica regional. O Nordeste brasileiro desenvolveu-se historicamente no semblante do latifúndio e da exploração do trabalho ora escravo, ora assalariado, apesar das diversas formas de exposição ao trabalho moderno no século XX no campo não necessariamente abarcarem realmente o pagamento mensal bruto, caracterizando assim novas formas de dependência, além de uma complexa relação trabalhista normalmente envolvendo o trabalhador rural e o proprietário de terras que o emprega.

O incentivo a uma formação agrária desde o século XVI especificada no apoio da economia agrícola com foco na exportação, ainda baseado nas normas coloniais, permitiu e justificou a utilização das terras em sua extensão no cultivo de uma única cultura, como também determinou as relações sociais oriundas daquele desenvolvimento econômico. A concentração da terra, o baixo deslocamento de trabalhadores e, conseqüentemente, os índices de subdesenvolvimento na verdade são reflexos de um processo histórico colonial que reforça as formas de exploração das classes trabalhadoras ainda no século XX por estabelecer-se numa estrutura anciã no que tange as formas de distribuição da terra nunca profundamente modificadas no contexto regional.

Este sistema de produção influencia também a própria formação social integrante da economia do açúcar que se estabeleceu nas áreas de terras úmidas, na pecuária instalada nas zonas áridas e nas próprias economias alternativas a tais modelos que também dependiam das interações com estes grandes setores. Neste cenário, fortificou-se uma análise fundamental de que tal estrutura agrária é a principal responsável pelos indicadores sociais desfavoráveis à população rural nordestina. Se compreendermos que a dissociação do meio de produção do camponês, que no caso é representado pela Terra, leva à exploração do trabalho e, portanto, ao empobrecimento do trabalhador fica claro, por exemplo, os parâmetros socioeconômicos de miséria da região.

O processo de concentração fundiária certamente corresponde a uma consequência ditada sobre a problemática do modo de sobrevivência cerceada vigente ao trabalhador assalariado. A partir do momento que encontramos a terra disponível somente a uma parte capitalista focada na exploração do trabalhador sem vínculo de posse à terra, compreendemos

que tal relação oriunda destes contextos conserva em sua essência a própria formação agrária regional, cujo cenário para o trabalhador está pautado na ausência dos seus meios de produção. Tal relação pode ser esclarecida, segundo Martins¹²¹, para o recorte que buscamos até o Golpe, de uma forma que especifica questões sobre o avanço do capitalismo e que se exprime nas contradições do campo que levariam aos compromissos de luta e agitações políticas. Desta forma, a chamada exploração da mão de obra principalmente ligada ao trabalho direto ao latifúndio tem em seu cerne o seguinte fator:

“Nesse sentido, ocorre em relação à terra o mesmo que ocorre com o trabalho. Este também não é produto do próprio trabalho, não contém valor. No entanto, o capital, monopolizando os meios de produção, impede que o trabalhador trabalhe por sua conta; só lhe resta trabalhar para o capital. Assim, através da separação radical entre o trabalhador e os meios de produção de que ele necessita para trabalhar, o capital cria as condições para se apropriar do seu trabalho, para fazer com que o trabalho apareça como parte do capital quando é comprado pelo capitalista. Assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra; pode fazer com que ela, que nem é produto do trabalho nem do capital, apareça dominada por este último.”¹²²

Se existissem dois *Nordestes*, entre aquele rural, em comparação com o urbano, perceberíamos que tais disparidades aparecem na distribuição e acesso a serviços básicos como saneamento e energia elétrica, assim como nos índices de analfabetismo na população do campo¹²³. Logo, as conclusões sobre a concentração de renda e desequilíbrio social foram fortemente associadas também às limitações de um desenvolvimento econômico que não se diversificou, o que prejudicou (observando do ponto de vista contemporâneo) as bases para o abastecimento interno, o processo de industrialização e desenvolvimentismo perseguido nas décadas anteriores ao golpe, além de furtar da capacidade de integração econômica do campo para com outros setores produtores nacionais.

Entretanto, para a classe dominante agrária representada pelos grandes proprietários, o latifúndio e as condições dos trabalhadores que sobreviviam naquelas circunstâncias demonstravam que o próprio sistema se consolida como estrutura de exploração e também de controle social. Foi durante um longo processo histórico que as relações socioeconômicas se estabeleceram nestas estruturas de dominação.

A dimensão problemática do Nordeste abrange, portanto, o contexto que repete os grilhões da dominação social que dá sentido ao subdesenvolvimento regional e à manutenção da pobreza. As sucessivas crises e desvalorizações na produção de cultivados em latifúndios

¹²¹MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

¹²²Ibid., p. 160.

¹²³IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 1960**. Rio de Janeiro, 1962. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=768&view=detalhes>. Acesso em: set. 2021.

não foram suficientes para causar o desmantelamento destas formas de uso da terra, pois, na verdade, fragilizavam os produtores mais vulneráveis e principalmente ligados aos setores de subsistência.

Portanto, tais relações anexas ao sistema de produção e trabalho podem ser estabelecidas no âmbito da compreensão que são nas condições econômicas que se definem as relações sociais e os vínculos de solidariedade, pertencimento político, como também os rompimentos e tensões sociais. No caso do Nordeste, a relação específica que define a exploração do assalariado se consolida na expansão capitalista na região afetado pelos governos da década de 1950 que beneficiou o grupo dos grandes proprietários mediante também a oscilação do mercado do produto desenvolvido destas grandes áreas cultivadas na monocultura. No contexto da cana-de-açúcar, por exemplo, o processo de proletarização foi acelerado a partir da concentração fundiária que respondia neste aspecto especificamente aos donos de engenho que afetam, em consequência das expropriações de terras para utilizá-las para o plantio dos canaviais, a desintegração dos espaços de subsistência.

O principal alvo de tal processo torna-se o morador do engenho, ou seja, aquele tipo de trabalhador que preservava um vínculo que se diferenciava do assalariado por utilizar pequena parte daquela propriedade para seu próprio sustento (recebendo um valor menor que o salário integral do trabalhador que não cultivava em sítio da propriedade), cultivando-a para sua sobrevivência, mas contando também com sua presença no espaço da Cana pagando seus dias de trabalho no engenho. Este trabalhador, assim como sua relação trabalhista, caminhava para a repressão de seus meios de vida na opção pela conservação somente do vínculo do tipo assalariado¹²⁴.

É neste aspecto que as relações trabalhistas específicas de cada propriedade a qual o trabalhador rural estava ligado ganham profunda importância nos estudos sobre tais formas de exploração e das formas de organização destes¹²⁵. A falta do acesso à terra acelera o processo de proletarização do trabalhador rural, ou seja, reconhecendo-o como assalariado. Compreendendo que tal processo está atrelado ao desaparecimento ou supressão do vínculo

¹²⁴ABREU E LIMA, 2003.

¹²⁵O regime de moradia, nome dado à política de acesso à Terra patronal legitimada pelo vínculo do empregador, passa a ser abandonado como opção dos proprietários por haver a possibilidade de tal vínculo residencial garantir propriedade permanente ao trabalhador em meio a um momento de certo progresso nas lutas sociais e garantia de direitos trabalhistas em todo o território nacional, mas especialmente validado em Pernambuco durante o governo de Miguel Arraes. O abandono do modelo, portanto, baseado no receio dos grandes proprietários, só se concretiza através de uma série de práticas violentas que inviabilizarão a presença das famílias camponesas em terras historicamente cedidas a estes trabalhadores, mas que na preferência dos donos de engenho deveriam ser desalojadas.

de morador¹²⁶, assim como o de expansão das áreas do cultivo da cana, também entendemos que tal tema deve fomentar do debate sobre a reforma agrária dentro de alguns movimentos sociais diante das relações trabalhistas em que os trabalhadores envolvidos se encontram perante a defesa de seus interesses e de suas lideranças. Desta forma, as relações de dependência inseridas no processo de formação de tais vínculos acabam por definir a própria formação social da região. Isso ocorre tanto pela ausência de uma legislação trabalhista que abarca o trabalho no campo, como também pela forma que o capitalismo se desenvolve a partir da década de 1940 no Nordeste brasileiro¹²⁷.

¹²⁶Após o Golpe o processo de expulsão torna-se cada vez mais incisivo por parte da classe patronal, uma vez que o pós-golpe determinou uma vitória desta classe sobre os trabalhadores que perdiam seu poder de fiscalização e organização. Afastar a possibilidade de reivindicação da Terra utilizada por parte dos trabalhadores torna-se o grande condutor do processo de expulsão desta categoria. Isso não quer dizer que o rompimento destes vínculos não era realizado anterior ao governo Miguel Arraes, mas que já no final da década de 1950 a pressão dos trabalhadores pela melhoria de suas condições de vida em formas associativas — e posteriormente em sindicatos oficializados — transformou as perspectivas desse grupo, de forma que as tornou mais positivas diante da expectativa de proteção da legislação em seu favor. A relação direta entre a expulsão e o momento de emergência de movimentos no campo é estabelecida, segundo Lygia Sigaud, da seguinte forma: “No entanto, a continuidade do movimento sindical e a manutenção da legislação trabalhista e de terras representam um entrave a uma atuação direta dos proprietários, uma vez que, ao contrário do passado anterior aos direitos, a expulsão de um trabalhador pode facilmente ser traduzida na linguagem legal da demissão, da rescisão do contrato de trabalho e despejo, situações em que o trabalhador tem condições de ser indenizado. Assim, não só o passado de lutas que assegurou que as leis fossem coisas vivas e instrumentos para o enfrentamento com o proprietário, como o próprio presente das lutas sindicais impede que o proprietário assumira, sem prejuízos morais e materiais, o papel explícito daquele que está expulsando. Nessas condições, o botar para fora indica muito mais o fim da relação de moradia, a sua consumação substantiva, do que propriamente um movimento de demissão em massa, que as próprias lutas dos trabalhadores tornaram inviável. Isso no entanto não quer dizer que proprietários nunca demitam seus trabalhadores. Evidentemente que o fazem, mas numa escala muito menor do que poderia indicar a aparência do botar para fora e do que eles mesmos desejariam. O que se quer chamar a atenção é para o fato de que quando um trabalhador afirma que saiu de gosto e vontade, ele não está se vendo como demitido porque não foi realmente e por- que a tendência predominante seria a saída espontânea e não a demissão pura e simples.” (SIGAUD, 1979. p. 51).

¹²⁷Problema da remuneração que assola os trabalhadores rurais torna-se bastante complexo por identificarmos formas diversas de exploração do trabalho, de manutenção do vínculo de dependência nas relações de trabalho construídas na sociedade tradicional rural que permitem a perpetuação deste sistema de não pagamento monetário regular e mensal pelo trabalho em propriedades até a aprovação do ETR em 1962, quando tal relação é considerada ilegal. A realidade da remuneração dos trabalhadores rurais era cúmplice das próprias condições de trabalho. Antes de 1962, ou até mesmo antes dos sindicatos inserirem no contexto e luta em defesa da categoria por questões como estas, o pagamento que passou a ser regulamentado pelo referencial do salário mínimo com a chegada da década de 1960, antes era executado na prerrogativa de diárias ou tarefas (serviços específicos prestados). Segundo Dabat (2003), tudo que compreendia o período deste pagamento, normalmente realizado no final de semana, envolvia a violência patronal, as grandes diferenças de remuneração feminina em relação a masculina, a situação de miséria provocada pelos baixíssimos pagamentos, além da dificuldade de assumir um valor regular oriundo do serviço. Esta última situação é particularmente relevante por explicitar a situação de manipulação dos salários devido à dependência dos trabalhadores para com os “barracões”. Estes estabelecimentos eram ligados às grandes propriedades e forneciam produtos para consumo e compra dos trabalhadores vinculados àquela terra, tornando-se uma prática que se revelou como forma de usurpar o pagamento dos assalariados e retê-los nas propriedades, gerando, assim, um sistema para levar ao endividamento. Sobre o dia do pagamento e das pressões exercidas naquele ambiente, a historiadora reporta: “Como para qualquer outro aspecto da vida dos moradores nos engenhos, o momento do pagamento, além da modalidade e do local, era passível de ser utilizado como meio de pressão sobre os assalariados para que eles prestassem mais um serviço à empresa, como ilustra Amaro Rosendo Fagundes: ‘O administrador dizia: «Olhe! Cortador de cana que não vem cortar cana dia de domingo, só recebe sábado de duas horas.»” (Ibid., p. 521). Entretanto, como comentado, o próprio sistema de trabalho, além da criação das situações de

Segundo Andrade¹²⁸, a situação específica da formação destas relações está concentrada nas décadas de 1940 e 50 por compreender que o impulso econômico na economia do açúcar trouxe consequências na manutenção do trabalhador de forma que a figura do usineiro assegurou que o trabalhador daquela terra estivesse preso ao espaço de trabalho e submetido aos abusos na jornada de trabalho e a condições de moradia precárias. Tais formas de dependência estão atreladas ao nível de fixação na terra e as formas de moradia do trabalhador assalariado.

Desta forma, a expansão da economia açucareira após a segunda guerra levou a expulsão de muitos lavradores de seus pequenos sítios que abasteciam a economia doméstica de cidades vizinhas foi o prelúdio para a absorção destes cultivadores às usinas. Logo, o problema da habitação e sustentação destas famílias endossa o próprio sistema de trabalho no sistema usineiro. Tal disposição de acomodação transformava-se num sistema de dependência que prontamente evolui para uma relação de dívida em que o trabalhador está submetido às exigências de seu empregador por usufruir de pequenos espaços cultiváveis e de moradia, além do contingenciamento das liberdades de trânsito por rapidamente desenvolver dívidas para com o usineiro provocando um inevitável ciclo que aumentava o controle dos patrões sobre seus empregados. Tal relação em suas formas de desenvolvimento de deveres dos assalariados foi reportada por Andrade na seguinte forma:

“O morador fixado em um "sítio" tem uma série de obrigações para com o proprietário, sendo a principal delas a de dar-lhe um certo número de dias de trabalho por semana. Nos demais dias ele pode, com a ajuda da família, cultivar na área em torno da casa qualquer lavoura temporária; as permanentes, como a bananeira e o cafeeiro, são terminantemente proibidas a fim de que o morador em caso de mudança não possa pleitear indenização. Geralmente a mais cultivada é a mandioca, em Alagoas cultiva-se muito milho, e na Paraíba e no Rio Grande do Norte o algodão tem grande importância nestes roçados. Este sistema é ainda generalizado nas áreas em que o processo usineiro está em desenvolvimento e onde o proprietário exige apenas uma "sujeição" de três ou quatro dias por semana durante a estação das chuvas. À proporção que o processo usineiro evolui, a área cultivada com cana vai aumentando e os proprietários não só restringem os sítios dos moradores, tirando-lhes as áreas mais favoráveis, como exigem dos mesmos cinco ou seis dias de serviço por semana nos seus canaviais, o que impede os trabalhadores de cuidarem dos seus roçados. Vai então se processando gradativamente a proletarização da massa camponesa.”¹²⁹

endividamento relacionadas à atividade do barracão levam a professora a concluir: “O pagamento em espécies não era, portanto, generalizado, e certamente estava longe de representar a massa salarial – por menor que seja o pagamento individual dos trabalhadores – que o setor representava. Os efeitos são às vezes curiosos; assim, pessoas de idade, brasileiros natos da região, a mais antigamente colonizada e “desenvolvida” do país, desde o princípio inserida no que é chamado de “sistema mercantil” (aliás, reconhecidamente um produto dele na sua “vocação” produtiva), e inegavelmente assalariados que nunca pegaram em dinheiro.” (Ibid., p. 524).

¹²⁸ANDRADE, Manoel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Editora Ciências Humanas LTDA. 1980. p. 104.

¹²⁹ANDRADE, op. cit., p. 106-107.

O mesmo processo avança ao longo das décadas que antecederam o golpe no ritmo cujas grandes propriedades aglutinam praticamente toda a terra disponível e cultivável. Sob tal conjuntura, torna-se comum o endividamento do trabalhador que utiliza da venda interna de produtos do barracão da propriedade em que trabalha a preços destoados de seu valor comum. Em tais termos o empobrecimento do assalariado também era ofuscado com a assistência social e pequenas concessões dadas aos trabalhadores por seus patrões. Isso constrói um amplo e complexo conjunto de relações sociais que não envolvem somente a exploração do trabalho, como também a própria percepção destes sobre os esforços para a manutenção do trabalhador no seu espaço e como as práticas dos movimentos sociais daquele período conseguiram a partir destas experiências identificar as diversas formas de exploração contidas naquelas relações.

Recorrendo ao mesmo autor para elucidar tal processo de precarização destas condições, em que é esclarecido que foi durante as décadas seguintes após a Segunda Guerra que se notou a progressiva diminuição da qualidade de vida dos trabalhadores rurais sob tal sistema de produção, Andrade¹³⁰ compara a situação de habitação tanto do provedor da família como de seus dependentes a estruturas tais quais as senzalas coloniais. Para então contemplar que o trabalho direto nas usinas já havia evoluído para os seis dias na semana como condição para a permanência no emprego e garantias de sobrevivência do uso da terra cedido, o autor aborda um traço importante destas relações que envolvem mínimas concessões aos trabalhadores do campo por seus patrões.

Trata-se do fato de que obviamente tais condições de trabalho tornam-se insustentáveis para o proletário rural, o que reflete, portanto, nas tais atitudes que se aproximam da assistência social. Fundamental perceber estas nuances para que nos afastemos da análise simplista que conclui sobre certa passividade ou inércia destes trabalhadores. Nosso autor apresenta esta relação chegando à década de 1960 na seguinte análise:

“Nas zonas de grandes e de muitas usinas, no Sul de Pernambuco e no Norte de Alagoas, a proletarização dos trabalhadores já chegou ao auge. A maioria deles reside em casas localizadas nas sedes dos engenhos lembrando antigas senzalas e não tem direito de fazer lavouras. Mesmo aquelas usinas que teoricamente dão terras para esse fim, na prática impedem o cultivo das mesmas, pois exigem dos trabalhadores 6 dias de trabalho por semana. Dá-se, assim, a proletarização crescente do trabalhador do campo. À proporção que aumenta a produção de açúcar e que se usa a técnica agrícola e industrial mais avançada, o homem do campo fica mais pobre, mais necessitado, com menos direitos, fato aliás salientado por Caio Prado Júnior em trabalho recente. Por isto, nessas áreas, os trabalhadores não se fixam mais; nada possuindo, vivem errantes, trabalhando hoje em um engenho, amanhã em outro. [...] A proletarização e, conseqüentemente, o empobrecimento cada vez maior do trabalhador rural, leva o mesmo ao descontentamento, à insatisfação. Os

¹³⁰Ibid.

proprietários, compreendendo isto, realizam pequenos trabalhos de assistência que servem de meros paliativos, sem consequências positivas, ou exercem medidas drásticas, violentas, para conter os anseios populares.”¹³¹.

Apesar da grande variedade de relações trabalhistas no campo e da forma como os camponeses lidavam com sua produção e, por vezes, com o trabalho industrial ligado às usinas, também são reconhecidos os trabalhadores ligados às propriedades autônomas, mas que não se caracterizam como latifúndios. Entretanto, como aborda a professora Maria do Socorro Abreu e Lima, quando a composição social dos trabalhadores envolvidos nos movimentos populares destas décadas também influencia nas reivindicações demandadas, tais relações oriundas dos mundos do trabalho possuem reflexos na sua atuação política, tornando a identificação destes providencial. Desta forma, mesmo com grande variedade de tipos de sobrevivência, o movimento de proletarização deve ter um papel contundente na história política e econômica do campo. A autora afirma: “Quando os trabalhadores rurais começam a se organizar, nos anos 50 e 60, a quantidade de assalariados agrícolas já é considerável, embora houvesse um número expressivo de pequenas propriedades arrendadas em algumas regiões. A situação de todos, porém, era bastante precária.”¹³²

É neste contexto que a agitação política dos anos referidos se projeta em busca de avanços sociais no período democrático e também usufruindo de alianças locais que permitiram a expansão dos movimentos sociais no campo nordestino. As Ligas Camponesas podem ser os primeiros a ganhar tal direcionamento, primeiramente porque outros setores de mobilização só foram legitimados pelo Estado mais tardiamente, como foi o caso do sindicalismo rural (somente aprovado como Lei nos primeiros meses de 1962), mas também pelo fato das ligas fomentarem bandeiras significativas da reforma agrária e da valorização do trabalhador do campo, assim como por despertar o interesse de outros níveis de importância social na convocação das massas e na condução destas em seu comportamento social e político. Ou seja, nos embates ideológicos sobre a doutrina utilizada em meio a tais impulsos populares uma vez que estes já eram uma realidade na vida camponesa.

As ligas, portanto, surgem neste contexto de supressão das relações capitalistas consideradas tradicionais, mas que foram alteradas pelo avanço da modernização conservadora que modificou algumas relações trabalhistas no que justificava, por exemplo, o acesso aos sítios de subsistência a partir da expansão da cana em algumas regiões. Tal processo não se desenvolveu de forma unilateral, pois as formas de representação camponesa

¹³¹ANDRADE, op. cit, p. 108-109.

¹³²ABREU E LIMA, 2003.

também se expandiram no sentido de que o PCB, mesmo que na ilegalidade desde 1947, conseguiu articular mediante seus militantes na proposta da criação da Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP). Enquanto que a organização inicialmente não tratava amplamente do problema da terra, mas das questões pontuais sobre a assistência aos trabalhadores do campo na consultoria trabalhista, ainda assim, tal iniciativa constituiu uma grande inflexão na condução destes conflitos:

“Na medida em que tais transformações foram ocorrendo, a relação entre o agregado e o proprietário foi se tornando mais clara, deixando de existir determinados mascaramentos que a encobriam. A ilusão a respeito de um "pretense universo comunitário" (AZEVEDO, 1982), construído em cima de relações baseadas na troca de concessões e lealdade mútuas, foi sendo destruída a partir do momento em que os camponeses e moradores foram sendo levados a perder seus sítios e roçados, transformando-se, assim, em assalariados rurais. Como reação a esse processo de expropriação, foi que se organizaram, em meados dos anos 50, as Ligas Camponesas.”¹³³

Importante compreender que as Ligas, nome encontrado nos grandes jornais em circulação para associá-los ao fator subversivo considerado presente por estes setores controlados pela classe dominante nas antigas ligas organizadas por comunistas nas décadas anteriores, atribuindo-lhes de tal característica pelo medo do volume do movimento, mas também pela aproximação e adesão à causa do Engenho Galileia pelo deputado do Partido Socialista Brasileiro (PSB) Francisco Julião¹³⁴ possuía uma forte base diante do mesmo fenômeno social provocado por estas mudanças nas relações capitalistas. A questão movida sobre o engenho diz respeito à adesão do movimento contra a expulsão dos moradores daquela propriedade até o êxito na desapropriação das terras em 1959. Desde o surgimento daquela disputa que deu origem as Ligas o deputado e advogado obteve, a partir de uma conduta ao longo daquela década amadurecida pelo olhar revolucionário sobre a resolução do problema da terra no Brasil espelhada no projeto revolucionário cubano, grande número de associados e seguidores no campo.

¹³³ABREU E LIMA, 2003. p. 42.

¹³⁴Segundo Page (1972, p. 59), a ascensão de Julião ao posto de líder e porta-voz do movimento está ligado ao fato do congressista sempre ter denunciado em sua carreira política a situação de miséria no campo. Entretanto, o que chama atenção nesta trajetória é que ainda que houvesse um projeto revolucionário, o deputado também se empenhou em legalizar aquela vertente que os trabalhadores estavam construindo, apesar de reconhecer que o registro não necessariamente garantiria a sobrevivência das ligas ou seriam suficientes segundo as mudanças que almejavam: Julião tornou-se seu conselheiro legal (depois seria promovido ao antigo posto de Beltrão, presidente honorário). Inicialmente, ele tomou as providências para que a sociedade fosse corretamente organizada e registrada de acordo com as leis do estado, e, então, tomou a si a defesa dos moradores que Beltrão estava tentando expulsar. Também fez uso de sua cadeira na Assembleia Legislativa, de onde falou em apoio dos galileanos. Não era esta a primeira vez em que tomava, de público, uma posição em assuntos do campo. No término da Segunda Guerra Mundial, quando caiu a ditadura de Vargas e a democracia constitucional foi restabelecida, ele publicou um manifesto conclamando que algo fosse feito para aliviar a miséria dos camponeses do Nordeste. Nenhuma palavra, porém, por mais eloquente que fosse, efetuaria mudanças no campo brasileiro. A situação estava exigindo um aumento de pressão ao nível da raiz do problema.”.

A opção e base tática, entretanto, depois marcada pela observação da experiência cubana de 1959 tinha seus percalços na consideração especial sobre a solução dos problemas da terra nas mobilizações sobre os pequenos produtores. Apesar de contar com os comunistas em sua formação, as ligas se distanciavam do etapismo reformista cujo PCB aliava-se. Em tal discrepância estratégica, os pecebistas viam no sindicalismo potencial da década de 1960, o caminho para a revolução através das vias democráticas. Apesar disso, o tema da radicalidade comparada entre estas duas frentes ainda pode ser elucidado da seguinte forma:

“Para o PCB, as Ligas subestimavam as lutas pelas pequenas reivindicações dos assalariados, superestimando o papel dos camponeses no processo da Revolução Brasileira, e, a partir desse Congresso, deu-se a ruptura definitiva entre os dois. A idéia, porém, de que as Ligas eram mais radicais, nem sempre é isenta de questionamentos: seus encaminhamentos eram feitos com base no Código Civil, ou seja, utilizavam-se de um instrumento jurídico legal para obter suas reivindicações; e, apesar falarem em revolução e criticarem os partidos, que eram considerados burgueses, participavam do processo político-eleitoral.”¹³⁵.

Logo, esta complexidade nas propostas de transformação estrutural da realidade camponesa assume diferentes frentes e abordagens que assumiam para si tal responsabilidade de agente de mudança principal juntamente aos trabalhadores e seus vínculos trabalhistas considerados em cada projeto de alteração das estruturas no meio rural e metodologia na articulação para fins revolucionários. Desta forma, atuação do PCB abrange uma outra vertente que conferia um outro projeto cujos assalariados teriam seu papel de reivindicação essencial na construção em escala representativa do vetor reformista o qual o PCB arranjava-se.

Em termos históricos, as Ligas em sua concepção de luta pela terra representaram um grande passo na organização e mobilização dos trabalhadores que ainda na década de 1950 quando estes ainda não possuíam o direito a sindicalização, representaram um espaço de lutas alternativo e que condizia com a realidade persistente:

“Foi, entretanto no Nordeste, particularmente em Pernambuco e na Paraíba, que se desenvolveu o capítulo mais importante da história contemporânea do campesinato brasileira. Ali surgiu em 1955, no Engenho Galiléia, uma associação de foreiros denominada Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, logo conhecida como Liga Camponesa. As ligas se espalharam rapidamente pelo Nordeste, contando de início com o apoio do Partido Comunista do Brasil e com severa oposição da Igreja Católica. Elas surgiram e se difundiram principalmente entre foreiros de antigos engenhos que começavam a ser retomados por seus proprietários absenteístas, devido à valorização do açúcar e à expansão dos canaviais. Desde os anos 40 os foreiros vinham sendo expulsos da terra ou então, como vimos, reduzidos a moradores de condição, passo para se tornarem trabalhadores assalariados não-residentes. Na verdade, as ligas surgiram no contexto

¹³⁵ABREU E LIMA, 2003, p. 47.

mais amplo não só da expulsão de foreiros e da redução ou extinção dos roçados dos moradores de usina, mas também no contexto de uma crise política regional”¹³⁶.

Quando o reconhecimento dos sindicatos pelo governo federal e Ministério do Trabalho tornou-se realidade em 1962 o momento histórico descrito anteriormente cuja conjuntura propiciou a fundação das Ligas devido à vacância de organizações representativas de efeito na sociedade civil e especialmente no ambiente rural, também representou uma alta adesão do modelo federal pelo que é apresentado no rápido desenvolvimento do modelo. O sistema sindical antes mesmo de tal aprovação já conferia diante de algumas organizações existentes o surgimento também de uma disputa pelo controle do movimento camponês que não se resume ao projeto pecebista que conferia ao “Segundo esta análise, o caminho para concretizar a revolução brasileira poderia ser pacífico na medida em que a ala nacionalista da burguesia fosse fortalecida em detrimento da ala entreguista, e se avançasse nas reformas de base, necessárias para garantir o desenvolvimento do país e uma efetiva democratização”¹³⁷, mas também relacionada à entrada da Igreja Católica no contexto de organização.

Os sindicatos aparecem no campo muito antes dos decretos que autorizavam e criavam prerrogativas para a criação destes, pois já havia de forma menos esclarecida à permissão para a criação destes sindicatos, ainda assim, a regulamentação de 1962 conseguiu expandir e ampliar estas organizações representativas dos trabalhadores e categorias, o que também garantiu que as lutas encontrassem seu espaço legal considerando que muitas vezes as iniciativas semelhantes de criação destas organizações foram constantemente boicotadas pelos aparelhos de repressão do estado controlados pelas classes dominantes. Estas formas encontradas para barrar o movimento camponês ficam extremamente diversificadas pois abrangiam tanto a burocracia, que consistia na regulamentação de um sindicato, como também o envolvimento da violência legitimada pela força policial. Além disso, existia uma dificuldade inerente à formação dos movimentos que se revelava na mera disponibilidade de mobilização coletiva e de construção de um movimento realmente organizado, pois esbarrava em questões como o analfabetismo e como tais contextos influenciavam na formação de uma gestão e diretoria¹³⁸.

Logo, os efeitos e impactos referentes a liberdade de sindicalização residente na década de 1960 contribuem também para a cultura sindical que se criava baseada na possibilidade de diversificação das mobilizações visto o período que marcou o aumento nas

¹³⁶MARTINS, op. cit., p. 76.

¹³⁷ABREU E LIMA, 2003, p. 98.

¹³⁸ABREU E LIMA, 2003, p. 53.

organizações políticas ainda mais considerando que tal abertura também revelou-se um período propício para que os sindicatos e as correntes ideológicas que os orientava também se tonassem atentos às próprias metodologias de ação e trabalho de base que conferia a adesão ao movimento. Sobre a organização sindical proferida por comunistas nesta atuação característica na década de 1960 pode ser dito segundo Maria do Socorro Abreu e Lima:

“Os sindicatos sob sua influência tinham como base a atuação do delegado sindical, a quem cabia levar as orientações e as palavras de ordem da entidade. Participavam das lutas específicas, localizadas, e também das lutas gerais, muito comuns nessa época, em que havia um clima de maior liberdade de expressão e um avanço no que diz respeito à organização e à politização dos trabalhadores. (JACCOUD, op cit., p. 44). Mas não era só com discursos e mobilizações que o trabalho crescia. Seus organizadores precisavam desenvolver iniciativas condizentes com a cultura dos camponeses, para chamar a atenção dos mesmos.”¹³⁹

Diante das diferentes vertentes de atuação sobre a questão social no campo, o PCB, que já se encontrava presente em tais movimentos principalmente em relação aos trabalhadores assalariados, construiu uma trajetória de lutas que passava a priorizar a luta sindical em contraposição à independência das Ligas. Isso ocorre, pois a formação de uma estrutura sindical que partia dos comunistas estava mais atrelada, por ser um partido político de orientação nacional que define seus rumos em congressos e encontros, ao alinhamento por resolução de um Comitê Central com pautas e agenda reformistas idealizadas e apoiadas no Governo Goulart. Desta forma, a própria prática sindical quando regulamentada obedece a uma lógica de lutas e de frentes de debates mais voltados para as reformas de base inculcando os temas nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais quando a base de aprovação das propostas federais encontrava o tema da reforma agrária, entendendo que naquele momento aquele espaço de lutas fazia sentido nas vias democráticas. Os sindicatos ligados ao PCB possuíam em sua legitimação legal uma alta capacidade de mobilização em razão também por contarem com a estrutura e capacidade de organização do partido que naquele período histórico conduzia como projeto político uma união proletária-camponesa na obtenção necessária para a aprovação das reformas.

Dito isso, novamente as diferentes abordagens de lutas localizadas nos dois modelos apresentados das ligas e dos sindicatos comunistas podem renovar as perspectivas que o debate sobre estes movimentos é relevante historicamente não somente em termos de radicalidade, como já foi abordado, como também na identificação de condutas divergentes referentes às propostas sobre o problema social. O teor competitivo, que atinge as disputas de poder no campo e como elas interagem com o próprio movimento de mudança econômica,

¹³⁹Ibid, p. 54.

formam lutas que residem não somente à luta contra o modelo econômico vigente e à estrutura agrária, mas também a clara oposição à concentração de terra e à críticas na ação política de outras organizações semelhantes que cumprem papéis de arregimentação das massas.

Entretanto, o que diferenciava exatamente o PCB das ligas estava localizado no paradigma institucional que o partido possuía. Mesmo com o partido na ilegalidade seus representantes e militantes conseguiram criar uma unidade e concepção de luta que associava a construção dos sindicatos ou das unidades parassindicais de representação dos trabalhadores assalariados a mobilização política voltada para a política nacional:

“Havia uma idéia-força que poderia ser resumida na crença dos dirigentes em absorver e recriar as demandas dos movimentos sociais como os que demandavam terra - a partir do próprio código e lógica sindical - a lógica da institucionalidade legal. A despeito da radicalidade e vigor dos movimentos sociais, acreditava-se que as bandeiras de luta poderiam, e deveriam, ser equacionadas no campo institucional.”¹⁴⁰

Entretanto, estas duas vertentes de atuação também se relacionavam com a própria ocupação do campo por movimentos que eram organizados sob orientações menos contestadoras. Logo, a radicalidade que os setores dominantes acusavam existir no campo está certamente ligado ao aparecimento de uma outra vertente estabelecida de base ideológica no meio rural. Como apesar de estratégias distintas de mobilização, Ligas e STRs comunistas organizavam-se com o objetivo de uma revolução e, portanto, alteração de paradigmas estruturais no meio agrário, o surgimento dos sindicatos católicos realmente tentava neutralizar estes dois agentes de mudança devido a uma doutrina conservadora difundida no pensamento religioso, mas cultivada em interesses políticos.

A ascensão do sindicalismo católico corresponde, portanto, aos impulsos de melhorar as condições econômicas sem a proposta revolucionária, apesar da interpretação religiosa progressista também possuir uma vertente organizada para tais fins. Entretanto, este sindicalismo católico foi marcado por diretrizes capazes de atenuar os conflitos sociais do campo através de uma prática que coexistia a preocupação social com a necessidade de estancar as influências marxistas e radicais no meio rural¹⁴¹. A ação religiosa, portanto,

¹⁴⁰RICCI, Rudá. **Terra de ninguém**: representação sindical rural no Brasil. [S. l]: Unicamp, 1999. p. 78.

¹⁴¹Utilizando da pesquisa de Bernadete de L. Ramos Beserra, a conquista do espaço político camponês é marcada pela disputa de poder entre comunistas e católicos na expansão das associações representativas. No Ceará, neste mesmo período, assistiu-se a consolidação do PCB como base para o movimento camponês na década de 1950. A partir do momento que a Igreja entra em cena para a organização da campanha sindical, seus interesses ficam expostos ao que a autora aponta que após o Manifesto de Agosto, lançado pelo PCB em 1950 cujo conteúdo consistia na apologia a uma reforma agrária radical no país, Dom Inocêncio Engelke afirma em carta pastoral a seguinte frase: “Conosco, Sem Nós ou Contra Nós se Fará a Reforma Agrária”. Apesar de ser publicado apenas em 1950, quase 10 anos antes do envolvimento oficial da Igreja nas questões sindicais do

dialoga com uma atuação assistencialista apoiada também na própria estrutura que a Igreja já possuía referente aos ambientes de paróquias e padres designados a fazer o papel de aproximação com as classes populares.

Podemos dizer que a corrida sindical no esquema religioso assume no processo uma postura à direita na conjuntura política principalmente cabendo destacar em Pernambuco o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco em seu quadro de limitações sobre a reflexão sobre a realidade moderada que se colocava conveniente com as estruturas violentas de exploração já que sua formação e atuação política não ultrapassavam as barreiras do auxílio, orientação e preservação dos direitos já conquistados. É visível que tal capacidade analítica presente na influência do Padre Melo e Padre Crespo, restringia muito a formação de uma consciência verdadeiramente transformadora. Não excluindo que sob efeitos práticos esta opção ideológica levou à influência de organizações como o IPES, IBAD e setores estadunidenses financiadores destes projetos sindicais, tais movimentos vão de encontro aos verdadeiros interesses que estavam incutidos em órgãos como o SORPE. Mesmo assim, o próprio movimento contido na Igreja Católica de aproximação com as classes populares e de expectativas sobre transformação social também conservavam certa influência sobre tais correntes conservadoras. Entretanto, existiam claras contradições presentes em tais práticas sindicais e de assistência, como aponta Maria do Socorro Abreu e Lima: “Seu entendimento de justiça, porém, traduzia uma visão que atrelava os trabalhadores do campo aos proprietários, valorizando não só o conagraçamento entre eles, mas relacionando a melhoria da situação daqueles à manutenção das vantagens desses.”¹⁴²

Não obstante, esta posição não pode ser considerada totalizante ou hegemônica. Organizações católicas também desenvolveram uma área de atuação amadurecida para uma construção sindical combativa, podendo ser representada pela Ação Popular (AP) que prezou por uma concepção revolucionária-marxista oriunda de militantes da JUC e JAC (Juventude Agrária Católica). Radicalizando-se rapidamente, a AP tinha em suas propostas um trabalho de sindicalização socialista que possuía um compromisso com a luta pela posse da terra, além do esforço pela mobilização e organização popular. Foi diante deste movimento que de construção de uma base radical que se forma a aliança com o PCB, o que a distanciava da concepção cristã-conservadora no sindicalismo rural.

campo, o documento justifica a aproximação da instituição com o debate agrário no país, além da percepção sobre como os conflitos do campo eram potencialmente volumosos. Ainda que se confirme a distância da concepção político no pensamento eclesial que decide por intervir na situação que eclodiu no meio rural durante o governo Goulart, a carta pastoral de Engelke firma-se como um marco na intervenção religiosa sobre o movimento camponês. (BESERRA, op. cit., p. 40).

¹⁴²ABREU E LIMA, 2003, p. 60.

É neste cenário que organizações representativas rurais bastante diversas no campo brasileiro, e, especialmente no Nordeste, ligaram-se após 1962 à fundações de entidades cada vez maiores com o objetivo tanto de proteger seus trabalhadores preservando seu nível institucional, como também intencionado a consolidação de seus projetos sindicais. Em tal processo é fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) em dezembro de 1963, que contou com uma diretoria majoritária de militantes do PCB e AP para compor a instância máxima de sindicatos numa posição explicitamente progressista em representação às FETAGS (Federações de Trabalhadores na Agricultura). A SORPE, assim como o Serviço de Assistência Rural (SAR) no Rio Grande do Norte, também conseguiu dar origem e fundar através da formação e assistencialismo dezenas de sindicatos em toda a região. Além disso, podemos mapear através dos altos índices de sindicalização, uma adesão ao projeto sindical considerando o número de trabalhadores ligados a estes.

Finalmente, o alto nível de politização no campo que levou a grandes mobilizações, incluindo a grande greve de novembro 1963, organizada pelos sindicatos comunistas e das ligas, foi essencial para que se apresente o acúmulo de experiências que somam as expectativas por melhoras nas condições de sobrevivência, a luta por direitos trabalhistas e pelo respeito e cumprimento daqueles direitos adquiridos no Estatuto do Trabalhador Rural e CLT:

“Esta greve, que foi organizada de maneira unificada pela Federação, pelo Sindicato de Palmares, pelas Ligas e pelos Sindicatos independentes, elevou a luta dos assalariados rurais a um outro patamar, possibilitando, inclusive, uma maior aproximação entre as diferentes forças que compunham o sindicalismo rural na época. E seu desdobramento foi a abertura de um diálogo com vistas à formação de uma Entidade que unificasse efetivamente os referidos sindicatos.”¹⁴³.

Segundo Ricci¹⁴⁴, a relação entre estes três sujeitos conseguiu através das experiências do período democrático também definir os usos políticos das estruturas disponíveis de atuação após o golpe, pois foi naquela conjuntura do governo Goulart que se elaborou nos setores articulados entre os STRs e ligas, criando uma cultura sindical brasileira. Exemplificando o comportamento político dos sindicatos e células comunistas, o autor ressalta como as práticas sindicais eram orientadas por lutas nacionais. Entretanto, cabe explicitar que não se tratava de um comportamento exclusivo dos STRs pecebistas, mas que, na verdade, todos os sindicatos são bases de difusão de uma orientação superior ao que resume uma militância sindical. No caso daqueles sindicatos católicos cujo poder eclesial

¹⁴³ABREU E LIMA, 2003. p. 83-84.

¹⁴⁴RICCI, op. cit., p. 63.

ditava os termos da organização, o conservadorismo que definia a centralização e promoção do assistencialismo. Portanto, fica explícito como as determinações políticas sustentavam a atuação dos sindicatos e a adesão a um projeto político maior em que os STRs funcionavam como integradores do pensamento político para com a prática política:

“Neste ponto, vale registrar que se forjou então uma corrente sindical nacional composta pelo PCB e setores da ala esquerda do PTB, denominada por Sérgio Amad Costa de "nacionalistas". A ação sindical estaria, portanto, diretamente vinculada as determinações políticas da frente à qual pertencia. Atribuía-se aos sindicatos desta corrente o papel de defesa das reformas de base. Segundo Leôncio Rodrigues, os sindicatos nacionalistas "atuavam no sentido dos objetivos imediatos da Presidência da República enquanto procuravam forçar o governo a ir mais longe no projeto reformista.”¹⁴⁵

É neste sentido que a apresentação sobre a sociedade civil brasileira e sobre a conjuntura dos conflitos sociais no campo nordestino deve responder algumas questões sobre a crescente precarização das condições de vida fruto das intensas mudanças econômicas decorrentes do avanço do capitalismo e proletarização das massas rurais.

Logo organizações e formas de resistência também se tornam tema de análise histórica como produto de processos sociais, culturais e econômicos escancarando aqueles que não possuíam capital político e econômico considerando que para todo corpo de seguimentos subalternos que se organizam, também existe uma legislação e aparato de estado coerente com seus objetivos de contenção. Quando estes aparatos de controle social não correspondem aos resultados almejados por aqueles que os vigiam, observamos o recurso golpista colocado em prática.

Como afirma Hobsbawm¹⁴⁶, os condutores da mudança social nem sempre conquistam o êxito que esperavam, mesmo que, teleologicamente, estudos provoquem dúvidas sobre as alternativas que os líderes e movimentos proviam naquele momento histórico. Entretanto, os movimentos sociais são heterogêneos em sua formação e compostos por diferentes parcelas da população, questões que influenciam na própria trajetória política destas organizações e que independentemente do movimento militar, construíram importantes formas de luta que tiraram categorias sociais do anonimato político e tentaram equilibrar os jogos de poder na sociedade:

“Mas independentemente do fato de que o caráter das mudanças sociais e políticas não pode ser julgado pelos emblemas que seus líderes prendem em suas lapelas (muito menos na América Latina), transformações importantes não podem ser descartadas como insignificantes porque não deságuam de imediato nos movimentos e nas políticas que defendemos.”¹⁴⁷

¹⁴⁵RICCI, op. cit., p. 75.

¹⁴⁶HOBBSAWM, Eric. **Viva la revolución**: a era das utopias na América Latina. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

¹⁴⁷ HOBBSAWM, op. cit., p. 358.

Sendo assim, toda a dinâmica social contida no Brasil dos anos 1960 faz parte de uma série de projetos políticos colocados perante a sociedade que os confronta de onde surgem as disputas internas, os objetivos maiores a serem alcançados e estratégias de mobilização de dentro dos movimentos. E, apesar de muitas destas serem altamente prejudicadas e desmontadas após o Golpe, a complexidade presente em cada uma delas representada pelo grande número de trabalhadores que confiaram nestes movimentos deve constituir um importante capítulo da história política brasileira.

3 A IGREJA CATÓLICA E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: ENTENDIMENTOS POLÍTICO-SOCIAIS ATÉ O CONCÍLIO VATICANO II (1962)

3.1 O surgimento e consolidação do interesse pela questão social no mundo

O longo e complexo processo que culminou com o interesse da questão social pela Igreja Católica brasileira não se iniciou somente com os impulsos nacionais, nem com esforços oriundos apenas da cultura brasileira. Essa postura é longínqua e não serviu somente aos interesses das classes exploradas e oprimidas de início, mas veio de uma necessidade que a Igreja tinha de perpetuar sua hegemonia na sociedade como mentora das práticas políticas, religiosas, educativas e morais. Desta forma, estas primeiras aproximações são pautadas no objetivo de estabelecer um controle de elementos considerados alheios à bússola comportamental da Igreja, desviando homens e mulheres do seu papel na sociedade designado por aqueles que detinham o poder de definir o que é sagrado, o que é profano e o que é certo e errado. O que interessa para toda análise, entretanto, são as motivações históricas que levaram a esta modificação na então conduta que a Igreja Católica possuía ao lidar com qualquer temática que tangencia a situação das camadas mais empobrecidas.

Para diversos historiadores há um ponto em comum na análise destes interesses. Enquanto a situação de supervisão da vida pública ainda era contornada pela vigilância moral muita coisa ainda estava estável nas diretrizes gerais institucionais da Igreja, entretanto, essa política passa a mudar consideravelmente e de forma bastante efusiva com a popularização de teorias sociais que poderiam gerar movimentos antirreligiosos que pairavam na Europa desde a revolução francesa. Desta vez a principal ameaça vinha especificamente da difusão de ideologias sociais que abalariam completamente a longa e confortável posição da instituição na sociedade por promover mudanças radicais na estrutura social movida pelas classes exploradas que eram até então bastante negligenciadas pela Igreja Católica.

Com a estima e popularidade que os núcleos socialistas estavam ganhando na Europa no final do século XIX, restou à Igreja tomar uma nova postura em relação às situações que geram a identificação desta classe oprimida com as bandeiras que promoviam este comprometimento com a classe trabalhadora fabril que enfrentava a deterioração das suas condições de sobrevivência e escancararam os conflitos de classe. Esta camada operária e urbana que surgiu precisava ser contida ou apaziguada imediatamente para que as consequências não fossem irreversíveis.

Um marco na tentativa de reapossar-se das consciências destes trabalhadores foi a publicação da *Rerum Novarum* pelo Papa Leão XIII, em 1891. Nesta Carta Encíclica o papa assume uma leitura de contexto bastante adversa para os trabalhadores, mas orientava que estes não deveriam se deixar seduzir pelos males do socialismo nas suas ações. Nestas longas críticas às teorias que tentavam restabelecer uma situação de equilíbrio nas condições materiais, a maior empreitada neste documento é exatamente de tentar convencer o apostolado cristão de que há uma sociedade harmoniosa que precisa ser preservada. A Igreja tentava ocultar as relações de classe que estavam sendo expostas na difusão do socialismo, pois sua função e teoria principal está baseada na luta de classes segundo o documento:

“O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque, assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exatamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital.”¹⁴⁸

A Igreja Católica estava tentando retomar a confiança das massas na manutenção do status social das estruturas e grupos antagônicos na simples relação de explorado e burguês. Nesta tentativa a Igreja acabou por promover sua inclusão nesta disputa das predileções ideológicas da comunidade cristã. Segundo Cavalcanti, a Igreja buscou fazer as pazes com o mundo moderno já que desde o início da idade contemporânea estava sempre encurralada nos projetos de secularização em diversos países e reduzia cada vez mais sua influência devido a ascensão do protestantismo em algumas regiões da Europa. Para este autor, a postura que a Igreja toma nos 30 anos seguintes é definida por esta tentativa de adequar-se às mudanças sociais de uma sociedade que se industrializava e modifica suas organizações de sociabilidade:

“A Igreja Católica Romana começou a fazer as pazes com o moderno a partir de Leão XIII, que é eleito papa em 1879, reinando por 25 anos. Esse pontífice, de espírito diplomático e notada inteligência, percebe a inutilidade de remar contra a História. Procura dissociar a Igreja dos integristas e, em 1891, publica a famosa carta-encíclica *Rerum Novarum*, tomando por sentada os dados, e os problemas do século XIX, especialmente a questão operária. Condena o liberalismo capitalista e a solução socialista. Legítima, implicitamente, a democracia, e dá início ao que é hoje conhecido como a Doutrina Social da Igreja. Seu ensino será retomado e atualizado em 1931 por Pio XI, com a encíclica *Quadragesimo Anno*. Condenando, embora com certo atraso, as injustiças sociais, a Igreja procura recuperar terreno entre a classe operária, dela de há muito afastada por sua associação com os poderosos ou pela postura reacionária de seus líderes e doutrinadores políticos. Leão XIII

¹⁴⁸LEÃO XIII. Papa, Carta Encíclica. **Rerum Novarum**, Acta Leonis XIII, 1891. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html

procurou mobilizar o laicato, visando sua atuação em uma sociedade pluralista, através da criação do movimento da "Ação Católica". Este será particularmente dinamizado no pontificado de Benedito XV (1914-1922). Foi ainda Leão XIII quem procurou reaproximar a Igreja dos intelectuais, usando, para tanto, novos programas de estudo do tomismo.¹⁴⁹

É exatamente neste contexto que aflora a questão central neste debate, que seria o interesse pela questão social que no momento vai se manifestar através do estabelecimento de uma doutrina, ou seja, um conjunto de diretrizes e orientações espirituais e legitimadoras de práticas religiosas que definem o dinamismo das novas formas de se expressar tal religião em todos os rituais demandados dela. Esta doutrina social firmada no final do século XIX colhe o problema do distanciamento entre os católicos e a religião oficial desde que se distanciou da realidade social e acaba "perdendo" espaço para outras formas de visão de mundo.

A percepção das lacunas que geram a carência da presença da religião entre a sociedade revela um movimento de endossamento dos paradigmas cristãos na vida pública. Ligada geralmente à questão moral, esta nova postura sempre vai acabar desembocando em uma ação política por fomentar constantemente estigmas da ordem social em defesa, conseqüentemente, daqueles que ocupavam o poder de decisões do Estado e acabariam interferindo diretamente na existência das pessoas.

Este processo de cristianização da sociedade teve várias fases, mas a mais relevante delas provavelmente é a criação da Ação Católica e de suas seções nacionais. A proposta conseguia dimensionar a doutrina social católica de uma forma muito mais efetiva, pois não era suficiente professar que certas teorias sociais não deveriam ser difundidas, era necessário promover uma forma de atuação que realmente competisse com a arregimentação das massas que outras formas de organização geraram no mundo inteiro.

Em 1922, organizada por Pio XI, a Igreja lança a Ação Católica, renovação pastoral que persiste na tentativa de retomar a hegemonia que antes gozava na sociedade. A política desenvolvida era a formação de um rebanho armado contra essas ideologias na formação espiritual para que a sociedade estivesse blindada destes elementos modernos oriundos da secularização e das distinções da sociedade que vinha da Primeira Guerra Mundial¹⁵⁰. Todo este plano só faria sentido se houvesse um impulso que pudesse repercutir uma linguagem popular e mais distante daquelas utilizadas entre os clérigos, portanto, a ideia era que mesmo que respondesse diretamente à hierarquia eclesiástica a formação da Ação Católica ocorresse

¹⁴⁹CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e Política**: teoria bíblica e prática histórica. São Paulo: Editora Vinde. 1988. p. 146

¹⁵⁰Idem.

a partir de pessoas da mesma estirpe social, ou seja, leigos oriundos do mesmo círculo de ocupação ou de rede comunitária.

Apesar de ter surgido na Itália, foi na França que a organização expandiu seus horizontes de atuação por diversificar e desprender parte de seu projeto de evangelização e direcionamento político da que até então vinha sendo aplicada. Enquanto em outros países ainda se fomentava apenas um movimento masculino e feminino de católicos, foi entre os franceses que passaram a surgir as especializações dos cristãos que adentravam no movimento, garantindo uma formação muito mais consistente, visando todas as adversidades que os leigos encontrariam dentro das fábricas, das comunidades rurais e das instituições educacionais. Consolidou-se neste cenário uma padronização a respeito da atuação da Ação Católica e completaria todo o esforço de convocação de leigos uma formação evangelizadora equilibrada no propósito e no discurso

“Passamos agora a apresentar algumas expressões que codificam o movimento, que formou um vocabulário próprio, tais como: o meio, a ação e o inquérito. O meio seriam as realidades, muitas vezes considerada profanas; a ação que se baseia pelo princípio de cooperação e o inquérito, que propunha Ver, Julgar e Agir¹⁵¹ como a forma de critério moral e social, qualificando o social conforme o Evangelho e a Igreja. As definições que encontramos em materiais sobre a Ação Católica a respeito deste vocabulário específico se apresentam de uma forma vaga, por vezes generalizante. Uma das figuras de destaque existente na Ação Católica é a do Assistente. O Assistente era sempre um sacerdote católico, licitamente ordenado, que tinha a responsabilidade de “acordar as consciências cristãs para os seus deveres e para os recursos próprios no desenvolvimento do reino de Deus.”¹⁵²

Inaugura-se, portanto, um período de constante crescimento da comunidade leiga que se dedicava a difundir os projetos missionários de dentro para fora da Igreja. Este crescimento de forma alguma permaneceu estático na função que a hierarquia desejava para aquelas pessoas, sua ação social que dialogava com as demandas da sociedade que participavam

¹⁵¹ O método “*Ver, Julgar e Agir*” foi difundido e ressignificado pelo padre belga Joseph Cardijn na primeira metade do século XX e depois, amplamente difundida na América Latina na década de 1950 em diante. O sacerdote dedicou-se a articular o método entre os círculos operários europeus como exercício a tornar os trabalhadores das fábricas mais sensíveis a sua realidade atrelando princípios morais das comunidades que viviam aos problemas socioeconômicos que se questionavam durante a prática. Com sua atuação formou-se e engajou-se com a Juventude Operária Católica na perspectiva de acenar para critérios sociais que rejeitam o liberalismo e inércia da Igreja Católica tradicional no que tange as mazelas sociais e o sofrimento do povo pobre explorado. O efeito que o trabalho desenvolvido entre os jocistas foi apresentado por Afonso José Birck da seguinte forma: “Desta forma, a vida operária começava a ter para estes jovens um novo sentido, despertando-os para uma nova dimensão de existência. Os fatos comuns, que antes não chamavam nem sequer a atenção, agora revelam uma cruel e trágica realidade. Sobretudo, depois que Cardijn lhes inculcou na mente a imagem da dignidade e do destino divino de cada jovem trabalhador. Isto contrastava brutalmente com as condições reais do trabalho e da vida em que a grande maioria forçosamente se encontrava. Cardijn queria para estes rapazes uma sólida formação e uma visão concreta da questão social, dentro da perspectiva evangélica. Consequentemente, as páginas do Evangelho e da *Rerum Novarum* eram estudadas. Sua luz iluminava as reflexões e as linhas do agir.” (BIRCK, 1975. p. 42).

¹⁵² MACHADO, Lorenzo Giuliano Bortolazzo. **A Ação Católica e o papel restaurador do clero**. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de História Licenciatura, RS, 2022. p. 23

acabou por eleger novos conflitos internos na Igreja, pois envolverem relações nubladas com grupos ideológicos que deveriam ser conflitantes, mas acabam endossando este movimento de lutas e reivindicações que atendiam tanto ao apostolado leigo cristão, como a outras organizações classistas que dividiam o espaço na sociedade democrática no período pós Segunda Guerra Mundial.

O último momento que recorremos para reproduzir este interesse pela questão social na instituição católica não necessariamente começa a partir da convocação do Vaticano II, mas a partir da ascensão ao papado de João XXIII. Esta nova postura materializada a partir de 1958 trouxe novas formas de encarar antigos estigmas no catolicismo, especialmente aqueles que nunca desapareceram dos objetivos do clérigo conservador no que reside o combate ao comunismo. A partir deste momento esta cruzada contra movimentos e tendências modernas passa a ser coadjuvante do enfrentamento real da forma como os cristãos estavam vivendo nos países subdesenvolvidos e o que a Igreja Católica era capaz de fazer para remediar esta situação. O papel do leigo volta a ser reivindicado para criar uma consciência cristã que humanizasse o sistema econômico e criar a qualidade de vida necessária para a subsistência.

Ainda em 1961 este Papa publicou cartas encíclicas críticas aos problemas sociais da vida contemporânea que levou à comunidade católica a repensar esse conjunto de observações e designar soluções para estes problemas estruturais. É necessário compreender que a mudança social preterida nem de longe se compara aos desafios estruturais que as teorias socialistas ou comunistas tentavam emplacar, essas mudanças que denotam um esforço em atualizar a identidade teológica da instituição. Em *Mater et Magistra*, críticas efetivas a condições de subdesenvolvimento são notadas especialmente pela comunidade sacerdotal destes países e regiões, produzindo manobras de incorporação de forças disponíveis para superar esta condição que segundo o documento, deveria ser contestada e problematizada.

É possível perceber que abrir esses caminhos da Igreja para compreender a realidade social desta vez aparece como uma preocupação para com as camadas populares e seus enfrentamentos diários na redação do documento e não como uma premeditação das medidas da instituição perante suas falhas na presença da Igreja entre o povo, como ocorreu na Encíclica do século anterior. Segundo o Papa:

“O maior problema da época moderna talvez seja o das relações entre as comunidades políticas economicamente desenvolvidas e as que se encontram em vias de desenvolvimento econômico; as primeiras, por conseguinte, com alto nível de vida, as outras, em condições de escassez ou de miséria. A solidariedade, que une todos os seres humanos e os torna membros de uma só família, impõe aos países, que dispõem com exuberância de meios de subsistência, o dever de não permanecerem indiferentes diante das comunidades políticas cujos membros lutam contra as dificuldades da indigência, da miséria e da fome, e não gozam dos direitos

elementares da pessoa humana. Tanto mais que, dada a interdependência cada vez maior entre os povos, não é possível que entre eles reine uma paz durável e fecunda, se o desnível das condições econômicas e sociais for excessivo.”¹⁵³

A convocação do Concílio, assembleia feita na base de longas reflexões de função deliberativa no seio da hierarquia católica que define novos paradigmas de atuação, mesmo que sendo uma surpresa, produziu uma das movimentações mais coesas na construção do pensamento cristão. O contexto do pós Segunda Guerra e a relação cada vez mais próxima de elementos da Igreja católica com grupos de ação social historicamente divergentes geraram um espírito de sensibilidade e abertura de diálogo da Igreja para a sociedade. Como afirma Libânio: "Na Encíclica *Mater et magistra* (1961) já usara a categoria "sinais dos tempos" para os fenômenos de socialização, da ascensão das classes trabalhadoras, da promoção da mulher"¹⁵⁴ e a formação dos bispos que participaram do concílio mostravam uma maturidade para o debate teológico muito diferente do que vinha sendo reconhecido pelos antigos papas. A abertura mencionada estava ligada a uma política de encontro positivo com os leigos para aqueles clérigos que acataram e aderiram ao definido pelo concílio. Das observações sobre a necessidade, além da possibilidade de integrar o leigo, Passos aborda que:

“E ao tratar do "apostolado em grupo" reconhece a necessidade dos "agrupamentos livres aos quais decidirem agregar-se" assim como a importância da organização do laicato para que possa atingir as finalidades no mundo atual. Para tanto, justificam-se as muitas formas de organização existentes e se faz necessário o aperfeiçoamento constante no campo internacional. O decreto reafirma ainda o direito dos leigos de "fundarem" e "dirigirem" grupos, bem como de "se inscreverem" em grupos existentes, e faz alguns alertas: que se evite a dispersão de forças, que se evite a criação de grupos sem motivo suficiente, que não se conserve grupos inúteis e de método antiquado e se evite transferir para outras nações formas de organização que lá já existam.

A organização do laicato é entendida pelo Concílio como essencial à missão da Igreja e se faz urgente nas condições atuais e, para tanto, se devem buscar as formas mais eficazes de atuação e investir na formação básica (humana, científica, espiritual e teológica) bem como na formação específica, a depender do objetivo do grupo.”¹⁵⁵

Além desta opção pelo laicato, a Igreja conseguiu incluir nos documentos finais a questão da legitimação da luta coletiva por melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Neste documento é importante ressaltar os termos de cuidado com a vida cotidiana e da forma como a teologia está presente em todos estes aspectos. Das questões trabalhistas, é bastante curioso a forma como o concílio deteve a postura apaziguadora, mas inclinou-se para a

¹⁵³JOÃO XXIII, 1961.

¹⁵⁴LIBÂNIO, João B. **Concílio Vaticano II**: em busca de uma primeira compreensão. Coleção Theologica, v. 14, 2005. p. 46.

¹⁵⁵PASSOS, João Décio. **Concílio Vaticano II**: reflexões sobre um carisma em curso. São Paulo: Editora Paulus, 2014. p.18.

compreensão que a organização sempre deve ser recorrida uma vez que o diálogo não for suficiente exatamente por conceber a natureza da opressão e da exploração dos trabalhadores:

“Entre os direitos fundamentais da pessoa humana deve contar-se o de os trabalhadores criarem livremente associações que os possam representar autenticamente e contribuir para a reta ordenação da vida económica; e ainda o direito de participar, livremente, sem risco de represálias, na actividade das mesmas. Graças a esta ordenada participação, junta com uma progressiva formação económica e social, aumentará cada vez mais em todos a consciência da própria função e dever; ela os levará a sentirem-se associados, segundo as próprias possibilidades e aptidões, a todo o trabalho de desenvolvimento económico e social e à realização do bem comum universal. Quando, porém, surgem conflitos económico-sociais, devem fazer-se esforços para que se chegue a uma solução pacífica dos mesmos. Mas ainda que, antes de mais, se deva recorrer ao sincero diálogo entre as partes, todavia, a greve pode ainda constituir, mesmo nas actuais circunstâncias, um meio necessário, embora extremo, para defender os próprios direitos e alcançar as justas reivindicações dos trabalhadores. Mas procure-se retomar o mais depressa possível o caminho da negociação e do diálogo da conciliação.”¹⁵⁶

Para Libânio, parte do sucesso do evento em termos de conclusões robustas para o modelo de religião que se almejava foi a receptividade que João XXIII possuiu nas reflexões promovidas.

“Recuperando alguns fatos anteriores ao Concílio, percebe-se como neles o papa ia traçando uma nova linha de conduta, na expressão de G. Zizola: "a preferência pela misericórdia ao bastão da punição". E isso fluía de seu modo de ser, de sua simplicidade e sua bonomia. Ao aproximar-se daqueles que professavam outra confissão evangélica ou religião, ou mesmo de não-crentes, buscou o diálogo em lugar de qualquer anátema. Olhava o mundo como o grande palco da ação de Deus e perscrutar os sinais dos tempos para entender o significado do agir de Deus. Vale aqui recordar alguns fatos significativos que confirmavam esse modo de proceder. Conta-se que ao receber o arcebispo anglicano de Cantuária lhe teria dito: "Tão pouca coisa nos separa, somente as idéias". O coração, a comunhão nos ideais humanos e cristãos eram muito mais que divergências dogmáticas.”¹⁵⁷

Apesar de compreender que a aplicação de uma Doutrina Social da Igreja realmente endossada está distante de uma adesão maciça, os debates que floresceram destas reflexões geraram movimentos importantíssimos para a história da integração da instituição com a sociedade. O tema da justiça social vinculada a Igreja Católica se tornou um dos conteúdos mais abordados na compreensão da teologia renovada que surge a partir do Concílio. Mesmo que este interesse se torne uma tendência cada vez menor na Igreja, sua referência histórica permanece no constante esforço para interpretar a sociedade e se tornar sensível a ela. Muito do que foi amadurecido teve consequências ainda mais inspiradoras no Brasil, marcando gerações de movimentos populares que conseguiram enxergar na Igreja uma abertura para suas demandas.

¹⁵⁶JOÃO XXIII, 1961.

¹⁵⁷LIBÂNIO, 2005. p. 61.

3.2 A formação da consciência progressista na Igreja brasileira

No Brasil, o processo que leva às contribuições do Concílio Ecumênico do Vaticano em 1962 mostra-se bastante particular perante o processo de integração entre religião e política nacional. No contexto que se desenvolveu a Igreja brasileira, ao mesmo tempo em que tendências mundiais se confirmaram, especificidades trazidas da tradição católica aqui foram totalmente determinantes para um desenvolvimento mais específico da Igreja brasileira. Desta forma, é importantíssimo salientar como as propostas de modificação da questão pastoral e eclesiástica do concílio tiveram diferentes impactos entre o cenário internacional e o brasileiro.

No caso do Brasil, a Igreja católica após o evento fortaleceu imensamente movimentos populares ao longo das décadas seguintes, o que de fato não foi diferente em outros países da América Latina, porém tal processo demonstrou como algumas teorias políticas evidentes durante o período democrático que antecedeu ao golpe de 64 juntaram-se com as experiências políticas adquiridas também nesse período e revelaram-se bastante convidativas para o desenvolvimento de uma concepção católica a pluralista, popular e emancipadora como se passou a conhecer de forma expansiva a partir de 1970.

Michael Löwy, que trabalha especificamente com o amadurecimento de uma Esquerda Católica no espaço latino-americano, repensa como a Igreja Católica brasileira construiu maior expressão na difusão da Teologia da Libertação no continente exatamente anos após o Vaticano II. Mesmo que para o autor a questão caminhe para a aproximação do componente cristão com um elemento da teoria marxista nas décadas de 70 e 80, suas conclusões acerca do surgimento de uma doutrina social aprimorada para fomentar uma transformação na sociedade e das articulações que geraram um núcleo “radicalizado” na instituição é que tornam possível compreender a difusão de organizações católicas e setores progressistas que estabeleceram debates internos em sintonia com identificações à esquerda do espectro político no Brasil.

A *Guerra dos Deuses*¹⁵⁸, livro deste autor, mostra-se fundamental para a compreensão dos vínculos esquecidos entre o catolicismo primitivo e a teoria marxista, denotando associações que se perderam na manipulação da Igreja em seus interesses relacionados à classe dominante, mas que podem ser revistados vislumbrando a reconciliação

¹⁵⁸LÖWY, Michael. **A Guerra do Deuses**: religião e política na América Latina. Rio de Janeiro: Vozes. 2000.

de propostas socialistas na Igreja Católica dos anos 1970 no Brasil. Entretanto, é ao investigar a evolução do pensamento progressista no país que compreendemos a complexidade da conjuntura institucional religiosa. Aponta-se que tais projetos ainda concorreram com seus equivalentes conservadores na década de 1950, mas que certos questionamentos sobre a desigualdade social se tornaram um motor no crescimento do pensamento católico progressista:

“A antipatia - ou afinidade negativa ao capitalismo, considerado uma "estrutura monstruosa, baseada em todos os tipos de abusos, explorações e crimes contra a dignidade humana", tem um forte sabor ético/religioso, que claramente distingue essa Esquerda Cristã das tendências hegemônicas da Esquerda secular brasileira daquela época. Usando vários componentes da cultura católica progressista francesa, a Esquerda Cristã Brasileira - isto é, os vários ramos da Ação Católica (JEC, JUC, JOC), os dominicanos, alguns jesuítas e alguns intelectuais católicos - a partir dos primeiros anos da década de 60 começam a criar uma forma de pensamento e prática religiosos radicalmente novos.”¹⁵⁹

O sociólogo, procurando tais elementos do surgimento de uma adequação marxista ao princípio do catolicismo nas décadas seguintes, aos princípios externalizou a emergência de uma cultura progressista católica na América Latina. Neste ponto de vista, a esquerda cristã brasileira apoia-se diretamente nos ramos da Ação Católica¹⁶⁰ e suas Juventudes que adotaram metodologias próximas do Ver, Julgar e Agir na construção da consciência desses movimentos. A resposta para o estabelecimento e consolidação deste pensamento social edificado sobre as inquietações provocadas pelas observações dos abismos sociais na região levam a um processo único na teologia mundial, colocando estas particularidades continentais no centro dos debates religiosos e fazendo com que seus próprios protagonistas da reflexão colocassem à disposição sua força intelectual e de mobilização para concretizar as mudanças na sociedade que almejavam:

“A lógica interna dessa reinterpretação e dessa mudança com relação à referência francesa pode ser resumida em uma palavra: radicalização. Essa radicalização compreendeu uma seleção das posições mais avançadas nos textos franceses (muitas vezes retirados de seu contexto original), uma incorporação cada vez maior de elementos marxistas, e uma mudança radical de perspectiva, substituindo o ângulo europeu por uma perspectiva da oprimida periferia do sistema capitalista mundial. Essa radicalização estava intimamente ligada às novas práticas sociais, culturais e políticas dos ativistas católicos: participação no movimento estudantil, muitas vezes

¹⁵⁹LÖWY, 2000, p. 138

¹⁶⁰A Ação Católica Brasileira (ACB) foi fundada em 1933 por Dom Sebastião Leme com o objetivo de difundir a fé cristã nas instituições sociais e culturais através da mobilização e instrução religiosa minuciosa do laicato. A instituição, neste momento inicial, esteve diretamente subordinada à hierarquia eclesiástica e teve como meta ocupar os espaços das reflexões que o mundo moderno e suas novas ideologias poderiam trazer para a comunidade católica. O apostolado leigo submetido à ACB deveria, portanto, agir conforme o perfil doutrinário da Igreja de forma conciliadora e pacificadora nos espaços de maior tensão social, tal qual fábricas, onde as contradições de classe poderiam tornar-se insustentáveis com um grupo mobilizador adequado, por exemplo.

em aliança com a esquerda secular, apoio às lutas sociais e compromisso com a educação popular.”¹⁶¹

Diante dos muitos motivos levantados na análise sobre a Igreja brasileira pelo autor, alguns se apresentam competentes para nosso recorte por compor um cenário religioso anterior ao golpe de 1964 e ao Vaticano II, concluído um ano antes. Além de ressaltar que esses setores progressistas conseguiram difundir-se na sociedade brasileira desde a década de 1950, pela acentuação das contradições de classe na abertura da economia relacionado ao projeto liberal, gerando uma resposta da sociedade ao aderir à movimentos questionadores da desigualdade evidente, o autor expressa sintomas da composição da formação intelectual do clero brasileiro juntamente com disposições geográficas.

Para Löwy, apesar da Igreja católica por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil ter apoiado o golpe militar, esta se torna um ponto de acolhimento recorrente dos anos de ditadura além de evocar posicionamentos cada vez mais alinhados aos movimentos populares que continuavam a resistir. Novamente, um fator de extrema importância passa a ser o espaçamento do território brasileiro e o número de clérigos proporcionais à grandiosidade do território nacional. Em tal ponto, segundo o autor, o resultado foi uma movimentação que acabou por privilegiar as organizações que contassem com um protagonismo realmente efetivo de leigos em detrimento dos sacerdotes, considerando que os primeiros estariam em muito maior número. Estas iniciativas, portanto, especialmente as da Ação Católica que cultivava as características inerentes de valorização do laicato constituíram um contexto especial para os grupos que iniciaram estas reflexões em contato com a população geral:

“1.A insuficiência cada vez maior do Clero, demasiado pequeno para controlar a vasta população do país, que se expandia rapidamente. Isso teve como resultado uma influência e importância crescentes por parte dos membros leigos, em particular a Ação Católica que foi precisamente o fator dinâmico na radicalização da década de 1960.

2.A forte influência da Igreja Católica e da cultura francesas no Brasil em contraste com o resto do continente, onde a tradição espanhola (e italiana) era predominante. Como vimos acima, é na França que encontramos a cultura católica mais progressista, crítica e avançada (inclusive uma corrente esquerdista significativa). Dadas as ligações diretas entre as ordens religiosas francesas e brasileiras (sobretudo as dominicanas), o grande número de missionários franceses no Brasil e a influência tradicional de intelectuais franceses católicos sobre seus congêneres brasileiros, existia, na Igreja brasileira, um ambiente cultural muito mais propício às novas idéias radicais que em outros países da América Latina.

3. A ditadura militar estabelecida em 1964. Ao fechar progressivamente todos os canais institucionais para a expressão do protesto popular (particularmente depois de 1968), o regime militar acabou por transformar a Igreja no último reduto da oposição. Os movimentos populares se envolveram em vastos números com a Igreja e ajudaram a "convertê-la" A causa da libertação dos pobres. Ao mesmo tempo, a repressão brutal dos setores radicais da Igreja por parte dos militares, forçou a

¹⁶¹LÖWY, op. cit., p. 139

instituição como um todo a reagir, criando uma dinâmica de conflito permanente entre o Estado e a Igreja.”¹⁶²

Dos três pontos citados acima, o mais determinante e recorrido pelo autor ao longo do texto é aquele que se refere à grande influência que o clero brasileiro sofreu de teólogos e ordens religiosas francesas. Existiu, é claro, um conjunto de fatores históricos que comprovaram a influência em si não bastando o fato de a teologia dos franceses estar disponível para ser aderida nos movimentos brasileiros, mas consta que naquele momento ela fazia muito sentido para as demandas dos movimentos aqui no Brasil. Os nomes mais referidos da bibliografia francesa neste contexto passam a ser Joseph Lebre¹⁶³ e Emmanuel Mounier¹⁶⁴.

Entre outros, estes autores orientaram a progressiva consolidação da Ação Católica, que, no Brasil, conseguiu expandir-se frente à necessidade de reinterpretações da sociedade e da função social do catolicismo no âmbito do pensamento progressista. As prioridades destes autores residem na crítica econômica e na reavaliação dos males sociais desencadeadas pela ganância e denúncias sobre as condições originárias da pobreza. É notável que mesmo que a discussão teórica permaneça confinada nos grupos de estudos menos acessíveis a populações distantes do debate sacerdotal ou estudantil, tenha influenciado amplamente os objetivos das organizações que incorporaram suas críticas à sua metodologia que então finalmente chegam às camadas populares através do trabalho de base:

“Se fosse preciso resumir numa frase o elemento comum das diversas manifestações católicas francesas que serão utilizadas nesse momento, seria: uma crítica ético-religiosa do capitalismo como sistema "intrinsecamente perverso". É claro que esses textos franceses foram lidos e discutidos apenas por uma vanguarda intelectual dentro do catolicismo brasileiro: os estudantes da JUC (e seus assistentes religiosos), os dominicanos, alguns outros padres, religiosos e intelectuais leigos e um pequeno número de bispos. Mas esta vanguarda exercia - graças à Ação Católica, ao Movimento de Educação de Base e a outros movimentos cristãos leigos - uma influência social nada negligenciável.”¹⁶⁵

¹⁶²LÖWY, 2000, p. 149.

¹⁶³O padre dominicano francês Louis-Joseph Lebre desenvolveu em sua obra o movimento designado Economia e Humanismo onde tentava articular uma superação do subdesenvolvimento a partir de estudos sociais que tentavam pavimentar soluções para as conjunturas miseráveis que o Brasil abrigava. O impacto de suas obras foi expandido exatamente por adentrar as realidades sociais das favelas, dos latifúndios para fomentar uma mentalidade econômica humanista que, apesar de suas limitações na leitura estrutural e classista que tentava ofuscar, se dedicou a plantar reflexões da organização da sociedade civil, difundindo seu pensamento na Ação Católica Brasileira.

¹⁶⁴A perspectiva de uma sociedade desenvolvida em bases e valores comunitários é o cerne do pensamento de Emmanuel Mounier, influenciado diretamente por concepções do socialismo e catolicismo dominicano francês. Influenciando especialmente grupos intelectuais católicos como a Juventude Universitária Católica, o filósofo disseminou princípios aproximados do marxismo com sua concepção teológica que foi amplamente difundida no Brasil.

¹⁶⁵LÖWY, 2000, p. 233.

Löwy discorre em seu texto que a chamada radicalização dos setores progressistas da Igreja Católica foram especificamente justificadas pela presença e composição da ACB em movimentos populares ao longo da década de 1950. Entretanto, é no brasilianista Scott Mainwaring que observamos um sentido histórico muito mais longo em relação às dinâmicas da Igreja com o estado no país, compondo as inclinações políticas que emergiam no país no período democrático e as disputas internas da instituição até mesmo antes desta aproximação com setores mais engajados da sociedade brasileira.

Tratando-se de uma análise formal (delimitada no índice da publicação) a partir de 1916, o estudo do estadunidense permite vislumbrar a complexidade dos debates religiosos no século XX. Ainda assim, é possível determinar certos padrões na condução da instituição em momentos históricos diferentes cujas ações da IC passam a se justificar. Logo, é bastante relevante ressaltar que estas ações do clero pleiteadas pela legitimação da organização são fundamentalmente influenciadas por uma situação política, social e econômica que acaba por levar a uma atualização constante da Igreja católica diante de seus recursos pastorais, objetivos de controle social e concepções sobre a doutrina cristã. Sobre a questão de a IC ser produto de um momento específico da conjuntura circunscrita, Mainwaring aborda que:

“Argumento-chave deste livro é o que demonstra que, como em qualquer outra instituição, uma Igreja é influenciada pelas mudanças na sociedade em geral. Mais especificamente, argumento que ideologias políticas da sociedade brasileira tenham influenciado a concepção de fé da Igreja. Por sua vez, conflitos sociais, e a forma pela qual o Estado tentou resolvê-los ou suprimi-los, determinaram em grande escala essas ideologias e concepções da política. A luta política pode fazer com que as identidades sociais e as ideologias sejam repensadas, criando novas identidades e ideologias. De modo geral, as práticas sociais e as identidades institucionais não se modificam porque surgem novas idéias, mas, sim, porque o conflito social leva a uma nova maneira de se compreender a realidade. [...]Se uma organização ou movimento religioso acredita que sua missão exige um envolvimento político, os conflitos políticos afetam a sua concepção de fé. Então, a análise de mudança institucional re- quer um enfoque mais amplo do processo político”¹⁶⁶

A perspectiva histórica destas movimentações da Igreja torna ainda mais complexas as rupturas e renovações que a instituição presenciou na década de 60. Ela faz-se necessária especialmente, pois para compreender as transformações ocorridas entre os núcleos da Igreja católica no período próximo ao Vaticano II, é substancialmente importante considerar os projetos e concepções de sociedade que a Igreja legitimava em tempos remotos. Historicizar deslocamentos e trajetórias de propósito possibilitam observar a organização como um espaço heterogêneo com objetivos e missões variáveis.

¹⁶⁶MAINWARING, op. cit., p. 25.

Para Mainwaring, a dissociação da Igreja com o estado, que no Brasil deve-se a uma crise imperial, foi fundamental para que a instituição articulasse outros rumos de influência permanente na sociedade, quando já no século XX apresenta-se um modelo de cristandade conservador que atendesse áreas de intervenções cruciais na formação do pensamento comum, na administração do que é certo e errado e no constante policiamento do comportamento coletivo, além de inspecionar as expectativas políticas que viriam a concentrar o debate nacional. Esse período que precisamente se inicia em 1916 fica indicado pela readequação das práticas anticomunistas da Igreja mais tarde e pela atenção ao sistema educacional e a moralidade geral.

Tal modelo da Neocristandade lida com o advento da modernidade a partir da década de 1920 de forma bastante combativa de modo que as condutas normativas tomam grande parte das argumentações em favor da fé devota. O apreço à hierarquia e à ordem social e religiosa através da preservação da família tradicional e obediência cristã estrita tornam-se a tendência principal dos clérigos brasileiros que conseguiram incentivar sua visão de exercício religioso por muitos anos ainda na sociedade, especialmente em setores de classe média onde não se questionavam as desigualdades econômicas e a caridade era uma pequena parcela das preocupações que rondavam aqueles que vão à Igreja.

Com a inevitável comparação entre as muitas referências do comportamento cristão incentivado pelo clero responsável através das orientações que se desenvolveriam nos anos seguintes, vemos como tais “diretrizes” aparecem de forma bastante diferente do que encontramos 40 anos depois na instituição. Temas como a Caridade ao longo destas décadas foram ganhando protagonismo nas construções pastorais, pois além de agregarem um teor politizado destacado pela problematização da concentração de renda e finalmente da opção pelos pobres na doutrina cristã da década de 1970, incorporam a aproximação para com as camadas socialmente vulneráveis.

Pode-se dizer que décadas antes, seus interesses estavam sendo defendidos entre os próprios indivíduos cristãos na expressão de seus princípios nos grupos sociais, organizados na figura do leigo, este sujeito cristianizado engajado na fé divulgada perante um segmento particular. Segundo Mainwaring:

“O esforço de desenvolver um catolicismo mais vigoroso e de penetrar nas principais instituições sociais também era relativamente novo. A nova missão da Igreja era cristianizar a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico. Como escreveu um líder leigo, "voltar a Cristo quer dizer voltar à vida pública, social, funcional, doméstica. (Não podemos) reduzir a religião

à missa, à confissão, à comunhão, a fitas, medalhas, procissões". Se a Igreja não cumprisse sua missão, essas instituições iriam marchar rumo à perdição.¹⁶⁷

Com a força executora política da Igreja anestesiada pela decadência do referencial institucional que a Igreja gozava, por exemplo, no século anterior, o debate sacerdotal passa a reter uma característica moral. Seus alvos constantes seriam fruto da vigilância da penetração das ideologias socialistas no país e sua capacidade de deterioração da unidade familiar considerada ordeira, fazendo com que a aproximação com determinados governantes passe a ser considerada plausível na defesa de seus interesses em comum. As novas pretensões catequizadoras criam objetivos de bem-estar nacional segundo sua própria concepção, e também quando respondiam a regeneração dos costumes. Muito pouco era realmente refletido sobre a situação econômica ou sobre privilégios sociais, ficando bastante evidente que o que se almejava era um cerceamento do Estado para que este seguisse a doutrina cristã, assim como a Igreja dizia que defendia os interesses do país. Sobre a falta de profundidade social nas prioridades do clero brasileiro, o autor aborda que:

“Os bispos percebiam os problemas sociais de uma forma moralista e ignoravam as causas estruturais. Característica desse idealismo moralista foi uma declaração de 1937: “[...] na verdadeira reforma das consciências repousa o segredo das grandes reformas sociais”. Até as manifestações da doutrina social da Igreja eram tímidas e despolitizavam os problemas sociais. Por exemplo, um documento episcopal de 1946 afirmava que a caridade da Igreja “constitui, contudo, quando bem organizada, um elemento de desafogo de milhares de criaturas que, de outra forma, não encontraria outra maneira de reajustamento nem outros meios imediatos para atender às necessidades mais urgentes de sua vida”. Essa resposta revelava uma análise pouco realista do alcance potencial da caridade, uma dependência do Estado e das classes dominantes (para recursos financeiros que implementassem programas de caridade) e paternalismo em relação às classes populares.”¹⁶⁸

Este vínculo paternalista para com as classes populares é uma referência para a Igreja conservadora nas décadas de 20,30 e 40. Neste aspecto, a vigilância contra práticas religiosas que destoavam das “adequadas”, tais quais aquelas que eram expressões culturais populares, e noções morais que ameaçassem a típica ordem social associada a um baixo número de clérigos disponíveis para balizar esta situação gera uma reivindicação do papel do laicato educado nesta redoma de controle social.

Remediar a ignorância do povo por meio de uma educação religiosa austera no sentido de desprezar as contribuições dos povos subalternizados para a religião oficial é possivelmente o estandarte das prioridades da Igreja da Neocrisitanidade.

¹⁶⁷MAINWARING, op. cit., p. 45.

¹⁶⁸MAINWARING, op. cit., p. 49.

O laicato militante moldado pelo sacerdote estritamente alinhado aos preceitos cristãos denotou uma inclinação pastoral para as massas na tentativa de empreender sua visão de mundo, entretanto, pouco do que se desenvolveu naquele momento contou com alguma conduta semelhante da valorização da cultura popular e da atenção pedagógica à conscientização da Igreja popular na década de 1970.¹⁶⁹

O que havia não era um acolhimento representativo das massas, mas um projeto de repreensão e censura às classes populares através do reconhecimento da figura do padre como sujeito principal na condução dos meios doutrinário corretos e afirmação da hierarquia neste processo cujos esforços concentravam-se firmemente no encaminhamento da população cristã de acordo com o que a alta cúpula do clero brasileiro julgava necessário para manter sua hegemonia das consciências gerais.

Apesar da intensidade na tentativa de tornar esta visão e interpretação da fé totalizante na sociedade e possuir seus resultados positivos, novas alternativas de concepção da realidade humana começam a tornarem-se populares entre os brasileiros tanto no seu aspecto religioso como político. Já na segunda metade da década de 1940 o modelo da Neocristandade entra em declínio por não conseguir obstruir o processo de dissociação de preceitos religiosos como bússola moral das concepções políticas entre o povo cristão. A iniciativa mostrava-se desgastada diante da falha na estratégia de críticas à modernização da sociedade, criando barreiras na preservação da boa relação com as elites, além de repelir uma adesão mais robusta de fiéis ao manter-se estagnada na cristalização de sua missão institucional hierarquizada.

A percepção da crise foi bastante importante para que a Igreja passasse a repensar a sua atuação pastoral até então vigente para trabalhá-la cooptando as massas, tendo como consequência a sensibilização de alguns padres e elementos católicos sobre a questão social. De fato, mesmo que o gatilho para esta movimentação tenha sido causado pelo esgotamento do discurso antimodernizador e o afastamento das camadas populares, ele também teve uma ligação concreta para que o momento político que o Brasil passou após a Segunda Guerra em sua democracia tenha agregado as transformações internas na IC.

Este contexto expõe uma capilaridade da Igreja para com os setores populares e seus projetos políticos que despontavam nas décadas seguintes. Segundo Mainwaring, a rejeição da Igreja católica no país em incorporar tendências do mundo moderno em sua doutrina para insistir na Regeneração dos costumes e respeito a autoridade, além de já não cultivar uma boa

¹⁶⁹Ibid., p. 51

relação com os governantes brasileiros como ocorreu na era Vargas a ponto de que seus interesses fossem acatados, criou uma lacuna nas estratégias de preservação e domínio da fé tradicional e conservadora. Para o autor:

“A sociedade se mostrava mais participante e mais democrática e tornava-se mais difícil para uma instituição que esperava representar todas as classes sociais permanecer tão hierarquizada e autoritária quanto fora antes.

O fortalecimento dos movimentos populares também fez com que alguns líderes reavaliassem a missão da Igreja. Apesar de uma longa história de formas menos organizadas de protesto popular, foi somente após 1945 que os movimentos populares estabeleceram uma presença permanente e organizada dentro da política nacional. O crescimento dos movimentos populares ressaltava os esforços das classes populares no sentido de modificar sua posição na sociedade. Essas classes estavam, no dizer de T. H. Marshall, lutando pela cidadania. Essa luta por vezes as levava a rejeitar o paternalismo e o autoritarismo em outras esferas sociais, inclusive na religião.”¹⁷⁰

Há, portanto, a partir de então duas apresentações complementares sobre o aparecimento e desenvolvimento de setores progressistas na instituição brasileira. Seja devido ao movimento nacional que obrigou a Igreja católica a observar certas tendências políticas mais comprometidas com o debate social para não perder sua hegemonia, seja um processo orgânico da sensibilidade destes elementos católicos para com questões de cidadania, fato é que os setores da sociedade civil que mais começaram a receber atenção de militantes católicos realmente interessados em compreender e participar deste processo de politização, independente dos ímpetus originários desta atuação foram aqueles que catalisaram as mudanças ocorridas na organização hierarquizada:

“Não é por coincidência que as práticas pastorais mais progressistas da Igreja, durante os anos 50, tenham envolvido camponeses e estudantes, pois ambos os grupos eram altamente politizados. Nem é sem motivo que a Igreja do Nordeste, marcado por uma pobreza gritante, tenha sido a primeira a tratar com seriedade os problemas sociais. Os camponeses viviam em condições funestas há décadas, e a Igreja permanecia em silêncio, mas quando os camponeses se organizaram, isso mudou. Não foi a existência da pobreza, mas, sim, a politização dessa pobreza que fez com que alguns setores da Igreja repensassem o seu conservadorismo político.”¹⁷¹

É exatamente na discussão sobre a pobreza, sobre a exploração do trabalhador e sobre a desigualdade social que surgem os primeiros referenciais de uma fé reformista e militante nas origens do progressismo na instituição. Tal grupo aparece num contexto ganhando forma exatamente na vigência do estabelecimento de condutas e filosofias anticomunistas na sociedade, em um sentimento que desperta atenções extremas no seio da Igreja. No caso, mesmo que as tendências socialistas neste recorte temporal estivessem explicitamente opostas às visões de mundo católicas, algumas aproximações de uma doutrina

¹⁷⁰MAINWARING, op. cit., p. 55

¹⁷¹Ibid., p. 56

fielmente social conseguiram afastar-se ainda mais do modelo tradicional da Neocristandade para flertar com certos tópicos relativos à justiça social. É em tal termômetro que se consegue definir questões do aparecimento de doutrinas mais tarde no cenário político que estaria alocado no espectro à esquerda. Sistemáticamente, para o brasilianista:

“Os tradicionalistas que se sentiam mais ameaçados pela esquerda eram os que apoiavam com menos entusiasmo a doutrina social da Igreja. Sua solução era reprimir a esquerda e evitar as mudanças sociais. De modo inverso, o clero mais favorável em relação a doutrina social da Igreja era menos hostil aos comunistas. Para eles, era preciso uma resposta à esquerda não porque fossem implacáveis anticomunistas, mas, sim, porque concordavam com a percepção da esquerda de que havia necessidade de uma maior mudança social.”¹⁷²

Desta forma, aliada a uma movimentação em favor dos leigos proveniente das décadas anteriores, juntamente com o momento democrático que o país passava, certas noções progressistas encontraram terreno fértil para a sua disseminação na Igreja e em núcleos de atuação mais próximas das classes populares. Chamados de reformistas, esta parcela foi progressivamente ganhando espaço na instituição até se destacar como modelo realmente concorrente ao que naquele momento passava por uma crise, ou seja, dos conservadores. As particularidades deste grupo em emergência conseguiram contrapor em vários aspectos os pilares da atuação na Neocristandade. Vinculado exatamente ao período de 1955-1964, segundo Mainwaring, esta parcela reformista destacou-se por:

“Os reformistas aceitaram a secularização como inevitável e acreditavam que ela traria algumas conseqüências positivas. Eram menos antiprotestantes e mais anticomunistas do que seus predecessores e mais preocupados com a justiça social e com a comunidade. Os reformistas acreditavam que a mudança política era necessária para criar uma sociedade mais justa, mas rejeitavam as transformações radicais. Eram mais democráticos nas práticas eclesiais, dando mais autonomia aos grupos leigos. Estimulavam várias reformas eclesiais, inclusive na liturgia e no catecismo, e davam mais atenção ao trabalho com as massas do que seus predecessores.”¹⁷³

O autor, por conseguinte, apresenta um dos fatores que mais colaboraram para adesão ao projeto reformista no catolicismo: a legitimação dentro de uma instituição centralizada como a Igreja católica, ligada permanentemente ao Vaticano, consegue deslocar recursos e justificativas missionárias para o campo do interesse concreto na conduta de padres e laicato, modificando a essência de certos compromissos cristãos. Primeiramente, tal aceitabilidade está relacionada a transferência do papado de Pio XII, em 1958, para o de João XXIII, que se empenhou na reforma institucional da Igreja incumbindo-a de uma responsabilidade crítica das desigualdades no mundo. Na tese do autor:

¹⁷²Ibid.

¹⁷³MAINWARING, op. cit., p. 66

“Embora o Vaticano possa chegar a nunca criar novos programas ou novas teologias radicais, suas posições influenciam o processo que acaba por determinar quais concepções da missão da Igreja se tornarão hegemônicas, ajudando, portanto, a determinar as práticas pastorais no mundo inteiro. A despeito da crescente autonomia Igrejas nacionais nas duas décadas passadas, Roma continua exercendo uma profunda autoridade sobre as Igrejas nacionais, sobre os movimentos leigos e sobre a teologia através tanto da persuasão quanto da coerção. Nesse sentido, o Concílio Vaticano II reproduziu uma dialética que reaparece nas várias instâncias da Igreja Católica. A mudança iniciou-se a partir da base, mas tomou impulso somente quando foi legitimada pela cúpula.”¹⁷⁴

Outra organização que representa tal validação da orientação reformista certamente foi a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que conseguiu aos poucos introduzir uma renovação eclesial que apesar de possuir uma característica conservadora, difundiu mudanças no envolvimento clerical em programas de cunho local e de base. Dos programas fundados pela CNBB, estes tinham tendência catequizadora e anticomunista, mas destoavam de práticas tradicionais na aproximação das massas, preocupando-se também com a convivência com a pobreza, mas sem obviamente propor mudanças estruturais. Este engajamento bastante rudimentar com o trato da miséria como a questão sensível foi comprometedor para modificação da ideia de função social que a Igreja deveria possuir.

Além disso, empertigou uma mudança de consciência entre os sacerdotes nos seus propósitos no mundo. Ao contrário das severas críticas que a Igreja da Neocrandade nutria pelo mundo moderno, no geral, a Igreja reformista se ocupou de descer desse pedestal e concentrar pontos de atuação para corrigir em suas próprias convicções as contradições da fé e da ordem social justa. Neste momento alguns elementos de crítica ao elitismo, fruto das alianças com as classes dominantes políticas e econômicas já apareciam no debate religioso. Estes clamores foram movidos até o ponto que figuras do laicato e do clero conseguiram promover uma real alteração na perspectiva pastoral da Igreja.

Neste contexto, a posição do laicato no motor desta mudança só crescia de importância. Na década da Igreja reformista, a convocação deste grupo para contribuir no trabalho comunitário e de base faz com que estes mesmos setores ganhem um espaço no planejamento pastoral que se preservou durante a década seguinte, mesmo com as transformações políticas no país. Estas experiências foram legitimadas pela conclusão do Vaticano II remodelando a função do laicato perante a difusão de princípios cristãos na sociedade, de forma que os padres compartilhavam papéis de protagonistas com os leigos, mesmo que de forma proporcional à sua importância histórica. Se a Igreja pretendia voltar-se para o povo, como apresenta a tendência, deveria convergir esforços para proporcionar

¹⁷⁴Ibid., p. 63

resultados satisfatórios. Entre estes estavam garantir a autonomia das organizações de leigos, estabelecendo uma ligeira mudança na estreita hierarquia religiosa mesmo que a resistência dos bispos prevalecesse.

De forma bastante intensa, existiu a tentativa de atribuir na corrente de valorização de leigos questões tradicionais no cristianismo através da fundação de organizações conservadoras oriundas e incentivadas por uma parcela do clero conservadora. A forma como tais grupos apropriaram-se da referência mundial demonstra como o tema do laicato revelou-se fundamental para todos os envolvidos na questão religiosa. Para Mainwaring, tentava-se manipular este direcionamento em favor das diversas expressões do catolicismo dos grupos dos clérigos:

“Para o clero conservador, o fortalecimento dos leigos era um meio de aprofundar ao invés de reverter a dominação tradicional da Igreja na sociedade. Para eles, os grupos leigos eram uma extensão da hierarquia e um meio de exercer uma influência mais profunda sobre os assuntos temporais e de desenvolver um quadro de líderes leigos para defender o catolicismo de seus competidores religiosos.”¹⁷⁵

Por outro lado, há um reconhecimento histórico de que a organização e articulação do laicato sejam essencialmente progressistas no seio da Igreja católica pelo planejamento da mobilização e das críticas a própria instituição que se apresentaram no centro dessa mudança. Havia nesta perspectiva não somente a questão da eficiência que mais leigos poderiam trazer ao processo de intervenção religiosa na aproximação com as bases sociais, mas uma real importância dada ao estabelecimento de relações concretas com o povo e com seus problemas mais evidentes.

O que Mainwaring apresenta como Esquerda Católica tem uma conotação totalmente diferente. Tal orientação ideológica é fruto de um processo de radicalização já mencionado a partir de 1958, fruto especial das experiências do laicato brasileiro como sujeitos políticos de uma sociedade carente de programas públicos para os setores marginalizados, mas que ao mesmo tempo esteve aberta à reivindicação no campo democrático. Os leigos construíram no seu engajamento com movimentos populares mobilizações que não excluíram ou desprezaram seus vínculos de classe, apesar de estarem relacionados a organizações católicas da ACB.

O que antes caracterizava uma autonomia cedida do núcleo da Igreja católica no Brasil para remediar o processo de instrução religiosa deficiente pela falta de clero disponível para tal função, transformou-se numa corrente de críticas à hierarquia da instituição 20 anos depois. Fruto principalmente de ramificações de atuação da Ação Católica Brasileira, esses militantes renovaram sua visão de fé de forma que se infiltraram em diversos grupos ligados a

¹⁷⁵MAINWARING, op. cit., p. 71

movimentos sociais de complexas associações. Suas opções neste momento pavimentaram os caminhos para os setores progressistas que viriam a se articular. Sobre as críticas à própria instituição a que estavam ligados, o autor disserta sobre este comportamento dos leigos em seus efeitos em longo prazo:

“Os movimentos da esquerda católica no Brasil constituíram um exemplo eminente da mudança vinda de baixo. Iniciaram-se como grupos patrocinados, efetivamente controlados pela hierarquia. Porém, diversos movimentos de Ação Católica desenvolveram uma crescente autonomia frente à hierarquia e tiveram sérios conflitos com as autoridades da Igreja. Marginalizada pelo regime militar e pelos conservadores eclesiais, a esquerda católica não obstante desempenhou um papel significativo na transformação da Igreja.”¹⁷⁶

Como aconteceu de diversos movimentos leigos possuírem tendências conservadoras, a questão desta radicalização segue sendo uma mobilização muito particular da Igreja Brasileira, pois setores progressistas residiam na redoma de atuações da ACB. O segmento nacional foi protagonista e idealizado para a mobilização do laicato, direcionando-o para os demais espaços de sociabilidade nas instituições e estruturas civis brasileiras, entre estes: estudantes, operários, jovens e adultos. O que se esperava era ampliar as zonas de influência dos cristãos expandindo-as para além das missas.

Com este trabalho de base apresentando-se até então coadjuvante na guinada à esquerda dos setores da ACB, torna-se evidente que a partir do final da década de 1950 houve uma transformação mais amadurecida até mesmo para os núcleos da Igreja reformista.

Tal postura deve-se bastante ao próprio teor organizacional que a ACB encontrou para atender aos objetivos evangelizadores de cobertura da população civil que adentrava em postos de trabalho e se politizava progressivamente numa sociedade democrática, como o momento que experimentava a política brasileira. Segundo este mesmo autor, parte deste envolvimento máximo que impulsionou a popularidade da Ação Católica Brasileira foi o encontro desta com camadas da sociedade que ainda não eram acessadas, tais qual a juventude e os trabalhadores rurais:

“Além disso, contrastando com os movimentos da Ação Católica em alguns países europeus, que eram movimentos intraclassistas organizados de acordo com o sexo e a idade, após 1947 a ACB se reorganizou segundo o modelo francês, seguindo, principalmente, as profissões, isto é, de acordo com a classe social. Portanto, a Ação Católica brasileira se voltava com maior facilidade para questões de classe. Os compromissos dos movimentos para com a Igreja e com o mundo, ou mais especificamente, para com sua classe ou grupo ocupacional, conflituavam-se entre si. A fidelidade eclesial tinha mais peso durante os estágios iniciais, mas na medida em que a Igreja se abria, e na medida em que os conflitos sociais polarizavam e politizavam toda a sociedade, a JUC e o MEB (e mais tarde a

¹⁷⁶MAINWARING, op. cit., p. 93.

Juventude Estudantil Católica, a Juventude Operária e movimentos de trabalhadores rurais) envolveram-se profundamente na política.¹⁷⁷

A atuação da ACB sempre que mencionada deve receber grande atenção e cuidado pelas diversas seções que surgiram do modelo de fortalecimento da mobilização leiga no país. A complexidade dos estudos da organização ocorre devido a mudanças na sua versão missionária e no processo de radicalização da Igreja Católica catalisado exatamente por setores desta organização. A profundidade é necessária na análise, portanto, deve-se ao fato de que seja sempre fundamental relacionar o processo teológico com as conjunturas políticas e sociais no Brasil e com o cenário internacional.

Além disso, flutua na história da atuação da ACB a origem desta perspectiva radical em uma comparação teológica ao longo do tempo impregnada de conceitos marxistas. Essa longa jornada tem sua origem, segundo Márcio Moreira Alves em sua tese escrita na França, "A Igreja e a política no Brasil", na virada radical que com uma mudança estrutural da Ação Católica Brasileira, quando entre 1948 e 1950 a organização, até então orientada pelo modelo italiano, passa a ter sua estrutura de formação principal repensada para o modelo belga e francês. Desta forma, o que antes caracterizava uma divisão da integração dos leigos na Igreja a partir somente da separação entre homens e mulheres, depois passa a especializar o laicato em grupos ocupacionais e etários destituindo aquela antiga forma de agrupamento que podava os debates das questões sociais e recomendava às organizações a fomentar unicamente as atividades espirituais.

Logo, a partir de 1948, fazem surgir seções que desenvolviam atividades baseadas em sua metodologia específica exatamente pondo em destaque a relação do leigo com o mundo em que ele vive, mesmo que ainda bastante distante da radicalização que veremos nos anos seguintes. Em 1950 aparecem os grupos específicos da Juventude Agrária Católica para os camponeses e da Juventude Estudantil Católica e Juventude Universitária Católica para os estudantes secundaristas e do ensino superior, respectivamente.

Estas últimas foram as que mais cresceram e foram se reinventando teologicamente, além de terem conquistado maior poder de mobilização. Sobre esta comparação, é importante citar as diferenças nos resultados dos trabalhos de base que se tentavam estabelecer tanto no público rural, como no urbano. Para este autor, as diferentes evoluções se deram pela prevalência de um ambiente social maciçamente conservador, que ainda no início da década de 1950 foi hegemônico com o uso político da religião em favor dos historicamente privilegiados. Por estes argumentos já abordados, sua consequência imediata é um movimento

¹⁷⁷Ibid., p. 93

que já surge bastante enfraquecido na mobilização agrária, mas que possui campo para se estabelecer anos depois quando forças progressistas mais potentes surgem entre os camponeses, providenciando na segunda metade da década de 1950 por uma luta direta mais acirrada:

"É mais difícil de encontrar a explicação para o lento crescimento da JAC. Em princípio, a Hierarquia tinha interesse em que se desenvolvesse, ainda que não fosse mais do que uma das peças da sua política conservadora global. O comentário dos bispos sobre a sua criação é revelador: "Ajudar ao estabelecimento da Ação Católica rural é garantir aos campos uma mística suficientemente forte para fazer o contrapeso e superar a mística comunista."¹⁷⁸ Contudo, a organização emperrou. De Kadt supunha que a explicação se encontraria talvez "nas condições atrasadas do campo, onde a idéia de uma 'juventude rural', enquanto categoria social independente, simplesmente não existia, devido ao fato de os jovens terem de assumir muito cedo as responsabilidades da idade adulta e a que os próprios adultos, geralmente, formavam apenas um embrião de comunidade, no sentido sociológico do termo". Esta especulação adapta-se mal ao sucesso que viriam a conhecer o MEB e os sindicatos rurais da Igreja entre 1962 e 1964, sucesso em grande parte devido ao trabalho dos jovens. Seria mais exato, partindo da premissa de que os interesses dos jovens camponeses não podem ser dissociados dos dos adultos, crer que a JAC não se desenvolveu porque não respondia a estes interesses e não apresentava possibilidades imediatas para o comprometimento dos seus militantes na ação. Neste aspecto era o oposto do MEB e dos sindicatos. Nasceu, talvez, demasiado cedo, quando não estavam ainda reunidas as condições políticas para o seu desabrochar."¹⁷⁸

A formação desempenhada pela JUC, por outro lado, expandiu sua possibilidade de formação religiosa e social por diversas capitais brasileiras na fundação de diretorias, designando coordenações de atuação por várias regiões. Em uma análise estrutural, a organização da JUC mostrou-se extremamente eficiente a ponto de tentar homogeneizar seu modelo pedagógico, porém compreendendo as realidades sociais que cada região enfrentava. Tal estruturação de dirigentes regionais que respondiam a uma coordenação centralizada realmente estabelecia um parâmetro de critérios e sistematização desta seção. Para comparação, o autor ressalta que somente em 1952 a CNBB viria a se organizar de uma forma institucional, ponto que a JUC já havia alcançado dois anos antes.

"Os temas propostos pelo encontro de 1952 mostram bem a idéia que a JUC tinha então de si própria: as exigências de uma vida de estudos, a formação doutrinal católica do estudante universitário, o estudante e a cultura. Era um movimento autocentrado, limitado à universidade, tomando-se a si próprio como ponto de partida e não dispondo ainda de suficientes instrumentos de análise intelectual para pensar num quadro mais amplo. Nessa altura, a JUC preconiza a volta aos estudos como programa para o meio estudantil. É a clássica proposta conservadora. Alguns anos mais tarde será derrubada e o movimento propõe-se a examinar os problemas universitários no contexto dos problemas globais da sociedade brasileira, a partir do princípio de que a vida profissional não pode ser um objetivo puramente individual nem constituir um compartimento estanque num país subdesenvolvido".¹⁷⁹

¹⁷⁸ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. Editora Brasiliense, 1979. p. 122-123.

¹⁷⁹Ibid., p. 124.

Tal organização interna, apesar de não engatar nesta primeira metade da década o embasamento teórico necessário para a consciência política depois desempenhada, teve encontros nacionais promissores na penetração das instituições sociais desejadas. Além disso, promoveu estritamente sua versão doutrinária fundamental na arregimentação da parcela universitária, o que, naquele momento, significou difundir um pensamento cristão conservador, que exaltava e recomendava a valorização acadêmica reforçando que este movimento deveria estar restrito ao ambiente das universidades e suas discussões também. Fica bastante evidente que neste período inicial das atividades, em 1952, a organização do grupo leigo não significava imediatamente o surgimento de uma pastoral engajada nas premissas progressistas.

Somente na segunda metade desta década as reuniões e seus temas abordados demonstraram uma modificação nos compromissos sociais da organização, desenvolvendo-se tanto no campo da ação política, como na previsível formação espiritual. As expectativas dos jocistas certamente estavam moldadas pelo espírito da polarização nacional na chegada da década de 1960. Nenhum desses fatores deve passar despercebidos pela composição histórica, pois acabaram por influenciar grandes movimentos de aproximação de grupos que por muito tempo foram antíteses de projetos de sociedade, mas que uma nova orientação de missão religiosa com seu grupo especializado permite esta aliança e influência. O autor correlaciona o momento teórico desta nova articulação da JUC da seguinte forma:

"As reuniões nacionais de Porto Alegre, de 15 a 25 de janeiro, e do Recife, de 13 a 22 de junho de 1957, marcam a hegemonia das preocupações sociais entre os militantes, mas foi só no Congresso de 1960, chamado "Congresso dos Dez Anos", que a viragem para a política se torna radical e definitiva. A preparação anterior tinha criado entre os militantes um mal-estar, uma certa sensação de insatisfação. Pensavam que o movimento chegara a um grau conveniente de estruturação no plano regional e nacional, que preparavam cuidadosamente documentos interessantes, mas que não conseguiam aumentar a sua audiência ou ter algum impacto na vida das universidades e do país.²⁴ Esta verificação levava-os a procurar outras formas de luta, a abrirem-se a alianças não confessionais.

O ano de 1960 é o fim do governo Kubitschek e do período de desenvolvimento industrial que os economistas chamam "substituição de importações", quer dizer, um período em que o país começa a produzir bens industriais de consumo corrente, em que as exportações perdem uma parte da sua importância como fator de formação do nível geral de renda, em que as regiões se articulam economicamente mesmo que ainda não se integrem. É um período fundamentalmente marcado pela introspecção e pela auto-análise. 1960 é também o ano da consolidação da Revolução Cubana, dos seus primeiros conflitos com os Estados Unidos, da sua reforma agrária."¹⁸⁰

Tal opção interna fomentou um amplo diálogo com os apelos populares que eram endossados por movimentos sociais no país. Este engajamento possibilitou um conjunto de experiências de atuação política coletiva que, em parcela, apoiaram medidas revolucionárias.

¹⁸⁰Ibid., p. 125

Fruto desta ligação com grupos cada vez mais radicais, neste caso, não havia como o padrão religioso continuar ileso: muitos jucistas passaram a valorizar os compromissos de luta do movimento estudantil, especialmente na UNE, agregando filosofia de marxistas na sua formação intelectual até então bastante moldada nas teologias da justiça social e doutrina cristã. A JUC, que estava expressamente transmitindo a partir de então, uma ideia teórica de que suas ambições estariam cada vez menos confinadas nos objetivos espirituais, mas no reconhecimento do mundo como lugar de disputas classistas e de exploração. A JUC então move-se para a criação de uma teoria que consiga adequar-se às suas visões de mundo político-religiosas:

"A verificação da necessidade de uma elaboração teórica baseada no concreto significava, implicitamente, a aceitação de dois dados fundamentais: a sociedade deveria ser radicalmente transformada e a doutrina social da Igreja não era o instrumento capaz de conduzir a esta transformação. Em consequência, tornava inevitável a rejeição da idéia tradicional de harmonia entre as classes, da solidariedade cristã e outras teorias do mesmo gênero, então largamente consumidas reformistas católicos."¹⁸¹

Assimila-se, conseqüentemente, uma noção de classes que aumentava e tornava mais sofisticada aquela análise restrita da desigualdade social e de humanização feita por teóricos utilizados por movimentos católicos menos radicais. Todas as estruturas sociais passam a ser amplamente questionadas, pensando sobre os propósitos aos quais elas serviam e os grupos que as dominavam, dentre estes estão a questão educacional e do analfabetismo no país, assim como a carência de gestão que defendesse os direitos sociais ampliados para a população.

Esta correlação de forças no interior da Igreja católica e da sociedade brasileira certamente gerou críticas à hierarquia da instituição religiosa, despreendendo-se cada vez mais da abrangência da organização devido aos seus enfrentamentos. A partir desses posicionamentos, as conseqüências seriam as reprimendas internas de alguns bispos. Entretanto, a posição tomada foi bastante eficiente do ponto de vista do amadurecimento de seus militantes, da reorganização teológica e dos projetos desenvolvidos na conquista de diretorias da UNE, por exemplo.

Pouquíssimas organizações católicas conseguiram empreender sua visão de mundo de forma tão competente e estruturalmente coesa ao longo de sua atuação. Todavia, a JUC não foi a única. Uma outra seção urbana já concentrava associação com leigos até mesmo antes da reorganização para o modelo francês: a Juventude Operária Católica foi fundada oficialmente em 1948 com um apostolado leigo presente nas fábricas e nas estações de trabalho da cidade, destacando-se, portanto, nos principais centros industriais brasileiros na região Sudeste.

¹⁸¹Ibid., p. 126.

Entretanto, é importante frisar que esta tentativa de fazer-se presente na vida dos trabalhadores cristãos já existia, porém sob outros termos e linha metodológica.

A Liga Operária Católica (LOC) surge ainda na década de 30 com o objetivo de apaziguar as disputas de classe que ocorriam no interior das fábricas quando essas contradições ficavam cada vez mais explícitas e os trabalhadores passam a ganharem possibilidade de iniciarem movimentos mais próximos dos ideais comunistas que entraram no Brasil.

A LOC, que neste primeiro período estava correlacionado com a Ação Católica Brasileira, procurava restabelecer um contrato com os trabalhadores urbanos de evangelização para promover a paz social e retirar da mentalidade cotidiana a questão de classes e de enfrentamentos com os patrões. Desta forma, tentou-se formatar um trabalho de base integrativo dos discursos dos patrões suavizado à luz justificada da Bíblia para os operários. Esta versão despolitizadora de visão de sociedade importava-se apenas com o diálogo conciliador com a classe patronal e tentava criar um apostolado leigo que colaborasse e difundisse a visão católica das ações do homem.

Esta movimentação da Igreja católica é bastante interessante por conseguir observar não somente a interação destes sujeitos vinculados a religião com o ambiente fabril, mas também com as outras instituições sociais e políticas que estavam presentes lá também. Entre estes estão as associações dos trabalhadores e os sindicatos, que apresentaram grande ameaça para a hegemonia Católica no comportamento social e foram um dos motivos que geraram esta movimentação de aproximação das áreas industrializadas que atraíam trabalhadores.

Tal visão instrumentalizadora da atuação da Liga só começa a perder força a partir do final da década de 1940 com as reformas internas da ACB que promoveram uma revisão da organização destas pessoas vinculadas à instituição. É importante dizer que a Liga não encerrou suas atividades, mas perdeu bastante força perante a atuação da JOC, que trazia uma nova metodologia e inovação nas discussões políticas e religiosas. Novamente, o processo de radicalização se repete em comparação à equipe estudantil: estas só passam a engajar-se de uma forma mais heterodoxa na visão da hierarquia católica na segunda metade da década de 1950. Nesta última reorganização a LOC viria a se tornar a Ação Católica Operária apenas em 1961 e a juventude designaria sua atuação para as parcelas mais jovens que estavam entrando no ambiente industrializado e precisavam ser introduzidos a uma ética cristã.

A juventude então desponta na evangelização de jovens da classe operária quando na segunda metade da década de 1950 assume uma postura politizada e catequista, atuando cada vez mais próxima de movimentos sociais e sindicais emergentes no cenário brasileiro.

Contudo, é necessário sinalizar que, primeiramente, a situação apesar de avançar do que vinha sendo construído anteriormente, ainda não representava a organização das massas em favor dos seus direitos sociais e da transformação que alterassem as estruturas da sociedade.

Este primeiro contato foi importantíssimo para o estabelecimento de uma relação longínqua com os trabalhadores urbanos, fazendo com que mesmo com a alteração da interpretação da doutrina social ao longo das décadas a base de militantes continuasse sendo trabalhada e expandida. Na visão de Estevez¹⁸² esta postura foi bastante peculiar da atuação nos primeiros cinco anos de fundação da JOC:

"Mesmo sendo parte integrante do projeto político-teológico traçado pela Ação Católica, ao longo dos anos 1950 a JOC acaba por assumir um posicionamento de ordem política um pouco diferente daquele proposto pela direção da organização. Até meados dessa década, como vimos analisando, a JOC apresentava uma posição mais voltada para o campo religioso e pedagógico, ou, como diria o ex-militante Wilson Farias, uma postura em que se "tentava conciliar a relação entre o patrão e o empregado", na medida em que acreditava na harmonia entre as classes. Nesse sentido, a esfera política não era considerada como campo de atuação para seus militantes até então. Nesse momento seu caráter evangelizador e pedagógico se destacava em detrimento das discussões de ordem política e da atuação nos meios sindicais e trabalhistas. Essa característica obedece justamente ao principal objetivo da Igreja que consistia em recristianizar a classe trabalhadora a partir de uma comunicação direta com a hierarquia. A partir desses movimentos da Ação Católica pretendia-se, em última instância, combater de um lado o liberalismo – responsável pelas condições de miserabilidade a que a maioria da população estava submetida – e de outro o comunismo – sistema que, segundo o discurso católico, ao perceber as injustiças do mundo liberal acreditava que a solução se daria através de uma luta entre as classes sociais. Para a Igreja, a única solução possível seria a reconciliação entre ambas as partes e à ela caberia a conscientização dos direitos e deveres de patrões e operários. Colocava-se assim como mediadora universal em meio a esse conflito de classe."¹⁸³

Com uma justificativa teórica menos explícita em comparação à juventude estudantil, a JOC também despertou insatisfações no seio do conservadorismo católico que sempre esteve presente nas tentativas de arregimentação das massas. Tal maturidade política cresce conforme as represálias também sobem, demonstrando assim quão heterogênea a comunidade cristã pode ser e, ainda mais, como os projetos de cristandade podem se tornar potentes em ambas as orientações, mesmo que dialogando com a sociedade e com as mudanças implicadas pela hierarquia mais alta como foi com o Concílio Ecumênico do Vaticano II.

Todos os autores baseiam-se numa instituição católica bastante heterogênea, com elementos que se moldam à realidade, mas também com interesses que prevalecem de acordo com as ideologias conflitantes.

¹⁸²ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. **A Igreja e os trabalhadores católicos: um estudo sobre a Juventude Operária Católica e a Ação Católica Operária (1940-1980)**. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

¹⁸³Ibid., p. 73.

O final dos anos 50 mostra-se fundamental para interpretar os avanços da esquerda Católica no país. Quando a relação oficial dos agentes responsáveis pelas tomadas de decisões e encaminhamento de conchavos, tais como Bispos, foram paulatinamente se modificando, quando as pautas discursivas costumavam seguir o caminho correto das pregações passam a ser superadas pelo debate na sociedade brasileira que se politizava, prevemos uma alteração das metas da Igreja na sua jornada em favor da validação do evangelho. As principais bases que se estabeleciam neste processo foram exatamente aquelas que ajudaram a consolidar a Igreja Progressista em ascensão por se firmar como elo entre o catolicismo e a defesa das causas das parcelas mais empobrecida.

Este aspecto da mudança de direcionamento do trabalho de base e missionário da Igreja, mesmo que com diversos direcionamentos, foi uma resposta da instituição para a sociedade que demandava respostas sobre a cidadania, sobre sua inclusão e sobre insatisfações política. De todo o modo, a Igreja sempre precisou encarar sua função social para além do campo teológico.

Quando parte da instituição passa a flertar com esta alteração da doutrina, podemos dizer que nem de longe esta movimentação pode ser considerada unânime, mas conseguiu deslocar parte do debate católico para questões como o crescimento dos movimentos sociais, sobre as origens da indisposição de parte da sociedade com a classe política que não a defendia, sobre as novas noções de engajamento cristão que apareciam na atuação dos leigos e, finalmente, sobre o distanciamento que se formava entre os grupos que se aproximavam das esquerdas no debate político-religioso.

A polarização da sociedade civil brasileira leva a um movimento, portanto, pouco igual em todos os aspectos. Suas etapas evolutivas do processo de estabelecimento da Esquerda Católica só são possíveis de serem analisadas por um recorte que priorize os elementos retóricos que despontavam na consciência cristã no momento, lidando com a IC como um constante espaço de disputas enquanto a instituição com um todo tentava se adaptar ao mundo secularizado. Por isso, historiadores apontam para os projetos de sociedade, missão e espiritualidade que ao mesmo tempo tentavam ganhar corpo e domínio sobre os cristãos:

"Trata-se de um movimento dialético e não linear. Esforço para romper com a experiência anterior e provocar mudanças. No entanto, a mudança nem sempre é pura. Vem rastreada de marcas, contradições. A Igreja é antiga e futura ao mesmo tempo. Se aquele momento parecia sufocar-se sob o peso do passado, fragmentos diversos contribuíram, impregnando com seus rastros e sinais as futuras ações inovadoras." ¹⁸⁴

¹⁸⁴DELGADO, Lucília de Almeida; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil republicano: o tempo das ditaduras**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 93-131. (Col. O Brasil Republicano, v. 4). p. 103.

A composição deste cenário político nacional foi realmente determinante para que a Igreja passasse a adentrar a atmosfera dos segmentos sociais organizados. Consequentemente, estas novas práticas políticas e, em parte, estabilizadoras cresciam de objetivos para a mudança social, algo já presente em movimentos socialistas, mas que passaram a aparecer posteriormente em movimentos até então estritamente religiosos que não deveriam acolher ideologias modernas que ameaçassem o predomínio dogmático da IC:

"O principal interlocutor, para diversos setores da Igreja, passa a ser a sociedade civil. Assim, ocorre o surgimento de novos grupos, a reestruturação de outros e um maior envolvimento com a problemática regional, nacional e latino-americana. Esse processo possibilitou a aproximação entre Igreja e várias manifestações culturais, a expansão da ação social e, ainda, uma compreensão mais ampla desse exercício, reforçando, assim, sua aliança com as camadas populares. Essa nova articulação fez com que o catolicismo se colocasse ao lado de outros grupos na luta pelos direitos sociais e humanos. No entanto, as posições são múltiplas dentro da Igreja. A polarização também se fez sentir na hierarquia religiosa e junto aos leigos, ocasionando o surgimento de várias tendências e correntes."¹⁸⁵

Atenta-se, portanto, para a relação dos direitos sociais integrando o debate político contextualizado com as práticas religiosas fruto das concepções de grupos progressistas ou conservadores no seio da Igreja. As condições que geraram algumas mudanças internas é que compõem o modelo do texto dos historiadores. Os limites da discussão e a periodicidade, entretanto, são semelhantes aos observados em outros estudos.

O final da década de 50 foi marcado por uma importante tendência à organização das camadas populares no país, mas também por reflexões muito potentes no catolicismo do que até então se via no século XX, estendendo o debate para propostas progressistas. Desta parte, alguns grupos leigos que até então seguiam tutelados pela estrutura clerical, passaram a avançar na ocupação de espaços e ambientes que possuísem agentes dispostos a provocar transformações sociais fora das amarras do que previa a hierarquia eclesiástica. Fica bastante claro que a principal mudança no pensamento cristão que estes grupos socialmente engajados defendiam era a integração da Igreja nas discussões das problemáticas da realidade social, abandonando, num processo rápido e complexo, a simples defesa dos valores católicos nas organizações sociais baseadas numa Igreja vigilante da moral e ordem social.

Os leigos, principalmente ligados a JUC, estavam provavelmente conscientes de que tentavam equilibrar a posição da IC em sua relevância na vida pública com o que era discutido em sociedade na percepção de que os antigos estandartes do comportamento cristãos

¹⁸⁵Ibid., p. 105

exaltados antes da década de 1940 não correspondiam mais aos anseios da população mais pobre, pois o próprio apreço à "ordem social" estava se revelando como um instrumento discursivo para o controle social, para a manutenção dos privilégios e exclusão política do cidadão. Tentava-se, desta forma, excluir as limitações doutrinárias estabelecidas nas décadas anteriores. Passavam por estes grupos o reconhecimento dos alicerces cristãos que poderiam integrar as causas sociais em reivindicações no âmbito dos direitos políticos, do trabalho e da dignidade humana. Há, portanto, uma alteração por esta ala progressista de católicos do referencial missionário do momento que constituíram seu trabalho de base:

" Em comparação com a linha tradicional, há um avanço significativo na consciência da Igreja, no estilo do trabalho com a base e na forma de participação do povo. A história foi gerando possibilidades e formando novos valores. Através dos acontecimentos, a história compassou um novo olhar no mundo católico. Cada etapa trazia um dinamismo novo, fornecia propostas e ensaiava a conjugação da ação evangelizadora própria do catolicismo, com a ação social e a promoção humana. Orientava a atuação cristã na sociedade, como também as tomadas de posição no campo político. A atuação política do catolicismo variou muito na história. Sendo assim, era necessária uma formação que atendesse suas especificidades e proporcionasse, ainda, uma visão crítica aos agentes de pastoral e às classes populares."¹⁸⁶

Para o que se apresentou nos anos seguintes, foi fundamental amadurecer teoricamente para a validação eclesial as motivações e o espírito cristão que habitava nas práticas mobilizadora e evangelizadoras que estavam sendo difundidas na expressão da transformação social que abarcava o desenvolvimento teológico desses setores à esquerda, como podemos chamar já na chegada da década de 1960. Esta alteração começa com os documentos publicados no papado de João XXIII. A eleição deste papa conseguiu blindar as práticas progressistas anteriormente citadas, mas também instruiu e responsabilizou os cristãos que ainda rejeitavam uma postura pastoral minimamente interessada na justiça social. Ainda que seja evidente as limitações das encíclicas para mudanças estruturais realmente ambiciosas nos propósitos da Igreja em detrimento da humanização do sistema econômico vigente, entende-se que houve uma articulação e disposição da instituição em assimilar e envolver-se com aquele mundo engajado.

Produzindo assim um momento de maior importância para a Igreja no século XX, esta atualização reproduz uma disposição em criar diálogos com a base social e gerar camadas de atuação nas camadas historicamente cerceadas e criticadas por sua religiosidade popular dos subalternos. A instituição, desta forma, não estava unicamente interessada na mudança de

¹⁸⁶Ibid., p. 109

uma consciência geral, mas na materialidade dos fatos que geram este processo de conversão a partir do papado. Segundo os autores:

"Com a eleição de João XXIII, novas contribuições e motivações marcaram o rumo da Igreja no Brasil. Suas encíclicas *Mater et magistra* (1961) e *Pacem in terris* (1963) contribuíram para a renovação do catolicismo. Uma nova retórica estava acontecendo no mundo religioso católico. O primeiro documento aborda de forma bastante ampla o problema dos países subdesenvolvidos e a questão social: "O progresso social deve acompanhar e igualar o desenvolvimento econômico, de modo que todas as categorias sociais tenham parte nos produtos obtidos em maior quantidade" [...] O tratamento dispensado a essas questões dá um verdadeiro impulso ao novo projeto do catolicismo latino-americano e brasileiro. Como situamos, o quadro histórico-social deste período era bastante conflituoso. Nesse horizonte, os problemas decorrentes do subdesenvolvimento econômico, como também do subdesenvolvimento das instituições sociais e culturais, passam a ser um aspecto relevante na atuação dos católicos."¹⁸⁷

De acordo com os historiadores, o que se desenvolveu no país sob a influência e elementos do catolicismo ainda no final da década de 1950 reforçou de forma materializada as reflexões trazidas pelo Vaticano II. A nova dinâmica provocou uma convergência de esforços que, de certa forma, já se estabelecia no país, porém, conseguiu obviamente expandir em grande escala sua abertura de compreensão e diálogo para com a modernidade:

"No esforço de um novo projeto que priorizasse os direitos sociais, o catolicismo brasileiro contou com uma geração de pessoas e de grupos militantes. O movimento e a influência desses elementos na década de 1950, particularmente, tiveram um peso singular nesse processo. Eles lançaram as bases de uma relação mais próxima entre catolicismo e os apelos da sociedade."¹⁸⁸

A ressonância do concílio no Brasil, entretanto, não é direta. Ela passa pelas determinações e poder de orientação das esferas nacionais e regionais oficialmente estabelecidas em cada nação. A maior autoridade neste sentido era, assim como ainda é atualmente, a CNBB. O impacto do evento no Brasil foi transferido exatamente para os repasses que esta organização viria a empreender, o que, de fato, demonstrou grande avanço na problematização da miséria e das discussões sobre as contradições do sistema capitalista.

Todavia, não foi apenas no material reflexivo que se confinavam as mudanças internas na instituição, afinal, grande parte dos objetivos do Vaticano estavam em protagonizar, através de programas católicos, projetos que possuem sem efeitos diretos na sociedade seguindo as ideias e objetivos traçados nos documentos. Podemos dizer que grande parte das ações progressistas desenvolvidas nos anos seguintes foram edificadas por sujeitos e grupos influenciados e legitimados pelo concílio. O mais conhecido em principal destes

¹⁸⁷Ibid., p. 110.

¹⁸⁸Ibid., p. 111.

projetos complementares do nosso recorte regional certamente foi o Movimento de Educação de Base:

"Nesse contexto, essa temática passa a ser olhada de outras perspectivas. A luta pela justiça social, na teoria e na prática, abriu novos horizontes para a Igreja Católica. Novos serviços e novas experiências foram surgindo. O catolicismo foi ensaiando novos modos de agir e novas linguagens, em sintonia com os desafios da realidade brasileira. Isso alterou seu perfil institucional, sua função e seu lugar na sociedade brasileira."¹⁸⁹

A articulação que já havia no eixo progressista foi importantíssima para que o Vaticano II tivesse um impacto social realmente relevante no Brasil. A consolidação das iniciativas de grupos leigos e a reorientação das diretrizes da instituição que colaboraram para que sacerdotes incorporassem esta opção doutrinária foram especialmente significativas também para a convivência com os meios populares de sociabilidade. Segundo os historiadores, o que vai ser amadurecido como a opção da Igreja pelos pobres teve sua iniciativa no evento de 1962, mas também na assimilação de uma cultura popular de uma aproximação maciça da Igreja com as camadas empobrecidas. As respostas imediatas passam a ser a tentativa de resolução destas questões sociais através de diversas frentes solidárias em campanhas. A prática desta difusão reside exatamente na ampliação das redes de apoio institucional a esta nova pastoral. Observa-se na década de 1960 a criação de inúmeros núcleos de suporte da perspectiva missionária que estava sendo corroborada, juntamente com o material propagandístico que valorizava estas orientações:

"Sob o impulso conciliar, os bispos brasileiros traçam o Plano de Pastoral de Conjunto de 1966-1970. Nas diversas regiões e dioceses do Brasil foram realizados cursos, conferências e seminários com o objetivo de divulgar uma nova mentalidade religiosa. Assim, aumentou também o número de publicações para divulgar e justificar o esforço que vinha sendo feito e, ao mesmo tempo, atualizar o pensamento católico e implementar as reformas conciliares.

A renovação pastoral e litúrgica foi ganhando mais corpo e impulsionando religiosos, religiosas e leigos para uma maior aproximação com o povo. Foram criados, ainda, outros institutos e organismos para atualização do clero e dos agentes de pastoral, tais como o Instituto Superior de Pastoral Catequética (Ispac), o Instituto Superior de Pastoral Litúrgica (Ispal), o Instituto de Pastoral Vocacional (Ispav). Essa preocupação com o aspecto pastoral iria substituir o zelo pela ortodoxia e pelo aspecto doutrinário, marcantes nos períodos anteriores."¹⁹⁰

Podemos dizer que muito pouco do que foi avançado no quesito das reflexões em escala progressista institucionalmente na Igreja católica foi somente estimulada porque parte dos bispos e sacerdotes colaborou com este processo. Aquele que mais se destacou no nosso recorte regional foi Dom Hélder Câmara, pois se tornou arcebispo de Olinda e Recife e teve

¹⁸⁹Ibid., p. 127.

¹⁹⁰DELGADO; PASSOS, 2014, p. 112

um trabalho constante de proporcionar participação de leigos na política pastoral da Igreja católica e em outros programas de integração da instituição para com a sociedade. Dom Hélder percebeu que a Igreja se distanciava cada vez mais da população e promoveu uma atualização teológica e do sentido missionário que a Igreja poderia desempenhar nos anos seguintes.

Além de ter se empenhado para a fundação da Ação Católica Rural diretamente, o sacerdote sempre sentiu a necessidade de posicionar a Igreja nas discussões centrais da política, da economia e da educação, fazendo com que sua forma de atuação seja além do complementar para a conjuntura que se vivia, pois foi um dos agentes de mudança do paradigma religioso no interior da Igreja e na aproximação dela com as camadas populares, por perceber que esta instituição não se tornaria mais relevante na sociedade, juntamente com seus valores e princípios, se estivesse determinada a se comportar institucionalmente como ocorreu até a década de 1940.

Apesar de sua formação conservadora no início de sua trajetória como clérigo, chegando a participar das ações integralistas no país até 1937, dez anos depois inicia sua jornada supervisionando a função missionária da Ação Católica Brasileira. A partir de então sua atuação passa a ficar cada vez mais próxima da sociedade civil exatamente por estar em contato com o meio comunitário em ações realmente próximas da população geral, que de meios burocráticos e administrativos. O padre nesta década torna-se um referencial de tendências mais abertas às mudanças na sociedade e de consciência dos novos problemas da população anteriormente ignorados pela Igreja

Ainda enquanto monsenhor, o clérigo tentou empreender uma organização que conseguisse se empenhar na transmissão de princípios católicos em núcleos da sociedade que seus organismos ainda não haviam conseguido penetrar perante os antigos modelos de rara presença leiga nas instituições católicas. O mais importante na sua articulação foi que seu desempenho não ficou somente restrito ao aprimoramento da Ação Católica, mas conseguiu transbordar esta instituição e promover esta visão de integração como política institucional cada vez mais valorizada dentro das organizações centralizadoras da Igreja. De acordo com esta conduta, o sacerdote acreditava que trazer os leigos para mais perto das funções instrumentais da fé poderia também facilitar o trabalho dos bispos e padres na difusão do catolicismo:

"As suas atividades como Assistente-geral da Ação Católica Brasileira ajudaram ao monsenhor Hélder Câmara conceber a ideia de promover o surgimento de uma instituição que congregasse e fosse capaz de permitir uma melhor articulação dos bispos do Brasil. Para ele essa instituição era necessária, uma vez que novos problemas surgiam, para a Igreja, por conta do crescimento do país e, por ser um país

quase continente, as diversas regiões do Brasil apresentavam problemas diferentes e específicos. Entendia ele que o crescente número de dioceses demandava uma ação mais coletiva e conjunta dos dirigentes da Igreja, evitando possíveis desencontros entre os prelados. O monsenhor Hélder Câmara entendia que a hierarquia deveria ter uma organização central que auxiliasse os bispos em suas dioceses, sem diminuir o seu múnus. Essa instituição deveria auxiliar os bispos em suas dioceses, ao mesmo tempo em que promoveria ações conjuntas, buscando uma ação mais unificada dos católicos."¹⁹¹

Estando na posição que se encontrava na administração da Ação Católica Brasileira, o monsenhor cultivou boas relações com o Vaticano devido ao constante diálogo na prestação de contas de sua atuação, o que levou a um prestígio maior e a uma escalada no setor burocrático da institucionalização que tomava a Igreja Católica Brasileira. Desta maneira, a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em 1952 foi um conchavo que este padre fez parte diretamente e sendo em pouco tempo reconhecido na posição de bispo.

Na posição que ocupou como secretário geral até 1964, executou ações e idealizou programas sempre voltados para beneficiar os mais empobrecidos, fortalecendo o senso de caridade e de preocupação com a falta de qualidade de vida ou sobrevivência desta parcela da população. Dom Helder sempre esteve preocupado que a Igreja não parasse de discutir os problemas sociais que o país enfrentava, propondo um estado de sensibilização com esta situação e tentando convocar parcelas mais bem posicionadas na sociedade para colaborarem a respeito destes temas. Perante tal desempenho, não foram poucas as iniciativas realizadas pelo bispo desde 1952:

"Enquanto bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Hélder coordenou o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional (1954) e participou da criação do Conselho Episcopal Latino-americano - CELAM. Em 1956 parece iniciar uma nova fase de sua vida, organizando a Cruzada de São Sebastião, que se propunha a "urbanizar, humanizar e cristianizar" as favelas do Rio de Janeiro. Suas ações se tornaram cada vez mais voltadas para os pobres, sempre contando com a colaboração de comerciantes e entidades governamentais. E, em 1959, criou o Banco da Previdência, após o sucesso da Feira da Previdência, que tinha sido realizada com o objetivo arrecadar alimentos, remédios, roupas e dinheiro para distribuir aos que viviam no que se chamava "faixa da miséria". Desse período lhe vem o apelido de "bispo vermelho", talvez decorrente de uma possível desvalorização dos imóveis da zona sul carioca por conta de sua iniciativa em organizar as favelas subjacentes. Posteriormente viria a ser chamado de "padre de passeata" pelo jornalista e teatrólogo Nelson Rodrigues e outros que dele divergiam."¹⁹²

Presente na atuação direta do Concílio, conseguiu articular uma série de reflexões que estivessem ligadas à melhoria da relação com os leigos e a uma associação mais próxima das camadas subalternizadas. Além disso, foi exatamente no Vaticano que conseguiu sua nomeação como arcebispo de Olinda e Recife, e, desta vez, nessa posição empreendeu um

¹⁹¹SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da Igreja progressista na arquidiocese de Olinda e Recife. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014. p. 166

¹⁹²Ibid., p. 167

segmento de medidas que fugiu da tradicional postura sacerdotal ao desconsiderar certas amarras do prestígio que a posição possuía na sociedade pernambucana, transgredindo seu papel do que era esperado para uma reforma na coordenação das dioceses, incentivando a participação de leigos nesta regência, demonstrando forte adesão às posições desenhadas no Concílio.

Tal campanha para atualização da Igreja na década de 1960 não influenciou somente a postura administrativa e valorizada para com os leigos, ela também influiu no aspecto missionário que a diocese supervisionava e que a figura de Dom Helder estava cada vez mais envolvida. Um aspecto que tem uma ligação direta com a fundação da Ação Católica Rural foi exatamente a vinda de padres estrangeiros para a região, compondo assim uma série de medidas que contribuíram para o desenvolvimento da teologia da libertação e da preocupação social da Igreja que se consolidava até o golpe de 1964:

"Como dito acima, a Arquidiocese recebeu um bom número de padres vindos de Igrejas da Europa, dos Estados Unidos e do Canadá, além das Igrejas que tradicionalmente enviavam missionários para o Brasil, como é o caso da Alemanha e Espanha. Muitos desses padres estrangeiros que vieram trabalhar na Arquidiocese orientada por Dom Hélder, em suas Igrejas de origem tinham tido uma experiência conservadora, daí alguns utilizarem essa expressão, a "Igreja dos sonhos", pois aqui poderiam realizar a ação pastoral que, em suas dioceses de origem, não teria apoio dos bispos nem dos seus paroquianos. Aqui despiram as vestimentas próprias do clero e puderam fazer experimentos que não teriam sido possíveis em suas dioceses de origem. [...] Os contatos que Dom Hélder mantivera com bispos de diversos países durante o Concílio em muito favoreceram a Arquidiocese como centro de atração desses padres. A confiança que os bispos depositavam em Dom Hélder foi importante para a escolha da Arquidiocese como campo de ação para muitos daqueles missionários. Foram esses padres que mais estiveram perto de Dom Hélder ao longo de sua jornada no Recife."¹⁹³

Enquanto a jornada de Dom Hélder quase que se confunde com a da fundação da ACR, suas associações e mudanças introduzidas são concomitantemente desprezadas após o golpe de 1964 e da reorientação da CNBB numa diretriz mais conservadora que chegou a apoiar a tomada militar. Mesmo assim, as forças progressistas e à esquerda do espectro político continuaram a tentar empreender sua visão de mundo num contexto violento e repulsivo às suas propostas para a sociedade. Foi nesta conjuntura que muitos movimentos passaram, assim, a se integrar cada vez mais com a Igreja Católica para sustentar suas visões de mundo dentro de uma instituição que teoricamente poderia protegê-los. Dom Helder continuou a incentivar sua visão de catolicismo e quando fundou em 1965 a Ação Católica Rural juntamente com o padre francês Joseph Servat, passou a ajudar a definir o momento político que movimentos populares estavam vivendo.

¹⁹³Ibid., p. 171-72.

4 CONTEXTOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS APÓS O GOLPE, FORMAÇÃO POLÍTICA E A AÇÃO CATÓLICA RURAL

O envolvimento político da Igreja a partir de 1964 na sociedade pode ser considerado um marco para a História desta instituição no Brasil. Logo, torna-se relevante justificar estes envolvimento, assim como a metodologia engajada na base das organizações menos conhecidas para entender como elas se comportaram e interagiram na dinâmica que, neste caso, a Ação Católica Rural proporcionava aos trabalhadores presentes nas reuniões, assembleias e conselhos. A forma como as práticas e o discurso religioso encontram-se no cotidiano do trabalhador devem ser elucidadas com o objetivo de transparecer o que muitas vezes observamos apenas na teoria sobre este recorte temporal, em textos oficiais do Vaticano ou em organizações religiosas mais bem estruturadas no contexto da época.

As mudanças consideráveis no posicionamento político da Igreja Católica não estão isoladas nos debates pastorais, ou simplesmente localizadas nas reflexões sobre a função social da doutrina cristã. É preciso trabalhar na perspectiva de que estas inquietações também convergem em ação política, possuindo uma forte influência na construção de diversos movimentos de caráter emancipador e contestador na emergência das forças populares no Governo Goulart. Mas também atuando na manutenção destas iniciativas no período de repressão perante a perseguição a tais movimentos de esquerda, ou seja, contribuindo ainda que de forma limitada, para a continuidade do projeto de ressaltar e incentivar a concepção crítica, solidária, e, que em alguns momentos, principalmente antes do golpe, também considerou rupturas com o sistema econômico predatório.

É possível dizer que o pensamento cristão institucional e popular sofre diversas inflexões ao longo das décadas de 1950 e 1960. Dentre as principais mudanças consolidadas neste momento está o movimento de intervenção coletiva que visava o desenvolvimento de uma consciência política e social que se distanciava do conformismo de condições de vida ligadas à pobreza. Porém, não as condenava necessariamente relacionadas ao estabelecimento de domínios de classe, mas também a uma lógica cristã que insurgia no discurso da doutrina social religiosa progressista.

Estas organizações por onde tais apelos e noções de atuação no campo político conviviam com outras várias que seguiam ocupando espaços nos partidos políticos, sindicatos e dioceses. No mesmo sentido que estes movimentos florescem no cenário popular, estes também foram violentamente reprimidos após os militares tomarem o Estado. Muitas lacunas históricas são forjadas no pressuposto de que com as perseguições às lideranças e legitimação

da violência contra os movimentos do campo nordestino, o esvaziamento das funções dos sindicatos também geraria uma inércia na região como um todo.

Tais teses reproduzem a cristalização de estigmas historiográficos que permitem a omissão de movimentos de trabalhadores perante uma concepção ortodoxa na história. Isso ocorreu durante muito tempo devido a conservação das limitações que o termo “Classe” poderia influir sobre os estudos dos trabalhadores, entretanto, as identificações de classe também resguardam as identificações religiosas que fazem parte do cotidiano do trabalhador pobre permitindo que a categoria de análise se expanda tanto para o estudo do campo nordestino, como estamos inclinados, atentando para sua formação social, assim como para a dos conflitos sociais extraídos deste espaço. A expansão dos estudos sobre os movimentos de trabalhadores cria condições para a observação das disputas das forças políticas locais, chamando atenção para as identificações para com projetos de representação coletiva as quais os trabalhadores tinham disponíveis.

As contribuições de tais sistemas de análise possuem efeitos de descobrir os meandros sob as grandes estruturas econômicas, pois repensam como estas condições econômicas afetam as relações sociais e, por conseguinte, os movimentos de trabalhadores em sua forma reativa perante insatisfações. Os novos “espaços” históricos remontados estão ligados a formas de organizações, cedendo juntamente evidências sobre as condições laborais, tensões sociais, e formas de associações distintas que contribuem para o mosaico social.

São redefinições que se estabelecem diante de esforços metodológicos que ampliam as fontes e os conceitos utilizados na historiografia. Uma das consequências mais relevantes deste processo são os usos dos documentos provenientes de movimentos de trabalhadores sob diversos métodos de organização num recorte temporal.

Assim, o trabalho arquivístico ganha alternativas para a exploração histórica por adquirir nuances renovadas nas concepções das ações sociais consideradas relevantes, como também passa a abranger categorias da vida política que se encontram com as perspectivas do cotidiano, no campo do trabalho e das práticas sociais mais diversas, tal qual as do âmbito da sexualidade, família e, em nosso caso, religiosidade.

Cabe, portanto, neste ofício, trabalhar o vínculo entre a experiência e os interesses destas organizações e de seus militantes perante inclusive as formas de reação às estruturas que os oprimiam. Esta dinâmica permite identificar as percepções dos trabalhadores a elementos que estão por definir sua vida política, mas que estão estabelecidos na sociedade a qual questionam perante a existência do latifúndio e das relações de trabalho abusivas.

Como afirma Leonilde Medeiros¹⁹⁴, a seleção de temas históricos diversifica-se a partir do encontro com metodologias que se esforçam para garantir uma abordagem científica de qualquer processo, mas que também procure ultrapassar os limites de uma produção voltada para as grandes organizações, pois estas são consideradas importantes, porém não são suficientes para a compreensão da densidade popular.

Desta forma, no contexto em que se encontra o objeto desta pesquisa, as movimentações populares logo após 1964 podem garantir a retomada de estudos sobre as movimentações de trabalhadores, suas expectativas em relação às organizações os quais participavam e suas percepções sobre a realidade. Seja de um ponto de vista reduzido quando encontramos temas sobre a dinâmica patronal, ou em escala estrutural quando se questiona aspectos do sistema econômico vigente.

Portanto, particularmente após o golpe, existem temas históricos que podem ser deslocados num movimento que oculta o ponto de vista popular daquele processo imediatamente após sua consolidação ao relacioná-los exclusivamente com as mudanças políticas gerais, mas dispersando as análises sobre a profundidade das violências que a classe trabalhadora viveu nos primeiros anos inclusive no que tange as lacunas que a falta de liberdade de movimentos sociais representou.

Segundo Corrêa e Fontes¹⁹⁵, existem, apesar de obras centrais possuírem relevância historiográfica nos comentários do pós-1964, um aumento considerável no número de produções acadêmicas sobre este período após a divulgação da pesquisa coletiva realizada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Esta instigou indiretamente um movimento de historiadores que repensassem alguns olhares já calcificados sobre a ditadura e suas vítimas, pois:

“[...] revelou novas informações, suscitou uma série de questões, bem como desconstruiu certas narrativas até então bastante enraizadas em nossa historiografia. Revelou ainda novas vítimas da repressão ditatorial – chamamos a atenção para a perseguição, tortura e morte de centenas de indígenas e camponeses – e, principalmente, reuniu e disponibilizou ao público milhares de documentos produzidos pelos serviços secretos de informação e outras agências governamentais.”¹⁹⁶

¹⁹⁴MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G. (orgs.). **Las agriculturas familiares del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafíos**. 1. ed. Buenos Aires: Ciccus, 2010, v. 1, p. 131.

¹⁹⁵CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. “As falas de Jerônimo”: trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 23, n. 43, p. 129-151, 2016.

¹⁹⁶Ibid, p. 130.

Nesta perspectiva, os autores apontam para como a CNV também procurou dar ênfase aos trabalhadores no recente período ditatorial, abrindo um nicho pouco explorado pela classe de estudiosos que muitas vezes se concentrou na perspectiva estudantil ou artística dos movimentos de oposição ao regime militar. Ainda segundo os historiadores referidos, até a integração de uma investigação precisa sobre movimento dos trabalhadores e sindicalismo em um dos treze grupos de trabalho dentro da Comissão, estas áreas de estudos e sujeitos históricos eram bastante negligenciados nas publicações sobre o período, considerando sua imensa relevância antes do Golpe¹⁹⁷

A chamada invisibilidade dos trabalhadores na construção de resistência e participação em grupo opositoristas na ditadura não corresponde simplesmente a um problema de abordagem de grupos-chave para a compreensão das violências desencadeadas no período militar cujos historiadores escolheram expor, mas também se revela nas escolhas de momentos da ditadura militar que passam a ser mais explorados que outros.

Ou seja, tais ausências correspondem tanto ao fator da desmobilização de categorias sindicalizadas após primeiro de abril de 1964, como também a temas e periodicidade preteridas pelos estudiosos¹⁹⁸. Em outra publicação a autora apresenta a seguinte constatação sobre o movimento sindical paulista e seus impactos após o golpe (mas que será tratada com uma reflexão mais ampla incluindo a pluralidade dos movimentos de trabalhadores que tentaram organizar-se após a tomada do exército):

“Da mesma forma, ainda são poucas as publicações sobre a atuação do movimento sindical após o golpe, sobretudo no tocante às conjunturas de 1964 a 1977. Tal constatação pode ser explicada, em parte, pelo fato de muitos pesquisadores, no início dos anos 1980, terem sido atraídos pelas grandes mobilizações da classe trabalhadora eclodidas no período de distensão do regime civil-militar. Ademais, a maior parte dos estudos realizados no final da década de 1970 e durante a década seguinte dedicados a analisar o movimento sindical na Ditadura enfatizou o controle estatal e a manipulação/cooptação dos trabalhadores (Troyano, 1978; Costa, 1986). Nesse sentido, observa-se a carência de estudos que se dediquem a compreender o papel dos dirigentes sindicais, incluindo os chamados “pelegos”, a partir das suas relações com os trabalhadores.”¹⁹⁹

Estes novos argumentos históricos podem passar a responder questionamentos que também orbitem entre organizações populares desenvolvidas após 1964, àquelas remodeladas

¹⁹⁷Ibid.

¹⁹⁸Os autores citam em nota a seguinte consideração sobre a vacância de estudos sobre os trabalhadores em obras populares nos estudos da ditadura brasileira: “Um exemplo representativo da escassez de análises sobre o movimento sindical e o mundo dos trabalhadores nos estudos dedicados ao período da ditadura militar pode ser observado na coletânea organizada por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta, 2014. O único artigo dedicado ao tema trata da questão do “novo sindicalismo”, abordando, dessa forma, apenas o período final do regime” (Ibid., p. 146).

¹⁹⁹CORRÊA, Larissa Rosa. Os "inimigos da pátria": repressão e luta dos trabalhadores do Sindicato dos Químicos de São Paulo (1964-1979). *Revista Brasileira de História*, v. 34, p. 13-37, 2014. p. 15.

pela administração substituta conivente com os militares, ou as amplamente reprimidas por posicionarem-se em favor do governo Goulart deposto naquele momento. Concomitantemente, estes desfalques nas narrativas somam-se a novas propostas que considerem aspectos dos recentes problemas no processo de arregimentação das massas provocados pela violência institucionalizada pelo estado.

A reformulação das esquerdas deste evento até 1969 deve ser retratada sem abandonar os sujeitos políticos, organizações, pensamentos e práticas amplamente divulgados e endossados no governo anterior, seja individualmente, através de movimentos coletivos ou até mesmo institucionais. A adesão de grande parcela da sociedade por ideias progressistas, portanto, não pode ser ignorada simplesmente pelo golpe. Logo, cabe então compreender que a deposição do governo Jango não foi necessariamente um processo hegemônico de acordo com o que observamos da popularidade das propostas que o governo petebista tinha na sociedade.

Apesar das dificuldades impostas aos trabalhadores, estes ainda se esforçaram para continuar desenvolvendo poder de luta mesmo na nova conjuntura. Com a ocupação dos espaços de pressão popular pelas intervenções dos governos golpistas, até as organizações mais articuladas e experientes obrigaram-se a retrair e reavaliar as novas estratégias de enfrentamentos no mundo rural.

Com o processo de inviabilização das forças de esquerda na tomada militar, desta vez organizada e legitimada pelo estado, a repressão aos trabalhadores organizados e interessados na luta no nordeste brasileiro, por exemplo, intensificou-se (a julgar que nunca deixaram de existir) e, com isso, a desmobilização e neutralização das células e indivíduos de esquerda de muitas correntes foi posta em prática. Um processo como este, apenas incitado com autorização da violência, já havia instalando-se naquele momento de polarização política de outras formas, seja através da disciplinarização dos trabalhadores por meio da violência patronal, ou da ocupação do processo de sindicalização rural pela Igreja Católica, entre outras estratégias, na expectativa de estagnar os avanços dos comunistas e dos componentes das Ligas Camponesas na região.

Com o golpe, entretanto, tal processo de repressão e cerceamento das forças populares que se desenvolviam no Brasil foi acelerado e consolidado no início de abril, quando as forças militares recorreram ao encarceramento em massa daqueles sujeitos já conhecidos como lideranças populares. Desta vez, entretanto, a violência diária, cujos militantes lidavam ainda no período democrático, foi substituída pela violência

institucionalizada após o Golpe. Segundo Lima²⁰⁰, momentos após o regime militar estar instaurado oficialmente viu-se o cenário de restrição completa da liberdade de militantes e figuras públicas comprometidas com as lutas sociais, quando esquerdistas perante tal situação ainda cultivavam expectativas de resistência:

Os cárceres, no Recife, foram insuficientes para garantir todas as prisões, que iam desde membros do governo deposto até militares, juízes, políticos, líderes sindicais, estudantes e populares, ou mesmo simples cidadãos. No meio rural, muitos camponeses foram presos por mera perseguição, rixas pessoais. Boa parte da liderança camponesa foi presa. Gregório Bezerra ainda conseguiu se reunir com muitos camponeses e militantes do PCB em Palmares, decidindo paralisar os trabalhos nos engenhos e usinas da Mata Sul e tentar, novamente, conseguir armas com o governador Miguel Arraes, tendo aglutinado camponeses em vários pontos, com essa finalidade.”²⁰¹

A repressão em seus diversos métodos é colocada em prática num movimento de deturpação de expressões jurídicas para que se formassem os dispositivos necessários para abrigar aquele discurso que tentava preparar a população para as acusações de subversão, bastante promovidos neste estímulo ao estado de suspeição geral contra comunistas e progressistas, uma característica das ditaduras na América Latina. As prisões e torturas reportados nos primeiros meses do regime fazem parte de um mosaico de medidas que se dedicaram a restringir as liberdades usufruídas pelos trabalhadores anteriormente porque não estão encerradas nos casos de polícia. Mas concomitantemente na intenção de colocar em prática uma política econômica liberal que, em termos materiais, revelou-se austero em relação aos direitos trabalhistas, operando coercitivamente na submissão da classe trabalhadora.

Entretanto, podemos dizer que tal movimento de tentativa de controle das forças armadas, operando em favor da classe empresarial que apoiou o golpe, não exterminou completamente os desejos que ainda moviam os trabalhadores antes do golpe. Desta forma, a história das tentativas de as esquerdas organizarem-se convivendo com a violência do estado no pós 1964 está repleta de novos movimentos que procuravam reestabelecer um antigo vínculo de engajamento com os camponeses diante desta nova conjuntura. Além disso, era preciso lidar com a interrupção de um processo de construção de consciência coletiva e social expandida no regime democrático. O estabelecimento de novas estruturas de controle social no meio rural passou pela ocupação definitiva de espaço de luta combativa de trabalhadores rurais, sendo uma das principais compondo a estrutura sindical que se formava.

²⁰⁰ABREU E LIMA, 2003.

²⁰¹Ibid, p. 91.

Para os militantes remanescentes era necessário redefinir algumas estratégias de reivindicações exatamente por compreender que algumas destas não eram eficazes e poderiam até expor ainda mais os companheiros, tornando-se perigoso tanto para as ações e discussões promovidas, quanto para o trabalho de base e assistência necessária. Se antes do golpe alguns sindicatos já conservavam uma forma de atuação conciliadora e bastante adversa a métodos de luta mais combativas, como ocorria nos sindicatos do SORPE, após os militares chegarem ao poder as funções sindicais serão totalmente esvaziadas. O trabalho de reorganização do sindicalismo rural procurou reformular os princípios práticos para como os sindicatos comunistas e das ligas operavam.

A partir do golpe inicia-se uma tática de desvalorização dos recursos do PCB na ocupação dos sindicatos alvos de intervenção quando se procurou enaltecer e aplicar um modelo sindical “democrático e cristão”. As proposições destes argumentos utilizados para redefinir a forma representativa dos trabalhadores era balizada pelo próprio governo tentou aproximar esses órgãos do que era idealizado pela classe patronal e grandes proprietários de terras. O objetivo então estava em confinar as expectativas dos sindicalistas em aspectos ligados exclusivamente aos debates relacionados à CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), podendo, portanto, discussões relativas a temas como a reforma agrária e novas conquistas de direitos para a classe²⁰². Logo, a melhorias das condições de trabalho e sustento:

“Com relação aos trabalhadores, depois do Golpe Militar, os proprietários voltaram a definir o quantum de trabalho que deveria ser realizado para corresponder ao salário mínimo. Aumentou-se o número de canas a serem cortadas, era dada uma quantidade de tarefas impossível de ser cumprida num dia, adulteravam-se os instrumentos de medição ou de pesagem de tal modo que, dificilmente, o trabalhador conseguiria cumpri-la. Ou ele recorria a ajuda de outros membros da família ou se esforçava intensamente. Quando isso não era possível e ele demorava mais de uma jornada para cumprir a tarefa, perdia o repouso remunerado. Dessa forma, o salário ficava menor, e o trabalhador, exausto.”²⁰³.

O braço executor deste projeto foi exatamente o SORPE, que já tinha uma atuação muito semelhante a estas características. Em termos práticos, a intervenção dos militares no governo levou a que muitos sindicatos fossem fechados, ou tivessem lideranças substituídas. Além disso, a reorganização interna das instituições foi instruída numa readequação de princípios espelhados no sindicalismo americano enraizado em um sistema anticomunista. A desmobilização da classe foi trabalhada, portanto, em várias faces: reorganização interna tanto dos objetivos políticos, como de readequação ideológica, como também na redução da capacidade de representação destas instituições.

²⁰²ABREU E LIMA, 2003. p. 121.

²⁰³Ibid, p. 144.

“Foi o padre Melo, agora mais presente no SORPE, quem se encarregou de indicar a maioria dos interventores para os sindicatos. Estes, muitas vezes, eram ligados aos patrões, sendo, em vários casos, procedentes de outras categorias ou funcionários do Ministério do Trabalho. [...] Com tanta intervenção, a Federação passou a ter dificuldades em coordenar o movimento sindical rural. Até porque em fevereiro de 1965, foi baixada a portaria de nº 71, determinando que os sindicatos teriam base territorial municipal e seriam representados por apenas uma entidade, a qual englobaria todas as categorias de trabalhadores do campo: assalariados, arrendatários, pequenos proprietários, desde que estes não possuíssem empregados em suas propriedades. Foi assim que, em 5 de janeiro de 1966, a antiga Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco se transformou em FETAPE²⁰⁴, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco. Esta medida visava propiciar ao governo melhores condições de controle, pois, além de diminuir o número de sindicatos, o que facilitava mais sua vigilância, dificultava a organização dos trabalhadores rurais: de um lado, porque o sindicato, representando vários setores, teria mais dificuldade de compatibilizar e coordenar diferentes necessidades e reivindicações; de outro, porque, ao estabelecer uma base municipal, facilitava para os empresários, pois as usinas, muitas vezes, englobavam diversos municípios.”²⁰⁵

Ao passo que o processo de desmobilização avançava, a situação dos trabalhadores rurais tornava-se cada vez mais difícil. A resposta às reações camponesas provou-se violenta, por exemplo, nas repressões a greves e do outro lado, evasiva em termos de resolução das opressões patronais. O estado de mudança na dinâmica sindical e nas federações consolidou um período bastante confortável para os grandes empresários e latifundiários, estabelecendo ali um período de abuso e exploração dos trabalhadores rurais.

Diante desta conjuntura, portanto, os sindicatos e as federações as quais estes estavam incorporados, passaram a absolver na legalidade a função negociadora para com as instâncias de poder maiores que se tornaram hegemônicas após o golpe mesmo com profusão de greves e outras formas de reação dos camponeses frente a exploração. A FETAPE, por exemplo, manteve uma base de atuação muito deficiente nos anos iniciais do regime (e somente ajustada ao longo da ditadura) por tentar estabelecer um diálogo com o governo federal de Castelo Branco.

A FETAPE, inclusive, foi uma das organizações que sofreu intervenções ainda em 1964. A partir de financiamentos de organizações estadunidenses com caráter fortemente anticomunista. A dispersão de elementos “subversivos” dos sindicatos e das federações provoca também uma mudança da linha de atuação que passa tanto pela nomeação de “líderes pouco comprometidos com a categoria”²⁰⁶, como também em relação às expectativas que o governo golpista deveria promover melhoria na qualidade de vida.

²⁰⁴FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco.

²⁰⁵ABREU E LIMA, 2003. p. 137.

²⁰⁶Ibid., p. 89.

O fato de o governo federal sugerir medidas na visita de Castelo Branco a Pernambuco, como o pagamento atrasado do 13º dos trabalhadores, entre outras queixas, levou à uma adesão da FETAPE. Entretanto, muito se discute que de medidas conseguintes como a criação do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e Assinatura do Estatuto da Terra, não serviram aos interesses dos camponeses pois na verdade:

“Esta medida foi feita, inclusive, no sentido de responder a pressões norte-americanas com vistas a que se modificassem as estruturas fundiárias da América Latina em geral, pois se receava que as tensões sociais pudessem fazer eclodir revoluções como a cubana. [...] Sendo assim, esta reforma agrária seria mais uma proposta de colonização de novas áreas, com enormes facilidades para empresas industriais e agropecuárias e nenhum subsídio para os camponeses nas mesmas regiões. Seria realizada de maneira tópica, emergencial, quando a tensão social muito forte assim o exigisse, para desmobilizar o campesinato, e não como uma questão nacional, política e de classe.”²⁰⁷.

Aos poucos, portanto, a própria federação passa a divergir do governo federal por inúmeras razões, principalmente correspondendo a percepção de que o diálogo com os proprietários de Terra era muito mais consolidado e que as desapropriações não obedeceram a ordem estabelecida. A reorientação da FETAPE também impulsionada pelo aumento da violência aos trabalhadores rurais e representantes da própria organização passa por essas frustrações com relação às reformas promovidas pelo governo.

“Se, de um lado, a Federação fazia uma separação entre as “boas intenções dos revolucionários” e a superexploração e violência dos proprietários, terminou por perceber que, pelo menos no Nordeste, eram estes que continuavam no poder. E que a política agrária e agrícola encetada pelos militares, propondo a modernização econômica da agricultura, dificilmente levaria em conta os interesses dos menos favorecidos. Não se apresentava um projeto de modernização que implicasse numa reestruturação fundiária. Se os proprietários da agroindústria açucareira não tinham força política e econômica para serem melhor considerados pela burguesia industrial do Sudeste e pelo capital internacional associado, eles possuíam, na região Nordeste, poder político suficiente para fazerem as coisas a seu modo, mantendo os trabalhadores agrícolas super explorados e dominados e suas entidades, enfraquecidas e descaracterizadas.”²⁰⁸.

Este momento de aproximação dos sindicatos e federações com o governo golpista leva a um movimento de redirecionamento de outras organizações camponesas após 1964. A questão de os sindicatos não prestarem mais que um serviço de assistencialismo vigilante leva a um deslocamento de militantes para outras vertentes de atuação. Desta vez, enquanto alguns se radicalizavam outros tentavam retomar o trabalho de base interrompido.

Até o AI-5, quando a política de repressão na ditadura é ampliada e intensificada, a tendência de reorganização dos militantes em dissidência era latente devido à perseguição

²⁰⁷Ibid., p. 140.

²⁰⁸Ibid., p. 140-141.

sofrida por muitos grupos bastante populares de antes do golpe, como o PCB. Dele, por exemplo, já havia originado PC do B (Partido Comunista do Brasil). Mas é o PCR (Partido Comunista Revolucionário) que ocupa certos espaços de luta na zona da mata pernambucana desenvolvidos antes pelo PCB.

O PCR, que surge em 1966, via como necessário a tomada dos sindicatos aparelhados pelo estado, mas era na luta armada que enxergavam o futuro da revolução Brasileira. Este é um dos motivos que justificam o fato de ações mais reativas no meio rural serem organizadas por este partido.

Tanto o PCR, como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR - que só veio a se tornar partido em 1968, mas já atuava entre dissidentes) aglutinavam militantes do PCB e das ligas camponesas conseguindo uma base engajada e bastante cientes dos limites sindicais. O PCBR, portanto, antes de dar início a sua luta armada precisou amadurecer sua concepção revolucionária dentro do âmbito da base dos trabalhadores.

A integração do movimento nos anos seguintes foi fundamental para que as informações corresse entre os comandos nas cidades e nos engenhos. Com isso estava desenvolvendo-se uma responsabilidade de difusão de informação muito relevante considerando o estado de semi clandestinidade.

“O trabalho desenvolvido com os camponeses ia desde denúncias sobre a situação dos trabalhadores em diferentes engenhos e usinas, através de panfletos, muitas vezes levados aos canaviais por alguém que os entregava ou os deixava nas proximidades e outro "achava" e lia para os demais, ali mesmo, no próprio eito, até panfletagens nas próprias cidades do interior, como foi o caso de uma feita quando da posse do general Médici na presidência da República, quando foram divulgados boletins em Ribeirão, Escada e Palmares”²⁰⁹.

Ações diretas não foram ofuscadas naquele momento, chamando a atenção para as técnicas de sabotagem articuladas nas queimadas dos canaviais também viabilizadas através do treinamento para a guerrilha e fuga, necessárias para essa atividade. No entanto, é significativo que a reflexão e a circulação do pensamento revolucionário também fossem providas pela organização:

“Com base na própria super exploração enfrentada no dia a dia, era possível falar sobre o capitalismo e os camponeses alcançarem uma consciência socialista, política. A situação de vida do trabalhador era objeto de análise: como era a assistência médica, a justiça do trabalho, o comportamento do advogado trabalhista (que era chamado "acordista", pois só procurava fazer acordos), como se colocava o sindicato, etc. Procurava-se, também, fazer uma ligação entre as pessoas de destaque, os diferentes grupos econômicos e os partidos políticos, estabelecendo-se as relações entre o aspecto econômico e a dominação política.”²¹⁰.

²⁰⁹Ibid., 2003. p. 113-114.

²¹⁰Ibid., p. 116.

A Ação Popular (AP), organização que antes do golpe possuía inclinação cristã também percebeu que era necessário um amadurecimento político por parte dos militantes. Apesar de não possuir status de partido político, consolidou-se como uma organização radicalizada ideologicamente, colocando-se como marxista. Dedicando-se a ações diretas como a greve e a luta armada até 1968, a AP tomou ciência de quão desmobilizados estavam os trabalhadores do campo em suas diversas características laborais:

“Outra debilidade importante analisada pelo partido dizia respeito ao seu trabalho de agitação e propaganda, particularmente no campo. Lamentava-se o fato de que se trabalhava muito pouco essa questão com as camadas mais amplas da população, privilegiando-se os grupos mais avançados politicamente. A agitação era feita em torno das reivindicações mais imediatas, não relacionando-as com as questões mais gerais, políticas, deixando de identificar, assim, "os reais inimigos do povo".²¹¹.

O retrocesso na campanha popular que o regime militar trouxe, juntamente com o aumento da violência patronal, afeta também o trabalho de base desenvolvido pela AP. Ainda assim, a crítica ao modo de atuação dos sindicatos continuava como foco, pois é identificado como um dos grandes problemas na promoção de uma consciência de classe, pois foi o que era observado na construção de greves na zona da mata pernambucana.

Esta compreensão da realidade do movimento de trabalhadores rurais na ditadura faz com que o trabalho de formação dos militantes da AP seja concentrado nas fusões dos sindicatos naquele momento. procurou-se explanar sobre o papel e responsabilidade de um sindicato comprometido com a classe, destacando as deficiências do modelo elevado pelo governo golpista, principalmente devido às suas intervenções nestes.

Esta preocupação que vemos na formação dos militantes não pode ser ignorada em nenhum momento histórico considerando a base dos trabalhadores rurais e o que os incentiva a permanecer e iniciar uma luta combativa com seus patrões. Entretanto, devido ao novo cenário social após o golpe de 1964, a construção de um pensamento coletivo e de consciência de classe torna-se consideravelmente importante por compreender que as adversidades haviam se multiplicado naquele tempo histórico. Todo o movimento progressista de esquerda, seja reformista ou revolucionários, tenta imprimir sua lógica e visão de sociedade aos seus militantes. ainda assim, é mais importante que isso, ou tão importante quanto, vencer a lógica que perpetua a exploração e opressão aos trabalhadores.

Logo, percebemos que a educação popular, o termo designado ao oferecimento de uma nova perspectiva de leitura da sociedade aos trabalhadores, é de suma importância para que as ações combativas estejam alinhadas há uma compreensão teórica que a justifique. Este

²¹¹Ibid, p. 123-124.

não é um tema relativamente novo naquele momento na sociedade brasileira, mas é constantemente revisitado devido à criação de novos movimentos com o mesmo caráter de libertação dos povos oprimidos.

4.1 Educação popular

O que se encontra no fundo documental da Ação Católica Rural/Animação dos Cristãos no Meio Rural é fundamental para a compreensão do impacto que eventos históricos como o Golpe de 1964 e o Vaticano II possuem na concepção de lutas, e métodos de arregimentação das massas nas orientações ideológicas existentes no campo das esquerdas quanto às mazelas sociais as quais os movimentos deparam-se. São formas de aproximação para com as camadas populares rurais, em nosso recorte, que combinam a interferência do tipo católico nos movimentos sociais com o momento histórico na política brasileira após a tomada militar.

Entretanto, o potencial da investigação histórica que reside nesta documentação corresponde à organização interna da ACR na decisão por certas abordagens religiosas, mas também se voltava para a inclusão dos trabalhadores rurais no debate sobre a política nacional, diretos que precisavam ser respeitados nas relações de trabalho, mas principalmente na identificação, no trabalho de base, de como as insatisfações apresentadas pelos camponeses em escalas de discussões reduzidas, ou seja, nas reuniões locais, poderiam reproduzir a própria essência dos conflitos sociais de classe, pois, em diversos depoimentos e nas experiências compartilhadas também residiam aspectos da violência patronal, da expropriação das terras dos trabalhadores ou destas que estes utilizavam.

Desta forma, o que diz respeito às práticas utilizadas para que as famílias e os trabalhadores que participaram dos grupos da ACR cheguem às conclusões sobre os meios de exploração a que estão submetidos faz parte de uma concepção própria deste movimento, como também de movimentos populares que prezam pela libertação de severas opressões impostas às classes trabalhadoras. Tais perspectivas de ação política não ficam confinadas ou centralizadas nas lideranças, mas são transmitidas através da dimensão prática na base do movimento entre aqueles atuantes e em todos que possam ter acesso ao movimento.

Diante deste quadro, podemos dizer que o que define estes movimentos populares não reside somente nas táticas de embates diretos que alimentam greves, protestos, ou pressões diversamente realizadas, mas também a formação política dos militantes com o objetivo de definir uma concepção de mundo alternativa. A reinterpretação da realidade

promovida por estes grupos organizados da esquerda apresenta-se como recurso para a promoção de mudanças profundas na sociedade. Estes apelos correspondem a uma iniciativa que identifica lacunas ou deficiências na compreensão do mundo que se vive, inclusive contendo uma sensibilidade sobre o apego a uma forma de viver forjada na perpetuação da exploração do trabalhador enquanto estas práticas são naturalizadas e normalizadas.

Um movimento atuante e comprometido com o rompimento destas estruturas também impõe uma nova forma de interpretar a sociedade. Ou seja, uma metodologia que além de apresentar uma formação de militância que esclarece questões da realidade de opressões, como já foi dito, também encoraja a superação da lógica que permite e legitimam estas situações de exploração e violências diárias com as quais os trabalhadores sobrevivem.

Logo, na perspectiva emancipadora que movimentos sociais carregam, a emergência de uma prática transformadora ocupa o espaço que nas circunstâncias que trabalhadores rurais super explorados vivem, deve suprir a vacância da capacidade e disposição de analisar a sociedade criticamente se considerarmos o histórico abandono do poder público na falta de políticas sociais que sustentassem o acesso a serviços básicos, ou a supervisão de certas relações abusivas recorrentes no cenário observado.

Apesar do tema desenvolvido por István Mészáros voltar-se para a perspectiva educacional na reprodução do capital na nossa sociedade contemporânea, o fato de que a educação – ou a ausência de meios que a viabilizem – por muitas vezes é utilizada como instrumento prevaemente dos interesses da classe dominante torna-se relevante pelos efeitos consideravelmente desastrosos do ponto e vista tanto da democratização do acesso à educação como também no desenvolvimento de uma pedagogia crítica olhando para as massas populares²¹². Segundo o autor:

“A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu -no seu todo- ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma "internalizada" (isto é, pelos indivíduos devidamente "educados" e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas.”²¹³.

As condições que definem a dificuldade do acesso à educação entre camponeses na década de 1960 possuem suas razões eminentes na péssima qualidade de vida as quais estes trabalhadores estavam submetidos. O processo educativo de letramento, por exemplo, estava

²¹²MÉSZÁROS, István. **A educação para além do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

²¹³Ibid., p. 35.

amplamente comprometido pelas longas jornadas de trabalho que ocupava o tempo disponível para tal atividade, assim como o fato de o trabalho infantil ser prática recorrente entre os canaviais ou outras grandes propriedades²¹⁴. Com um quadro social tão desfavorável, os efeitos destas privações tentam ser reparados e mudados pelas ações políticas coletivas. Como afirma Emir Sader, no prefácio da obra citada acima, existem prerrogativas ao teorizar a educação, pois este processo não pode ser dissociado de aspectos internos da sociedade. Nesta análise marxista específica, o Trabalho como objeto que orbita na proposta torna-se fundamental como “instituição” incluída no sistema capitalista e, portanto, está submetido à lógica legitimadora que a educação traz ao confirmar valores, determinações da vida social que levem a aceitação de um *ethos* dominante²¹⁵. No prefácio, Sader aponta:

“Ao pensar a educação na perspectiva da luta emancipatória, não poderia senão restabelecer os vínculos - tão esquecidos entre educação e trabalho, como que afirmando: digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação. [...] Antes disso, educação significa o processo de "interiorização" das condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria, para induzi-los à sua aceitação passiva. Para ser outra coisa, para produzir insubordinação, rebeldia, precisa redescobrir suas relações com o trabalho e com o mundo do trabalho, com o qual compartilha, entre tantas coisas, a alienação.”²¹⁶.

De acordo com as contribuições de Mészáros e Sader, Immanuel Wallerstein²¹⁷ discorre sobre o fato de que existem construções ideológicas estabelecidas no capitalismo histórico. O sociólogo aponta para como o sistema econômico capitalista, que ele também define como um sistema social e cultural, possui estruturas institucionais ou não que através de um material histórico e intelectual desempenha um papel de coesão de grupos de interesses econômicos e políticos similares. O desenvolvimento de lutas políticas e movimentos para

²¹⁴ José Marcelo Marques Ferreira Filho aponta para como aspectos da vida social nos engenhos são afetados pela exploração do trabalho pela classe produtora. Isso ocorre de forma que a agroindústria açucareira conseguia determinar negativamente para os trabalhadores rurais a insegurança alimentar, a baixíssima remuneração, que trazia como consequência a miséria e pobreza, além de formas de controle social que colocam em evidência os usos da violência em seus estágios simbólicos autorizados pelo poder que a classe patronal infringia sobre os trabalhadores, como também em seu aspecto físico e judicial. Este espaço violento que o historiador aborda tem grande peso no modo de vida e nos problemas sociais que vivem os trabalhadores dos engenhos, inclusive no tocante do problema do letramento entre a classe. De acordo com documento de 1983, da FETAPE, o autor cita o documento sindical que afirma: “a permanente opressão, a violência, a fraude na balança e na vara, o aumento ilegal das tarefas, a recusa no cumprimento dos direitos mais elementares estabelecidos nas leis trabalhistas e no dissídio coletivo fazem parte do nosso cotidiano... não é por acaso que na zona canvieira de Pernambuco concentram-se os maiores índices de desnutrição, mortalidade infantil, analfabetismo e doenças endêmicas do Estado.” FETAPE. “Resposta dos trabalhadores rurais da zona canvieira de Pernambuco, através dos seus Sindicatos, FETAPE e CONTAG à proposta apresentada pelos Usineiros de redução na jornada de trabalho com redução dos salários” (FERREIRA FILHO, 2020).

²¹⁵ MÉSZÁROS, op. cit., p. 81.

²¹⁶ Ibid., p. 17.

²¹⁷ WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

contê-las depende de uma determinação ideológica que reproduz intenções de classe sobre possíveis efeitos na sociedade.

Segundo Wallerstein²¹⁸, por exemplo, raramente observaremos um fenômeno histórico espontâneo que tenha como consequência a piora voluntária de grande parcela da população. Na verdade, o que ocorre é que há uma relação intrínseca de dependência entre as instituições sociais forjadas ou “pressionadas a se estruturar por si mesmas” e a necessidade de propiciar a socialização adequada de um grupo dentro de um padrão comportamental.

Para o autor, diante desta tese devemos compreender que “não podemos afirmar que as ‘tradições’ são, de fato, tradicionais” e que exatamente por isso todas as nuances da formação social e conseqüentemente dos problemas advindos dela são propositais e programadas. No que tange os mundos do trabalho o autor afirma neste sentido que: “forças de trabalho foram criadas nos lugares certos. Com os níveis mais baixos possíveis de remuneração, no interesse dos que desejavam facilitar a acumulação de capital.”²¹⁹.

O fato de que tais questões de situação de força de trabalho estejam alocados em periferias do mundo capitalista abre precedentes de estudos para que toda a dinâmica sociocultural seja afetada por estes elementos determinantes definidos no mundo econômico. O que Wallerstein coloca é que são destes desvios que se obtêm a sustentação da estrutura ao influenciar aspectos da “religião, língua, valores, seu conjunto particular de padrões de comportamento cotidiano”²²⁰. Tomando como exemplo, podemos dizer que é estabelecida num espaço geográfico de exploração e desvalorização salarial revelando que a forma como esta dinâmica se desenvolveu é “tradicionalizada” com o objetivo de constituir a perpetuação histórica do papel ocupacional que um grupo desempenha, correlacionando-o com sua localização e deslocamento (como ocorreu em grande parte do mundo entre os séculos XVI e XIX na legitimação da escravidão e conseqüentemente das práticas racistas afirmadas em decorrência desta estrutura econômica).

Para o sociólogo, portanto, existem estigmas sociais que são forjados para que se moldem à hierarquia econômica dominante firmando-a no seio da desigualdade social que se revela no capitalismo histórico²²¹. Isso significa que a hierarquia social estabelecida após a hierarquia econômica:

“Serve para que grupos sejam socializados dentro dos papéis que devem ocupar na economia. As atitudes inculcadas (os preconceitos, os comportamentos abertamente discriminatórios no dia-a-dia) ser viram para estabelecer condutas individuais

²¹⁸Ibid.

²¹⁹Ibid, p. 66.

²²⁰Ibid, loc. cit.

²²¹WALLERSTEIN, 2001.

apropriadas e legitimadas, ocupando diferentes posições na unidade domiciliar e no grupo étnico. O racismo, como o sexismo, funcionou como uma ideologia que cria e delimita expectativas.”²²².

Apesar do autor referir-se a uma economia-mundo, suas análises permitem identificar nos casos mais rarefeitos os processos que levam à aceitação e legitimação da ideologia de grupos dominantes. Tal fenômeno desenvolve-se com a integração de um ideal cultural que acompanha a manutenção de uma estrutura que beneficia grupos historicamente privilegiados. Pois estes reconhecem que a perpetuação de sua posição no eixo econômico não depende plenamente do êxito nas propostas da economia. É necessário que exista uma eficiência de outros domínios exatamente para prevenir que outros projetos de sociedade possam emergir do contexto que as classes dominantes submetem os oprimidos.

Por outro lado, o estabelecimento destas noções culturais forjadas para que se obtenha a função desejada dos grupos subalternizados foi moldada no seio da expansão capitalista. Delas, acompanhou da geração de uma etiqueta e educação europeia a chamada “periferização” das economias, providenciando toda a estrutura necessária para a formação da hierarquização social²²³. Concomitantemente, observamos as severas consequências do desenvolvimento do capitalismo e do que está inerente a sua expansão, seja ligado à manutenção dos poderes ligados aos grupos desejáveis, ou às estratégias lançadas para que certos domínios sejam garantidos²²⁴. Sobre a demanda de controle social gerada pelas vias sociais e econômicas, o autor ressalta:

“Houve dois motivos principais por trás dessas mudanças culturais impostas. (Um foi a eficiência econômica para que se possa esperar que certo número de pessoas se comporte de certa maneira no âmbito da economia, é preciso ensinar as normas culturais requeridas e erradicar as normas culturais competidoras. O segundo motivo foi a segurança política. Acreditava-se que se as assim chamadas elites das zonas periféricas se “ocidentalizassem”, se separariam de suas “massas” e estariam menos propensas a se revoltar ademais, seriam menos capazes de arregimentar seguidores

²²²Ibid, p. 68.

²²³Ibid, p. 71.

²²⁴Apesar do autor referir-se em fases no texto ao processo de “etnização” da força de trabalho e das características que modelam as bases para a reprodução do capitalismo e, conseqüentemente, do racismo como expressão legitimadora deste, também é possível compreender que a partir destas discussões, a chamada “ocidentalização” (fenômeno que atribui aos moldes europeus a capacidade de definir as condutas, valores políticos e sociais adequados em todo o mundo) pode proferir respostas sobre como o domínio ideológico crava barreiras na sobrevivência de grupos oprimidos. A viabilidade do estabelecimento desta ideologia é que se torna fundamental para o entendimento de que certas práticas duradouras podem restringir comportamentos e modelar visões de mundo, pois é o que se encontra acessível para estes grupos. Ainda assim, o autor garante que este é um fenômeno que nos acompanha na contemporaneidade e não somente no processo de expansão capitalista, pois: “[...] desde que utilizemos categorias ocupacionais suficientemente amplas, estou sugerindo que há, e sempre houve, alta correlação entre etnicidade e papel ocupacional/econômico nas várias áreas espaço-temporais do capitalismo histórico. Também estou sugerindo que essas localizações da força de trabalho têm variado ao longo do tempo, e que à medida que variaram, variou também a etnicidade, em termos das fronteiras e dos traços culturais característicos do grupo [...]” (Ibid, p. 66).

para suas revoltas. Isso se revelou um monumental erro de cálculo, mas é plausível que tenha funcionado por um tempo.”²²⁵.

Como aponta o autor, estas normas culturais ainda não conseguem abranger uma estabilidade política plena que garanta a tranquilidade das classes dominantes. Enquanto as classes populares tentam se organizar, isso ocorre sempre, se houver comprometimento com a sua libertação, no sentido de substituição de estruturas suplementares da ordem vigente. Significando que, ao mesmo tempo que se desenvolveu um amplo interesse de classe na manutenção dos poderes políticos e econômicos ao longo da história na classe dominante, também se desenvolveu um amplo interesse de classe entre trabalhadores e grupos oprimidos nas reparações que suas ações poderiam angariar nas estruturas de poder já conhecidas caso existissem estratégias para promover tais mudanças.

O significado de propostas como as que almejam despertar uma consciência social crítica entre os mais pobres é que trazem às relações entre movimentos sociais e seus militantes uma questão que é particularmente importante pois, durante o processo educativo, provoca evidenciar as contradições existentes no sistema econômico e também indicam nas correntes ideológicas dos movimentos uma proposta e método de transformação social.

Mesmo que estes movimentos possuam diferentes vertentes de atuação ou que também procurem alcançar objetivos igualmente distintos, tal processo que representa a tomada de responsabilidade vinda das lideranças políticas para este aspecto específico, expõe o fato de que os debates sobre a educação não estão necessariamente ligados ao ambiente escolar formal, mas à sensibilidade de que nenhuma ciência ou processo de letramento é desinteressada das questões sociais. Por isso, movimentos populares também possuíram e possuem uma revisão político-metodológica em que a didática e prática de ensino constitui num recurso na formação de militantes, e, portanto, processo educativo, fora do ambiente escolar.

Por definição, a Educação Popular deve ser compreendida como a tentativa de reparar as barreiras históricas construídas ao longo dos anos que se empenharam em afastar estudantes das classes subalternas de objetivos do processo educacional segundo idealizadores da Educação Popular (EP). Para estes, era necessário considerar dentro do contexto sócio-

²²⁵Ibid., p. 72.

histórico a intencionalidade na escolarização de incentivar o surgimento de uma “perspectiva relacionada à ideia de emancipação de indivíduos e transformação social”²²⁶.

Segundo Falkenbach²²⁷, toda produção do conhecimento pode ser dissecada em luz de um debate epistemológico. Especificamente no campo da educação, em sua possibilidade de exposição mais popular, ou seja, àquela capaz de levantar e criar práticas educativas inovadoras e que sejam inclusivas ao ponto de gerarem “relações entre os sujeitos e desses com o conhecimento; forja intersubjetividade em clima de acolhimento e provocação, afiança uma ética do reconhecimento e afirmação; promove sínteses em meio a prática teórica”²²⁸. Estando inclinada permanentemente ao aspecto contestador das disposições curriculares, por exemplo. Mas também a questões mais amplas como “Constitui-se mediante o propósito de estar aberto à crítica ao que os discursos dizem, às verdades que afirmam e, também, aos princípios que as regulam”²²⁹, estes relacionados a práticas e instrumentos orquestrados pela classe dominante. Segundo a autora a definição da Educação Popular estaria ligado a seguinte consideração:

“Referendamos a forma como historicamente a Educação Popular tem se portado ao buscar suas verdades, ou seja, a disposição predominante a um diálogo/participação que se faz acompanhar pela crítica solidária. Diálogo que procura assegurar idêntico estatuto aos sujeitos que dele participam e instigar uma curiosidade compartilhada que leva esses mesmos sujeitos a se voltarem à compreensão das condições sob as quais constroem suas argumentações, além de suas asserções, mesmas.”²³⁰.

No mesmo artigo fica esclarecido como a EP posiciona-se para além da organização escolar convencional por atribuir sentido superior à formação humana, dando ênfase a problemas na sociedade que são reforçados no espaço formal da escola. É considerável que muitas vezes o potencial pedagógico seja destacado para uma visão tecnicista e ligeiramente complacente com os problemas sociais brasileiros, naturalizando a transmissão da ciência como “um conhecimento que já está dado. Sendo doação de uma realidade natural, fixa, estática, sem história, e não podendo ser alterada”, quando em contrapartida “a análise de

²²⁶TROQUEZ, Marta Coelho Castro. Documentos curriculares para a educação escolar indígena no Brasil: da prescrição às possibilidades da diferenciação. *In*: BRAYNER, Flávio. **Educação Popular**: novas abordagens, novos combates, novas perspectivas. Recife: Editora UFPE, 2013. v. 1. p. 95

²²⁷ FALKENBACH, Elza (org.). Minicurso (texto coletivo): perspectivas epistemológicas da Educação Popular. *In*: BRAYNER, Flávio. **Educação Popular**: novas abordagens, novos combates, novas perspectivas. Recife: Editora UFPE, 2013. v. 1.

²²⁸ *Ibid.*, p. 136.

²²⁹ *Ibid.*, loc. cit.

²³⁰ *Ibid.*, loc. cit.

possibilidades de conhecimento em educação popular, ao ser vista por uma crítica desse conhecimento, tem um lugar teórico-prático e ético-político próprio”²³¹.

Logo, pode-se afirmar que as ideias que movem projetos que se dizem parte da linha de atuação na Educação Popular tentam simultaneamente interromper a manutenção de outros privilégios históricos de grupos dominantes, como também, fazer exigências de transformações profundas na sociedade:

“Essa realidade, todavia, configura-se como fenômeno dinâmico e em permanente movimento. Um conhecimento que se volta à compreensão desse movimento, sempre atento às condições econômicas e sociais presentes em cada momento histórico, ou em cada modo de produção. Oferece a clareza de que essa realidade é condicionada historicamente e, portanto, sempre aberta às mudanças.”²³².

A identificação do fato de que a comunicação entre escolarização tradicional, ou podemos dizer ortodoxa, e população era falha (seja devido às adversidades que a vida cotidiana de trabalhadores e suas famílias encontravam para dar continuidade à permanência adequada na escola, garantindo dos processos de aprendizado, ou seja pela clara falta de gerenciamento de um modelo pedagógico que permitisse o atendimento àquelas realidades que consomem qualquer possibilidade de espaço na rotina destes grupos que poderia ser dedicado ao período escolar) vem acompanhada de uma preocupação social de grupos das esquerdas que partilhavam interesses de beneficiar a tal classe trabalhadora privada de direitos básicos.

Colocando a educação numa perspectiva histórica, podemos dizer que tais dificuldades que compelem o processo educacional dito formal não definem um problema de geração somente naquelas décadas, mas em todo o espaço e tempo compreendido no Brasil enquanto República. Envolve neste aspecto restrições deliberadas conscientemente pelos grupos que ocupam e coordenam as decisões do poder público devido a problemas que sempre orbitam nas alçadas de gênero, etnia e classe na sociedade²³³. Segundo Saviani (2008), em uma abreviação de modelos e propostas educacionais:

²³¹NETO, José Francisco de Melo. Perspectivas epistemológicas da Educação Popular. In: BRAYNER, Flávio. **Educação Popular: novas abordagens, novos combates, novas perspectivas**. Recife: Editora UFPE, 2013. v. 1. p. 138.

²³²Ibid., p. 138-139.

²³³Atualmente, quando pensamos em democratização da educação no Brasil devemos compreender que existem muitas etapas e nuances que devem concretizar um processo educativo inclusivo. Estes estão ligados à disposição curricular, infraestrutura e, essencialmente, conexão com a identidade do grupo que historicamente não obteve uma base estrutural escolar adequada. Mesmo que tais debates girem em torno de uma perspectiva formal do ensino através da reformulação de políticas públicas que incentivem tal inclusão, eles sempre trarão reflexões sobre o diálogo entre o conteúdo cultural próprio do grupo oprimido (os quais as políticas tentam beneficiar) e como a prática educativa deve acontecer. Citando como exemplo, Troquez(2013, p. 96-97) aborda que as propostas para a educação escolar indígena também devem fomentar uma discussão complexa entre “educação, indivíduo, grupo étnico e sociedade capitalista”; e ainda que estes questionamentos devem buscar:

“Cabe observar que, ao longo de quase quatro séculos, abarcando, por tanto, os quatro primeiros períodos, as instituições escolares no Brasil constituíram um fenômeno restrito a pequenos grupos. Foi somente a partir da década de 1930 que se deu um crescimento acelerado, emergindo, nos dois últimos períodos, a escola de massa. [...] E, apesar do entusiasmo que marcou o início do período republicano com a criação dos grupos escolares, até o final da Primeira República o ensino escolar permaneceu praticamente estagnado, como se vê pelo número de analfabetos em relação à população total, que se manteve em 65% entre 1900 e 1920, tendo seu número absoluto aumentado de 6.348.869, em 1900, para 11.401.715, em 1920.”²³⁴

São propostas que numa leitura tradicional do processo educativo formal não seriam consideradas dentro do que se debatia no país até a década de 1950 e início da década de 1960. Até a ascensão de governos federais, estaduais e prefeituras interessadas neste projeto por possuírem afinidade política com ideias à esquerda, tais iniciativas ficaram “confinadas” nos movimentos sociais e núcleos populares que proporcionavam diretamente ou indiretamente a formação política.

Podemos compreender que todos os espaços pedagógicos são disputados e a forma como os ambientes escolares dialogam com a população estão passíveis de análise. Precisamente, a educação concedida à maioria da população é uma reprodução do que a sociedade espera desses cidadãos. Quando historicamente observamos poucos esforços para que haja um compromisso concreto com o processo educativo, também devemos reavaliar as expectativas de alguns governos com sua gente.

Segundo Souza²³⁵, há mecanismos de exclusão ligados à educação no Brasil que estão historicamente conservados no cerne do elitismo e, como já foi dito, na perseverança de privilégios estabelecidos antes mesmo de movimentos políticos que gerassem a República Brasileira. Preferencialmente lidando com a educação pública, o historiador – recorrendo à tese de Junior e Bittar²³⁶ de que o objeto histórico deve ser compreendido em sua totalidade, periodizando aspectos marcantes de um objeto (em nosso caso, as perspectivas da educação) para que se possa assimilar plenamente os sujeitos e os grupos responsáveis²³⁷ pelo

“a) identificar e analisar, no discurso pedagógico oficial, quais os “mecanismos” propostos para o atendimento à especificidade/diferença na prescrição curricular atentando especialmente para: principais categorias, objetivos, fundamentos e concepções/conceitos orientadores; b) evidenciar como “são tratados” os conflitos/tensões e quais relações são estabelecidas entre: conhecimentos locais (cotidianos/próprios/específicos/comunitários) e conhecimentos universais; indivíduo, comunidade étnica e sociedade; currículo comum e currículo específico”.

²³⁴SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 10, n. especial, p. 147-167, 2008. p. 150.

²³⁵SOUZA, Everton Aparecido Moreira de. História da educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino. **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, v. 12, n. 23, p. 15-33, jul./dez., 2018.

²³⁶Ibid., p. 16.

²³⁷Segundo os autores, este é um processo historicamente reconhecido pelos pesquisadores. Existiram políticas públicas voltadas para a segregação do ensino público, comprometendo a viabilidade de uma educação democrática principalmente porque foram impostas por governos autoritários e por uma elite econômica

desenvolvimento da lógica de ensino no país, designado em harmonia com os interesses de oligarcas e aristocratas²³⁸ – aponta que para que chegássemos as altíssimas taxas de analfabetismo no Brasil na década de 1960²³⁹, além de deficiências estruturais na própria abertura de escolas no campo visto que a ênfase na industrialização em anos anteriores tenham atraído atenções políticas a áreas urbanas, também se dialogava com esta situação o fato de que reformas educacionais no período da Era Vargas (1930-1945) providenciaram argumentos que limitavam a perspectiva de escolaridade da população pobre²⁴⁰.

Num breve passeio sobre legislação e propostas de renovação no meio educacional brasileiro, é observado que entre os anos de 1946 e 1964 estabeleceu-se um avanço de medidas conservadoras de análise de eficiência do ensino. Para Souza (2018)²⁴¹, o que se forjou era específica vocação ao bacharelado das camadas mais abastadas, que de acordo com as reformas possuíam acesso viabilizado ao ensino superior quando logo, as elites beneficiadas poderiam “perpetuar o domínio social já praticado hereditariamente pelos seus ancestrais [...]”²⁴². Recorrendo a Saviani, o autor reforça:

“O conjunto das reformas tinha caráter centralista, fortemente burocratizado: dualista, separando o ensino secundário, destinado às elites condutoras, do ensino profissional, destinado ao povo e concedendo apenas ao ramo secundário a

interessada neste processo: “A história da sociedade brasileira é marcada pelos largos períodos de autoritarismo e exclusão popular na participação das decisões políticas. Assim, toda e qualquer modernização que o Brasil sofreu, ao longo da sua história, foi, efetivamente, uma iniciativa das elites governantes, obedecendo a uma lógica presidida por um duplo sentido: as tomadas de decisões políticas são de cima para baixo e sempre na perspectiva da reprodução dos seus interesses de classe, tal como explicou o historiador Caio Prado Jr. (1994, p. 52), em *Evolução política do Brasil*.” (JUNIOR; BITTAR, 2000, p. 27).

²³⁸JUNIOR, A. F.; BITTAR, M. Elitismo e exclusão: a trajetória de 500 anos da educação brasileira. *Série-Estudos-Periódicos do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, Campo Grande, MS, n. 9, 2000. p. 16.

²³⁹Souza (2018) apresenta dados provenientes da pesquisa dos dois historiadores e teóricos da educação anteriormente referidos de que existiu uma ambiguidade na legislação educacional instituída na década de 1940 no país, em que ao mesmo tempo selava a necessidade de escolarização para os cidadãos, mas não atingiu índices respeitáveis de alfabetização nem mesmo nos 15 anos seguintes. Segundo o autor: “A impressão que passa é justamente preocupação do governo com a erradicação do analfabetismo e, por assim dizer, um forte compromisso com a educação dos desfavorecidos. O simples passar dos anos mostra que essa lei não deve ter surtido muito efeito, pois, como afirma Bittar e Bittar (SOUZA, loc. cit., p. 161), “o Brasil chegou à década de 60 do século XX com quase 40% de analfabetismo, o que evidencia a ineficiência das reformas”. A história do nosso país mostra-nos que uma coisa é a lei sancionada, outra é se essa lei realmente entrará em pleno vigor.”.

²⁴⁰Aqui se refere ao bloco de reformas idealizado por Gustavo Capanema, ministro da educação e saúde pública (MESP,) implantadas por meio de decretos-lei entre 1942 e 1946. Para compreender o que estava introduzido nas reformas em termos de concepções e funcionalidades da educação na sociedade precisamos compreender que as principais mudanças no campo educacional estavam na nova diferenciação do alunado ainda no período escolar. A reforma Capanema instituiu que após os 4 anos compreendidos como ciclo Ginásial, a continuidade do processo seria através do ciclo Colegial, montado com a especificidade de ensino das ciências humanas ou exatas. Esta modalidade oferecia a oportunidade do ensino superior, entretanto, paralelamente foi instituído o Ensino Técnico (subdividido entre agrícola, industrial e comercial). Medidas como estas denotavam um movimento proposital do governo para deslocar estudante proveniente das famílias da classe trabalhadora para formações de vínculo exclusivamente profissionalizantes de áreas da economia consideradas carentes destes trabalhadores.

²⁴¹SOUZA, op. cit., p. 25.

²⁴²Ibid, loc. cit.

prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior; corporativista, pois vinculava estreitamente cada ramo ou tipo de ensino às profissões e aos ofícios requeridos pela organização social.”²⁴³.

Até o golpe militar de 1964 este não foi o único debate de normas educacionais que gerou expectativas entre os setores progressistas e conservadores. A aprovação da lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961²⁴⁴, com discussões supervisionadas na transição do Presidente Jânio Quadros para João Goulart, foi provida de medidas que, entre outras propostas, autorizaram os repasses de recursos públicos a instituições particulares. Tal fato, também abriu precedentes para a privatização do ensino em que as escolas privadas e seus dirigentes idealizadores “continuava com caminhos largos para sua ação exclusivista e elitista na sociedade brasileira”²⁴⁵.

Existem alguns traços claros de elitismo ligados às propostas conservadoras, tanto naquele período da história brasileira quanto hoje. Muitos pesquisadores da área da educação referem-se a este aspecto como “dualismo”, ou seja, a premissa básica de que existe uma educação voltada exclusivamente para uma classe privilegiada e outra muito mais vulnerável e simplória para os trabalhadores e as classes populares no geral:

“O dualismo ainda comportava melhores análises. Em educação, o dualismo entre elite e grupos populares já esteve presente nas origens do Brasil Colônia, se afirmou no Brasil Império e veio fortalecer-se na Primeira e na Segunda República. A educação escolar continuou associada à posição social, favorecendo só alguns privilegiados, que a ela mantiveram acesso para conservar o próprio *status quo*.”²⁴⁶.

A capacidade de instrumentalidade da educação pelas classes burguesas e a disposição desta disputa ideológica característica do período pós-guerra marcou todo este interesse conservador nas propostas de autorização e expansão da iniciativa privada no seio educacional, funcionando tal qual uma renovação produtivista e exclusivista da Era Vargas. Ao mesmo tempo, emerge desse cenário um grupo de indivíduos ligados à educação posicionando-se em defesa da escola pública, universal e gratuita. Norteados por princípios humanistas e de perspectivas de que a educação poderia ser um equalizador das desigualdades sociais, o grupo percebendo a ofensiva conservadora que pretendia monopolizar o direito à educação lançou o seu manifesto:

²⁴³Ibid, loc. cit.

²⁴⁴BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n.140 da Independência, n 73 da República, p. 11429, 27 dez. 1961.

²⁴⁵SOUZA, op. cit., p. 26.

²⁴⁶SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos; PRESTES, Reulcinéia Isabel; DO VALE, Antônio Marques. Brasil, 1930-1945: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e privada. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n.22, p.131–149, jun. 2006. p. 143.

“Essas questões causaram polêmicas entre os analistas do projeto e provocaram a insurgência de um grupo que lançou a Campanha em Defesa da Escola Pública, liderada pelos educadores da velha geração dos Pioneiros. [...]. As lutas do grupo “Pró-Defesa”, contra a implantação do projeto e para apoio à escola privada, foram evidenciadas. Fernando de Azevedo, relator do primeiro Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), também redigiu o segundo Manifesto dos Educadores (1959). Assinado por 189 pessoas – educadores, intelectuais e estudantes –, este reafirmava os princípios da Escola Nova, mas tratando principalmente do aspecto social da educação, dos deveres do Estado Democrático e do direito à escola para todos.”²⁴⁷.

A responsabilidade política que estes intelectuais possuíam naquele momento denota um envolvimento do projeto educacional para com as demandas sociais que os setores populares entoavam no país. Apesar de que tais debates aparecerem essencialmente em defesa de elementos que estejam ligados à formação infanto-juvenil, ou seja, pessoas em idade escolar, a sociedade civil envolta em discussões políticas não ignoraria problemas atrelados ao analfabetismo brasileiro, suas raízes e formas com as quais a situação poderia ser revertida.

Mesmo que os setores religiosos estivessem contra o monopólio da educação pública e laica tutelada pelo Estado, pois defendiam a autonomia de ensino das escolas confessionais nos debates anteriores, a renovação pedagógica que se provia daqueles educadores reformadores progressistas também afetou os setores da Igreja católica e de movimentos populares. Forjou-se assim um importante diálogo que convergiu para a concepção humanista moderna mesmo que mais tardiamente, já que para a educação infantil esta noção foi muito mais precoce fazendo com que as renovadas perspectivas pedagógicas e metodológicas fossem introduzidas nos espaços confessionais. Algo já previsto pelas lideranças católicas compreendendo que “a Igreja necessitava se renovar pedagogicamente, sob o risco de perder a clientela. O caminho que a Igreja Católica encontrou para responder a essa exigência foi assimilar a renovação metodológica sem abrir mão da doutrina”²⁴⁸. Para o autor, portanto, o momento político no país é inerente as tomadas de posição da Igreja no que se diz respeito à concepção da educação e da formação humana:

“No final da década de 1950 e início dos anos 60, intensifica-se o processo de mobilização popular, agitando-se, em consequência, a questão da cultura e educação populares (FÁVERO, 1983). Em termos de educação popular os movimentos mais significativos são o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Movimento Paulo Freire de Educação de Adultos, cujo ideário pedagógico mantém muitos pontos em comum com o ideário da pedagogia nova. Ora, o MEB foi um movimento criado e dirigido pela hierarquia da Igreja Católica e o Movimento Paulo Freire, embora autônomo em relação à hierarquia da Igreja, se guiava predominantemente pela

²⁴⁷Ibid., p. 141.

²⁴⁸SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. **Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”**. Campinas, 2005. p. 16.

orientação católica, recrutando a maioria de seus quadros na parcela do movimento estudantil vinculada à Juventude Universitária Católica (JUC).”²⁴⁹.

A perspectiva da renovação pedagógica como tema central nos debates da educação brasileira estava aproximando-se da perspectiva política da educação e das lutas sociais daqueles anos. O acúmulo das discussões levou ao princípio de que as experiências educacionais também poderiam fazer parte das lutas pela libertação das opressões por setores progressistas da Igreja católica. Para Saviani estes processos ocorridos nos primeiros anos da década de 1960 foram essenciais para a elaboração de uma filosofia tão densa como a que corresponde à Teologia da Libertação. Saviani complementa:

“Esse último aspecto levou a uma radicalização político-social (ALVES, 1968) da pedagogia católica brasileira que, instada pela opção preferencial pelos pobres, definida nas conferências episcopais latino-americanas de Medellín (Colômbia) e de Puebla (México), busca formas de engajamento nos processos de desenvolvimento e libertação da população oprimida. Assim, no mesmo momento em que na passagem da década de 50 para a década de 60 entrava na reta final a tramitação da LDB emergia, impulsionada pelo arejamento propiciado pelo Concílio Vaticano II, realizado entre 1959 e 1965, uma parcela do movimento católico que buscava a formulação de uma ideologia revolucionária inspirada no Cristianismo.”²⁵⁰.

Santos²⁵¹ aborda que muitos programas de incentivo e prática da Educação Popular não podem ser homogeneizados em análises acadêmicas comente por almejam a alfabetização e valorizarem aspectos da cultura popular, afinal, a experiência histórica demonstra como diversos movimentos e programas poderiam afastar-se politicamente em determinados temas e objetivos. Na verdade, segundo a autora, existiam contradições significativas também relacionadas ao método utilizado e aos interesses políticos agregados aos sistemas de ensino, como ocorre com o Movimento de Cultura Popular (MCP), fundado em 1960 no mandato do prefeito de Miguel Arraes na capital pernambucana, e com o Movimento de Educação de Base (MEB). Segundo Santos:

“Todavia, por trás dos objetivos uníssomos de transformação e impulso ao desenvolvimento econômico estão intencionalidades encobertas, permeadas por objetivos específicos a cada grupo, cada movimento. Pretensões que omitem as divergências internas e externas. Disputas políticas e ideológicas travadas, ainda que sutilmente, entre indivíduos a priori tão amistosos. Católicos, marxistas, estudantes secundaristas e universitários, e políticos compõem os grupos encarregados da missão de combater o analfabetismo e avançar com as bandeiras da cultura popular. Mas, estas ações cordiais objetivavam bem mais que inserir-se na ânsia de mudanças na ordem vigente”²⁵².

²⁴⁹Ibid., p. 17.

²⁵⁰Ibid., loc. cit.

²⁵¹SANTOS, Alessandra Maria dos. Movimentos educacionais que se dizem populares. In: BRAYNER, Flávio. **Educação Popular**: novas abordagens, novos combates, novas perspectivas. Recife: Editora UFPE, 2015. v. 2, p. 201-227.

²⁵²Ibid., p. 202.

De fato, cada programa poderia transmitir através de uma didática coerente, a expressão que dava ênfase às demandas e doutrinas de determinados grupos políticos. Entretanto, é inegável que ambos os movimentos se desenvolveram sobre o signo da preocupação social. Movimentos católicos à esquerda do espectro político, internamente proporcionaram reflexões aos seus seguidores e militantes que, em consequência, balizaram atuações coletivas determinantes no período que representaram uma renovação do pensamento cristão ao associá-lo a esta parcela religiosa mais engajada socialmente.

Como estaremos inclinados a aproximar-nos de um movimento católico posterior ao Golpe de 1964, a ótica da educação popular circunscrita num projeto cristão progressista antes da instauração do regime torna-se interessante para compreender as concepções educativas cultivadas pelo MEB, como principal exemplo, diante dos grandes investimentos destinados à iniciativa em questão, como também em relação à importância da compreensão das ideias e visões de mundo difundidas na proposta pedagógica. Neste sentido, é constatado que mesmo que as escolas radiofônicas do MEB não tenham se juntado a algum sindicato específico ou partido político, evidentemente relevando o incentivo estatal, as práticas de organizações (como a JAC e a JUC) ocuparam um espaço no trabalho de base que se reflete na animação da sociedade civil.

O próprio termo “Educação Popular” diz respeito a novas concepções teórico-metodológicas que desemborem num projeto pedagógico que procurem instrumentalizar num processo educativo uma consciência crítica sobre a sociedade. Esta proposta aparece em oposição a um sistema educacional ineficiente no sentido da capacidade de promover os envolvidos pensamentos contestadores com o objetivo de promover reflexões mais ambiciosas. Conciliando, assim, com o aprendizado “regular”, ou seja, aquele que também é conteudista.

As expectativas geradas pela proposta da Educação Popular são de que, diante da experiência social constituída no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960, a superação dos índices de analfabetismo e expansão da escolarização também se desenvolvam num processo em que práticas pedagógicas mais sensíveis às questões das massas populares atestem a saturação de uma política educacional conservadora e inacessível. Com isso, haja a promoção da “emergência dos atores populares e dos significados que estes configuram para a educação”²⁵³.

²⁵³SILVA, André Gustavo Ferreira da. A dinâmica do significado de “Educação Popular” na América Latina. In: BRAYNER, Flávio. **Educação Popular**: novas abordagens, novos combates, novas perspectivas. Recife: Editora UFPE, 2015. v. 2, p. 239.

Trata-se de iniciativas no campo educacional que salientam a importância de rever não somente práticas educacionais como também a origem de problemas que levem à grande deficiência de letramento encontrada na parcela adulta da população, problema amplamente conhecido pelas autoridades brasileiras:

“No Brasil, em 1958, se realiza o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, uma década após uma das primeiras empreitadas de âmbito nacional voltada para a educação de adultos, a Campanha Nacional de Alfabetização, de 1947. Este congresso constitui-se como um marco pelo fato da delegação de Pernambuco, cujo relator era Paulo Freire, salientar outra compreensão sobre o adulto não alfabetizado, concebido agora como o resultado de uma realidade objetiva de pobreza e negação de acesso aos processos educacionais. O advento do Populismo no Brasil, e em parte da América Latina, é o palco para que a dinâmica histórica apresente novos atores sociais que se legitimam enquanto "autores" de novos significados aos significantes do campo político.”²⁵⁴.

Assim, diante da liberdade política experimentada no governo Goulart, práticas inovadoras frutos de grupos interessados na promoção de uma autonomia popular aparecem dentro dos projetos políticos de partidos e governos eleitos nas eleições mais recentes, denotando a preocupação social oriunda do tema. Diante desta questão, planejamentos que se desenvolvem como a fundação do Movimento de Educação de Base enquanto projeto educativo não corresponde somente a uma lógica de fins de letramento ou introdução ao conhecimento, por, na verdade, não se isolar nestas propostas.

O MEB trouxe consigo um programa que compreendia as dificuldades básicas do acesso às escolas convencionais que funcionavam em horários inconvenientes para muitos trabalhadores. Logo, o projeto aparece como alternativa de retomar processos de alfabetização inconclusos ou nunca iniciados, tendo como ênfase a educação de adultos. Atividades como estas se acrescentam às metodologias que promoviam a movimentação e a conscientização do povo. Entretanto, um dos traços mais marcantes da atuação do programa é que este se apresenta como uma iniciativa da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e do Governo Federal, ou seja, um marco político nas propostas de revisão das bases educacionais brasileiras.

Segundo Wanderley²⁵⁵, os movimentos que conseguiram concretizar um projeto de educação popular conservam diversas iniciativas diferentes inseridas em outras plataformas. Tal qual a do MEB, que utilizava escolas radiofônicas entre outras projetadas por governos que tinham em suas bases a carência no âmbito educacional.

²⁵⁴Ibid, p. 239.

²⁵⁵WANDERLEY, Luiz Eduardo W. MEB e educação popular. **Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, v. 12, n. 33, p. 97-107, 2014.

Logo, a proposta transformadora inovava metodologicamente todos os processos envolvidos na construção do conhecimento da educação básica levando em consideração elementos da sociedade relevantes para a parcela da população que era alvo daquelas políticas, mas também inovava no sentido da própria concepção dos sujeitos envolvidos naquele processo. Segundo o autor, existem certas constantes no modo de enxergar a Educação Popular se colocarmos em análise aquelas experiências históricas:

“Na interpretação da natureza e dos processos de educação popular concretizados, um ângulo analítico expressivo estava nas suas relações com as classes populares. Neste ponto, algumas características desta educação podem ser apontadas: a) é uma educação de classe – exige uma consciência dos interesses das classes populares; b) é histórica – depende do avanço das forças produtivas; c) é política – conjuga-se com outras dimensões da luta global das classes populares; d) é transformadora e liberadora – luta por mudanças qualitativas e reformas estruturais; e) é democrática – antiautoritária, antimassificadora, antielitista; f) relaciona a teoria com a prática; g) relaciona a educação com o trabalho; h) objetiva a realização de um poder popular.”²⁵⁶.

Este foco coletivo procura espaço na trajetória de cada indivíduo o despertar autêntico de uma consciência transformadora através de uma linguagem dinâmica de comunicação sensível à experiência popular. O engajamento promovido, o incentivo à organização e, novamente, a utilização de elementos da cultura popular para fomentar o aprendizado, cria uma de menção de conscientização que está inerente a associações religiosas do MEB.

No caso, o movimento interpreta a realidade com base na racionalidade do catolicismo progressista. Ou seja, aquele que tomou consciência de que as diferenças de classe mereciam ser contestadas, assim como todas as distinções sociais, culturais e políticas que advém das condições econômicas e suas contradições inerentes ao sistema capitalista, apesar dessa reflexão não ser exatamente amadurecida no período.

As abordagens metodológicas encontradas são atribuídas, segundo Wanderley²⁵⁷, a um tema amplamente revisitado no período: a forma como a conscientização social apresenta-se no sentido de localizar o homem em seu espaço histórico, revelando que problemas como a dificuldade do acesso à Terra, a insegurança alimentar e os abusos das longas jornadas de trabalho não são naturais ou exclusivas de grupos próximos ao local de trabalho, mas que se repetem constantemente e simultaneamente na realidade de trabalhadores submetidos à mesma condição.

²⁵⁶Ibid, p. 98-99.

²⁵⁷Ibid.

Particularmente no seio do pensamento católico, questionamentos sobre a Educação Popular são acompanhados de uma reflexão sobre o lugar da Igreja na sociedade brasileira. Toma-se um caminho pelo encontro das ideias oriundas do evangelho com as condições materiais provenientes das contradições da sociedade capitalista.

Após o Golpe, o setor mais sensível àqueles que estão mais vulneráveis socialmente, e não simplesmente amedrontados com o acúmulo de experiência política por parte dos trabalhadores, sofre um grande prejuízo na construção da consciência social promovida. As tensões entre o Estado e esta parcela progressista fez com que este período tenha sido marcado pela resistência das organizações que já existiam, mas viriam a definhar com o domínio militar (como o esvaziamento do MEB), mas também é um período marcado pela redefinição das linhas de atuação de determinados movimentos católicos. Muitas vezes esta moção gerou a contração das atividades de muitos no momento. Segundo Wanderley:

“A Igreja, cindida, por uma parte louva o novo regime, por outra parte inicia a crítica a aspectos básicos da filosofia e das ações estatais e das práticas dos setores dominantes, ao mesmo tempo que vai organizando um espaço social de guarida e apoio aos setores populares. Os movimentos de Ação Católica, voltados para os meios populares (Juventude Agrária Católica - JAC, JOC e ACO) em graus e níveis maiores ou menores, passaram por transformações importantes, e muitos dentre seus quadros servirão depois de base para novos movimentos no campo e na cidade. Grupos de católicos iniciam uma crítica mais dura à estrutura sindical e tomam iniciativas de um trabalho de base nas em presas, constituindo os primeiros embriões do movimento de oposição sindical. As idéias existentes de um compromisso social mais efetivo por parte da Igreja Católica, as novas reflexões teológicas que embasarão a teologia da libertação, as críticas à estrutura paroquial, as sugestões de uma pastoral popular renovada encontrarão abrigo e novos impulsos nas discussões e diretrizes traçadas em Medellín (1968).²⁵⁸.”

Entretanto, até que se consolide a Teologia da Libertação como prática católica, a instituição comprometida com as camadas populares teve de se reinventar em formas de empreender a lógica do cristianismo consciente das mazelas sociais. Diante deste aspecto, manteve-se mais atenta a princípios populares dentro nas manifestações católicas e vice-versa. Foi neste contexto de início das grandes repressões no campo sustentadas pelo aparelho estatal que a Ação Católica Rural (ACR) toma corpo e é fundada.

4.2 A Ação Católica Rural (ACR)

É neste contexto que a Ação Católica Rural se molda e se concretiza como ideia de fermento em uma massa. Ela é fruto do Vaticano II, consolidada em Medellín, passa por

²⁵⁸WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Igreja e movimentos populares. **Projeto História**, São Paulo, v. 7, 1987.

Puebla (1979)²⁵⁹ incorporando todas estas reflexões às pautas das reuniões, na valorização de um programa coeso de nova evangelização e de estabelecimento de um diálogo fundamental entre realidade do campo, conjuntura política e linguagem religiosa. É fundada em 1965 como movimento essencialmente nordestino com o objetivo de engajar trabalhadores rurais assalariados, posseiros, boias-frias à luz do evangelho nas lutas diárias corroborando o debate sobre a terra, o trabalho e os direitos civis estando presente em diversas comunidades, pois se organizava através das paróquias, dioceses, além de mais tarde, pela individualidade de seus militantes, partidos políticos e sindicatos.

A janela a qual escolhemos trabalhar com a ACR corresponde ao período de sua fundação: o ano de 1968. Este tempo de atuação e particular demonstra uma fase de início das atividades quando primeiramente abordam-se temas relacionados aos direitos dos trabalhadores e à dedicação em rerepresentar o catolicismo aos participantes das reuniões e associados que tomavam conhecimento da organização através do trabalho de comunicação.

A instituição surge com o objetivo de reafirmar as lutas camponesas naquele período após o golpe. Tenta se firmar como uma força católica paralela a de padres conservadores que tomaram conta das intervenções dos ambientes de luta de trabalhadores rurais antes de 1964. Para tal experiência, foi fundamental resgatar algumas noções cristãs no pensamento popular para que fossem abordadas no sentido de militância. Ou seja, deslocando-as para uma visão de mundo que também poderia constituir-se combativa e crítica.

Ela nasce compreendendo que existe uma grande barreira na desmobilização dos trabalhadores por questões provocadas pela tomada dos militares, interrompendo os movimentos de esquerda em ascensão durante o governo Goulart. Esse é um fator constatado anteriormente como pudemos ver em relação à Ação Popular e às dissidências do PCB. Ambos os movimentos captaram essa lacuna nas articulações entre os camponeses provenientes da falta de apoio entre os indivíduos e os sindicatos, mas também relacionado à dispersão dos trabalhadores no que tange objetivos de luta. Os idealizadores da ACR perceberam que este era um ponto realmente frágil para a construção ou consolidação de qualquer projeto, seja libertador cristão ou revolucionário - apesar deste último não se mostrar o propósito a ser atingido.

Ainda assim, é importante constatar que o que se define e se preza ao entender os traços de religião nesta relação íntima e quase independente com o povo pode auxiliar como debate teórico de adaptação de linguagens religiosas ao popular no entendimento do

²⁵⁹Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, na cidade de Puebla-México, em 1979.

evangelho como salvação do indivíduo. Entretanto, por vezes, não é suficiente para a mudança social em si. Ela é fundamental como objeto de reflexão e ponto inicial para a aproximação, mas foi necessário a Igreja Progressista ir além deste debate para se criar métodos de ação política, formação de militância e aprofundamento teórico nestas bases.

Propostas como estas, encaminhadas pela metodologia da ACR, procuravam estabelecer um diálogo franco entre os ensinamentos culturais arraigados ao homem e a família do campo, de acordo com as concepções cristãs, para associá-los a uma visão consciente e libertadora. A orientação em si não se diferencia do que outros projetos tentavam executar no campo nordestino, mas diferencia-se por surgir no governo golpista. Na verdade, esta questão do uso de material do cotidiano popular para com a doutrina social cristã é demasiadamente discutida por conferir grande importância ao movimento de apresentação de uma realidade possível no contexto de exploração dos trabalhadores.

A construção deste trabalho de base se desenvolveu na condução de reuniões que contavam um número relativamente pequeno de trabalhadores engajados em compartilhar suas experiências de convivência e sociabilidade em pontos liderados por assistentes e dirigentes da ACR. A evolução do processo de conscientização foi enviesada pela promoção da identificação de processos abusivos vividos nas esferas das relações sociais pautadas muitas vezes nas desigualdades econômicas. A organização tentou fazer-se presente nas principais regiões dos estados para ampliar cada vez mais o alcance aos trabalhadores. Desta forma, enquanto as reuniões locais deveriam movimentar cerca de 20 pessoas, os encontros maiores deveriam mobilizar cada vez mais camponeses. Todas estas reuniões seriam então conduzidas através das três etapas que levariam à Revisão de vida segundo o método Ver, Julgar e Agir.

Entretanto, não é suficiente em nenhum contexto de movimento social estabelecer uma metodologia com base única na retórica e no poder de discussão de certos temas. É fundamental tornar-se presente no cotidiano daquela comunidade e do grupo social em que se estava inserindo. A cadência de desenvolvimento da consciência camponesa só foi realmente empreendida diante do método trazido da Europa porque também havia uma rede de apoio de agentes que procuravam conhecer a realidade do trabalhador rural, além de compreender os aspectos mais essenciais que sustentavam as sociedades rurais.

Tal esforço para compreender as experiências camponesas – que são parte da esfera de opressão desta classe – mostra-se um grande pilar da forma como o movimento se ajustou

à realidade do campo para conseguir transformá-la. No Caderno de Metodologia da ACR²⁶⁰, publicado em 1985, é possível identificar preocupações bastante semelhantes quanto ao caráter de atuação dos militantes dentro desta sociedade rural que reproduzia formas de exploração e repressão política combatidas pela organização. Apesar de haver um salto de 20 anos da fundação do movimento para a publicação referida, percebendo que mais tarde os horizontes das práticas políticas estariam bem mais ampliados, há certa continuidade na interpretação dos agentes da ACR de que é necessário apropriar-se do cenário e das condições da população rural para a progressão do trabalho pastoral dos militantes.

Enquanto na década de 1960 firmava-se o compromisso da Educação Popular em validar processos culturais de grupos oprimidos na base do desenvolvimento conscientizador. Em 1985, na visão desta organização (que foi influenciada em contexto geral pela EP), continuava-se prezando pelo reconhecimento das tradições populares na construção dos movimentos sociais ao utilizar tais espaços para ganhar apoio das várias categorias de trabalhadores das comunidades e tomar conhecimento dos debates internos destes grupos. Ir ao trabalhador, desta forma, determinava para a ACR mais uma etapa na mobilização destes grupos sociais que não são iniciados nas reuniões pastorais em dioceses. Todo o processo que envolve a atuação política, neste sentido, não estaria restrito à Revisão de Vida proposta na dinâmica da metodologia Ver, Julgar e Agir. Para expor como o movimento da ACR poderia atingir o objetivo de tornar-se “Fermento na Massa” o documento aponta:

“Como é que a gente consegue fazer isso?

1. Refletindo com os companheiros sobre sua situação e partindo das necessidades mais sentidas pelas pessoas.

Procuramos ser fermento em todo lugar e em toda ocasião: em cima do caminhão, nas diversões, nos serviços, nas reuniões com famílias, estudando as leis e a Bíblia, nos terços, nas procissões, na roça comunitária, nos encontros grandes e pequenos, nas novenas, na feira, no sindicato, no mutirão, nos partidos políticos, nos clubes de mães, nos grupos de jovens...

Procuramos partir de necessidades concretas, necessidades simples e necessidades maiores (terra, água, escola, etc.). Para descobrir a necessidade mais sentida, costumamos fazer pesquisa.

Os companheiros do Maranhão, por exemplo, conversam com as quebradeiras de coco babaçu e descobrem que elas querem acabar com o roubo do patrão. É a necessidade delas.

2. Aproveitando as festas e valorizando a cultura do homem do campo, em cada lugar: “Lá onde eu moro, disse um companheiro, já fazemos festa em nossa própria Comunidade, evitando que os jovens vão para outro lugar. É que eles agora começaram a ver o valor das festas do camponês!”.

Em vários lugares vem se valorizando as festas populares, como:

- São Gonçalo
- São Benedito
- São João
- batizados, casamentos, etc.

²⁶⁰Caderno de Metodologia: o jeito de trabalhar da ACR, 1985. Acervo ACR.

No Maranhão se comemora uma festa anual, em dezembro, com muito lazer, com pescaria e brincadeiras.²⁶¹

A possibilidade de arremessar massas para mobilizá-las e colocá-las em algum ponto de reação no centro do regime militar continuou permeando os ensinamentos e diretrizes da ACR pelo observado neste mesmo documento. Em alguns pontos levantados, questões referentes ao projeto cristão norteiam as atribuições do movimento, mas esclarecem as prioridades de organização e informação trazidas pela Ação Católica Rural desde sua fundação. No caso, aparecem no programa de Acompanhamento nas Lutas pontos que já eram explorados pela equipe executiva nos primeiros anos de atividade, como também pontos que são adaptados aos anos que correspondem à diminuição da repressão política.

Um dos pontos mais relevantes para compreender o processo de organização e atuação direta entre os militantes provavelmente se apresenta na proposição do modelo de trabalho de base que envolva núcleos de desenvolvimento de tarefas em equipes menores. Esta proposta de encaminhamento metodológico se consolida como um aprimoramento da participação da ACR na sociedade de uma forma plural ao tentar enfrentar as diversas frentes demandadas pela situação popular. Entretanto, a própria seção da discussão revela uma preocupação bastante antiga desta organização, sendo a atenção ao processo de continuidade nos debates como o objetivo principal desde a década de 1960. Para este documento, a estrutura dos grupos de militantes traria retornos na eficiência da mobilização de acordo com as inclinações individuais de cada colaborador da ACR, de forma que o favorecimento a estas experiências, além das realizações dos encontros, proporcionaria um válido catalisador das práticas conscientizadoras:

O que significa, na prática, acompanhamento nas lutas? Significa o seguinte:

- 1 – Unir a ação e a reflexão: não basta lutar; precisamos refletir sobre a luta; refletir antes, durante e depois da luta;
- 2 – Fazer sempre uma pesquisa ou um levantamento da situação antes de uma luta, pra ver se a gente pode mesmo enfrentá-la.
- 3 – Fazer, ao mesmo tempo, um trabalho de ação e reflexão com muitas pessoas e com os mais interessados e ativos:
 - precisamos atingir muitos companheiros; precisamos também, formar pequenas equipes, com os companheiros mais conscientes e comprometidos (militantes), para que sejam um fermento na massa. Jesus falava às multidões, mas formou também os 72 discípulos, formou enfim, a equipe dos 12 apóstolos: a eles confiava seus segredos. Entre os 12, Pedro, Tiago e João compreenderam melhor do que os outros a mensagem do mestre e se tornaram anunciadores do Cristo pelo mundo inteiro [...].
- 4 – Dividir as tarefas: uma comissão para coordenar, outra pra preparar os cantos e assim por diante. Cada um vai assumindo, segundo sua capacidade. As tarefas devem ser cobradas. Todos devem ser valorizados.
- 5 – Descobrir os verdadeiros amigos e os inimigos do povo.

²⁶¹Ibid., p. 13-14.

6 – Realizar Encontros para trocar experiências, refletir sobre as lutas, fazendo a ligação com a história e com as lutas de todo o Brasil.”²⁶²

Além disso, o novo contexto político e o amadurecimento do movimento no território nordestino permitiram que a organização estivesse mais atenta e provocada a apoiar a entrada de militantes e trabalhadores rurais engajados na luta sindical, uma vez que ela se apresentou tal qual uma oportunidade para representar a categoria em favor de conquistas para os trabalhadores. Esse planejamento que aparece no referido caderno demonstra a nova características das lutas populares e suas expectativas quanto ao cenário político vivenciado, na condição de que nos anos iniciais do Golpe, os sindicatos eram bastante criticados nos materiais da ACR por não dar suporte suficiente aos trabalhadores — sabendo que estes estavam sob intervenção e com suas atividades usuais do período democrático anterior amplamente comprometidas:

“[...] 11. Descobrir o valor da classe em nossas lutas: é toda a classe que deve crescer; há companheiros que só pensam no seu interesse individual: precisamos ajudá-los a descobrir que a nossa luta é maior que a luta de um só... Isso não é fácil...

12. Fazer que os trabalhadores assumam a frente da luta: a ACR é fermento, não é ela que deve dirigir as lutas. Por exemplo: uma chapa de oposição sindical não é da ACR nem de outros Movimentos de Igreja, mas é dos trabalhadores.

13. Descobrir o valor da vida e da ressurreição; mesmo no momento da derrota e do desânimo.

14. Fortalecer as organizações dos trabalhadores rurais, sobretudo o – Movimento Sindical: Para isso, incentivar a criar delegacias sindicais e realizar um trabalho de base. Favorecer também a democracia dentro do sindicato: decisões coletivas, prestação de contas, divisão de tarefas, etc.

15. Articular uma luta com outras lutas. Uma luta isolada não consegue uma grande mudança e facilmente pode morrer. Favorecer a articulação com outras Entidades.”²⁶³

Permite-se observar ainda nos paralelos entre os dois momentos da organização que se buscava condicionar a realidade do trabalhador a outros aspectos da estrutura social e econômica. Quando na década de 1960 a possibilidade de articulação de lutas era restrita, havia uma necessidade de expor que a situação dos camponeses e as dificuldades enfrentadas pela classe são originárias de um processo de exclusão da posse da Terra e da própria natureza da propriedade rural. Estas propostas de revisão de vida e de conscientização sobre a concentração fundiária e a expropriação da Terra no Nordeste brasileiro eram bastante divulgadas no boletim da ACR.

O caso do aproveitamento da religiosidade proferida entre o público foco de movimentos populares para a libertação de um povo oprimido poderia trazer luz ao problema que constitui uma essência, mas nem sempre de contestação, como o que a ACR se propôs. A

²⁶²Ibid, p. 10

²⁶³Caderno de Metodologia: o jeito de trabalhar da ACR, 1985. Acervo ACR. p. 11.

religião é de fato um fenômeno que também é influenciado por fatores econômicos e influencia comportamentos sociais. Joseph Servat²⁶⁴, padre francês que veio ao Brasil como animador e em pouco tempo se estabeleceu como membro da equipe executiva da Ação Católica Rural, define um pouco do cenário encontrado no Nordeste brasileiro da seguinte maneira:

“Sabia que, muitas vezes, palavras e atitudes levam ao conformismo e justificam as injustiças instituídas. Lembro-me sempre da frase de Karl Marx acerca da religião: ‘a religião é como o suspiro da criatura oprimida e o ópio do povo’. Concretamente, descobri um povo asfíxiado, anestesiado por afirmações que não tinham nada de evangélicas”²⁶⁵.

Evangelizar no sentido do cristianismo progressista, segundo uma filosofia libertadora a partir da identificação de aspectos da opressão na realidade do homem do campo, significa que é necessário compreender a existência de relações trabalhistas que exalam violência, conservam séculos de ocupação de latifúndios e de estruturas, e perpetuam a exploração do homem do campo através de relações de poder que se afirmam no coronelismo e no paternalismo. Quando padres e religiosos, inclinados a esta missão tomam razão desta configuração social também interpretando tanto que o cenário pode ser interrompido através de um movimento de formação política e cristã que estavam dispostos a levantar. Tanto que a concepção da sociedade que os trabalhadores possuíam estavam fortemente arraigados aos sistemas de controle cujos camponeses estavam submetidos. Pode-se dizer que existe um ponto de inflexão no pensamento religioso de forma geral e de efeito material na sociedade.

Ambas as conclusões tiradas da observação do processo social permitem identificar que existem as violências localizadas no campo da política, que tenta cercear as liberdades dos movimentos populares, no campo da intimidação física, através de sequestros e torturas que persistiram historicamente não obstruindo a construção de movimentos e lutas sociais no Nordeste.

Entretanto, estas também concorrem muitas vezes com a aquiescência de tais elementos de coerção na vida dos trabalhadores por parte desta própria parcela da sociedade. Desta forma, fica claro que existem barreiras e prisões ideológicas que ainda ocupavam o

²⁶⁴Pe. Servat nasceu em Pamiers (França), perto da grande cidade de Toulouse. Especializou-se em educação cristã dentro da Ação Católica e chegou ao Brasil após solicitação de Dom Helder Câmara em seus primeiros contatos com o Arcebispo de Olinda e Recife, trabalhando como co-fundador da ACR.

²⁶⁵MONTENEGRO, Antonio Torres. Entrevista de história de vida com o Padre Joseph Servat. In: MONTENEGRO, A. T. **Travessias**: Padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990). Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 2019. cap. 3, p. 252.

pensamento e a consciência da classe trabalhadora. Tais entendimentos e visões de mundo, portanto, são fundamentadas historicamente e socialmente. Segundo Mattos (2019):

“Os limites impostos pela determinação do ser social, por sua vez, condicionam a capacidade de apreensão da realidade pelos homens e, portanto, de sua intervenção sobre ela (seu potencial como sujeitos da história). Tais limites são apresentados em diversos momentos da obra de Marx e Engels, em especial por meio do conceito de ideologia. [...]. Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels demonstraram como as ideias dominantes de uma época "não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias". A incapacidade de perceber isso produzia a ideologia, uma versão invertida da realidade.”²⁶⁶.

Certamente, uma das determinações sociais mencionadas são amparadas na geração de premissas que moldam as formas de dominação. A Igreja católica conservadora, fortemente assentada nos núcleos de poder da sociedade, teve a tendência a definir a manutenção das formas de opressão, pois, desta maneira, preserva seu espaço de autoridade espiritual e ideológica entre os cidadãos, seus fiéis. O predomínio desse credo reacionário está ligado ao que se apresenta como um pacto cuja Igreja conservadora justificava as formas de exploração da classe trabalhadora pela classe economicamente potente. Esta última era representada por latifundiários, empresários industriais que aglutinavam seus interesses aos interesses políticos do estado.

O processo de evangelização da ACR constituiu-se de forma realista em que propunha uma modificação do plano material em sintonia com uma consciência bíblica de interpretação do evangelho por um olhar humanista e vindo de baixo da sociedade. Essa reinterpretação dos fatos sociais a partir de uma visão evangelizadora progressista certamente não é uma novidade no Nordeste na década de 60.

A pastoral necessária para promover uma mudança e senso de justiça é incentivada a partir da valorização da prevalência de aspectos religiosos na concepção de vida dos camponeses como ponto de partida que cria inicialmente a empatia fundamental para enrijecer os laços que se criam com a comunidade. A carga conservadora pode ser substituída, aos poucos, por uma apresentação da fé que não coopera com as injustiças presentes no mundo. As pequenas rupturas são feitas no dia a dia, com a introdução de um evangelho a partir de comentários e mensagens que também se identificam com a comunidade, porém, preservando o discurso da Igreja Progressista.

São muitos os elementos que podem favorecer estas mudanças de interpretação da fé, mas como veremos a frente, a metodologia de um movimento como a Ação Católica Rural

²⁶⁶MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. Boitempo Editorial, 2019, p.45.

(que depois viria a ser chamada de Animação dos Cristãos no Meio Rural) centraliza nesta abordagem para com o trabalhador uma proposta de reuniões e aplicações do método Ver-Julgar-Agir bastante eficientes para o quadro nordestino, profundamente católico que teve suas experiências de conscientização política visto nos movimentos do início da década de 1960 em Pernambuco. Mas que tem no pós-golpe um amadurecimento da esquerda católica que almejou revisitar tais propostas entrando em contato com os princípios desta religiosidade quase que inerente considerando o cenário e o recorte entre as décadas de 1960-1970.

A temática está sempre evoluindo nos estudos da Igreja Progressista exatamente por abarcar uma racionalização das oportunidades de estudos teóricos e sobre a prática que o catolicismo popular pode gerar no espectro da evangelização. É extremamente relevante o valor desta religiosidade para o que inicialmente questiona as contradições socioeconômicas especialmente na América do Sul que estavam povoadas de intervenções militares.

A forma como a animação dos católicos no meio rural, conduzia as suas reuniões, suas pautas e sua forma de agir no movimento de trabalhadores rurais são provenientes também das origens de seus militantes no meio do trabalho de base cristão. Em documentos da ACR, em comemoração aos 13 anos da organização, é dito que esta foi auxiliada e constituída a partir de muitos elementos cristãos que circulavam pelo campo. Segundo o documento consultado (figura 1)²⁶⁷ que relembra a construção do movimento é dito que:

ESFORÇO AO SERVIÇO DO CAMPO

Antes de 1964, cresceram grandes esperanças de transformação e de mais justiça. Grupos de cristãos, padres e leigos se uniram para acompanhar os esforços de um povo que queria sair duma dependência secular. Conhecemos essas experiências do passado que prepararam o futuro. De um lado podemos lembrar os diversos movimentos de cultura popular e de alfabetização na linha de Paulo Freire, em particular o Movimento de Educação de Base (MEB), de outros serviços de acompanhamento do povo, como o SORPE, (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco) e o SAR (Serviço de Assistência Rural de Natal). A Fundação Ibiapina no Ceará e as diversas emissoras rurais criadas pelas dioceses. Deveríamos dar um relevo particular ao excelente trabalho dos jovens rurais no Movimento da Juventude Agrária Católica (JAC) com o qual, colaboramos muito nos primeiros anos da A.C.R. Mas o povo camponês se entusiasmou, sobretudo com as Ligas Camponesas de Francisco Julião e com os primeiros sindicatos nascidos da ação pastoral da Igreja. Nessas experiências, feitas muitas vezes, com grandes dificuldades, o camponês sentia que a união popular, consciente e organizada, se tornava um elemento capital na mudança' duma sociedade escravizadora das massas populares.²⁶⁸

²⁶⁷Documento de autoria do Pe. José Servat e equipe executiva da ACR em comemoração aos 13 anos de atuação do movimento da ACR no Brasil, em 1978. O documento intitulado “Um grito no Nordeste: a ACR no Brasil (1965-1978)” expõe algumas das conquistas da Ação Católica naquele ano, como também comemora a perseverança e resistência do povo camponês e da visão católica difundida pelo movimento. O acervo ACR está acondicionado no Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais em Pernambuco.

²⁶⁸ACR. Ação Católica Rural. **Esforço ao serviço do campo**. S. I. Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais. Universidade Federal de Pernambuco. (Arquivo ACR. NUDOC/UFPE).

Figura 1 — Cartilha de comemoração aos 13 anos da ACR, intitulada “Um grito no Nordeste: a A.C.R no Brasil (1965-1978).



Fonte: Acervo ACR/NUDOC – UFPE, 1966-1985.

A partir do que é dito no fragmento citado, podemos compreender que a ACR surge tendo ciência de que havia um conflito social instalado no Nordeste brasileiro e isso não acontecia somente pela concentração histórica de Terra que acompanha o desenvolvimento econômico da região. Mas também pela consciência de que o golpe de 1964 interrompeu uma profusão de mudanças que estavam acontecendo naquele cenário social do nordeste brasileiro. Podemos ver também que apesar de hoje historiadores compreenderem que sindicatos cristãos auxiliados por padres mais conservadores não estarem exatamente do mesmo espectro político que sindicatos organizados por comunistas, a Ação Católica Rural coloca o SORPE como o movimento que também fez parte de discussões importantes sobre as condições de vida dos trabalhadores rurais antes da tomada dos militares.

Jooster²⁶⁹, na composição do artigo que estabelece a relação da diocese de Campina Grande com a Terra a partir da década de 1960, repassa que a reação da classe trabalhadora está ligada à forma como os cristãos estavam incluídos em seus quadros institucionais e como eles se posicionaram do ponto de vista da construção de movimentos de orientação cristã humanista. A pedagogia de engajamento social no espectro do cristianismo progressista dialogou, simultaneamente, entre várias instituições. Segundo este padre da Congregação dos

²⁶⁹JOOSTER, Cristiano. Problemas da terra na diocese de Campina Grande, Paraíba. In: SILVA, S. V. da. (org.). **A Igreja e a questão agrária no Nordeste: subsídios históricos.** São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

Sacerdotes do Santíssimo Redentor (Redentorista) que atuou numa frente bastante progressista na Paraíba entre as décadas de 1960 e 1980:

“Floresceu naquele tempo na Diocese, a JAC (Juventude Agrária Católica). As lideranças jovens formadas naquele tempo seriam o esteio da presença da Igreja nas áreas de conflito através da ACR (Animação Cristã no Meio Rural) e do MER (Movimento de Evangelização Rural) na de cada posterior.” (JOOSTER, 1986, p. 154)²⁷⁰.

Apesar da integração com outros movimentos rurais, a ACR promovia suas ações com base nas necessidades do trabalhador do campo. A ideia da evangelização pelo trabalho e tomando como centro dessa articulação as condições primárias do homem camponês trouxe ao movimento um aspecto muito denso da construção da consciência social. Pois, primeiramente, expõe a situação de exploração do trabalhador rural, dos aspectos nocivos da concentração de Terra no Nordeste. Mas, em segundo ponto, abre espaço para a necessidade de organização da classe. Em entrevista o Pe. Servat, que fazia parte da equipe executiva da ACR aponta que o propósito central sempre foi a seguinte:

“O que me pareceu essencial na ACR foi desenvolver, no trabalhador a responsabilidade do pensamento, da organização e da orientação do seu movimento. Sei que é muito difícil e que a nossa influência é muito grande. Atualmente na Igreja, até entre nós, a tendência é dar assistência ao povo empobrecido. No sindicalismo rural, organizado por líderes trabalhadores, a libertação popular se dá à medida que as pessoas são capazes de descobrir as suas próprias necessidades e dificuldades, e depois concebem as respostas possíveis. A intuição primeira muitas vezes me interrogo, porque posso esquecer dessa intuição é a de fazer tudo para que o povo se expresse, assuma e tome iniciativa, mesmo quando essas iniciativas não são as mesmas que teríamos tomado.”²⁷¹.

A partir de tal declaração do Padre Servat observamos que existiam certas expectativas da população para com os clérigos locais. Entretanto, a mudança empreendida pelo padre francês ligado a ACR não era necessariamente um movimento único, apesar de a organização enfrentar barreiras semelhantes em diversas situações, como abordaremos. Essa nova perspectiva de transformação da figura do padre na comunidade configurou-se como uma atividade bastante recorrente na década. Em vias locais, existiam cursos os quais este mesmo padre francês teve acesso aos papéis de estudo que denota esta movimentação do clero para as camadas populares, para uma aproximação dos costumes e trabalhando para encurtar a distância no modo de vida e nas visões de mundo entre leigos e clero.

No Curso de Pastoral, ministrado pelo Pe. Guerra, em 1967, localizado no Acervo da ACR, encontramos o mesmo pensamento colocado na forma da identificação do Homem Concreto. O público endereçado do curso é certamente restrito aos sacerdotes. O documento

²⁷⁰Ibid., p. 154.

²⁷¹ Ibid., p. 292.

nos oferece a perspectiva desafiadora que a realidade dos mais pobres representa do ponto de vista dos clérigos. No curso, especificamente na terceira palestra, é visto como o homem enquanto fiel não pode aparecer para os padres como um indivíduo dissociado do meio em que vive. No impresso, é reafirmada a necessidade de olhar para as relações que constituem o homem, pois este está constantemente imerso em relações de trabalho, lazer e técnica que delimitam a sua condição social.

Oferecer tal concepção aos padres que estiveram na palestra, ou que tiveram contato com o escrito, apresenta um novo propósito na dinâmica que envolve a presença do religioso na comunidade. Precisamente, a renovação da visão clerical não está conservada na disposição que tal movimento levaria na evangelização comunitária, mas no projeto de que a figura do padre não esteja presa na orientação eucarística.

Há uma visão bastante clara de que os sacerdotes não estão em sintonia com as experiências sociais vividas da maioria dos católicos, por isso há um incentivo a deslocar os padres deste desligamento que estes possuem do restante das “obrigações” sociais compartilhadas pela maioria dos cidadãos. Logo, é estabelecido que o padre ocupa, de certa forma, um lugar de privilégio dentro da situação social e devido a tais condições precisa desprender-se deste pedestal que normalmente a sociedade os coloca por tomar consciência da exploração dos homens, dos conceitos de produção e reprodução do capitalismo e das consequentes desigualdades sociais.²⁷²

Na renovação pastoral promovida pelo curso exalta-se a preferência por aproximar-se dos fiéis de forma que não se individualize os problemas confessionais, mas que se perceba que há uma rede de relações que permitem e geram condições para a situação do indivíduo. Isso ocorre a partir do momento que o padre se aproxima das comunidades mais pobres, pois assim ele passa a perceber que as contradições da sociedade ganham vida entre os mais vulneráveis. Desta forma, a conclusão a que chegam os condutores do curso é que deve haver uma aproximação dos clérigos para com as camadas mais pobres, pois só desta maneira poderiam vivenciar os problemas que são trazidos ao meio da Igreja. Segundo o documento, na conclusão da terceira palestra:

²⁷²Como afirma o curso, no que tange a distância da situação do clero frente aos problemas enfrentados pela maioria dos fiéis, é dito: “b) Lugar do trabalho na promoção do homem: A pessoa se constrói ou se destrói no trabalho. As comunidades se fazem no trabalho. O padre vive desengajado do mundo do trabalho. Ele não produz. Ela se aparenta às profissões liberais, e vive numa certa independência em relação aos meios de produção. O padre pode sacrificar-se na missão, mas sua vida não depende do seu rendimento profissional. Isto pode apresentar ou melhor tornar difícil para nós a percepção da vida de trabalho, dos problemas de trabalho, dos riscos e das chances da pessoa no trabalho.”

“Conclusão geral:

O padre está para o mundo. Ele tem seu lugar, sua responsabilidade não no registro da civilização, mas de da evangelização. Para fazer seu trabalho, o padre deve entrar em diálogo com o mundo. As leis do diálogo são:

1. Encontro dos homens e das comunidades concretas, os valores do mundo: Aceitar a vida real, obedecer ao real, aceitar que há comunidades que vivem em redor da Igreja, com seus valores a contravalores.

2. Comungar com os pobres estes valores do mundo. Nós temos muitas vezes esta ideia: o pobre não pode dar nada, mas somente receber. Devemos o contrário: receber do pobre, deixar-se ensinar por ele, conhecer seus valores, comungar com seus valores. Isto supõe uma grande simpatia pelo mundo, pela vida e pelos homens. Simpatia fundada na Fé, e não na ingenuidade.

3. Viver evangelicamente, por sua própria conta, seus valores. É preciso que o mundo descubra no padre os valores nos quais ele acredita.

É preciso que juntamente com os leigos, o padre procure a salvação evangélica destes valores para melhor vive-los.

Nosso estágio vai nos colocar ao par de descobrir tudo isto²⁷³.”.

A perspectiva de tentar modificar e desafiar o papel dos padres em comunidades periféricas e rurais, ou seja, com a intenção de voltar-se para a população pobre, aparece como essencial nos princípios e valores que a ACR difundiu entre seus colaboradores e militantes, sejam padres ou leigos. Tal intenção de provocar uma reflexão entre os clérigos, tirando-os do papel tradicional na sociedade que os restringia ao momento da missa também se estendeu aos leigos comprometidos com as lutas sociais no meio rural.

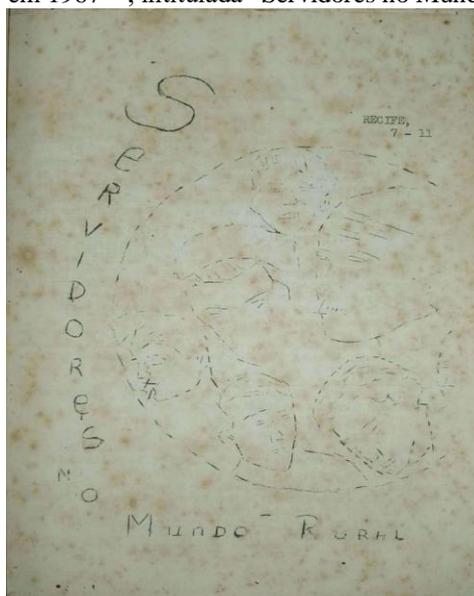
Importante expor também que o conjunto de pensamentos que se desenvolvia na ACR e eram explorados nas reuniões dos grupos de base não eram princípios trazidos e difundidos exclusivamente pelo Pe. José Servat. Havia uma grande rede de padres colaboradores da ACR que contribuíram com a formação cristã libertadora.

Em documento (figura 2) que ainda vinculava a ACR à Juventude Agrária Católica, em 1967, o Pe. Comblin²⁷⁴, enquanto professor de teologia no seminário regional de Camaragibe, ficou responsável pela produção de textos formadores relativos à "Parte Doutrinal" em associação a aplicação prática das expressões do catolicismo, tomando como referência a atuação da Ação Católica Rural. Quem redigiu a segunda parte textual, que tratou do desempenho da ACR utilizando os preceitos cristãos, entretanto, foi Padre Moreira, assistente regional da ACR e da JAC, de São Paulo.

²⁷³3º palestra do Curso Pastoral “O homem concreto”, conduzida pelo Padre Guerra em 25/08/1966. (Acervo ACR/NUDOC/UFPE).

²⁷⁴Padre Joseph Comblin nasceu em Bruxelas, na Bélgica em 1923. Ordenou-se padre em 1947 e chegou na América Latina em 1958, quando atuou como missionário e professor no continente, trabalhando inclusive como assessor da Ação Operária Católica, em Campinas, São Paulo. Transferiu-se para o Recife em 1965 e trabalhou com o Arcebispo Dom Helder Câmara até ser expulso do país em 1971, retornando anos depois e para estabelecer-se na Paraíba finalmente. Reforçou as discussões fundamentais para a formação da Teologia da Libertação e de crítica à Ditadura Militar e esteve sempre ligado a organizações de setores progressistas na Igreja Católica.

Figura 2 — Cartilha do encontro em 1967²⁷⁵, intitulada “Servidores no Mundo Rural”.



Fonte: Acervo ACR/NUDOC – UFPE, 1966-1985.

O padre belga aborda que há uma particularidade nas "missões" brasileiras e latino-americanas, pois o catolicismo que se desenvolveu nos séculos que condicionou o continente ao subdesenvolvimento foi cúmplice dos projetos de dominação social impresso na história desta região. Logo, para o sacerdote, a promoção humana deve vincular os aspectos sociais da formação brasileira com as expectativas referentes a nova mentalidade cristã empregada no Vaticano II. Há, segundo o texto redigido por Comblin, um fato relevante em tal questão da distância da fé popular para com a Igreja Oficial. Expressa pela vacância da presença de padres comprometidos com a vida dos camponeses e sua mudança através da mobilização catalisado pela reflexão e conscientização social promovida nesse novo contexto de padres envolvidos com a doutrina social, muitos dos católicos camponeses acabam por reproduzir o pensamento conformista e estático da fé cristã:

“1. Visão providencialista: Deus quer as coisas assim... A solução que Deus dá é boa: ele dispõe as coisas de uma maneira boa (visão com fundo otimista). Deus é bom, paciente, tolerante, compreensivo. Não há propriamente pecado, pois Deus compreende e perdoa. (Conseqüentemente não há necessidade de conversão.) No fim tudo dará certo. O homem não se sente culpado profundamente: atribui-se o mal a um fator básico incerto. O destino de cada um está predeterminado e Deus reconcilia tudo. "Deus onipresente e o mal onipresente". Isto não compromete a pessoa, não favorece uma atitude de luta. A Igreja não combateu esta mentalidade

²⁷⁵Cartilha desenvolvida por dioceses nordestinas após o encontro que contou com a presença de sacerdotes da região para repensar práticas religiosas e reflexões sobre a doutrina cristã, contando com a presença de diversos padres independentes, ou aqueles que já estavam vinculados a movimentos cristãos, como a Juventude Agrária Católica, ou a ACR. Entre os presentes estavam: Pe. José Servat, da ACR; Pe. Teófilo Lestroham, da Juventude Agrária Católica; Padre Arlindo, assistente estadual das duas organizações no Rio Grande do Norte; Pe. Militino, ACR (Mossoró); Pe. Matias, JAC (Natal); Pe. Carlos de Beco, ACR (Palmares); Pe. José Maria, da ACR e JAC (Garanhuns); Pe. Renato e Pe. Estanislau (Recife); Frei Pio (Afogados). (Relatórios de Encontros e Assembleias..., 1966-1968).

(santuários?). Observar nos inquéritos: se o filho vai mal, o pai sente-se culpado? Sente-se obrigado a lutar, por ex., contra a seca, a inclemência? A pobreza, a miséria, como é encarada?”²⁷⁶.

Tais raciocínios são demonstrados em diversos documentos internos da ACR e apresentados também no boletim bimestral da organização. Apesar de a reflexão em si repetir-se por diversas plataformas católicas, este movimento de diálogo entre padres e instituições demonstra o engajamento sobre novas respostas para estes obstáculos.

Podemos dizer que organização tinha forte influência do padre Servat na articulação do movimento, além de sua participação fundamental sobre a questão dos debates reflexivos e intelectuais que acabaram por definir a ACR. Entretanto, a organização dispunha de toda uma equipe regional e local que reproduziam todos os métodos inseridos na instituição nas dioceses, nas casas dos militantes e entre os trabalhadores rurais. Desta forma todo este grupo bastante heterogêneo trouxe todos os elementos da experiência camponesa e religiosa para serem discutidas pela ACR.

Como exemplo, podemos citar primeiramente, que a segunda parte do documento citado acima e voltado exclusivamente para as atividades da ação católica, foram redigidos pelo padre Moreira, assistente regional da ACR e da Juventude Agrária Católica de São Paulo. No mesmo documento que discutiu o papel da evangelização para a libertação dos oprimidos como missão dos clérigos inseridos neste contexto, vemos ao final do livreto menção à toda equipe regional da ACR. Além do Pe. Servat como assistente permanente, vemos Paulo Correia da Silva como principal responsável e Antônio de Almeida Cavalcante na função de secretário. Todos estes militantes voltam a aparecer em documentos ligados à Ação Católica na publicação de artigos do Grito e na condução de cursos de formação política que a ACR viria a divulgar. Outro membro permanente citado é Maximínio Pereira de Lima²⁷⁷, sindicalista de Vitória de Santo Antão, do Engenho Cacimba, bastante recorrido na formulação do *Grito no Nordeste* e na articulação sindical em paralelo com as reivindicações e propostas da ACR.

Fica bastante claro, portanto, que o cenário ideológico promovido poderia ser bastante diverso devido às origens de formação política que cada militante poderia agregar a instituição que se formava em 1965 e teve seu primeiro encontro regional em 1966. Formavam a ACR como o “fermento para a massa”, pessoas oriundas de grupos distintos que

²⁷⁶Citação do livro “Servidores no Mundo Rural” (1967). (Acervo ACR/NUDOC/UFPE).

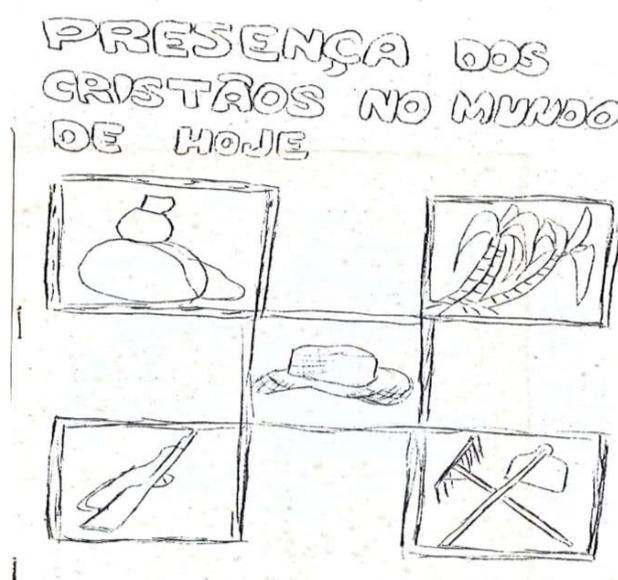
²⁷⁷Maximínio Pereira de Lima foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória de Santo Antão até o Golpe Militar. Depois, destituído da função por intervenção do regime, tornou-se militante da ACR desde sua fundação. Como um dos membros mais atuantes do movimento, articulou reuniões e cursos para agentes pastorais e escreveu artigos para o *Grito no Nordeste*, boletim bimestral da instituição.

gerariam as principais reflexões desenvolvidas. Observamos a presença de padres, seminaristas, sindicalistas e trabalhadores independentes em diversos estados do nordeste contribuindo com as suas experiências pessoais e de classe na conscientização política apanhada com convicção na visão de fé na realidade cotidiana.

Estas “frentes” que arregimentam e difundem as ideias que regem a organização foram de extrema importância para a formação das equipes diocesanas nas cidades e povoados do interior nordestino. Os objetivos dos assistentes para agregar mais militantes e participantes residiam na transmissão do pensamento base e das ideias fundamentais do sentido de libertação e transformação social. Em documento assinado por Maximínio, faz-se presente que a ACR e seus militantes deveriam estar povoando espaços de fomentação da consciência do homem do campo nos seus aspectos culturais, sociais e políticos. Os espaços de sociabilidade poderiam ser “atingidos” pela ACR em diversas perspectivas que desencadeariam o “sentimento de solidariedade e espírito comunitário” em várias organizações:

- a) No plano religioso: as associações como Sagrado Coração de Jesus, Pia União, Ligas: Jesus, Maria e José, Sociedade São Vicente etc.
- b) No plano profissional: os círculos operários, sindicatos, cooperativas, clube de agricultores etc. que lentamente vão tomando o lugar das antigas instituições. Objetivo destas instituições: promover as pessoas, dando-lhes consciência de classe.
- c) No plano recreativo: forrós, festas e festejos, bingos, cirandas, siris, festas de aniversário e de nascimento, futebol, bumba-meu-boi etc etc.²⁷⁸

Figura 3 — Livreto utilizado com fins de formação de militantes e agentes pastorais a partir de uma revisão sobre como o movimento apresenta-se três anos depois.



Fonte: Acervo ACR/NUDOC – UFPE, 1966-1985.

²⁷⁸Participação do Homem Rural na construção do mundo rural de hoje, 1968. (Arquivo ACR/NUDOC/UFPE).

O que o documento expressa está intensamente ligada às ideias transmitidas pelo sindicalista em entrevista divulgada e realizada pelo historiador Pedro Henrique Pachêco da Silva em sua dissertação de mestrado, de 2012²⁷⁹. No depoimento citado, Maximínio empreende a visão de articulação dentro da organização em constante debate com as diversas formas de exploração do trabalho e formas de organização na sociedade canavieira, algo inteiramente abordado no documento sobre os espaços cuja instituição e seus militantes deveriam ocupar. Segundo o militante, de acordo com suas experiências relativas à atuação na organização, houve uma liberdade de transitar por estas duas vias de intervenção (Igreja e trabalho social) das propostas libertadoras que se identificava:

[...] no caso aqui de Vitória, eu conhecia todo o pessoal do engenho [...] então, eu que fazia toda a comunicação e esse convite e as visitas, como Rufino fazia na região de Carpina, [...] como outra pessoa, num outro município fazia [...] fazer reunião nos engenhos, fazer reunião nas comunidades, e lá o pessoal que esperava você, também era o pessoal que juntava o pessoal para ir para a reunião, e aqui muitas das vezes o padre ia também. O padre Servat, às vezes ele ia também, ia com agente para dar uma visão profunda do trabalho que se queria chegar [...] ²⁸⁰

Sob a mesma ótica transicional entre os espaços na sociedade rural, seja no campo do trabalho (entre moradores do engenho), como fazia Maximínio, e trazê-los para o espaço da Igreja movimentada pela ACR nas reuniões locais, muitos militantes permaneceram por toda a história da instituição reforçando este ponto de vista de organização dos temas que seriam trabalhados e da abordagem dos casos concretos da vida do camponês em equilíbrio com a revisão cristã promovida nas assembleias.

Todo o debate que se desenvolveu na ACR sobre a conciliação entre as reflexões da Igreja comprometida com a população pobre e as discussões que expunham e contestaram a exploração do homem rural acabaram por direcionar as ações metodológicas que a organização esteve à frente. A compreensão destes contextos sociais para inserir a formação religiosa foi uma constante nas reflexões internas e àquelas publicadas no Grito, por exemplo. No caso, estava em consideração a capacidade da organização em arregimentar e trazer os camponeses para o movimento, tornando as exposições do campo católico menos abstrato e impalpável, para tornar-se material, sensível e, portanto, acessível.

Segundo Calixto Santos, que militou na ACR pois esteve em contato com um ambiente de catequese em São Luís, capital do estado, e também esteve associado à Ação Operária Católica, existiram constantes empecilhos na formação política que a ACR tentou

²⁷⁹Ibid., p. 9.

²⁸⁰SILVA, Pedro Henrique Pachêco da. **Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco (1965-1975)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

promover, pois os lavradores estavam constantemente relacionados a uma situação de exploração que tinha consequências na disposição de construir uma transformação social para aquelas pessoas. O desânimo do morador do campo em sua região é consequência de uma pastoral que não inclui em sua prática o despertar libertador e a aproximação com os camponeses. Parte desta responsabilidade reside na postura dos clérigos nestas dioceses. O combate constante à desmobilização destas pessoas torna-se uma das maiores questões para a ACR em sua atuação.

“Sentimos que em muitos dos lavradores já há um forte desânimo provocado pelo abandono em que vivem cada dia que se passa, cresce o número daqueles que deixam o campo, carregando consigo a herança de seu trabalho, a marca da miséria, da insegurança, da ignorância, doença a situação financeira. Os lavradores, por outro lado, depositam ainda toda sua confiança na Igreja, e creem que somente ela poderá, com sua liderança, levar às autoridades e dirigentes do Governo todo seu drama, na busca de uma solução para seus problemas.

Julgamos que: Não será mais possível só pensar numa pastoral catequética rural e missionária, sem levar-se em conta todo o drama social o político e econômico desta região. É de suma importância, a liderança para o sacerdote desta região. Ele deve sempre e sempre mais se identificar com o povo, a fim de melhor se conhecerem e conhecer mais as implicações de uma verdadeira pastoral.

Torna-se urgente a necessidade de grupos capazes e responsáveis. Companheiros: Deus está ouvindo o gemido deste povo, que é seu povo, sofrendo a escravidão. Deus convida muitos Moisés para ajudar libertar seu povo / do cativeiro dos Faraós , que há um bocado aí e mais poderosos que antes.”²⁸¹.

O depoimento de Calixto é empregado exatamente numa edição que transmite homenagem a Paulo Correia da Silva, um dos principais coordenadores da ACR na Equipe Regional. A morte de Paulo no dia 12 de outubro de 1968 sinalizou uma grande perda no quadro de militantes da organização. O ex-seminarista falecido aos 27 anos colaborou intensamente com a ACR desde sua fundação, coordenando os primeiros encontros regionais e desenvolvendo o debate da Igreja libertadora como se conheceu na região. Sua origem intelectual marcada pelo convívio no seminário por 13 anos certamente influenciou diversas campanhas presenciais pela instituição, viajando, ensinando e escrevendo.

No memorial publicado na última edição daquele ano, exatamente no início do último trimestre (outubro, novembro e dezembro) para a produção editorial do Grito, foi comunicado, além de palavras em solidariedade, todos os eventos determinantes da articulação da ACR em que Paulo esteve envolvido:

Fatos principais dessa evolução dos quais Paulo participou:

- Relatórios dos camponeses aos bispos do Nordeste, reunidos em assembleia, e teve como resposta o "Manifesto dos bispos".
- Primeiro encontro regional da ACR, de 29 de outubro a 2 do novembro de 1966 e primeira criação de uma equipe regional em 1967.

²⁸¹ACR. Ação Católica Rural. **Grito no Nordeste**. Jornal Grito no Nordeste. S. I, n. 8. Out./dez., 1968^a. (Arquivo ACR. NUDOC/UFPE).

- A dizer também que o primeiro encontro dos padres do meio rural só se fez em Beberibe, de 7 a 11 do novembro de 1966.

- 2º encontro regional dos leigos em Boa Viagem, de 28 de outubro de 1967 a 2 de novembro (7 Estados representados por 40 militantes) e 2º encontro dos padres do meio rural nos dias 2 a 4 de novembro.

- 1º encontro nacional da ACR em Campinas - São Paulo, de 22 a 28 de janeiro de 1968. Paulo depois do encontro começou a fazer parte da equipe de coordenação nacional com Gentil do Rio Grande do Sul e Geraldo do Estado de São Paulo.

-De 18 a 26 de setembro de 1968, ele participou do encontro de assistentes do meio rural, como delegado do movimento dos adultos.

Essas datas permitem seguir a tomada de consciência da responsabilidade de Paulo na coordenação do jovem movimento de ACR. Quando ouviu a última chamada do Deus em 12 de outubro, na estrada do Sairé em Pernambuco, estava pronto para ajudar mais um ano a equipe regional.

Sabia o que queríamos fazer. Estávamos prontos para começar dois dias depois a última preparação do terceiro encontro regional / Encontro Congresso, para ressaltar os três anos do trabalho no meio rural do Nordeste. Apesar de tudo, o encontro foi preparado e feito, contando com a presença de 70 militantes do Nordeste. Na semana seguinte, mais de 50 padres despertados pela ACR, refletiram 4 dias, vindo de oito Estados nordestinos.

O fruto desses encontros vem em grande parte do esforço de Paulo com a equipe regional.²⁸².

Quando observamos os militantes da ACR nos documentos de formação interna das pastorais, ou naqueles divulgados para o público amplo, caracterizarem seus trabalhos através do objetivo de tornarem-se “fermento da massa” de acordo com a metodologia da organização, estamos lidando com práticas de reunião, de prestar assistência constante ao trabalhador rural e de reformá-lo nesta visão religiosa alternativa que se desenvolveu simultaneamente em diversos estados nordestinos em escalas bastante numerosas. Observamos, portanto, que “fazer” a ACR demandou muitas mentes e braços de diferentes pontos de experiência social, apesar da figura do Pe. Servat permanecer um objeto central da pesquisa.

Juntamente com documentos ligados à visão do sacerdote para a diocese e sociedade, também se encontram documentos que são guias de estudo em cursos voltados para militantes leigos. Isso significa que a ACR também compartilhou a formação política de seus integrantes a partir de um Norte que comungava com os de outras instituições católicas no mesmo período. No caso da questão da conscientização do homem, a CNBB, num documento revelado dentro do acervo da ACR, empreendeu cursos sobre a Promoção Humana.

Por “Promoção Humana”, entendemos que se trata do incentivo do apostolado leigo para alcançar e estimular o homem em comunidade a compreender sua potencial transformação reflexiva e para com a sociedade também. O texto do curso referido propõe que provavelmente o poder da consciência e de um homem consciente seja um dos maiores

²⁸²Ibid., p. 9.

valores que este indivíduo pode alcançar, pois é através desta consciência é que o homem se tornava autônomo e sujeito de sua própria situação social. Entretanto, o texto não trabalha com a ideia de ascender socialmente por meios materiais, mas na capacidade do homem consciente de modificar a sua realidade. Na visão empreendida pela CNBB, o ser humano enquanto raça evolutiva tem por uma essência a capacidade da transformação como, por exemplo, da natureza e do meio onde vive, mas com o caminhar da humanidade de alguns homens são tirados os direitos de *ser* Homem.

Novamente segundo o texto, a ideia de Homem está ligada a sua reafirmação do direito de modificar a realidade. Isso deveria ocorrer num processo de exploração em que o homem se torna alheio a si mesmo, progredindo para uma situação de alienado. A tarefa de reabilitar a função da consciência humana reside na visão de que a muitos homens é negado o direito da divergência, do questionamento. O trabalho da conscientização aparece, portanto, na intenção rever que o privilégio de concordar, discordar, de discutir não pode estar restrito a somente uma parcela da população. O trabalho em questão, deve, desta forma prolongar-se “numa atitude diante das coisas, dos homens, das estruturas sociais, políticas, religiosas, de lutar para que todos sejam homens”. Na palestra de Romeu Padilha é dito:

“Por isso, o trabalho educativo como o da Extensão Rural, deve ter essa função principal de fazer com que o homem descubra o que é que ele é e o de que é que ele é capaz. Ele é capaz de muita coisa, inclusive, de ser homem. Ele é capaz de transformar o mundo, de solidarizar a comunidade humana. O trabalho educativo é não reduzir o homem a um bicho de primeira qualidade, a um bicho de luxo. Ele tem uma coisa nova, ele é inteligente. Não podemos, jamais, tratar o homem como tratamos um bicho de estimação. Gente se conquista, luta para ser Homem essa gente precisa de condições para lutar, vencer, conquistar o porque o homem é o transformador de tudo, cada vez que coisificamos Gente, nós somos menos Homens para transformar o mundo, para humanizar os Homens. Educar é fazer com que o homem conheça o que é capaz. Isto é conscientizar.

CONSCIENTIZAÇÃO

Conscientizar é ver que o mundo precisa transformar-se para se tornar mais humano, mas conforme às exigências dos homens. O trabalho educativo, é um trabalho de conscientização. Existe então a consciência profissional, política, religiosa, que o homem vai sentindo sob diferentes aspectos de sua vida. Um agricultor que descobre a importância de um organismo governamental o que ele tem um lugar nessa organização, é ter uma consciência política, é ser politizado. Educação é dar a esse homem instrumentos para que o homem realize aquilo que ele projeta.”²⁸³.

É neste contexto que ocorrem as primeiras reflexões sobre a importância de debater a forma como uma expressão da fé se manifesta no âmbito da evangelização, e mais especificamente, na própria formação da Ação Católica Rural. É fundamental compreender

²⁸³Curso de apostolado Leigo e Ação Social intitulado “Promoção Humana”, conduzida por Romeu Padilha. Curso patrocinado pela CNBB e secretariado regional Nordeste II na Casa de Retiro São José, no Recife entre março e abril de 1967.

que, para que se inicie um movimento de renovação da Igreja Católica, mais amadurecida pós Vaticano II, deve haver um entendimento mais complexo sobre a presença desta mesma religião já amplamente consolidada no país. Entretanto, a forma como ela era professada, fazendo parte do dia a dia comum, podia ser distante da nova orientação pastoral. O uso do evangelho para novas práticas de libertação a partir de então incutem no discurso e nos métodos o alicerce de uma fé que também se propunha a uma mudança social, distanciando-se de uma religiosidade popular que, por vezes, podia trazer traços alienantes, patriarcais, submissos.

Estas experiências educativas trouxeram um nível intelectual com intenção de transformar a sociedade civil e instituições. Ela tem objetivo de romper com mecanismos de dominação e refazer as relações sociais numa dimensão de fraternidade. Podemos dizer que estas iniciativas se consolidam numa proposta de educação de oposição para se chegar a um sujeito coletivo. Através desta superação das influências dominadoras dentro do processo educativo. A organização interna da ACR, passando pelo princípio do catolicismo engajado, propõe uma abordagem ao trabalhador rural que valorize seus saberes e compreensão real da sociedade.

Um movimento que foi idealizado por Dom Hélder Câmara, ao convidar o padre francês Joseph Servat, em meio às reuniões do Concílio Ecumênico do Vaticano II, num momento em que o clero brasileiro estava se renovando. A ACR se institucionaliza em 1965 com o objetivo de animar, apresentar uma nova visão de fé e se mostrar presente ao setor camponês da região Nordeste. Em entrevista de história de vida o padre francês relata estes ajustes para a vinda ao Brasil, motivações e objetivos da organização:

“Perguntei a Dom Helder qual seria minha função e ele me deu um texto onde mais ou menos dizia: ‘quero o despertar e a atuação do laicato cristão no momento histórico que vive o Nordeste, ou seja, desejo uma presença da Igreja não somente do tipo sindical, mas acompanhando através do evangelho as pessoas engajadas nas diversas lutas para a transformação da sociedade.’ [...] Senti-me chamado realmente, não apenas em função das paróquias, mas de um trabalho de animação e de acompanhamento de leigos cristãos.”²⁸⁴

É essencial conceber como a figura destes dois padres foi fundamental para o estabelecimento da Ação Católica Rural desde a sua concepção do engajamento do camponês. Diante do depoimento temos de elucidar algumas questões, elas aparecem constantemente em toda a entrevista, mas podemos tirar deste fragmento duas preocupações: a animação de um laicato cristão e a construção de um movimento rural (inicialmente) distante do tipo sindical.

²⁸⁴MONTENEGRO, loc. cit., p. 249.

Em primeiro lugar fica claro como a figura do Padre é complexa e necessária a sua abordagem no campo historiográfico, mas a ACR contribuiu bastante para uma formação camponesa que trouxe o leigo para próximo das discussões centrais da instituição e dos problemas locais. Esta valorização do laicato cristão como agente do apostolado leva em consideração a valorização do meio social para a evangelização como um processo de inclusão de uma massa trabalhadora que também é cristã. Compreende-se que numa região com classes sociais tão antagônicas e desiguais, existe um ponto de partida para a classe trabalhadora a partir de sua identificação com a religião.

O laicato aqui não pode se conformar em sendo um dos braços do clero, dos representantes oficiais da Igreja. A autonomia do exercício pastoral e do apostolado são extensões de sua atuação política. É inegável como até um passado recente tais reflexões e práticas cristãs não seriam bem recebidas pela base eclesial conservadora da Igreja Católica, tão clara quanto a imagem do pastor e suas ovelhas. A resistência por vezes viria do próprio trabalhador rural relutante aos assuntos considerados “perigosos” entendendo a forte repressão que poderiam causar, mas também relutantes à figura do padre a aproximações de assuntos não eclesiásticos:

“Os trabalhadores da cana não queriam conversar comigo e não respondiam as perguntas que lhes fazia. Quando eu falava, eles lembravam do catecismo das crianças, da missa ou dos assuntos de padre. Mais tarde, explicaram-me que este tipo de assunto como terra, salário e trabalho, eram assuntos de Francisco Julião e das ligas camponesas e isso fez “o pau cantar!”²⁸⁵.

É neste percurso que ocorrem as primeiras reuniões entre a ACR como instituição organizada que tentava promover uma discussão entre trabalhadores para tentar elucidar formas de garantir melhores condições de trabalho e ajudar a incentivar soluções para viabilizar o surgimento de lideranças e de organização de um movimento coeso de classe.

Entretanto, como documentadas algumas reuniões, apesar do movimento de padres apresentando-se a uma nova missão de evangelização, o cenário encontrado entre os canaviais e os trabalhadores assalariados muitas vezes demonstravam o desarranjo dos moradores dos engenhos e usinas na Zona da Mata pernambucana. Nesta região, pouco se avançou no sentido de leitura da conjuntura e poder de negociação que pressione os patrões²⁸⁶.

²⁸⁵Ibid., p. 250.

²⁸⁶O fato dos trabalhadores da cana, que operavam no regime de assalariados foi determinante para a deficiência na construção do movimento nessas localidades, pois os trabalhadores viviam num estado de dependência marcante que também retraía as suas possibilidades de mobilização. Fazendo um paralelo com os outros trabalhadores que estavam sob outros regimes de trabalho, o padre Servat, na mesma entrevista citada, é consciente que isso também influiu em outras questões importantes para o movimento e para o projeto voltado para a educação popular: “Fazendo estudos e reflexões sobre as pessoas presentes nos encontros, constatamos

Na relatoria do Pe. Servat, é observado que os usineiros culpabilizam os trabalhadores rurais, ou os responsabilizam de alguma forma, pela apatia na resolução de seus próprios problemas cotidianos. O ponto de partida desta discussão entre os usineiros reside na crítica particular ao trabalhador que mora na usina e, que na perspectiva de alguns grandes proprietários, deveria ser mais "independente". Mas não chegam a conclusões encaminhadas para uma ação conjunta entre os mesmos. Na verdade, o que prevalece é a discussão constante sobre a “passividade” dos trabalhadores rurais assalariados das usinas e engenhos.

Nesta preocupação existe o pensamento de que há um problema no modo de vida dos trabalhadores, e que é necessária iniciativa para mudar a situação. Ainda assim, acreditavam, entre os 17 usineiros presentes, que as iniciativas deveriam ocorrer em benefício da própria produção dentro da usina e não da busca por direitos e cumprimento da lei. Ou seja, os empresários sabem que há a necessidade por educação e saúde, mas não deslocaram as soluções cogitadas para as origens dos problemas da falta de elementos básicos para a sobrevivência, como o previsto de acordo com os interesses da classe. Como ocorre na reunião segundo o documento:

“Falou-se que o elemento básico para a produção seria a saúde e educação do pessoal (Mas ninguém levantou a questão chave desse problema, para saber então). Por que é que não há nesta área de usina nem tanta saúde nem tanta educação?”²⁸⁷.

Foi a partir da identificação dos problemas de analfabetismo que também tomou-se consciência da apatia dos usineiros, de forma geral, em relação a esta determinação para buscar o melhoramento de condições tão pretendidas. Na verdade, o que vemos é a lamentação do fator da "desconfiança" existente entre os trabalhadores e os proprietários das usinas. Segundo as anotações do padre Servat:

“Sr. Artur falou da desconfiança que há entre o operário e o proprietário. Disse ainda que a desconfiança afasta-os um do outro. (Seria o caso de se perguntar então, por que é que existe esta desconfiança? Qual é a causa que explica de ambos os lados. Não seria por que o operário já vive decepcionado com o que os patrões fazem com eles?) Ninguém colocou esta interrogação na reunião.”²⁸⁸

Foi com base nestes questionamentos que a relatoria do Padre visou acompanhar o grupo firmando-se no compromisso de dar substância ao projeto de estimular o ganho de

que a maioria das pessoas sabia ler e tinha certa estabilidade, possuindo casa e um pequeno pedaço de terra. Essa “estabilidade” promovia também uma liberdade ou possibilidade de educar os filhos na escola. Já o trabalhador da cana, que muitas vezes não possuía nada, acabava na condição de escravo.” (Ibid, p. 293).

²⁸⁷Reunião com usineiros na casa de Dona Helena, em Boa Viagem, realizada em 12 de junho de 1967. Relatoria feita a partir do ponto de vista do Padre Servat e militante da ACR. (RELATÓRIOS DE ENCONTROS E ASSEMBLEIAS..., 1966-1968).

²⁸⁸Ibid.

responsabilidade dos trabalhadores, visando o reconhecimento do homem do campo entre suas lideranças. Além de, como sinalizado entre os usineiros, desenvolver um processo educativo no seu sentido mais amplo, o que foi característica da atuação da ACR. Por fim, surge a partir de uma demanda dos próprios patrões, a intenção de firmar diálogo com os operários. Isso não significa essencialmente passar a conceder poder aos trabalhadores, mas alavancar a capacidade de negociação e defesa da própria classe dominante. Esses compromissos são acompanhados de visões da crítica construtiva que o padre francês absorve durante a reunião. O clérigo aponta exatamente sobre a falta de elementos na discussão que levariam a um processo de evolução da consciência humanista por parte, inclusive, dos proprietários:

“Crítica construtiva dessa reunião:

Só se situou o problema com termos sociológicos, e só se tinha em vista o fator "produção". 2) Não se procurou as causas da desumanização provocada pelo comportamento dos homens. 3) Só se visou o lado do operário e sempre em plano de inferioridade, como se fosse um mero instrumento de trabalho para produzir dinheiro para os cofres da usina. 4) Nenhum usineiro da reunião teve a coragem de colocar em análise sua própria pessoa e seu procedimento, para ver ele como fator principal envolvido no processo econômico, por ser o dono, o patrão, e o administrador do capital. 5) Viu-se muito as coisas, mas se viu pouco as pessoas que fazem todas as coisas boas ou más. Só se olhava os resultados, mas não se viu as causas, dos desentendimentos e dos problemas existentes de ambos os lados.”²⁸⁹

Fica aqui bastante claro uma face da ACR pouco explorada na trajetória do movimento. A reunião com a classe patronal, por iniciativa da organização católica expõe uma face da cultura do catolicismo moderno em, por vezes, apagar o movimento de classes na sociedade, algo já exposto nos capítulos anteriores. Esta tradição conciliadora apresentada na confiança cedida ao grupo dos patrões na discussão sobre as condições de vida dos trabalhadores, mesmo que sob apontamentos críticos da falta de visão social do problema por parte dos usineiros, inclui-se na perspectiva da absorção de aspectos apaziguadores dos conflitos de classe, em detrimento da exploração da mobilização leiga.

Questões como estas, observadas de uma ótica mais estrita de processos realmente radicalizados, podem evidenciar fissuras no projeto evangelizador progressista desta organização. As limitações da ACR no sentido institucional e ideológico realmente residem na prevalescência do modelo cristão harmônico da sociedade. Mas também abre precedentes para a identificação de um objetivo missionário ainda complacente com as propostas da Igreja esvaziadas de quando organizaram sindicatos e tentavam barrar as influências comunistas. Apesar desta realidade não ser a mesma, pelo recorte após o Golpe, existe a crença na

²⁸⁹Ibid.

resolução de problemas estruturais através de apelos considerados paternalistas na manutenção do diálogo com a classe patronal. Segundo Paiva²⁹⁰, estas articulações devem manter-se vinculadas no processo analítico da postura mobilizadora de organizações católicas na década de 1960, mesmo após o golpe:

“Por último, como aspecto mais importante a ressaltar, observa-se que a Igreja de Natal, em sintonia com a Igreja brasileira, em especial a CNBB, desenvolveu um trabalho de formação de quadros leigos, tendo como diretor e ator da cena a Ação Católica, uma vez que esse organismo sempre foi diretamente controlado pela hierarquia. A Ação Católica foi organizada pela Igreja, para atuar notadamente junto às populações rurais, com o objetivo de organizá-las e difundir o ideário católico, fazendo frente à expansão comunista no meio rural. Foi então quando a Igreja criou as lideranças comunitárias (o monitor da Escola Radiofônica, o líder da JAC, o líder sindical etc.) que iriam agir como "fermento na massa" consolidando a hegemonia da Igreja na sua comunidade de fiéis. É nesse momento que a Igreja, por meio da Ação Católica, passa a atuar como um partido, no sentido gramsciano, pois naquela conjuntura histórica e diante de uma determinada correlação de forças, vai tecendo a sua hegemonia, através de eficazes mecanismos de formação de intelectuais que irão servir de interlocutores entre a instituição e as massas rurais”²⁹¹.

Estas são ressalvas bastante específicas para o contato que a ACR possuía com os usineiros. Ainda assim, cabe evidenciar que realmente foi desenvolvido um trabalho evangelizador diferenciado do que foi marcado pela Igreja quando ela ainda se amadurecia politicamente nas bases progressistas. O que esta instituição conseguiu avolumar ainda pode ser considerado proporcional às formas de resistências disponíveis naquele período.

Na realidade, fica bastante evidente quais os objetivos do padre e dos militantes envolvidos no processo de formação política da ACR, entretanto, as reuniões nem sempre ocorriam entre grupos articulados e engajados na luta por direitos. Muitas vezes se tratava exatamente do contrário. O trabalho da organização, portanto, decorre da percepção da visão camponesa e na necessidade de estruturar um movimento de visão católica ligado à realidade do campo nordestino firmando princípios de justiça social. Este empreendimento só seria possível com a composição do povo em suas comunidades e paróquias revisando uma perspectiva da sociedade e das relações de trabalho.

Tal objetivo, obviamente, só poderia ser alcançado através do trabalho de base que era organizado de diversas formas, adequando-se à realidade comunitária. Os agentes da pastoral da ACR, por conseguinte, eram aqueles que realmente se tornavam o fermento para a massa. As reuniões, muitas delas com assuntos que se divertiam entre aqueles relacionados à

²⁹⁰PAIVA, Marlúcia Menezes de. **Igreja e renovação: educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte** (1945-1964). Tese (Doutorado em Educação) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

²⁹¹Ibid., p. 179.

Igreja e aqueles relativos aos mundos do trabalho, concentravam temáticas pertinentes à vida camponesa.

Por questões como as encontradas no documento referido anteriormente, vemos como era necessário voltar a pastoral também para os leigos que viriam a fazer parte dos movimentos por fatores tanto ligados ao número de padres que poderiam conduzir o trabalho de base da ACR. Como também pelo fato de haver uma filosofia de inclusão de elementos não sacerdotais na frente da organização, afinal, tratava-se de imprimir também uma autonomia entre estes leigos. Como é possível observar no documento a seguir, existe uma preocupação na formação das equipes de base que passaram a conduzir as reuniões ordinárias dos grupos em todo o Nordeste, sendo um dos responsáveis principais para o avanço da organização distante da sede da ACR, no Recife. Como vemos, existia um compromisso com criar a sensibilidade entre os militantes para promover uma ação conjunta e eficiente com a comunidade:

“Treinamento para grupos locais engajados no trabalho da Comunidade

Grupo a que se destina:

a) representantes de rua eleitos pelos vizinhos para ajudar na Campanha de Reconstrução (8 membros); b) comissão de saúde também eleitos para ajudar na coordenação do trabalho de implantação de fossas (6 membros); c) grupo de professoras leigas (4 membros); d) o vigário e duas professoras estaduais.

Necessidade a que atende:

a) preparar o grupo para participar mais efetivamente no planejamento e execução do trabalho da comunidade; b) assegurar maior comprometimento com o trabalho; c) dar-lhes noções de trabalho com grupo; d) preparar melhor os representantes para essa função.

Atitudes a criar:

a) sentido de cooperação no trabalho com grupo; b) aceitar a responsabilidade de trabalhar pela sua comunidade; c) ter uma atitude de compreensão para com os grupos que representam.

Habilidades a adquirir:

a) como participar de uma reunião; b) noções de trabalho de grupo.

Fundamentação: Noção de pessoa humana e seu papel na evolução do mundo. ”²⁹².

As reuniões da ACR, além de norteadas por orientações que constituíam uma mudança na visão de mundo dos militantes, na prática utilizava o método pastoral “*Ver, Julgar e Agir*”. A estratégia de evangelização e construção pastoral trazia além de disciplina à formação política e religiosa contínua, também infligia uma perspectiva de ação futura. Ou seja, o acompanhamento em etapas de problemas particulares e situações que precisavam de reflexão entre os trabalhadores e militantes promovia um compromisso com a expressão dos camponeses sobre a conjuntura que viviam e, desta forma, atuavam na crescente politização do cotidiano, colocando os associados no centro dos problemas sociais do campo.

²⁹²Treinamento para grupos locais engajados no trabalho da Comunidade. Sem data. (Acervo ACR/NUDOC – UFPE).

As etapas, logo, seriam amplamente exploradas pelas pastorais sociais ao longo da década de 1960 e amadurecida ao longo do surgimento e estabelecimento da Teologia da Libertação. Tal processo levantou questionamentos sobre como as condições de vida dos trabalhadores era naturalizada, mas que poderia ser debatida entre as próprias organizações que utilizaram o método e também entre os próprios militantes destas instituições que se dedicavam a fomentar a autonomia dos grupos oprimidos independente do público principal os quais as organizações estavam localizadas, seja no meio urbano ou rural.

O método foi reconhecido também por contribuir, a partir da identificação das questões comuns, para o desencadeamento da possibilidade de conscientização social, principalmente por desenvolver um senso crítico que envolvia tanto uma concepção crítica de mundo, como uma visão de justiça social no que se refere ao conhecimento da realidade local e assimilação do cenário socioeconômico brasileiro. Segundo Silva, que também se debruçou sobre a Animação dos Cristãos no Meio Rural, o método tornou-se referência não somente no Brasil, como na América Latina, pois:

“A novidade introduzida pela TdL ao método do “*Ver, Julgar e Agir*” foi a incorporação das ciências sociais como elemento de suas análises. Essas se mostraram viáveis à medida que propiciaram um entendimento não só conjuntural, mas também estrutural do problema da miséria e exploração do continente Latino Americano. Nesse sentido a Teologia da Libertação assumiu o materialismo histórico como instrumento de reflexão, tornando o espaço político, econômico e social um lugar também teológico. Na ACR esse método foi utilizado desde o início do trabalho. Embora não se apresente, junto aos camponeses, uma discussão ampla sobre sua história, prerrogativas e ligações no universo católico hierárquico.”²⁹³.

A dinâmica convocada pela ACR imprimia uma necessidade de ação para os problemas destacados. O programa adotado representava um exercício na metodologia da ACR que nunca abandonou o movimento da organização, mesmo que, ao longo dos anos tenha sido inserida em contextos e atividades diversas, sejam nos anos mais difíceis para os movimentos sociais no período da ditadura, sejam nos anos da redemocratização.

Como Silva²⁹⁴ aborda, inicialmente a ACR, tal qual no período que trabalhamos, não confrontava com grande objetividade algumas estruturas sociais como passou a ocorrer nas décadas seguintes, pois primeiramente estabeleceu o diálogo com os aspetos religiosos apegados à população que seriam discutidos na apresentação desta nova visão de fé. Mas a aplicação do método “*Ver, Julgar e Agir*” tornou-se uma atividade desempenhada bastante importante na comunicação estabelecida entre os integrantes ativos da organização nas

²⁹³SILVA, 2012, p. 143.

²⁹⁴Ibid.

reuniões, como também por firmar um processo de engajamento potencial por absorver a nova realidade negativa dos movimentos populares depois de 1964.

Apesar disso, a introdução do método na realidade rural não é suficiente para atestar uma mudança progressista na Igreja de forma geral. Não basta, portanto, estabelecer uma pedagogia a partir do exercício triplo promovido. É necessário conceber que o plano e a estratégia atue sobre temas que realmente levantem questionamentos sobre questões interessantes a mudança de paradigmas para os trabalhadores do mundo rural. Se tal habilitação não ocorre, o estabelecimento da prática não iria projetar em nenhuma mudança social, afinal, é preliminar atuar sobre questões específicas, pois, senão, o exercício perderia qualquer sentido, tornando-se vaio para a compreensão da realidade de exploração que a ACR incutia ao provocar tais questionamentos.

No segundo encontro regional da ACR, em 1967, estão documentadas algumas considerações sobre o método que contribuem, entre outras questões, para compreender a noção de movimento que estava sendo empreendida. A presença da Igreja no Campo é debatida no sentido de revisar a formação dos assistentes que ajudam a conduzir as reuniões e de promover a visão do leigo cristão como realizador do movimento. O encorajamento desta visão é constantemente executado através da premissa de que “A Igreja somos nós todos reunidos”, ou seja, desconstruindo a imagem do padre como agente principal da pastoral. O método “*Ver, Julgar e Agir*” prossegue atuando na dedicação de uma doutrina de movimento que incentive a autonomia dos militantes e daqueles que estão sendo apresentados à ACR. A importância do exercício é reconhecida da seguinte forma:

Figura 4 — Cartilha apresentada no II Encontro Regional da ACR, intitulada “4º Adjunto do Nordeste, 1967.”.



Fonte: Acervo ACR/NUDOC – UFPE, 1966-1985.

“Plano de Reunião e da Revisão de Vida.

1. Ver - escolhemos coisas da vida. Um ocorrido da vida pode ser:

- Um acontecimento do lugar,
 - Um caso que se deu com uma pessoa qualquer,
 - Uma coisa qualquer que acontece na Vida todos os dias (vida de trabalho, de família, de educação, vida de comunidade ou um problema da atualidade etc.)
- a) Vamos todos agora descobrir quais as PESSOAS ENVOLVIDAS neste acontecimento; b) O que estas pessoas FIZERAM neste fato (ATITUDES); c) Por que fizeram isto? (CAUSAS); d) quais as CONSEQUÊNCIAS deste ocorrido?

2. Julgar - Como cristãos, vamos olhar o ocorrido e o que fizeram as pessoas. Vamos olhar como Deus olha.

1. O que há de bom, o que Deus quer neste acontecimento e no que as pessoas fizeram? 2. O que há de ruim, o que Deus não quer nesse acontecimento e no que as pessoas fizeram? 3. O que Deus diz a esse respeito na bíblia e, sobretudo, no Evangelho no ensino da Igreja e do Concílio?

3. Agir - O AGIR vai exigir uma ação nossa. Como nós vamos fazer?

- A primeira mudança se faz em nós mesmos. Não mudamos os outros, mas fazemos com que os outros se mudem.

- a) O que vamos fazer para mudar os nossos corações e as mentalidades?; b) O que vamos fazer para mudar as coisas erradas que descobrimos na reunião, as organizações e as ações descobertas que impedem o desenvolvimento dos homens e da sociedade?”²⁹⁵.

Fica evidente como a prática nas reuniões leva a discussões muito mais complexas acerca da realidade camponesa. Ao observar os mandamentos divinos em compatibilidade com a realidade dos trabalhadores rurais, aos poucos estes sujeitos estariam também se dedicando a escancarar questões que circulavam entre os maiores problemas de países em desenvolvimento, como o Brasil, tal qual a presença da fome, das doenças, da violência patronal e da desconfiança na justiça e do êxodo rural.

O método em si, apesar de não ser idealizado pelos próprios criadores da ACR²⁹⁶, foi adaptado a partir da realidade dos trabalhadores principalmente no que corresponde ao andamento das reuniões. Os agentes pastorais adentraram na realidade social nordestina de forma que conviveram com camadas do pensamento popular bastante densas e sintomáticas

²⁹⁵4º Adjunto do Nordeste. II Encontro Regional da ACR. Realizado entre os dias 28 de outubro e 2 de novembro, em 1967 (RELATÓRIOS DE ENCONTROS E ASSEMBLEIAS..., 1966-1968)..

²⁹⁶O método “*Ver, Julgar e Agir*” foi difundido e ressignificado pelo padre belga Joseph Cardijn na primeira metade do século XX e depois, amplamente difundida na América Latina na década de 1950 em diante. O sacerdote dedicou-se a articular o método entre os círculos operários europeus como exercício a tornar os trabalhadores das fábricas mais sensíveis a sua realidade atrelando princípios morais das comunidades que viviam aos problemas socioeconômicos que se questionavam durante a prática. Com seu engajamento formou e engajou-se com a Juventude Operária Católica na perspectiva de acenar para critérios sociais que rejeitam o liberalismo e inércia da Igreja Católica tradicional no que tange as mazelas sociais e o sofrimento do povo pobre explorado. O efeito que o trabalho desenvolvido entre os jocistas foi apresentado por Afonso José Birck da seguinte forma: “Desta forma, a vida operária começava a ter para estes jovens um novo sentido, despertando-os para uma nova dimensão de existência. Os fatos comuns, que antes não chamavam nem sequer a atenção, agora revelam uma cruel e trágica realidade. Sobretudo, depois que Cardijn lhes inculcou na mente a imagem da dignidade e do destino divino de cada jovem trabalhador. Isto contrastava brutalmente com as condições reais do trabalho e da vida em que a grande maioria forçosamente se encontrava. Cardijn queria para estes rapazes uma sólida formação e uma visão concreta da questão social, dentro da perspectiva evangélica. Consequentemente, as páginas do Evangelho e da *Rerum Novarum* eram estudadas. Sua luz iluminava as reflexões e as linhas do agir.” (BIRCK, 1975, p. 42).

da violência das relações de trabalho, nas noções de religiosidade conformistas que muitas vezes inibiam o diálogo que estava sendo proporcionado. O Pe. Servat se expressou sobre esta situação da seguinte forma:

“Utilizava, nesse tempo, o método do Ver, Julgar e Agir, sempre partindo de fatos, de acontecimentos. Lutava para melhor fazer aparecer no povo os fatos, os acontecimentos ocorridos no seu cotidiano, para que eles soubessem olhar a vida. Não aceitava que me falassem diretamente de religião, porque o povo é religioso naturalmente. Ao ver o padre, pensa na religião e, dificilmente, relaciona fé à vida. Por isso, inventa mos e construímos métodos de reuniões de trabalho o mais simples possível, porém abrangentes. Em cada reunião, procurava-se compreender e analisar a realidade, ouvindo as explicações apresentadas pelo povo e procurando saber como ele se situava. Sempre insistimos em ouvir o povo e lutamos contra nossa pressa, contra a nossa tendência de ensinar e não ouvir e de dizer ao povo o que pensamos. Sempre, nós somos os "sabidos" e, dessa maneira, convencemos o camponês dizendo "que ele não sabe nada". O essencial é deixar o povo expressar-se no seu verdadeiro pensamento. Fiz um grande esforço em reduzir a minha tendência de passar as minhas explicações ou pensar que o povo é muito lento para se expressar. Quantas vezes precisei me controlar para aceitar o que as pessoas diziam, mesmo me parecendo errado, como: "É vontade de Deus!", "Deus quer!" [...]”²⁹⁷

Logo, fica evidente como o método conseguiu estabelecer um diálogo positivo com as comunidades alcançadas e sendo um grande catalisador do avanço do movimento em diversas comunidades. O crescimento da Animação dos Cristãos no Meio Rural, portanto, revela-se uma consequência da difusão das ideias da organização não somente a partir das reuniões e dos encontros regionais, mas se programa para alcançar maior número de militantes a partir da criação do *Grito no Nordeste*. O periódico da ACR publicado no segundo ano de criação da instituição é fundamental para identificar o processo de compactação das filosofias do movimento, assim como das temáticas que estavam sendo debatidas de interesse do mundo rural.

4.3 Um Grito no Nordeste

A Ação Católica Rural com o intuito de cativar os trabalhadores não apenas pelo carisma e ideais de seus líderes cria o boletim bimestral “O *Grito no Nordeste*” em 1967 para veicular suas ideias de maneira acessível. O conteúdo do Grito deveria atender aos projetos da instituição conhecida pelo seu trabalho de base a fim de sempre expandir sua atuação e consequentemente integrar seus militantes. De caráter inclusivo e resistente frente ao regime militar, as edições bimestrais (em alguns momentos trimestrais por questões financeiras

²⁹⁷4º Adjunto do Nordeste. II Encontro Regional da ACR. Realizado entre os dias 28 de outubro e 2 de novembro, em 1967. p. 251. (RELATÓRIOS DE ENCONTROS E ASSEMBLEIAS..., 1966-1968).

internas) tentavam aproximar as situações de dificuldades no campo com as palavras bíblicas que acompanhavam as várias seções dos jornais. As edições também incorporavam caráter político frente às notícias do país e medidas péssimas para a situação dos trabalhadores rurais de maneira que informavam, conscientizavam e engajavam os assinantes.

Os estudos que acompanham a produção de periódicos pelos movimentos sociais destacam o papel da imprensa na reprodução ideológica das organizações de esquerda e como a historiografia se beneficia da utilização dos jornais e materiais de divulgação entre os militantes para compreender as zonas de interesse e o processo de articulação dos associados aos movimentos. A comunicação entre os integrantes das organizações torna-se um ponto de grande importância para a constituição do cenário social que os dirigentes do movimento estavam inseridos, pois pavimenta uma série de demandas destas instituições provenientes da realidade que os confrontava e, por consequência, expressava-se aquilo que se desejava corrigir ou denunciar na sociedade. Como afirma Vieira:

“Nesse sentido, a importância da imprensa para a pesquisa histórica se amplia consideravelmente. Se durante muito tempo, a imprensa foi desprezada pelos historiadores de formação positivista que a consideravam "pouco confiável" devido à carga de subjetividade que carrega, hoje a utilizamos, sobretudo, devido a essa subjetividade, mais ainda, pelo seu caráter de formadora de opinião. Sendo porta-voz de interesses muito objetivos de classes sociais ou frações de classes sociais, ela procura formular para toda a sociedade uma determinada visão de mundo, tentando generalizar para o conjunto da nação, interesses específicos da classe que representa.”²⁹⁸

No caso da Animação dos Cristãos no Meio Rural, o processo de mobilização que se concretiza também através do Grito atinge camadas históricas que expõem a construção do pensamento que rivalizavam com os grupos de poder que se estabeleciam no Brasil na segunda metade da década de 1960. Mediante o Grito, são transmitidos para o Trabalhador rural os acontecimentos de interesse dos camponeses em que temos alternativa de constatar como acontecia o processo de comunicação entre os redatores do movimento para com os militantes para além das reportagens da grande mídia cujos discursos dos jornais estavam escassos de propriedade reflexiva tangente, como proporcionava o periódico da ACR. Logo, o jornal renova aquilo que observamos entre as reuniões menores e assembleias regionais da organização e aumenta a noção de uma realidade local para uma nacional que expande a visão da concentração de terra e da exploração do homem do campo, por exemplo.

Para além da importância da divulgação do pensamento e das práticas reflexivas da ACR na publicação do Grito, a distribuição do jornal angaria outro ponto de vista analítico,

²⁹⁸VIEIRA, Maria do Pilar de A. et al. Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. **Projeto História**, São Paulo, v. 3, 1984. p. 48-49.

pois também trazia para si a competência de reprodução do movimento social no campo ideológico, inclusive também no âmbito financeiro.

A rede de mobilização que se desenvolve na ACR utilizando como vetor o Grito procura atingir certos espaços sociais com objetivos maiores ao longo dos anos em que foi publicado. Com tais propósitos, aos poucos a própria reprodução do movimento social também passa a ligar-se inerentemente à redação do jornal. Isso também representa uma relação financeira entre a continuidade da publicação a partir de seus recursos, como também da continuidade da autonomia do periódico, comprometido com as lutas sociais no campo.

A linha de argumentação do *Grito no Nordeste* foi atraída por um contexto de ação na sociedade rural Nordestina. Desta forma, toda forma de agir e de racionalizar a sociedade através da organização foi convertida na matéria textual produzida pelo jornal. O periódico conseguiu incluir as demandas exclusivas de cada sujeito rural que poderia ser identificado em aspectos de sua sociabilidade no meio local. Logo, não seria apenas o trabalhador assalariado que se identificaria com o jornal, mas também o pequeno proprietário de terra, as trabalhadoras rurais e as donas de casa.

Além da característica panfletária típica do jornal, observamos na primeira edição uma fonte muito especial sobre como se decorreu a aproximação com os colaboradores da ACR, ainda em 1965. Apesar desta edição ser publicada apenas em 1967, observamos como se desenha a formação de uma equipe regional a partir do recrutamento de seminaristas e trabalhadores em várias regiões do Estado de Pernambuco as quais uma equipe ainda muito reduzida tentava firmar o projeto da organização. Somente no ano de 1965 foram visitados quatro estados da região Nordeste: Pernambuco, Bahia, Sergipe e Paraíba e 20 cidades nestes estados:

"PEDAÇOS DE HISTÓRIA

Fim de Maio de 1965 chega no Nordeste (Recife) o Pe. José Servet convidado para cooperar na formação de um laicato adulto nas zonas rurais desta região brasileira.

Junho e Julho: contatos com os vigários das paróquias rurais. Primeiros esboços da futura ACR (Ação Católica Rural) em Jaboatão, Moreno, Vitória, Cabo. O padre quer começar com os mais pobres, os camponeses dos engenhos, já sofrendo da terrível crise açucareira.

Agosto: Paulo começa a assumir a permanência e se apresentam para colaborar os seminaristas pioneiros que desejavam se preparar para o futuro trabalho pastoral no campo: Hélio Coimbra do Sergipe, sempre fiel a opção primeira e Moisés Rodrigues, já vigário de Ipirá, na Bahia.

Visita de Palmares, Barreiros, encontros do clero e dioceses vizinhas em diversos encontros, no retiro em estágios pastorais diversos. Reuniões sacerdotais em Jaboatão, Nazaré, São Bento do Una, Pesqueira, Coité (PB)."²⁹⁹.

²⁹⁹ACR. Ação Católica Rural. **Grito no Nordeste**. Jornal Grito no Nordeste. S. l., n. 1. jan/mar, 1967c. (Arquivo ACR. NUDOC/UFPE).

A perspectiva era de construir o máximo de bases e centros de discussão sobre o método da organização para então fazer a diferença nestas comunidades locais, utilizando-se, como foi mencionado, de estágios pastorais e retiros para a inclusão das visões missionárias da ACR que seriam incorporadas pelos padres e seminaristas. Estas experiências certamente trouxeram efeitos positivos na regeneração de núcleos católicos no interior do Nordeste. Como o documento afirma, no primeiro encontro regional da ACR no Nordeste (já em 1966) estiveram presentes quatro estados e oito dioceses e a partir de então o movimento ganha uma maior consistência devido à unidade conquistada através destas reuniões, saindo, portanto, fortalecido. Nesta crescente, aconteceram as primeiras viagens para Piauí, Maranhão e Ceará.

Com tantos esforços ainda neste primeiro ano de fundação para estabelecer relações com dioceses no mundo rural, é exemplar que algumas destas passem a colaborar com o trabalho de base da ACR realizado próximos a esses centros legitimados pela adesão dos núcleos hierárquicos locais.³⁰⁰

Não somente com os padres e seminaristas, a organização prezou por dar voz ao trabalhador rural em vários aspectos da publicação. Sempre mantendo seu apelo religioso, a Ação Católica Rural prezou por ressaltar aspectos da vivência camponesa relacionando-a com as perspectivas possíveis de mudança social, sendo uma delas o sindicalismo, que mesmo estando bastante afetado pelas intervenções do grupo político dominante desde o golpe, tentava ser reformado com o interesse dos trabalhadores afetados pelo trabalho promovido pela ACR. Em um dos editoriais mais incisivos já publicados nesses jornais os quais foram avaliados foi este referente ao número três do período cujo texto sobre a adesão ao sindicalismo ganha justificativa mais expressiva, rebatendo alguns cristãos que não aceitam a

³⁰⁰Na sétima publicação do Grito, um grande mapeamento das dioceses e cidades visitadas em 3 meses é apresentado, de forma que se pode observar a real dimensão de onde a ACR encontrava-se na realidade camponesa perante a adaptação de dirigentes nas cidades reveladas para fomentar o movimento "em todo o Nordeste, desde o Maranhão até a Bahia". No Maranhão são as seguintes cidades: Bacabal, Coroatá, Pedreiras, Caxias, Rosário, Carolina, Balsas e São Luís (capital). No Piauí são destacadas as cidades: Piripiri, Campo Maior, Amarante e Teresina (capital). No Ceará: Sobral, Fortaleza (capital), Crateús, Limoeiro do Norte, Iguatu. No Rio Grande do Norte: Mossoró, Natal (capital), Cruzeta, Jardim de Seridó, Augusto Severo, Caraúbas, Limoeiro do Norte, Areia Branca, Açu, Angicos, Lajes, Governador Dix-Sept Rosado, Riachuelo, São Paulo do Potengi e Caicó. Na Paraíba: Pombal, Patos, Cajazeiras, Campina Grande e João Pessoa (capital). Em Pernambuco: Bom Conselho, Pesqueira, Caruaru e Recife (capital), Ouricuri, Petrolina, Floresta, Sertânia, Afogados da Ingazeira, Arcoverde, São Bento do Una, Garanhuns, Catende, Palmares, Gravatá, Vitória, Limoeiro, Timbaúba, Nazaré da Mata, Paudalho, Olinda, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Ribeirão e Escada. Alagoas: Maceió (capital) e Penedo. Em Sergipe: Itabaiana, Capela, Lagarto, Estância, Maruim, Japarutuba, Propria, Neópolis, Frei Paulo e Aracaju (capital). Na Bahia: Bom Jesus da Lapa, Jequié, Itabuna, Ilhéus, Amargosa, Valença, Ipina, Serrinha, Rui Barbosa, Itaberaba, Santo Antônio de Jesus, Feira de Santana e Salvador (capital). As viagens geraram grande material de publicação no Jornal, pois além de expor todas estas bases católicas que serviam assistência espiritual e política, trouxeram casos concretos coletados na jornada que serviram para evidenciar as situações de injustiça social, de fraudes no cumprimento da lei e de abusos e violências provocadas pelos chefes políticos locais. (ACR, 1968)

iniciativa de trabalhadores rurais em sua busca por representação política, criticando inclusive aqueles que os acusam de "subversão". Na coluna de Antônio Almeida, sindicalista e dirigente da ACR é dito:

"[...] Mas o salário que estes ganham não dá para o sustento da pobre família, que muitas vezes come uma vez por dia. E assim estas famílias vivem uma vida de miséria. Por isso somos tratados de subversivos, mas já basta de calúnias! Porque a maior subversão - são famílias abandonadas nos bairros pobres das cidades, onde se forma o anel da miséria.

Neste anel da miséria reina toda espécie de mal; aí onde os filhos começam a desconhecer os pais, onde crianças crescem aos dissabores da vida; onde estes mesmos pobres são entregues ao jugo de todos aqueles a quem imploram uma esmola pelo amor de Deus. É por isso que enfrentamos todos os obstáculos e desempenhamos com zelo e carinho o nosso papel de cristãos em busca de dias melhores para aqueles que não podem frequentar nem banquetes nem coquetéis onde não têm o direito de entrar porque são pobres e miseráveis e as casas são ricamente pintadas e adornadas. Oh! e que lhe são negados até os direitos de pisar os mosaicos das grandes salas de danças, onde só os ricos têm o direito de entrar! Direito este que Deus deu a todos os homens que ocupam este planeta Terra. Mas quando os pobres começam a tomar consciência de que a eles cabe exigir a sua promoção, começam a aparecer nas paredes das ruas letreiros para tirar a tranquilidade das famílias que compõem as cidades do interior. Sabemos que isto é feito por quem não quer ver os trabalhadores unidos em seus sindicatos em busca de sua promoção.

Portanto você, meu caro, que não quer nos ajudar para a construção de um mundo melhor, como é o pensamento do Papa e dos Bispos e de todos os homens de boa vontade, você que não é capaz de colocar uma pedra nos alicerces desta construção tão maravilhosa que com muito trabalho estamos a construir, por Deus! Nós o pedimos que não venha nos atrapalhar!

Lembre-se da marcha com Deus pela liberdade!

"Quando não fores capaz de fazer o bem, não chegues a praticar o mal!!

-Eu tive fome, tu me destes de comer.

-Eu tive sede, tu me destes de beber.

-Estava nú, e tu me vestiste.

Portanto, aqui fica esta pergunta: "Por que negar tudo isto aos pobres, Assim o fazendo estamos negando o próprio Deus!"³⁰¹.

Um dos objetivos mais claros do jornal era de divulgar para os trabalhadores e leitores o estilo de vida da população rural que era amplamente dificultado pelas violências diárias. As expectativas eram de que, ao observar uma semelhança nas adversidades cotidianas de outras famílias e de outros sujeitos, o leitor também oriundo deste meio conseguisse perceber que sua situação não era única e que não estava passando por aquilo sozinho. Todos os episódios publicados no Grito como "fatos concretos" serviriam para gerar uma consciência coletiva muito mais ampla que sua realidade local e proporcionar um entendimento estrutural das questões da vida. Além disso, provocaram um senso de identificação com a classe gerada a partir do sentimento de indignação que muitos

³⁰¹ACR. Ação Católica Rural. **Grito no Nordeste**. Jornal Grito no Nordeste. *S. l.*, n. 3. jun/ago 1967b. p. 1-2. (Arquivo ACR. NUDOC/UFPE).

depoimentos e testemunhos puderam aflorar em outros militantes, sensibilizados pela injustiça.

Estas questões são importantes, pois temas como a Caridade e Solidariedade sempre voltam como centros de discussões na formação política da ACR. E isso ocorre não somente pela perspectiva teológica que se formava na segunda metade da década de 1960, mas também pela filosofia inerente ao método utilizado Ver, Julgar e Agir que proporciona uma conclusão de todos os episódios trazidos para a discussão coletiva. Sobre esta questão o agir, etapa final da metodologia, seria na maioria das vezes coletivo, pois muito pouco daquela realidade de exclusão social e política teria efeitos positivos ou eficientes se realizados de forma solitária, sendo sempre necessário contar com o auxílio daqueles subjugados na mesma realidade social.

São nestes depoimentos em que se observa como o contato com o elemento leigo deveria destacar-se na produção do jornal. Perante o grande número de dioceses que estabeleciam um vínculo com a organização, era necessário reforçar a outra parcela de componentes do movimento, já que pela própria continuidade institucional havia uma aproximação maciça de seminaristas e padres.

A voz de sacerdotes e dirigentes já era amplamente divulgada no jornal, entretanto deveria haver uma divisão específica para os trabalhadores que quisessem compartilhar suas dúvidas, experiências e episódios controversos da jornada de luta. Foi a partir de então que a partir do segundo número publicado do Grito criou-se esta sessão particular para que militantes conseguissem expressar-se. As cartas publicadas fornecem um aspecto muito mais minucioso das corriqueiras adversidades dos cristãos envolvidos com a ACR, sendo importantíssimas para a concepção de formação política que era empreendida pela organização e também para a forma como os militantes respondiam a ela dependendo do contexto em que estavam inseridos.

As cartas também se diferem dos relatórios publicados no jornal, pois demonstram uma face muito mais orgânica do movimento, já que os fatos ali expressos não são reportados a partir de coordenadores ou dirigentes de determinar dos estados ou municípios, mas de colaboradores muitas vezes oriundos de sítios ou povoados dissertando sobre amigos e familiares, sempre relatando sua visão de mundo ou demandas provenientes de uma grande formação que a ACR promovia. Dos sete jornais analisados, entre 1967 e 1968, foram publicadas 11 cartas e todas elas conseguem expressar um processo histórico estrutural por meio de um relato particular ou individual. Citando inicialmente o exemplo da carta oriunda de Curral Novo, na Bahia, escrita pela militante Clara Costa Gonçalves (responsável) que

enviou o depoimento com o apoio da equipe de Jequié, também na Bahia, percebemos aspectos da sociedade civil que se modificam na deterioração das condições de vida dos camponeses após o Golpe:

“1- Curral Novo - Bahia.

Recebemos os boletins e fichas de inscrição para o Encontro Regional de A.C.R. Lemos com atenção os acontecimentos que são iguais nos nossos.

fato: "Há muito tempo, um casal partiu daqui do Curral Novo com destino ao Paraná em busca de melhora. Em junho deste ano o casal voltava a Curral Novo juntamente com 4 filhos e na estrada, o ônibus em que vinham chocou-se com outro e ficaram gravemente feridos. Perderam uma filha e ficaram hospitalizados numa casa de caridade. A mãe que tinha sido atropelada pediu uma palavra de conforto e meios para mandar buscar a outra filha. O que fizemos ?Somos um grupo de cristãos de A.C. Reunimo-nos com 16 elementos da equipe e fomos estudar o fato. Conversamos, debatemos e chegamos a uma conclusão.Partimos para resolver aquela dificuldade. Descobrimos meios, arranjamos finanças para ir visitar os enfermos e já voltamos de lá trazendo o casal. Através do movimento cresce nossa preocupação para com os outros. São estes os frutos da A.C.R. plantada por Pe.. Servat e colhida por nós. A Equipe de Jequié da Bahia envia um forte abraço para todos os camponeses do Nordeste."³⁰².

Observamos aqui uma descrição bastante fiel do processo denominado Êxodo Rural, fenômeno social de migrações reproduzido intensamente durante a década de 1960 provocados pela exclusão dos camponeses no processo de modernização da agricultura, levando-os a procurar outras possibilidades de sustento em outros espaços diferentes daqueles que costumavam sobreviver, no caso, as cidades.

O contexto de mudança de uma família originalmente vinda de uma cidade entre a Caatinga e Zona da Mata da Bahia para o Paraná é sintomático tanto do desemprego no campo, quanto das razões de sua existência³⁰³. A migração de famílias para as regiões urbanizadas e em processo de industrialização controlado por multinacionais gera um choque

³⁰²ACR. Ação Católica Rural. **Grito no Nordeste**. Jornal Grito no Nordeste. *S. l*, n. 7. jul./set., 1968b. p. 16-17 (Arquivo ACR. NUDOC/UFPE).

³⁰³Sobre a introdução de técnicas que favorecem a concentração de renda e a monocultura, é abordado como o estilo de vida camponês passa a ser constante atacado do ponto de vista econômico na industrialização conduzida pela ditadura, favorecendo grupos estrangeiros sem nenhuma responsabilidade ou planejamento social: " As indústrias de equipamentos e insumos passaram a pressionar, direta ou indiretamente, a agricultura a se modernizar, visto almejam uma venda cada vez maior. Porém, o que vai realmente dar um grande impulso na transformação da base técnica da produção agrícola é o incentivo governamental através do chamado crédito rural, viabilizado principalmente a partir de meados da década de 1960. Com o crescente avanço da industrialização e urbanização no Brasil, a modernização do setor agrário se torna necessária dentro do contexto que a envolve. Era necessário produzir alimentos e produtos para exportação para controlar a balança comercial do país. No entanto, o referido desenvolvimento se dá principalmente via capital internacional, com uma crescente participação das empresas multinacionais, com interesses em manter o setor rural cada vez mais subordinado aos recursos por elas produzidos. Argumentavam que o arcaico setor rural seria um entrave para o desenvolvimento econômico, não conseguindo responder à demanda do setor urbano – industrial. O argumento central para essa questão era que a exportação não aumentava satisfatoriamente, a agricultura não produzia alimentos e matérias primas suficientes à demanda urbana – industrial e os preços dos produtos agrícolas subiam excessivamente. Porém, vários estudos desse período são contrários a esse argumento, combatendo a idéia de uma agricultura como entrave ao desenvolvimento, apesar de seu aspecto rudimentar." (TEIXEIRA, 2005. p.25-26).

cultural em muitos destes nordestinos que tentaram uma alternativa de sobrevivência principalmente no Sul e Sudeste. A dificuldade do processo de adaptação está explicitamente descrita na tentativa de retorno da família para Curral Novo, seja devido à remuneração igualmente baixa, seja devido à grande diferença de organização espacial das parcelas empobrecidas na área urbana, em áreas desvalorizadas.

Entretanto, a reviravolta na trajetória da família é a do auxílio da comunidade da ACR ao conseguir ajudar a família a retornar após a recuperação para a cidade natal. Chama atenção no depoimento o exame de revelados para gerar a condição do apoio: foram primeiro sensibilizados pela situação trágica recém-descoberta e se reuniram para resolver aquela situação da melhor maneira possível coletivamente.

É mencionado que na cidade de Jequié a comunidade que reunia 16 pessoas conseguiu se mobilizar para trazer a família em segurança de volta. Desta forma, fica evidente que as cartas enviadas para a sede do Grito, que também era a sede da ACR, levam não somente a um retrato do período em seus contextos inseridos e das dinâmicas locais, mas também ao processo de formação em primeira camada, ou seja, nas reuniões comunitárias aqui relatadas. Seus efeitos também são apresentados.

Aqui a principal marca da perspectiva de vida promovida pela ACR está claramente expressa quando a colaboradora responsável pelo envio, ao reportar a situação, aborda que o movimento acabou mudando a comunidade ao demandar dela posturas mais solidárias e caridosas, como as observadas no apoio dado ao casal. Além disso, bem no início do trecho citado, antes de abordar a situação central, é dito que os militantes daquela região seguem recebendo os jornais e utilizando-os no processo diário de construção desta perspectiva humanista e progressista. É bastante relevante, portanto, sugerir que esta prática era replicada – ou orientada a ser, em várias das dioceses e casas de militantes que acolhessem as reuniões.

Tais apontamentos fazem com que o jornal se colocasse como um grande painel para discussões em todos os núcleos católicos que ele chegasse. Desta forma, a variedade de casos e fatos trazidos poderiam ser instrumentos de reforço da identidade dos trabalhadores rurais, ao observar que alguns casos convergem para a realidade de outros cristãos.

A heterogeneidade dos leitores do periódico referido está demonstrada tanto na diversidade de temas abordados, como também no potencial da distribuição do jornal e do alcance que ele teve entre as comunidades rurais e urbanas. Sendo assim, independente do grau de instrução dos trabalhadores e da cultura política autoritária os quais eles estavam imersos, considerando o período inicial da ditadura militar, esse esforço contínuo de criar condições para alavancar o nível de consciência política entre seus leitores também foi

fundamental para que nos anos seguintes o Grito se tornasse um dos principais materiais de divulgação das ações da ACR.

Parte do fato de que o jornal tenha sido bem-sucedido em seu empreendimento de alcançar os trabalhadores está certamente residido na transferência de informações que eram veiculadas no periódico. A adaptação da notícia e a formulação dos textos com construção de frases simples e de vocabulário familiar aos leitores foram fundamentais também para que adesão ao movimento se concretizasse.

A perspectiva da ACR quanto a atribuição de novos significados das escrituras bíblicas para o contexto do camponês era veiculada de diversas formas que o movimento social contra toda a estrutura institucional poderia desenvolver. Por isso, os boletins do Grito tornaram-se tão importante para as análises do movimento. Além disso, temos de contar com o fator monetário que contribuía para a reprodução do movimento e a autonomia do mesmo.

O alcance do jornal aumenta de acordo com a divulgação do periódico entre as esferas individuais e coletivas, dependendo do público leitor. Segundo o documento, proveniente da década de 1980, podemos observar que o boletim se transformou em peça fundamental no que tange tais questões. Para isso, precisamos observar que mesmo que o documento tenha seus objetivos ligados ao contexto de décadas posteriores, visando o futuro e a manutenção do movimento à luz daquele tempo, observamos que nas origens do projeto do *Grito no Nordeste* existiam propósitos de que o periódico pudesse expandir de forma muito mais complexa os fundamentos da instituição:

III PUBLICO LEITOR.

O *Grito no Nordeste* é um jornal de trabalhador rural. Mesmo que ele não seja totalmente feito pelo trabalhador rural, o seu público ou destinatário, é o trabalhador assalariado, sem-terra, pequeno proprietário, renteiro e posseiro. Mas o Grito tem uma boa aceitação entre estudantes e professores rurais, agentes de pastoral, padres e religiosas ligados ao meio rural. O Grito atinge não só os militantes da ACR, pois é distribuído em todo o Brasil, mas principalmente nos Estados do Nordeste, onde a ACR atua. Ele é lido em grupo ou individualmente. É utilizado como subsídio nas reuniões e encontros de trabalhadores. Pois, além das cartas e das matérias, traz sempre matérias de reflexão política, econômica, sindical, de fé e outras. [...]

V – PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DOS ASSINANTES.

A situação financeira dos trabalhadores rurais do Nordeste e do Brasil é muito difícil. Eles têm dificuldades em assumir todos os custos do jornal, tendo em vista o pouco que se ganha e a inflação (neste momento, de 24% ao mês), que torna muito caro o custo de vida. Como a contribuição dos trabalhadores estava muito pequena, na assembleia geral da ACR do ano passado, decidiu-se que a assinatura anual passaria a custar 3% do salário mínimo para o trabalhador rural, 6% para outros trabalhadores e 12% para assinaturas de apoio. Essa questão é um desafio ao nosso trabalho educativo, tendo em vista que muitas entidades e organizações, distribuem boletins e jornais gratuitamente.³⁰⁴.

³⁰⁴Projeto Grito no Nordeste, publicado originalmente em 1984 e adaptado para a campanha de captação de recursos e planejamento de 1989-1991. (Acervo ACR/NUDOC/UFPE.).

Pelos dados apontados nos documentos divulgados pela organização, devemos observar que o alcance do Grito pode ser ampliado considerando o contexto de distribuição do jornal entre leitores que individualizam a posse do boletim e àqueles boletins que eram compartilhados nas sedes de outras organizações e em reuniões da própria ACR. Apesar de o documento referir-se unicamente às necessidades enfrentadas pela instituição no período em que ele foi escrito, em toda a trajetória da organização é observado um estímulo à troca de informações entre militantes e a redação do Grito, pois este movimento conseguia exemplificar exatamente as contradições na sociedade que o jornal apresentava em suas reflexões.

Em publicação já revisitada, mencionada na comemoração dos 13 anos de divulgação do periódico, o mesmo incentivo à participação e envio de depoimentos é empreendido. Tal movimento concretiza um propósito de reconhecer o papel social dos leigos na base do movimento com uma função protagonista na questão. Nas últimas seções do documento formador e comemorativo, é descrito como essencial ao movimento e ao conteúdo do jornal a constante escrita dos militantes da ACR:

“APELO FINAL PARA OS AMIGOS LEITORES

Esse caderno é o esboço de um livrinho que queremos imprimir nos meses que vem para colocá-lo ao serviço de todos os nossos amigos. Por isso desejamos que vocês possam ler estas páginas com muita atenção, conversar com os companheiros e depois enviar uma carta para dizer o que pensam, saber o que vocês pensam, o que desejam ' para fazer do livrinho um instrumento adaptado. O nosso objetivo é que o máximo de trabalhadores se tornem conscientes e participantes na classe camponesa e na Igreja que nasce do povo. Para isso devemos criar instrumento de reflexão e de ação. Enviem a sua experiência de A.C.R e de Evangelização na sua região, na sua diocese ou estado. O essencial é contar como viveu experiência: como começou, como se desenvolveu? Quem começou? O que se mudou? Como pensam que vão continuar? O livrinho quer ajudar os militantes, animadores e padres amigos a entender melhor a experiência que fizemos e que queremos continuar. O livrinho quer informar mais os amigos que não entendem muito a nossa ação e os que não veem a utilidade de um movimento camponês³⁰⁵ na Igreja. Queríamos poder abrir mais diálogos fecundos em união com todos. Cada um conversando a sua originalidade e os seus métodos. Uma experiência à sempre transitória e relativa. Um movimento é um instrumento, um meio para atingir o fim que é a libertação

³⁰⁵Esta não é a primeira vez que se observa o termo empregado em documentos da ACR, ou em depoimentos de sujeitos ligados à instituição. Entretanto, sua utilização consegue atribuir um sentido histórico tanto da aplicação do termo que já ajudou a definir as “ligas camponesas”, memória da luta dos trabalhadores por terra e trabalho digno, como por constituir um sujeito oriundo de um grupo social que não se define somente por suas funções na realidade produtiva, mas oriundo de uma construção moral bastante particular e com uma ética mais ampla, ao envolver muito mais indivíduos que o termo sinônimo “trabalhadores rurais”. A aplicação do termo, portanto, permite uma relação dialética mais explícita em relação aos latifundiários e classe patronal de forma que sua categoria analítica permite uma identificação de classe complexa. “O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais” (MARQUES, 2012. p. 60)

integral: “do HOMEM todo e de todos os homens”. Estamos esperando a sua resposta.”³⁰⁶.

A produção de um jornal voltado com informações e papel "editorial" quase que exclusivamente concentrado nas pautas camponesas teve de proporcionar um espaço exclusivo para eles, já que o periódico não tinha uma função somente "panfletária" das renovações católicas, mas certamente, das experiências dos trabalhadores do campo quanto ao acompanhamento das lutas particulares de cada ambiente que se escrevia sobre.

O papel exato de um boletim progressista no contexto de início do regime militar esteve em esclarecer os novos contextos políticos regionais que se encontravam vigentes. E a descrição das novas circunstâncias divulgadas por cartas enviadas à sede da ACR no centro do Recife para então serem publicadas seria o recurso mais realista encontrado.

A mobilização e animação dos trabalhadores rurais, objetivo primário da organização, seria alcançado através da informação e da identificação que, claramente, a situação de opressão de um camponês que poderia inclusive estar em outro estado do Nordeste, era compartilhada, mesmo que distante. Escancarou-se, assim, a questão estrutural dos principais problemas entre os trabalhadores rurais pavimentados pela violência patronal, pelos abusos de autoridade institucional nos pequenos centros e no abandono sindical visto a situação de intervenção destes.

Estes aspectos ligados à questão da comunicação popular surgem em diálogo com as propostas de movimentos sociais que passam a estabelecer-se para com seu público com o objetivo de gerar uma conscientização, no caso da ACR vinculado a outros trabalhos de base, e reflexões que repensem o estado das coisas adversas aos grupos oprimidos. Em suma, as propostas convergem ao mesmo sentido político de uma comunicação voltada para o povo.

Segundo Peruzzo:

“A comunicação popular foi também denominada de alternativa, participativa, horizontal, comunitária e dialógica, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política.”³⁰⁷.

O que era divulgado na ACR, entretanto, não era totalmente divergente do que se propunham outros movimentos de esquerda na ditadura militar, apesar de possuírem métodos

³⁰⁶ACR. Ação Católica Rural. **Cartilha “Grito no Nordeste”**. 1978. Arquivo ACR NUDOC/UFPE.

³⁰⁷PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 29., 2006. Brasília. **Resumos [...]** Brasília: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2006. p. 2.

bastante diferentes. Entretanto, o Grito se destaca para a nossa pesquisa pelo estabelecimento de uma vertente de comunicação com referências a propostas do movimento que combinavam a evangelização com o incentivo a participação política e da tomada de consciência dos camponeses. A necessidade de iniciar um processo de comunicação desse grupo específico surge da necessidade de colocar-se como um movimento que promovia uma discussão político-transformadora de uma classe subalterna, mas também por tentar estabelecer um diálogo que forjasse uma identidade camponesa baseadas nos princípios eucarísticos e de mobilização em favor da classe camponesa.

Desta forma, os canais de comunicação concretizam-se como indicativo das demandas sociais, além de informar sobre as condições dos processos históricos e dos grupos de poder que geram as limitações e os termos que tornam possível a comunicação das ideias. A comunicação através de extensões como os jornais para os movimentos sociais funciona como um catalisador para o avanço do movimento mesmo que esteja ligado a uma conjuntura adversa. Ou seja, apoia-se como um forte instrumento de fomentação da confiança no movimento e de reforçar a atuação do movimento em outras localidades explicitando as contradições sociais que perseguem a população pobre do campo. Assim, consolida-se um processo de engajamento que compartilha noções de mundo e incentiva a participação política do público-alvo em relação ao jornal, interagindo com o movimento, assim como em relação aos espaços de poder na sociedade.

Segundo Peruzzo, essa dinâmica da educação e mobilização através de meios de comunicação idealizados por movimentos populares têm muito a contribuir para o processo de formação política e conscientização da classe:

“É educativo pelo processo porque a participação direta ajuda desenvolver pessoas. O cidadão que passa a escrever para o jornalzinho; a falar no rádio; a fazer o papel de ator num vídeo popular; a criar, produzir e transmitir um programa de rádio ou de televisão; a discutir os objetivos, a linha editorial e os princípios de gestão do meio de comunicação; a selecionar conteúdos etc., vive um processo de educação informal em relação a compreensão da mídia e do contexto onde vive. Situação que ajuda a desmistificar a mídia, pois a mesma costuma ser vista como algo inacessível – como coisa só de especialistas, de “gente estudada” – pelo cidadão comum. Os meios de comunicação produzidos por setores organizados das classes subalternas, ou a elas organicamente ligados, acabam por criar um campo propício para o desenvolvimento da educação para a cidadania. As relações entre educação e comunicação se explicitam, pois as pessoas envolvidas em tais processos desenvolvem o seu conhecimento e mudam o seu modo de ver e relacionar-se com a sociedade e com o próprio sistema dos meios de comunicação de massa. Apropriam-se das técnicas e de instrumentos tecnológicos de comunicação, adquirem uma visão mais crítica, tanto pelas informações que recebem quanto pelo que aprendem através da vivência, da própria prática”³⁰⁸.

³⁰⁸PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. *Lumina*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, jun., 2007. p. 22.

Além das disposições educativas consistentes no projeto que leva a publicação do jornal da ACR, o surgimento do Grito é uma consequência da necessidade do movimento de divulgar seu pensamento de uma forma mais eficiente, compreendendo as limitações tecnológicas da época, como também, dos recursos disponíveis para a população. O trabalho constante organizado pelas reuniões com as discussões levantadas em cada comunidade foi complementado com o periódico na perspectiva de colocar os militantes e simpatizantes com outros iguais que enfrentavam problemas semelhantes, inseridos na mesma conjuntura. Além disso, firmava um compromisso com a promoção de uma Igreja comprometida com a causa popular ao colocar em pauta constante seu posicionamento conforme temas e acontecimentos distintos fossem surgindo. Logo no primeiro número publicado pela ACR, o Grito apresenta-se da seguinte forma:

“Assim vamos ter um instrumento novo para fazer aparecer essa Igreja nova, povo de Deus em marcha, ao serviço de todos os homens de hoje, ajudando-os na realização de uma vida totalmente desenvolvida. Este boletim que ora reúne dados colecionados pela equipe regional, não é apenas o trabalho de uns, mas pelo contrário, quer ser o espelho da atividade de todas as equipes. Cada um, desde a Bahia ao Maranhão, contribuindo com sua pequena flor, trabalha para que brote e floresça esta grande árvore.

GRITO – Grita a criança quando vem ao mundo. Grita a mãe pela alegria de ter dado a luz a um filho. Geme o homem grande diante do trabalho pesado. Gritam todos com a dor, os sofrimentos, os maltratos, as injustiças. Gritemos todos nós na alegria de uma conquista nova. Grito é vida e vida plena! Como o profeta, proclamamos o direito que todos têm de participar desta vida a qual foi escolhido.”³⁰⁹

Desta forma a ACR deu um passo grande para o seu objetivo de chegar à casa do povo mais pobre, dos trabalhadores de forma geral, pois a leitura do periódico fornecia uma visão de engajamento coletiva, dando a alternativa da luta e da reação aos seus leitores. Tal processo desenvolveu-se a partir do ponto em que os leigos, movimentos e padres que possuíam o Grito também estivessem influenciados pelos seus textos e pelo andamento do movimento. Tal conduta que tinha sua realização no encontro de experiências dos camponeses teria êxito. Portanto, a partir do momento em que estes sujeitos estivessem despertados pelas atividades desempenhadas simultaneamente, como afirma o documento, “da Bahia ao Maranhão” e tomassem responsabilidade do serviço rural e comparassem com as alternativas políticas da sua região, contemplando exemplos positivos e negativos.

O jornal também surge desta vez, não somente a partir da correspondência dos seus militantes, mas também a partir dos textos produzidos pela própria equipe de redação, com a

³⁰⁹ACR, 1967c.

preocupação de lançar alguns temas que sejam de interesse do mundo rural com a finalidade de impedir que seus leitores, submersos na vivência de exploração, acostumassem-se a olhar a realidade da vida e do mundo com o olhar de indiferença e inferioridade, perpetuando a situação de conformidade. Por isso, os apelos do Grito sempre geram uma expectativa coletiva, já que as mudanças individuais são muito menos acatadas e possíveis na baixa mobilidade social e no contexto de violência política convivida.

Na segunda publicação do Grito, observamos como o entusiasmo coletivo na edição se dedica especialmente às trabalhadoras rurais, as particularidades de sua rotina e das jornadas abusivas de trabalho. Incluí-las na agenda da luta da ACR também significa reafirmar os espaços de protagonismo operados entre todos aqueles que faziam parte do movimento, destacando a importância feminina nos papéis de agentes da pastoral, como também no seio familiar. Em fragmentos específicos, é uma questão sobre o abandono de ofícios femininos no interior da Paraíba e uma possível campanha difundida pelos sindicatos rurais de esterilização da população feminina³¹⁰.

Nesta edição, em que primeiro é apresentado um pedido de intervenção da ACR sobre uma situação conflitante na área rural do estado, a organização publica tal apelo, dando voz às trabalhadoras da região, mas também cedendo elementos sobre a percepção desta classe sobre o rebaixamento da categoria de trabalho feminino. Em uma notícia relacionada ao universo feminino no meio rural, aparece um apelo enviado por Berta Maria da Costa, da cidade de Solânea (PB). No pedido que não volta a ser mencionado nos jornais seguintes, vemos traços da precarização do trabalho feminino desvalorizado em várias escalas. A primeira delas é observada na desconsideração da habilidade de tecer e bordar das mulheres da região. A principal questão aqui apresentada é o fato de que o esforço do aprendizado não é recompensado e estas mulheres são obrigadas a abandonar o ofício:

³¹⁰A campanha em si não volta a ser citada nos periódicos seguintes do Grito no Nordeste, mas é fato conhecido que houve um movimento de influir nos direitos reprodutivos femininos na década de 1960 e 1970. Tal corrente não era endossada por grupos femininos engajados, mas produto de uma filosofia que visava segregar as populações de baixa renda. Novamente, devemos lembrar que o Brasil se encontrava em período de ditadura militar e muitos sindicatos estavam com cargos de direção ocupados por interventores e não líderes orgânicos da classe, logo, a demanda da proposta é oriunda do grupo autoritário, obviamente sem nenhum comprometimento com a vida das mulheres, suas experiências contraceptivas e condições da maternidade. Para Alves: “De acordo com Vieira (2002), a esterilização feminina começou a ser realizada no século XIX como medida eugênica, mas somente a partir dos anos 1960 a técnica foi aperfeiçoada e difundida. Molina (1999) argumenta que foi a partir dos anos 1930, com a introdução da penicilina, que as cirurgias de esterilização foram ampliadas. Seu uso, porém, continuava ligado a motivos eugênicos até que, após a Segunda Guerra Mundial e em face da crítica à eugenia, a prática da esterilização teria sido abandonada para ressurgir nos anos 1960. Esse ressurgimento teria sido acompanhado pela difusão da preocupação com o controle populacional, sobretudo nos países pobres e pela aplicação da laparoscopia e da minilaparotomia, técnicas consideradas menos arriscadas, porque são menos invasivas, e mais efetivas para a realização da esterilização feminina.” (ALVES, 2017, p. 188).

“Página Feminina

Berta Maria da Costa - Solânea: Paraíba

No meio rural existem vários problemas que preocupam as famílias. As jovens e as senhoras que sabem bordar ou costurar não podem dar andamentos a seus trabalhos, porque se esforçam muito para aprender e depois não aparecem ganhos necessários para sua utilidade.

As pessoas que moram na comunidade são atrasadas, vivem trabalhando de aluguel e por este motivo as jovens são obrigadas a trabalhar na enxada, e puxar agave, para poder se vestir.

Se há algumas que ensinam pela prefeitura, o ganho é mixaria, de 5,00 (cinco cruzeiros novos) a baixo por mês. Como estes fatos há outros semelhantes e pedimos ao Cristo uma resposta através da Ação Católica Rural.”³¹¹.

O desprestígio do trabalho feminino em sociedades cujo capitalismo se desenvolve não é uma novidade. Segundo Marcela Bezerra, apesar dos efeitos do avanço deste sistema econômico ser geral, as mulheres sentem-no de forma bastante dilatada como observamos no trecho do depoimento na menção tanto ao baixo retorno como professoras e costureiras. Para a historiadora este processo histórico foi determinante na nossa formação social:

“Ao longo da história, homens e mulheres conheceram os mais variados modos de produção, em linhas gerais, os modos de produção asiático, antigo, feudal, burguês. Compartilharam os avanços tecnológicos das ferramentas de trabalho, “da roda ao trator, do tear às máquinas de tecer eletrônicas”, as modificações nos meios de produção, do artesanato à manufatura e daí para a indústria, e as formas de resistências das classes trabalhadoras diante das transformações, o protesto dos artesãos frente à manufatura, as mobilizações dos trabalhadores rurais expulsos dos campos e as lutas operárias por melhores condições de vida e trabalho. [...] Contudo, ainda que as trabalhadoras estivessem presentes, em número significativo, em ambos os espaços produtivos, sobretudo no trabalho exercido no ambiente privado, a desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres incidiu inclusive na historiografia dado o número escasso de reflexões abrangentes e aprofundadas sobre o emprego feminino nas sociedades laboriosas.”³¹²

Outra questão exposta é o fato de que estas trabalhadoras que passam anos de infância e juventude desenvolvendo este ofício passam a ser deslocadas para o trabalho direto na lavoura. Apresenta-se então o aspecto da moradia de aluguel na terra em que vivem: uma condição frequente dos trabalhadores de grandes propriedades que pagam para viver em determinado espaço. Um processo repleto de violências de expropriação e abusos cotidianos na exploração dos camponeses agudizados na ditadura militar. A questão social destas comunidades leva à incorporação das mulheres na roça e no trabalho ligado diretamente à propriedade. Apesar de não definir exatamente o status da economia rural local, podemos considerar que estas mulheres passam a exercer uma maior jornada de trabalho e muito mais maçante.

³¹¹ACR. Ação Católica Rural. **Grito no Nordeste**. Jornal Grito no Nordeste. S. I, n. 2. abr/jun, 1967a. (Arquivo ACR. NUDOC/UFPE).

³¹²BEZERRA, Marcela Heráclio. **Mulheres (des) cobertas, histórias reveladas**: relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na zona da mata sul de Pernambuco (1980-1988). Recife, 2012. 234 folhas. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2012. p. 94-95.

É importante perceber que esta pequena denúncia foi reportada por uma mulher, ressaltando que grande parte das colaboradoras ativas eram do sexo feminino, e que promoveram uma maior participação política na sociedade civil desta parcela frequentemente apagada dos movimentos por incluí-la no contexto de luta geral, mas que possuía suas demandas e recortes próprios.

Outro editorial aponta para uma violência ainda mais explícita sobre debates exclusivos das mulheres quanto suas decisões para com o próprio corpo. O Grito se dispõe a discutir e provocar reflexões sobre este tema construindo um raciocínio que tal assunto não apresenta para as mulheres. Na perspectiva do Jornal:

“... anda por aí uma conversa de esterilização!! (Paulo Correia da Silva)

Já está falado demais e discutido esse negócio de esterilização de mulheres do campo iniciado desde o fim do ano passado em alguns sindicatos. Alegavam os defensores dessa campanha que não valia a pena a mulher do campo ter tantos filhos para depois eles morrerem de fome. Mas agora e o caso de se perguntar:

- Por que no Nordeste e mesmo no Brasil há tanta gente morrendo de fome?
 - Não será mais uma maneira de fugir-se da solução do problema da fome?
 - Por que vejam aqui, - Por que há tantas e tão grandes propriedades, para tão pouca gente?

- Nosso problema justamente descobrir como ocupar todas estas terras que tem o Brasil, de fazer com que todos tenham acesso a essas terras.

Mas nós, como cristãos, além de todos esses aspectos, não podemos esquecer também a coisa pelo lado moral. O Papa, na sua carta encíclica sobre o Desenvolvimento dos povos diz claramente que apesar de todas as dificuldades, que traz um crescimento, cada vez maior da população: "Cabe aos pais em última análise, determinar, com pleno conhecimento de causa, o número de filhos que podem ter, assumindo a responsabilidade perante Deus, perante si próprios, perante os filhos, perante a comunidade a que pertencem de acordo com as exigências da sua consciência, formada, segundo a lei de Deus autenticamente interpretada e sustentada pela confiança nele."³¹³.

Logo, os abusos e violências cometidos na ditadura não contemplaram apenas o ponto de vista trabalhista, mas também a violência institucionalizada pelo governo em sua constante repressão autoritária aos grupos de lutas e ligado ao cerceamento das liberdades individuais da população de baixa renda. O “Grito” sempre denunciou estas brutalidades. Sobre o projeto *Grito no Nordeste*, o Pe. Servat descreve o seguinte:

“Em 1967, lançamos um boletim com a intenção de ressaltar a expressão do movimento e, ao mesmo tempo acompanhar os acontecimentos da vida do meio rural [...]. O Grito se fazia, em parte, com cartas de camponeses, e era uma maneira de dar-lhe vozes. Também publicava análises, reflexões e estudos sobre a realidade; estas geralmente escritas por nós mesmos. Vez por outra, uma pessoa mais especializada escrevia algum artigo, mas esse artigo deveria se sempre simples e relacionado a vida do camponês. Acredito que o Grito tem a profundidade necessária para o trabalhador ler e entender”³¹⁴.

³¹³ACR, 1967a

³¹⁴MONTENEGRO, loc. cit., p. 259.

A pretensão da ACR e dos colaboradores do Grito, como expressavam em diversos jornais, era a de se tornar porta-voz do trabalhador rural na perspectiva de corresponder como um veículo de ideais e reflexões sobre as preocupações e problemas enfrentados pela classe. Até 1979, o "Grito" manteve edições extremamente longas que expressavam em suas quase 20 páginas opiniões e relatos com temáticas de interesse camponês. Estas estavam ligadas aos avanços ou retrocessos na legislação trabalhista, como a luta pelo direito à aposentadoria, em 1976 ou mantendo os militantes atentos para as chamadas dos eventos como as Assembleias – oportunidade para socializar tantas dessas preocupações e reflexões. Apesar de tais temas serem aos poucos introduzidos no periódico, os problemas no campo nordestino sempre estiveram no centro dos debates da ACR. Abreu e Lima resume da seguinte forma:

“Desde seu começo, o movimento se debruçava sobre os problemas do homem do campo, a falta de terra, a miséria, as injustiças. E discutia sobre a importância da organização de classe, entendida como sendo desde grupos pequenos, mas unidos em torno de alguma melhoria, organizando-se em cooperativas ou nos sindicatos. E voltando-se, particularmente, para a necessidade da Reforma Agrária. A terra era considerada como um direito natural, um bem comum, criação e propriedade de Deus.”³¹⁵.

É importante ressaltar que a temática central dos jornais também acompanhava as festividades católicas ao longo do ano, atribuindo novos significados a datas marcantes e ao aspecto social que a confraternização católica pode trazer de compreensão ao evangelho e às notícias do plano material que afetam os trabalhadores. Como se tratavam de edições bimestrais, por boletim muitas das capas representavam eventos e datas importantes como Páscoa, Natal e Festas Juninas. Em espaços no periódico existiam registros de casamentos e falecimentos de militantes. Isso traz a perspectiva de um jornal para o povo.

Através do jornal, o movimento conseguiu estabelecer um padrão de comunicação que transitou entre a formação espiritual e a divulgação da agenda política compatível com os princípios cristãos da justiça social. Logo, a estruturação dos textos iniciais do grito, que contemplavam mensagens gerais dos dirigentes da ACR, traziam referências religiosas continuamente. Logo, assim como a Igreja progressista encarregou-se de promover uma evangelização e catequese longe dos padrões tradicionais da Igreja conservadora, seus métodos também difundidos em outros espaços, longe das missas e dos eventos estritamente religiosos. Um dos espaços encontrados para empreender os apelos da Animação dos Cristãos no Meio Rural tornou-se o Grito.

A comunicação une-se a pedagogia e a prática social para estabelecer um vínculo de

³¹⁵ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985. *Revista Crítica Histórica*, v. 9, n. 18, p. 97, 2019.

catequese com referências cristãs, operando no meio contemporâneo camponês naquele momento. Há um processo de formação da identidade cristã que realocava elementos bíblicos na vida cotidiana dos trabalhadores rurais. Tomando como exemplo novamente o primeiro número publicado do Grito, podemos no texto de apresentação da edição que haveria semelhanças latentes entre personagens determinantes da história de Cristo com a vida dos povos subalternizados:

“JOÃO SEVERINO, MARIA DO CARMO

Imagens de um povo parado, já condenado a viver em aparência de inferno na terra, numa terra criada por Deus, resgatada por Jesus Cristo "que nos chama a todos a participar, como filhos na vida de Deus Vivo, Pai Nosso" (Paulo VI na nova encíclica sobre "o desenvolvimento dos povos").

"Grito" o novo boletim da Ação Católica Rural vai aparecer no tempo pascal, época de alegria, de esperança ante o mistério do Cristo vencedor do mundo: Jesus veio a terra, se fez homem, aceitando toda a condição humana, até o sofrimento e a morte. "Ele passou pelas mesmas provações que nós, exceto o pecado "(Heb. IV: 15). Assim se inseriu na Criação, na humanidade parada para regenerá-la, dar-lhe uma força nova, um dinamismo salvador. E se nos apresenta como o Ressuscitado, o primeiro nascido, a cabeça duma humanidade nova, totalmente regenerada. São Paulo apresenta essa transformação na epístola aos Romanos (VIII: 19-2): "... a criação aguarda ansiosamente a manifestação dos filhos de Deus... com a esperança de ser também ela libertada do cativo da corrupção para participar da gloriosa liberdade dos filhos de Deus. Pois sabemos que toda a criação geme e sofre como que dores do parto até no presente dia". Temos que ver e distinguir no mundo de hoje esses sinais de tal transformação em vista de uma vida mais conforme o plano de Deus."³¹⁶.

A partir da citação presentes podemos compreender como o processo de evangelização da ACR infligia a uma reflexão dos problemas sociais brasileiros. Ao acusar semelhança entre a trajetória de Cristo, na perseguição aos hebreus no novo testamento, o jornal propõe uma renovação do pensamento cristão dentro duma sociedade onde estava enraizada preceitos de conformismo sobre a situação de abandono social e político. Naquelas circunstâncias, valeu-se não somente da associação direta com as provações passadas pelo messias, mas também da perspectiva de mudança do estado de sofrimento para um processo de libertação.

Sem associar a sujeitos bíblicos, particularmente, mas trazendo uma visão de que o engajamento do povo seguindo tais princípios poderia trazer uma alternativa a tal situação. O plano de deus, segundo a ACR, colocava os trabalhadores e as classes oprimidas no centro da mudança e das promessas bíblicas, além disso, frisava este estado de exploração não deveria ser exaltado, mas confrontado. O trabalho não poderia ser visto como penitência, mas como aspecto da sociedade natural, desde que não oriunda da violência instituída pelos “corruptos”.

Outro aspecto bastante evidente na montagem do Grito está localizado na linguagem

³¹⁶ACR, 1967c.

utilizada pelo jornal. Os textos que ainda eram relacionados ao estilo de vida do homem do campo, faziam associações constantes com exemplos que visualizavam um trabalhador rural em seus dilemas e suas inquietações. Desta forma, fica claro que a elaboração do jornal partiria de dois pontos para a concretização do processo de evangelização conforme a doutrina que o grito abraçava: os textos seriam de caráter religioso, mas também procurariam denunciar as condições de sobrevivência dos camponeses.

Uma estratégia bastante difundida estava presente na publicação de versos dentro do Grito, transmitindo uma série de considerações sobre o tema da edição ou sobre o avanço do movimento nos estados. Na coluna “A voz do camponês no Nordeste”, são publicadas em todas as edições poesias que decorrem sobre aspectos da vida camponesa em rimas simples e que complementam os textos bíblicos que são escritos para o Grito.

O uso da poesia num espaço como o jornal que pesquisamos deve ser abordado como uma estratégia de difusão do discurso do jornal sobre diferentes gêneros para o trabalhador rural. No caso, observamos como o periódico sempre tentou utilizar expressões simples e comparações de fácil visualização, e com a inclinação sobre a poesia popular não poderia ser diferente. De linguagem fluida e muitas vezes apropriando-se de jargões tipicamente camponeses, o jornal se apoia em um gênero diferente para a apreensão da realidade, reforçando uma tradição que se manifesta no meio rural nordestino baseado nos repentistas, sendo um importante traço da reprodução da vida cotidiana camponesa. Existem dimensões da vivência camponesa que são exploradas pela tradição oral, mas também passam a serem exploradas pelo Grito ao produzir uma voz social combinando preceitos morais com o sentimento de revolta gerados a partir da compreensão das contradições da sociedade de forma geral, como também levantando questões e reflexões sobre a política, as relações de trabalho e a quantidade de pessoas alheias a abusos devido ao analfabetismo. Nos versos publicados como podemos ver abordam-se tais temáticas:

“A VOZ DO CAMPONÊS DO NORDESTE

1. Se fala que no Brasil uma grande riqueza tem/mas meia dúzia de trustes é quem come e passa bem/ ao pobre fazendo guerra/ três, quatro léguas de terra/ e não arrendam a ninguém. 2. Tem o regime de meia/a mais vil exploração/ tudo que o pobre planta/ a metade é do patrão / ainda é se ser imbecil /dizendo no Brasil, /não existe escravidão! [...] 4. Nas populações rurais/ o analfabetismo impera/ por isto o homem do campo/ às vezes de desespera, / em qualquer repartição/ o homem sem instrução /ninguém não lhe considera. 5. O camponês só e visto, /em época de eleição/ passa a ser considerado/ todo mundo é bom patrão/ mas depois que ganha o cobre/ tira o couro do pobre/ de baixo da sujeição!”³¹⁷.

É importante salientar como nos versos do jornal existem conceitos muito valiosos

³¹⁷ACR, 1968b.

para a formação política do ser humano. Enquanto observamos como a ACR tentou empreender uma promoção do Homem enquanto sujeito reativo, também era preciso associar sua existência a conceitos históricos que muitas vezes passavam despercebidos na experiência social dos trabalhadores. Uma destas está no emprego das primeiras estrofes que espelha o modo de vida camponês com seus códigos e práticas abusivas no trabalho ao da escravidão. Desta forma, há uma prática de levantar questões sobre a insatisfação camponesa que é colocada num debate sobre o tempo em que as desigualdades existem. Se havia uma noção geral que no Brasil existiu um regime de escravidão, baseada no modo de vida dos camponeses, a definição não pode ser totalmente abandonada, ou seja, atribui sentido histórico ao contexto contemporâneo.

O fragmento tem, portanto, nuances muito explícitas na publicação que vão além do conteúdo político, pois do mesmo modo que proporciona uma leitura mais dinâmica, propõe uma valorização das identidades rurais com o auxílio da elevação das expressões culturais muito comuns, remontando os valores que permeavam a consolidação da estrutura de aprendizado da Educação Popular e os movimentos de cultura popular no início da década de 1960.

As críticas da ACR a certas estruturas de poder no meio rural não estão confinadas somente nas relações trabalhistas ou na política que envolve o trabalhador a enganações, mas também aos espaços de luta que os camponeses possuem e como estes estão corrompidos e inertes. O sindicato já era antes do golpe um espaço de disputa para a arregimentação das massas, entretanto, após 1964 os sindicatos e federações tornam-se alvo de intervenções pelos militares, o que compromete muito o lugar institucional dos trabalhadores dialogarem as suas reivindicações.

Como os sindicatos neste período foram esvaziados de suas funções, a organização estabelece alguns juízos sobre a estrutura sindical com o objetivo de esclarecer aos leitores as limitações destas instituições. Mais tarde, já na década seguinte, a ACR passa a incentivar a apropriação dos militantes aos sindicatos, com o objetivo de forjar um movimento realmente combativo, entretanto, neste primeiro momento, ocorre de explicitar os empecilhos que estão na essência do sindicato oriundo das intervenções. Ainda assim, é importante constatar nas considerações transmitidas pelo movimento que há uma grande distância entre o sindicalismo almejado pela ACR e aquele realizado pela Igreja antes do Golpe. Segundo a publicação que resume as conclusões dos encontros da organização no Nordeste é ilustrado:

“Constatou-se que a ação do Sindicato é muito fraca diante dos problemas que precisam ser resolvidos. Se não age é porque está faltando a ação do homem do campo que deve exigir os seus direitos. Constatou-se também que atualmente os

sindicatos estão dependendo muito dos presidentes e muitas vezes o presidente do Sindicato é uma pessoa que não tem capacidade de ação concreta em defesa dos seus companheiros. Às vezes não um camponês, mas um interventor e não sendo da classe não compreende o camponês. É necessário que seja um homem de ação, que esteja a par do sofrimento do campo. O Sindicato deve educar os trabalhadores. Um rapaz chegou a dizer que deixou de assistir as reuniões do Sindicato, porque lá só falam "fofocas", isto é, palavras sem ação. [...] CONCLUSÃO: Devemos exigir os nossos direitos e termos confiança nos nossos companheiros, mas uma confiança verdadeira, procurando ver suas ações o ajudando-lhes a agir.³¹⁸

A preocupação com a sindicalização e com os papéis desempenhados pelas instituições está relacionada a uma preocupação social voltada para a capacidade de mobilização dos camponeses e da liberdade para questionar suas demandas num ambiente que desenvolva uma negociação de propostas que atendam aos trabalhadores. Isso ocorre, pois a ACR se colocava como um movimento religioso que não recorreu a formas de luta clandestinas, além de apegarem-se estruturas reivindicatórias anteriores ao regime militar. Logo, fica evidente como este debate sobre a ação sindical compõe uma esfera importante das lutas sociais que se desenvolveram na ditadura por representar um grande golpe na trajetória de esforço para a garantia de direitos políticos e trabalhistas.

Outras estratégias de elucidação do projeto que a ACR tinha com os trabalhadores rurais residia na utilização de imagens e ilustrações sugestivas que complementassem os sentidos que já estavam inseridos nos demais textos. Considerando que o projeto de comunicação da ACR para com os trabalhadores rurais tentou estabelecer uma proximidade com este grupo a partir vocabulário utilizado, por exemplo, também cabe a reflexão que estas opções de veiculação de informações e formas de expressar os fundamentos da organização não ficaram restritos aos elementos textuais verbais.

Devemos compreender que uma vez que a ACR determinava certa orientação metodológica quanto à maneira de fixar a consciência política introduzida, todos os meios de difusão deste sentido estariam influenciados por tais determinações. Logo, como observamos, o “Grito” em si tomou forma a partir de tais demandas e as colunas, textos bíblicos e demais seções cumpriram esta agenda.

Estavam inseridos em todas as propostas de construção do jornal até sua publicação bimestral temas que promovem um processo de transformação social, de formação política. Por todos os recursos que esclareceram estes assuntos, seriam deslocados para produzir reflexões acerca das inquietações dos trabalhadores. Um dos métodos mais proeminentes na história da publicação do Grito surge a partir da exploração de imagens em seu potencial

³¹⁸ACR, 1968b.

expositivo e metafórico para questões levantadas.

Na verdade, o uso de ilustrações e imagens passa a ser uma das ferramentas mais utilizadas para concretizar e trazer significado real aos conceitos e textos alegóricos bíblicos ao longo da história da ACR. O uso de imagens, sejam fotografias ou ilustrações são consideravelmente reconhecidas no processo de construção do conhecimento concreto e da absolvição das simbologias construídas a partir das experiências concretas numa comunidade:

“Com efeito, esse entendimento abre a possibilidade de vislumbrarmos outras dimensões da realidade humana, dos acontecimentos sociais e das práticas culturais, situados no território da linguagem, o qual aponta alternativas de ações concretas e de investigações socioculturais, centradas, prioritariamente, no par significante-significado, outras camadas a serem sitiadas, escavadas e escandidas, outros pressupostos e premissas teórico-metodológicos, outros objetos, problemas, hipóteses e achados a serem estudados, pesquisados e conhecidos e outros dispositivos e fontes de produção do saber epistêmico.”³¹⁹.

Foi a partir desta forma de colocar o conhecimento sobre as questões trazidas desta forma alternativa que a publicação conciliou a propriedade da experiência coletiva dos trabalhadores com os projetos ligados a formação política, como se percebe, mas também educativa formal.

As estratégias difundidas pela ACR, apesar de serem modificadas ao longo da ditadura militar dependendo dos recursos de resistência disponíveis e da conjuntura contemplada, não abandonam certos princípios que regem a organização e seu compromisso libertador. A partir da década de 1970, observamos um amadurecimento nos argumentos utilizados na difusão do pensamento de justiça social, mas que não abandona, por exemplo, traços marcantes como os que vemos ainda na formação do movimento. Um deles é o método Ver-Julgar-Agir, amplamente valorizado desde a conferência de Medellín e o apelo ao discurso facilitador da compreensão do camponês no “*Grito*”.

Esta doutrina, na verdade é expandida ao longo das décadas seguintes conforme as mobilizações iriam crescendo pelo Nordeste e pelo Brasil. Ainda assim, ela torna-se particularmente especial na sua aplicação no início do regime militar e no aperfeiçoamento substancial das técnicas que balizaram a ideia da Educação Popular e na referência por uma leitura de mundo crítica para além das abstrações dos ensinamentos cristãos que tentavam dissociar o meio social da Igreja. Para uma corrente que se mostrava sensível aos problemas latentes da sociedade rural, a formação que a ACR imprimia neste período inicial do regime golpista, portanto, foi fundamental para ocupar certos espaços acrílicos no campo, acusando

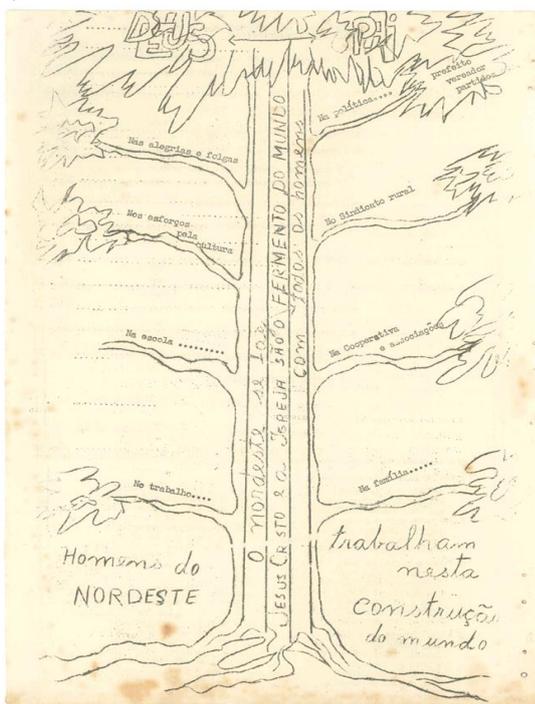
³¹⁹CARLOS, Erenildo João; ALCANTARA, Raquel Rocha Villar de. Freire e o uso pedagógico da imagem visual na Alfabetização de Jovens e Adultos. **Reflexão e Ação**, v. 25, n. 2, p. 46-64, 2017. p. 60.

suas deformidades através dos apelos disponíveis.

A intenção da organização era de, assim como todas as possibilidades relacionadas à educação popular, de localizar o homem como sujeito ativo na sociedade em seu tempo e espaço.

A publicação do último boletim de 1968 é particularmente importante por trazer uma rica abordagem ilustrativa das questões relevantes para o fechamento do ano apontando para novos rumos que ACR poderia tomar depois, na década de 1970. Na segunda página da edição é apresentada uma ilustração sobre o alicerce entre Igreja e povo, que sustentam os desejos pela transformação social. Nos “galhos” da árvore aparecem os espaços que a instituição religiosa ocupa de acordo com os princípios progressistas, seja na área da moral e da família (também representado pelo espaço das folgas), sejam nas esferas política (nos esforços pela cultura e nos partidos). Na ilustração observamos as várias esferas de atuação que a ACR admitia como essencial na perspectiva emancipadora, entende do que muitos dos militantes eram sindicalistas, padres e trabalhadores independentes.

Figura 5 — “Grito do Nordeste”, Boletim nº7. Intitulada: O Nordeste se faz: Jesus e a Igreja são o fermento do mundo com todos os Homens³²⁰.



Fonte: Acervo ACR/NUDOC – UFPE, 1966-1985.

A Igreja neste processo ocuparia e desenvolveria um papel relevante na construção do homem coletivo que se rebela contra as injustiças sociais as quais ele passa a ser constantemente confrontado. O objetivo ilustrado, portanto, seria de, com o auxílio da Igreja

³²⁰ACR, 1968b.

comprometida com o povo, primeiramente tomar ciência de que essas contradições de classe existem e não podem ser transferidas para o campo da normalidade, algo encaminhado em toda a formação política da ACR.

Outro aspecto relevante está relacionado ao reconhecimento que o esclarecimento em si das situações de desigualdade e violência não suprem o papel da perspectiva de mudança, questões essas que só poderiam ser alcançadas com a organização política de acordo com as estruturas de propostas, exatamente quando identificamos na imagem a palavra “sindicato”, como um dos galhos da árvore que representa a alteração de perspectivas de vida dos camponeses e das possibilidades de mudança social.

Na mesma edição do jornal, em parte textual sobre a formação do trabalhador é dito que a educação não é suficiente para os trabalhadores rurais na perspectiva de transformação social da sua realidade. O sugestivo ao longo deste fragmento é que é necessário ocupar espaços de disputas políticas, pois, se isso não acontece, a estagnação torna-se uma realidade. Trata-se de um ponto muito importante na linha do tempo da publicação do Grito, pois existem críticas contundentes aos sindicatos em atuação no movimento de trabalhadores nordestinos, então se passa a almejar tomar essas disputas para si, ou seja, que os trabalhadores também proponham uma alternativa de mudança:

“Grupo de A.C.R. de Mossoró.

Encontro diocesano no mês de junho

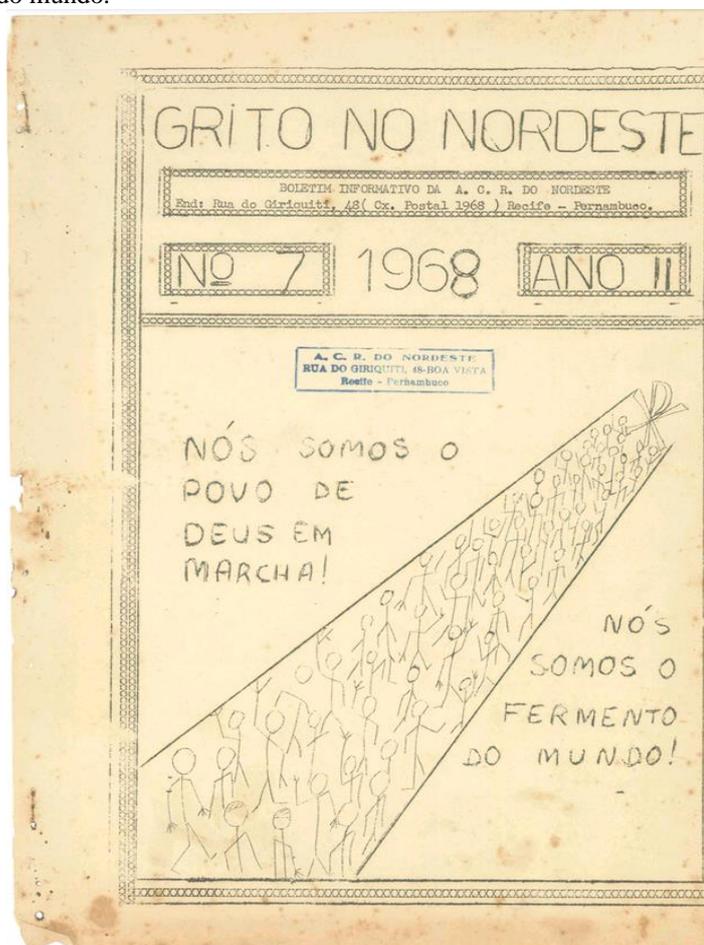
1) Por que o homem do campo vive com pouca instrução? Respostas: porque não houve o quanto mais cedo, um trabalho de evangelização, como êste que faz a A.C.R., que prepara o homem para o mundo de amanhã. Ninguém falou em organização de classe para o homem do campo. Antes havia um pensamento de que não se tinha o direito igual aos outros como hoje. Agora estamos descobrindo em grupos que o homem do campo é importante na sua profissão e no mundo. 2) Você acha que só esta instrução basta para o homem do campo? -Não. Só esta não atende, porque cada dia que passa, as coisas evoluem... E o mundo só desenvolve, cresce a população, e mesmo não podemos parar/ mais, já que descobrimos a necessidade de promoção para o homem do campo. [...] 4) Qual a situação da Política uma relação com o homem do campo? Os planos de ajuda são mal traçados e atendem somente a um determinado grupo. Por isso, temos que ser cristãos de fé, estarmos sempre unidos para defender nossa causa. Devemos saber votar. Não votar por causa dos favores. Não precisamos de favor de políticos.”³²¹.

A alegoria da árvore da Igreja como fermento não é a única imagem que chama atenção no caderno referido. A capa do boletim também surge com ilustrações convergidas para a temática religiosa e com apelo popular. Na imagem somada ao texto é destacado um conjunto de pessoas que caminha em direção única ao símbolo representativo de Jesus Cristo. A marcha dita no texto e ilustrada na imagem está representando a projeção da Igreja rir e

³²¹ACR, 1968b.

vivencia os valores destacados ao longo da história da História da ACR. Estas imagens, mesmo que rudimentares em sua representação e impressão, complementam todo o sentido textual verbal que existem nos boletins. No caso, o boletim referido fala constantemente da necessidade de mudança e de estabelecer uma organização de trabalhadores, algo perfeitamente colocado na capa através desta coletividade que é exemplificada no longo caminho percorrido das pessoas que representam os trabalhadores - e como o jornal gosta de referir-se, o “povo de Deus”.

Figura 6 — Capa do boletim nº 7 do “Grito do Nordeste”, intitulado: Nós somos o povo de Deus em Marcha, nós somos o fermento do mundo.



Fonte: Acervo ACR/NUDOC – UFPE, 1966-1985.

Todas estas nuances apresentadas no jornal da ACR correspondem a tentativas de agitação e arregimentação dos trabalhadores rurais ainda poucos anos após a instauração do regime militar. Um dos aspectos mais influentes nessas estratégias foi na incorporação da divulgação das ações da Animação dos Cristãos no Meio Rural pelos correspondentes da organização, trazendo suas perspectivas locais para o veículo da ACR.

A possibilidade de organização, entretanto, foi concretizada através de uma rede de agentes e de circulação da pastoral que se empenhou em conhecer firmemente a realidade

rural do Nordeste brasileiro. tal movimentação foi empreendida em todos os momentos em que a ACR esteve atuando visto que o conhecimento para a reflexão da sociedade camponesa é fundamental para a proposição de mudança. Estar presente em todos os possíveis cenários nordestinos é, portanto, de suma importância para colocar em prática o projeto desta organização e foi o que se tentou estabelecer nos anos iniciais do surgimento da Ação Católica Rural. Estas intenções abrem espaço no debate sobre exploração do trabalhador e rejeição às condições de vida desta população tanto por firmar um compromisso de atuação nas diversas dioceses e comunidades alcançadas, como também por reconhecer as diversas conjunturas regionais que contemplam os camponeses, afastando-se do processo de generalização da classe e de suas lutas diárias independente dos quadros sociais enfrentados.

Na sétima edição do jornal Grito, amplamente revisitada pela riqueza em elementos essenciais para a reprodução do movimento, é observado uma verdadeira peregrinação a pontos de apoio da ACR no interior da região. Nesta publicação em questão são observados, nas atividades trimestrais de agosto até novembro de 1968, viagens do padre José Servat para os estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe cujas experiências camponesas são colocadas como pontos centrais na discussão sobre a mudança social. No texto inicial que abre o boletim, são apresentadas realidades de opressão distintas em diferentes estados, ou seja, tentando contemplar todos os leitores do Grito no processo de identificação com o trabalho de base promovido pela organização. Nos primeiros parágrafos as seguintes conjunturas são expostas:

“Em Pernambuco, Manoel está se esforçando, no cuidado de seus filhos para dar comida, saúde, sobretudo, preocupando-se com a educação deles. Com seus vizinhos luta para exigir escola verdadeira, professora competente e material necessário. “Os meninos dos sítios têm os mesmos direitos à escola como os da cidade”. Luís, no Maranhão, está totalmente dedicado à luta de classe dos trabalhadores; há tempo criaram um sindicato que foi bom, despertou o povo. Depois de certo tempo foi entregue a pelegos. Apesar disso, devagar, mas sem desanimar, estão tentando a reconquista da Diretoria deste órgão de classe para colocar aí, lavradores autênticos. Pedro, num engenho de cana- de-açúcar, sente muito a injustiça, conformismo, de quase todos os camponeses, o desprezo por parte dos que possuem as coisas, a corrente do cativo que não conseguem arrebentar. [...] Estes homens estão ficando muitas vezes no perigo, como a Biu do Timbaúba, ou o Conceição do Pindaré no Maranhão e outros tantos de diversos estados que estão sendo espancados e esbofeteados pelos privilegiados que, não querem ver o progresso dos menos favorecidos.”³²².

Os problemas levantados são dados como base para as primeiras reflexões da edição. Eles apresentam-se para criar uma diferenciação entre as realidades regionais, mas também para que se crie e um debate no leitor de causas e consequências da situação observada. O

³²²ACR, 1968b.

padre levanta em outros momentos no texto um ponto extremamente relevante para o processo de organização dos trabalhadores que se difunde no isolamento das comunidades camponesa em relação às instituições sociais que poderiam apoiar tal público. A vacância destes organismos, como resultado coloca os trabalhadores numa posição bastante vulnerável nas escalas sociais de poder. A ACR percebeu tal processo e em seu projeto tentou romper com tais paradigmas. Nesta publicação a atuação apareceu primeiramente na consideração da resistência destes camponeses e nos males que o isolamento, entre as adversidades enfrentadas, pode contribuir para a perpetuação das condições opressoras que se tentou modificar:

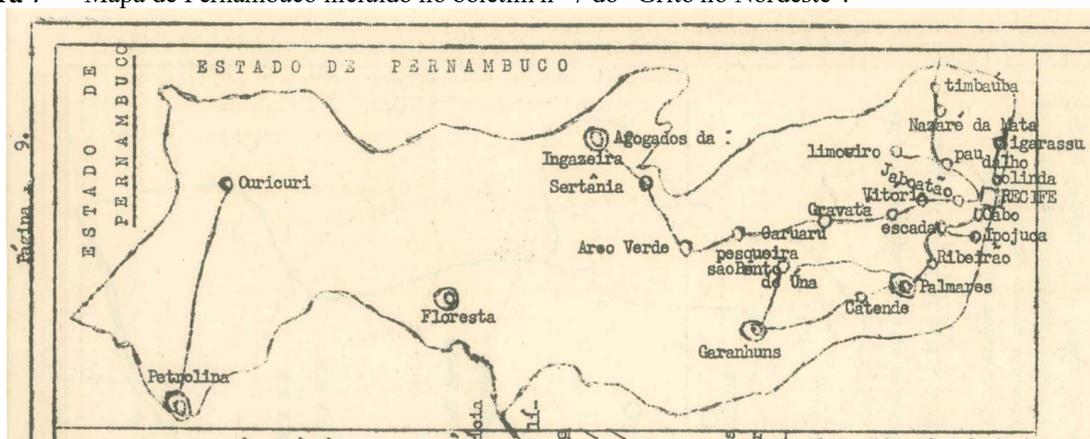
“Sem confusão, mas com constância se esforçam todo dia, falando com os outros, ajudando a tomar consciência, e refletir, a se libertar do medo, preparando assim os homens que conseguirão, unidos e firmes, a mudança da situação e dos privilégios. Três exemplos que mostram que no Nordeste, isolados ou em grupos pequenos ou nos órgãos de classe como os sindicatos, as cooperativas e associações diversas, homens de boa vontade estão lutando para construir um mundo com justiça, onde poderá se viver a fraternidade verdadeira. [...] Estes homens de boa vontade são chamados à toda hora de comunistas, subversivos e outros nomes que aumentam o terror, levando a população a viver em contínua tensão de medo. Mas, é preciso ressaltar que homens como Bui e Conceição, querem ver o mundo a serviço do “homem todo e de todos os homens”³²³.

Como havia notadamente esta necessidade de fortalecer os laços de camponeses locais para que a organização se tornasse uma realidade na defesa dos direitos dos trabalhadores, um projeto de integração dos assalariados, pequenos produtores e lavradores através da identificação de suas demandas em comum se torna um dos objetivos centrais da ACR. A concretização de tais propósitos foi se firmando no trabalho de base diária e na realização de encontros regionais em cidades que tinham receptividade maior a atuação da organização.

Através do boletim, entretanto, as estratégias eram formuladas através de outros recursos. Dentre eles podemos citar a exposição das relatorias das reuniões regionais e a divulgação de notícias de bases da ACR em diversas cidades da região pelos agentes pastorais. Nesta edição grandes mapas da região Nordeste são incorporados ao Grito enquanto se apresentam as notícias do andamento do movimento dadas pelos dirigentes da organização. Tal iniciativa possui correlação com o conteúdo apresentado no Grito principalmente por apresentar no mapa grande maioria das cidades citadas nesta publicação em questão.

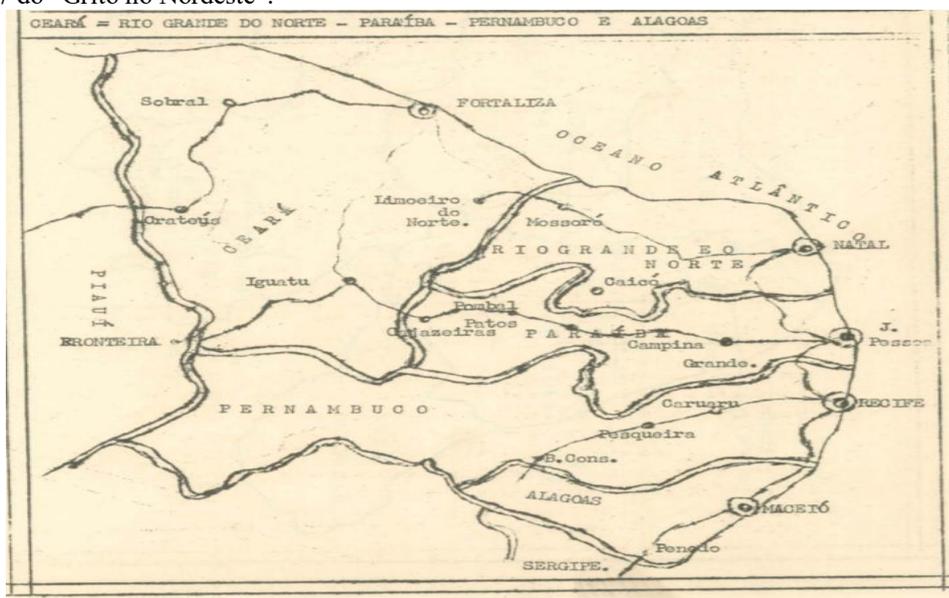
³²³Ibid.

Figura 7 — Mapa de Pernambuco incluído no boletim n° 7 do “Grito no Nordeste”.



Fonte: Acervo ACR/NUDOC – UFPE, 1966-1985.

Figura 8 — Mapa do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe incluídos no boletim n° 7 do “Grito no Nordeste”.



Fonte: Acervo ACR/NUDOC – UFPE, 1966-1985.

O processo de divulgação, portanto, não aparecia somente através da veiculação de os textos informativos com teor de formação pastoral na perspectiva exclusiva da equipe executiva e redatora do boletim. As cartas endereçadas à instituição, como também ao padre Servat, permitiam atualizações sobre o desenvolvimento do trabalho de base da organização entre outros estados além da sede da ACR que estava localizada no centro do Recife neste momento.

Na realidade, o envio de cartas e a publicação destas no periódico estava previsto na intencionalidade de aumentar o engajamento da organização entre seus militantes. A publicação das correspondências e da exposição de casos concretos no jornal foi incentivada durante toda a publicação do “Grito” extremamente valorizada como destaque nos jornais,

ocupando grande número de páginas como objeto de reflexão sobre a realidade do homem do campo nas frentes da violência política, da luta por direitos e pelo cumprimento das leis trabalhistas, além de estabelecer uma centralidade das relações com a sede da organização. No terceiro jornal publicado nas páginas finais é feito um apelo para que os militantes continuem a enviar cartas, notas e mensagens para a redação do grito com sugestões e conselhos para continuidade do boletim:

“Prezados leitores do boletim rural "GRITO NO NORDESTE":
Queremos, por meio desta, apresentar-lhes a 3ª edição de nosso boletim informativo. Ao mesmo tempo, pedimos sua colaboração para ampliação e propagação do mesmo. Uma maneira de colaborar conosco será a remessa de artigos e informações sobre a vida do movimento onde você mora. O boletim também se propõe a publicar relatórios das equipes de base. Mas para que tenhamos verdadeiramente representativo portador de nossas informações e preocupações, é preciso que você arranje maior número de assinaturas. Nosso plano é ter grande número de assinantes, para que possamos fazer o boletim de maneira mais técnica e perfeita destinado ao atendimento de todos os companheiros de ACR. Queremos pedir-lhes que nos façam toda a crítica merecida, porque assim passará a ser aperfeiçoado pelos próprios leitores. Mande-nos, por escrito, qualquer observação neste sentido, assim como seus artigos para a devida publicação. Suas reclamações e pedidos serão atendidos com toda presteza. VALORIZE SEU BOLETIM!!! MODIFIQUE ENGRANDECENDO-O!!! FAÇA PÚBLICO OS PROBLEMAS DE SUA COMUNIDADE! FAÇA CONHECIDA SUA REGIÃO!”³²⁴.

No caso, percorria notícias tanto sobre o andamento da campanha de conscientização política inerente ao projeto da ACR, notícias de agentes pastorais em determinadas localidades, assim como, notícias pessoais dos trabalhadores vinculados à organização. O estímulo que desencadeava a divulgação das correspondências teria consequências na reavaliação da postura da instituição sobre certas questões, e no recebimento de sugestões para ajustes na distribuição de recursos. Nesta carta, particularmente, vemos as incertezas sobre a situação de trabalhadores no Ceará, Maranhão e Pernambuco, colocando a necessidade de focar uma atuação mais intensa nesses espaços, além de observarmos uma observação das condições dos trabalhadores rurais itinerante, ou seja, que acompanha de perto a situação dos trabalhadores rurais em diversos estados nordestinos.

“Amigo Padre Servat, saúde!
Mais uma vez escrevo-lhe estas linhas para dizer alguma coisa sobre os cearenses. Estou aqui no Maranhão, vindo com 2 Padres, que são José Maria de Aratuba e o Moacir que trabalha no palácio do Bispo em Fortaleza e também 4 operários que são: Zoza e Cícero. Mariquinha e Maria Teodósia viemos participar deste encontro. Fiquei assombrado com a vida dos lavradores daqui: uma vida de escravos pior do que no Ceará. Devemos trabalhar mais urgente pela liberdade deste povo, também pelos operários dos usineiros de Recife.
Não posso esquecer estes homens que trabalham nas usinas de Pernambuco. Vejo os sofrimentos pior do que no Ceará. Tudo não vai bem por aqui na vida dos operários do campo, pois estou revoltado com isto. A ACR deve ser espalhada mais urgente

³²⁴Jornal Grito no Nordeste. Ano I, nº 3. Jun/Ago. 1967, p. 15.

no campo do que na cidade. De novembro para cá, não esqueço os operários daí, não conheço as pessoas daí, mas tenho por notícias que sofre muito este povo, era só. Do caro amigo... Francisco Lopes de Souza, que mora em Aratuba o estava no Maranhão no dia 22 de janeiro de 1968.³²⁵

Nesta mesma publicação uma outra carta chama atenção. Desta vez o mesmo militante do Ceará acaba por coletar um caso concreto a ser aplicado em futuras reuniões da organização. O caso em si é uma das repetitivas formas de violência patronal no cotidiano do trabalho dos camponeses. Apesar de não entrar em detalhes sobre a natureza e características das funções desempenhadas pelo trabalhador em questão, fica bastante claro que há um abuso e exploração da carga horária de trabalho (e não por pouco tempo). Isso pode ressaltar que os casos concretos que aparecem em outras seções do jornal são obtidos através de agentes da ACR em pastoral e em trabalho de evangelização.

Outro aspecto relevante nesta mesma correspondência é de que há uma nova pergunta inserida na mesma carta. O militante interroga o padre sobre a situação de outros trabalhadores rurais, desta vez em Pernambuco. Ou seja, dando a entender que já tomou conhecimento sobre as lutas que ocorrem em outro estado. Desta forma, é sugestivo afirmar que havia uma ampla rede de comunicação da ACR disposta a relatar experiências dos trabalhadores rurais, baseado no que era exposto nas reuniões menores da organização localizadas nas dioceses ou na casa de militantes, quando os trabalhadores traziam problemas do seu cotidiano e eram orientados pelos militantes e pela equipe da organização sob o método ver, julgar e agir.

“Antes de tudo quero saber como passa, e eu ao fazer esta estou doente de um terrível gripe. Passei 4 dias de febre, mas estou melhor graças a Deus. Quero participar-lhe de nossa reunião aqui no Paraíso no mês de novembro. Nós nos reunimos na casa do um participante e descobrimos um caso: que o mesmo estava trabalhando com um horário muito grande. Houve queixa e o patrão, ele foi sincero, isto é: esta falta já é de longe e agora foi descoberta. O patrão recompensou um pouco, mas ficamos cientes de tudo. Atenção, guarde este fato para o primeiro encontro comigo. Sim? Como vão os operários que trabalham nas usinas de Pernambuco? Estão como os trabalhadores do campo aqui do Ceará? Sem proteção. Esta minha vida só vai lutando muito, mas não para mim, mas sim pelos meus filhos que são 6 menores de 12 anos abaixo. Fiquei revoltado com o sofrer dos operários das usinas daí... Aqui no Ceará já sabemos todas as escravidões deste povo. Vamos trabalhar pela liberdade. Estes patrões são americanos? Bote esta nota no Poty deste cearense 2 que vive sofrendo do mesmo jeito. E o mais só depois com a nossa visita do caro amigo Francisco Lopes (sítio Cantinho Ceara)³²⁶.

É importante ressaltar que as cartas dos leitores não continham somente um teor de articulação nas localidades referentes, pois também poderiam indicar dúvidas e questionamentos sobre a própria linha editorial do Grito, ressaltando críticas sobre a

³²⁵Jornal Grito no Nordeste. Ano II, nº 5. Jan/Mar, 1968, p. 7-8

³²⁶Ibid, p. 6

construção do jornal na seleção temática e no conteúdo escolhido para a publicação. Ainda na segunda edição do boletim há uma extensa crítica ao conjunto de tópicos abordados na edição anterior. Para o autor da crítica os argumentos desenvolvidos no boletim informativo eram carregados de sentidos religiosos, mas possuíam uma grande lacuna na discussão sobre questões práticas e materiais na vida do camponês. No periódico, foi publicado como carta enviada as seguintes “sugestões”.

“Recebemos carta datada do dia 28 de maio do corrente do prezado companheiro Celso Duarte da Silva da Paraíba (João Pessoa).

Em sua carta, cujo texto veio seguido de uma licença explícita para publicação da mesma, consta o seguinte: "Eis aqui, por excelência ao que me parece, ponto fraco da Ação Católica: preocupação demasiadamente grande com os problemas incorpóreos em relação à preocupação que efetivamente desprendem com os problemas socioeconômicos das classes laboriosas. Finalizando, tomo a liberdade de lançar um apelo no sentido de que os nobres companheiros revistam o "GRITO NO NORDESTE" de uma impregnação mais realista; que o GRITO NO NORDESTE ataque com mais amplitude, frontalidade e firmeza os naturais problemas do Nordeste, alternadamente com os problemas de ordem religiosa.

Esse apêlo, circunscrito a sua modéstia, tem por fim contribuir para que a Ação Católica não concorra para o adormecimento comodista dos trabalhadores nordestinos, comodismo este, responsável pela passividade dos trabalhadores em relação aos seus mais genuínos problemas e causas"³²⁷.

A resposta também publicada pelo jornal não aparece exatamente no tom de retratação, mas de esclarecimento da proposta de formação religiosa da organização referente ao encaminhamento político que seus militantes poderiam seguir.

“...continuação ...resposta ao leitor Inicialmente a Equipe Coordenadora do Boletim "GRITO NO NORDESTE" remete ao prezado leitor os melhores apreços pela crítica construtiva que lhe foi enviada. Houve um esforço e muito se modificou nesta segunda remessa. Gostaríamos de frisar ao leitor que o boletim é, antes de tudo um órgão informativo do movimento, cuja meta não é aprofundar problemas socioeconômicos e dar soluções, porque isto compete a cada equipe que se movimenta e se organiza de acordo com as necessidades do seu meio ambiente. A segunda preocupação do boletim é não comprometer-se com ideologias sociológicas partidárias, para poder estar como órgão de evangelização iluminando os corações, mostrando as situações "nuas e cruas" para que o cristão engajado nas instituições tendo a visão cristã dos problemas procure unir-se o organizar-se dentro das instituições sociais e em conjunto ache as soluções concretas. Quando prezado leitor fala no parágrafo 5º de que a Ação Católica tem preocupação demasiada com os problemas incorpóreos, de maneira nenhuma um órgão de Evangelização como o boletim, propõe assumir a voz dos que devem atuar. [...] O 6º parágrafo fala de um ataque com mais amplitude, frontalidade e firmeza dos problemas do Nordeste. Realmente é esta uma preocupação da Evangelização: mostrar os fatos, e mostrar lado a lado como Deus vê estes acontecimentos. O cristão vendo isto, e tendo liberdade de ação vai agir como lhe parecer mais justo. De jeito nenhum uma alienação, porque o Evangelho atua por meio dos homens inseridos no temporal, cada um em seu lugar o a seu modo de viver. Por outro lado, queremos ressaltar que o boletim foi criado para ajudar como um elemento de reflexão, para que depois de análise das situações, os elementos se ponham em ação.”³²⁸.

³²⁷Jornal Grito no Nordeste. Ano I, nº 2. abr/jun 1967, p. 13.

³²⁸Ibid., p. 14.

Entretanto, ao observarmos as publicações seguintes, percebemos uma evolução dos objetos tratados no “Grito” muito mais voltadas para a elucidação e problematização de questões sociais que tanto foram reivindicadas na primeira crítica publicada. Percebemos que a ACR incorpora em sua agenda notícias com reflexões cada vez mais explícitas e didáticas ao longo de toda a Ditadura militar, um processo que vai se intensificando ao longo da década de 1970, produzindo e suscitando diálogos com a comunidade camponesa dentro do aspecto estrutural, econômico e material da realidade dos trabalhadores, porém, obviamente, também no campo religioso.

Não somente a partir da edição número 3, ou nas edições publicadas neste intervalo até 1969, as discussões desenvolvidas passam a carregar uma maturidade do movimento que se estabelece no cenário nordestino com força maior ao longo dos anos, prezando cada vez mais pela participação dos seus militantes e pela identificação coletiva nos espaços políticos disponíveis, tais quais os sindicatos, cooperativas e associações. Temas já levantados anteriormente continuam a ser trabalhados, mas com diferentes recursos metodológicos dentro da escrita do jornal e com uma clareza que compreendia e se utilizava melhor da consciência extraída tanto da experiência do catolicismo progressista, quanto das necessidades dos trabalhadores rurais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fundação da Ação Católica Rural, em 1965, traz questionamentos sobre os processos educativos e objetivos políticos envolvidos na metodologia da instituição, feita através de reuniões semanais e parceria com dioceses e veiculação do Jornal “*O Grito no Nordeste*”. Os documentos acondicionados no acervo do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais de Pernambuco demonstram como estas fontes podem elucidar o que envolveu a formação política do homem do campo também subsidiado por esta instituição católica depois do golpe de 1964.

Estas propostas são frutos do contexto político da Igreja Católica no país e no mundo principalmente pós Vaticano II (1963) e revisadas na Conferência de Medellín (1968), dentro do nosso período recortado, onde se prezou pela valorização do catolicismo popular, elementos do cotidiano deste trabalhador nas atividades de formação e publicação do Grito. Esta pesquisa se propôs a analisar estas estratégias de aproximação para com o camponês entre seu ano de fundação até 1968 como período de início da atividade política da instituição, além de como esta pedagogia era projetada de dentro da Ação Católica Rural.

Tentou-se, por meio destes capítulos observar a característica de reprodução do movimento através da noção de que ele não se justificava apenas por indícios religiosos, mas estava amplamente alimentado pelas movimentações da sociedade que se atualizava e criava novas demandas para a instituição milenar. A composição deste texto, deve, portanto, expressar a grande mudança das concepções missionárias da Igreja transitando entre as perspectivas estruturais e aquelas que se referem exclusivamente ao processo da Ação Católica Rural.

Estas questões foram exemplificadas e trabalhadas com o objetivo de produzir uma visão do movimento da ACR que consiga incluir as ambiguidades e contradições do movimento como produto de um cenário social bastante diverso e oriundo das interrupções da construção da cidadania que marcaram os antecedentes do golpe de 1964. Esta organização mostra-se como uma síntese de reações possibilitadas da população que atravessa o desenvolvimento do capitalismo na região Nordeste, e, como sua consequência direta, o aumento das adversidades sofridas por este grupo social por estar inserido num sistema político que blindava a classe dominante e explorava a classe oprimida.

A pesquisa sobre o fenômeno evangelizador sob uma ótica da justiça social empregada na sociedade camponesa deve também esclarecer como o estudo e a atenção dada à capacidade de fomentar uma transformação naquele ambiente a partir dos sujeitos

identificados pelo catolicismo contribui para a percepção da existência social de um indivíduo ou grupo. A relação do catolicismo com as instituições sociais, portanto, pode ser encarado com uma maior amplitude, de maneira que esta visão cristã pode acabar determinando dominações de classe, ou contribuir para a percepção da exploração e da possibilidade de libertação destas formas de opressão. A ACR tentou difundir esta última perspectiva teológica no seu trabalho de base utilizando-se de uma pedagogia religiosa para impulsionar sua visão de mundo.

Todas estas possibilidades se fazem possíveis pela histórica aproximação da Igreja com movimentos sociais, quando inicialmente os objetivos estavam confinados em interceder no avanço dos comunistas nestas organizações. Paulatinamente tal abordagem coloca em evidência contradições internas da própria Igreja manifestadas na sensibilidade de setores rompantes da hierarquia tradicional e afetados pelo contato com trabalhadores e estudantes politizados.

De fato, estes fatores sociais acumulados e cada vez mais integrados aos debates católicos na ala progressista que se desenvolvia devem ser primordiais para o significado das escolhas observadas depois na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín (1968), sobre a opção de continuidade da aproximação do clero com as classes exploradas, ao invés de optar por uma ruptura, mais estranha, com traços radicais possivelmente rejeitados. Os desafios encontrados nesta abordagem não se confinam nas reflexões teológicas transgressoras para a época, mas na prática dos processos de evangelização popular considerando uma mentalidade profundamente conservadora em determinadas áreas da sociedade brasileira.

Desta forma, os estudos que abrangem aspectos das organizações católicas que se movimentavam nas agendas populares devem ser considerados fundamentais para a compreensão dos próximos passos dos projetos católicos progressistas. Além disso, acaba por expor uma série de camadas das expectativas da população rural em relação ao movimento, mesmo que cientes das adversidades extremamente aumentadas após o golpe. Diante desta dissertação tentou-se expor algumas destas contradições que estavam presentes na luta diária pela construção de um catolicismo e de um movimento camponês consciente da realidade que os confrontava, diariamente lidando com a desmobilização e com as violências da exploração do trabalhador.

Estas primeiras interações com os trabalhadores do campo são imprescindíveis para compreender a jornada da série nas décadas seguintes, onde conseguimos vislumbrar o crescimento da organização e de sua capacidade de penetração nas dioceses, nos sindicatos e

na população rural. É possível expandir muito mais esta análise se considerarmos que as práticas religiosas intercedidas pelas ACR passam também a encorajar e modificar o comportamento político do público que estava engajado nesta organização, a longo prazo, considerando que nas décadas seguintes a ACR viria a se aproximar de sindicatos, por exemplo.

É nesta segunda fase da ACR que se visa novamente integrar o espírito dos movimentos populares católicos com o período da ditadura e com o período de reflexões teológicas que a Igreja na América Latina estava enfrentando e se enxergando. Estas novas orientações pastorais que estavam desenhando se não seriam possíveis sem o acúmulo de experiências que já se encontravam em andamento desde o início da década de 1960, de forma que este processo social e político passa a fazer sentido no avanço dos questionamentos estruturais providos pela Ação Católica Rural desde o início de sua atividade.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985. **Revista Crítica Histórica**, v. 9, n. 18. p. 97. 2019.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Revisitando o campo: Lutas, organização, contradições - Pernambuco -1962-1987**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ACR. Ação Católica Rural. **Esforço ao serviço do campo**. S. l. Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais. Universidade Federal de Pernambuco. (Arquivo ACR. NUDOC/UFPE).

ACR. Ação Católica Rural. **Grito no Nordeste**. *Jornal Grito no Nordeste*. S. l., n. 8. out./dez., 1968a. (Arquivo ACR. NUDOC/UFPE).

ACR. Ação Católica Rural. **Grito no Nordeste**. *Jornal Grito no Nordeste*. S. l., n. 7. jul./set., 1968b. (Arquivo ACR. NUDOC/UFPE).

ACR. Ação Católica Rural. **Grito no Nordeste**. *Jornal Grito no Nordeste*. S. l., n. 2. abr/jun, 1967a. (Arquivo ACR. NUDOC/UFPE).

ACR. Ação Católica Rural. **Grito no Nordeste**. *Jornal Grito no Nordeste*. S. l., n. 3. jun/ago 1967b. p. 1-2. (Arquivo ACR. NUDOC/UFPE).

ACR. Ação Católica Rural. **Grito no Nordeste**. *Jornal Grito no Nordeste*. S. l., n. 1. jan/mar, 1967c. (Arquivo ACR. NUDOC/UFPE).

ALMEIDA, Mario Augusto Morato Pinto de. **A política econômica do governo João Goulart: restrições estruturais e vetos políticos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ALVES, Andrea Moraes. Memória da Esterilização Feminina: um estudo geracional. **Sociologia & Antropologia**, v. 7. p. 187-207. abr. 2017.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. Editora Brasiliense, 1979

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis, Ed. Vozes, 1984.

ANDRADE, Manoel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Editora Ciências Humanas LTDA. 1980.

ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987

BESERRA, Bernadete de Lourdes Ramos. **Movimentos sociais no campo do Ceará: 1950-1990**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

BEZERRA, Marcela Heráclio. **Mulheres (des) cobertas, histórias reveladas: relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na zona da mata sul de Pernambuco (1980-1988)**. Recife, 2012. 234 folhas. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2012

BIRCK, Pe. Afonso José. **Um mundo a construir: o apostolado dos leigos no pensamento de J. Cardijn**. [S. l.]: Editora Loyola, 1975.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil republicano: o tempo das ditaduras**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.13-42. (Col. O Brasil Republicano, v.4).

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n.140 da Independência, n 73 da República, p. 11429, 27 dez. 1961.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARLOS, Erenildo João; ALCANTARA, Raquel Rocha Villar de. Freire e o uso pedagógico da imagem visual na Alfabetização de Jovens e Adultos. **Reflexão e Ação**, v. 25, n. 2, p. 46-64, 2017.

CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e Política: teoria bíblica e prática histórica**. São Paulo: Editora Vinde. 1988

CORRÊA, Larissa Rosa. Os "inimigos da pátria": repressão e luta dos trabalhadores do Sindicato dos Químicos de São Paulo (1964-1979). **Revista Brasileira de História**, v. 34, p. 13-37, 2014.

CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. "As falas de Jerônimo": trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 23, n. 43, p. 129-151, 2016.

CORRÊA, Marcos. A propaganda política do golpe de 1964 através dos documentários do ipês. Fênix. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, v. 3, n.1, p. 1-14, jan./fev./mar., 2006.

COUTROT, Aline. "Religião e Política. In.: Rémond, René." Por uma história política: 331-363. 1996

DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. **Moradores de Engenho: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco**,

segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Tese (Doutorado em História) - História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Movimentos sociais e políticas reformistas no governo Goulart. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). **1964: o golpe contra a democracia e as reformas**. Florianópolis: Editora em Debate/UFSC, 2014. cap. 1, p. 9-28.

DELGADO, Lucília de Almeida; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. O Brasil republicano: o tempo das ditaduras. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 93-131. (Col. O Brasil Republicano, v. 4).

DELGADO, Lucila; FERREIRA, J. (Orgs). O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014 (Col. O Brasil Republicano, v. 4).

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1981.

DREIFUSS, René Armand; DULCI, Otávio Soares. As Forças Armadas e a política. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. de (orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1984.

EMEDIATO, Carlos A. Educação e Transformação Social. **Análise Social**, v. 14, n. 54, p. 207-217, 1978.

ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. **A Igreja e os trabalhadores católicos: um estudo sobre a Juventude Operária Católica e a Ação Católica Operária (1940-1980)**. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pósgraduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FALKENBACH, Elza (org.). Minicurso (texto coletivo): perspectivas epistemológicas da Educação Popular. In: BRAYNER, Flávio. **Educação Popular: novas abordagens, novos combates, novas perspectivas**. Recife: Editora UFPE, 2013. v. 1.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2008.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura especial da plantation açucareira: no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. 2. ed. Recife: Editora UFPE, 2020.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964)**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. v. 3, cap. 13 (Série: O Brasil republicando).

FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil:(1945-1964)**. [S. l]: Atual, 2006.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 24, p. 29-60, 2004.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. [S. l.]: Editora FGV, 2014. p. 34-36.

FURTADO, Celso. As reformas agrárias latino-americanas. In: STEDILE, J. P. (org.). **Experiências históricas de Reforma Agrária no mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

FRENCH, John D. Os trabalhos arquivísticos voltados ao mundo dos trabalhadores: avanços e desafios na América Latina desde 1992. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha (organizadores). **O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos**. 2. Ed. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária/IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico**. Brasília, v. 18, n. 2, p. 10-32, 2012.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. [S. l.]: Edições Loyola, 1995.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Ministério do Trabalho**: uma história vivida e contada. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, volume 4. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo; tradução e edição: Carlos Nelson Coutinho – 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020

HOBBSBAWM, Eric. **Viva la revolución**: a era das utopias na América Latina. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

HOBBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. 6ª Ed - São Paulo: Paz e Terra, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 1960**. Rio de Janeiro, 1962. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=768&view=detalhes>. Acesso em: set. 2021.

JOÃO XXIII, Papa. Carta Encíclica. **Mater et Magistra** (Sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã), 1961. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html

JOOSTER, Cristiano. Problemas da terra na diocese de Campina Grande, Paraíba. In: SILVA, S. V. da. (org.). **A Igreja e a questão agrária no Nordeste**: subsídios históricos. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

JUNIOR, A. F.; BITTAR, M. Elitismo e exclusão: a trajetória de 500 anos da educação brasileira. **Série-Estudos-Periódicos do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, MS, n. 9, 2000.

LEÃO XIII. Papa, Carta Encíclica. **Rerum Novarum**, Acta Leonis XIII, 1891.

LIBÂNIO, João B. **Concílio Vaticano II**: em busca de uma primeira compreensão. Coleção Theologica, v. 14, 2005.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964)**: ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. Editora Unesp, 2020.

LÖWY, Michael. **A Guerra do Deuses**: religião e política na América Latina. Rio de Janeiro: Vozes. 2000

MACEDO, Ubiratan Borges de. Origens nacionais da doutrina da ESG. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 2, n. 2, p. 86-90, abr. 1984.

MACHADO, Lorenzo Giuliano Bortolazzo. **A Ação Católica e o papel restaurador do clero**. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de História Licenciatura, RS, 2022.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil, 1916-1985**. São Paulo. Brasiliense, 1989.

MANFREDI, Silvia Maria. **Política**: educação popular. São Paulo, Editora Símbolo, 1978.

MARINI, Ruy Mauro **Subdesenvolvimento e revolução** 4. ed. Florianópolis : Insular, 2013. 272 p.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista nera**, n. 12, p. 57-67, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. 1. 36ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. As lutas da classe trabalhadora e o golpe de 1964. *In*: TOLEDO, Caio Navarro (org.). **1964**: o golpe contra a democracia e as reformas. Florianópolis: Editora em Debate/UFSC, 2014. cap. 3, p. 55-80.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. Boitempo Editorial, 2019.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política. *In*: MANZANAL, M.; NEIMAN, G. (orgs.). **Las agriculturas**

familiares del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafíos. 1. ed. Buenos Aires: Ciccus, 2010, v. 1, p. 131-152.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do Capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOMESSO, Luiz Anastácio; LIMA, Maria do Socorro Abreu e. Uma experiência de preservação de Acervos em Pernambuco - o Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais. **Estudos Universitários:** Revista de Cultura, Recife, v. 27, n. 8, p. 91-100, ago. 2011

MONTENEGRO, Antonio Torres. Entrevista de história de vida com o Padre Joseph Servat. *In:* MONTENEGRO, A. T. **Travessias:** Padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990). Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 2019. cap. 3.

MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart:** o plano trienal e as reformas de base (1961-1964). Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NETO, José Francisco de Melo. Perspectivas epistemológicas da Educação Popular. *In:* BRAYNER, Flávio. **Educação Popular:** novas abordagens, novos combates, novas perspectivas. Recife: Editora UFPE, 2013. v. 1.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a escola superior de guerra. **História,** Franca, v. 29, n. 2, p. 135-157, 2010.

PAGE, Joseph A.; SUASSUNA, Ariano. **A revolução que nunca houve.** Rio de Janeiro: Record, 1972.

PAIVA, Marlúcia Menezes de. **Igreja e renovação: educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte** (1945-1964). Tese (Doutorado em Educação) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

PASSOS, João Décio. **Concílio Vaticano II:** reflexões sobre um carisma em curso. São Paulo: Editora Paulus, 2014.

PENNA, Lincoln de Abreu. Os panfletários da República: a campanha do petróleo na imprensa nacionalista. **Alceu,** v. 4, n. 7, p. 83-98, jul./dez., 2003.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina,** Juiz de Fora, v. 1, n. 1, jun., 2007.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006. Brasília. **Resumos** [...] Brasília: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2006, p. 1-17.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira e a Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RELATÓRIOS DE ENCONTROS E ASSEMBLEIAS (1966-1968). Núcleo de Documentação Sobre movimentos Sociais. Biblioteca Central. Universidade Federal de Pernambuco.

RIBEIRO, David. O congresso nacional e o golpe de 1962: elaboração, execução e legitimação. *In*: TOLEDO, Caio Navarro (org.). **1964: o golpe contra a democracia e as reformas**. Florianópolis: Editora em Debate/UFSC, 2014. cap. 2, p. 29-54.

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém**: representação sindical rural no Brasil. [S. l]: Unicamp, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 3ª Ed. 2013

SANTOS, Alessandra Maria dos. Movimentos educacionais que se dizem populares. *In*: BRAYNER, Flávio. **Educação Popular**: novas abordagens, novos combates, novas perspectivas. Recife: Editora UFPE, 2015. v. 2, p. 201-227.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos; PRESTES, Reulcinéia Isabel; DO VALE, Antônio Marques. Brasil, 1930-1945: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e privada. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n.22, p.131-149, jun. 2006.

SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. **Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”**. Campinas, p. 1-38, 2005.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 10, n. especial, p. 147-167, 2008.

SCHIMIDT, Benito Bisso. **Quando novos personagens entraram no arquivo**: o Centro de Documentação Social (CDS) do Núcleo de Pesquisa em História (NPH) da UFRGS. 2010.

SILVA, André Gustavo Ferreira da. A dinâmica do significado de “Educação Popular” na América Latina. *In*: BRAYNER, Flávio. **Educação Popular**: novas abordagens, novos combates, novas perspectivas. Recife: Editora UFPE, 2015. v. 2, p. 229-243.

SILVA, Pedro Henrique Pachêco da. **Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco (1965-1975)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da Igreja progressista na arquidiocese de Olinda e Recife. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). **Revista de História**, n. 117, p. 187-191, 1984.

SIGAUD, Maria Lygia. **Os clandestinos e os direitos:** estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo, Duas Cidades, 1979. Coleção História e Sociedade.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964).** [S. l]: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Everton Aparecido Moreira de. História da educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino. **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, v. 12, n. 23, p. 15-33, jul./dez., 2018.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas-MS**, V 2 – n.º 2 – ano 2, p. 21-42, 2005.

THOMPSON, E. P. (1966). “A história vista de baixo”. In: SILVA, Sergio & NEGRO, Antonio Luigi (orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros textos.** Campinas, Editora da Unicamp. 2012.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. Documentos curriculares para a educação escolar indígena no Brasil: da prescrição às possibilidades da diferenciação. In: BRAYNER, Flávio. **Educação Popular: novas abordagens, novos combates, novas perspectivas.** Recife: Editora UFPE, 2013. v. 1.

VALLA, Victor Vincent. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 14, p. 7-18, 1998.

VIEIRA, Maria do Pilar de A. et al. Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. **Projeto História**, São Paulo, v. 3, 1984

VILLELA, Lucas Braga Rangel. Os quinze ramos do IPÊS: uma análise histórica dos audiovisuais do Instituto de Pesquisa de Estudos Sociais. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Igreja e movimentos populares. **Projeto História**, São Paulo, v. 7, 1987.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário:** estudos rurais no Brasil – Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2011.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. MEB e educação popular. **Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, v. 12, n. 33, p. 97-107, 2014.

WASSERMAN, Cláudia. **A Teoria da Dependência:** do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. [S. l]: Editora FGV, 2017.

WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Lutas & Resistências**, v. 1, p. 60-75, 2006.